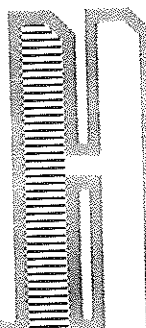


EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — SUPLEMENTO AO Nº 148 QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1992 BRASÍLIA-DF

SENADO FEDERAL

**COMISSÃO TEMPORÁRIA DA
ECO-92**

RELATÓRIO FINAL

**Presidente: Senador Coutinho Jorge
Vice-Presidente: Senador Walmir Campelo**

EXEMPLAR ÚNICO

Agosto/92

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1 — INTRODUÇÃO	
1.1 — Objetivos e Metodologia	
1.2 — Composição da Comissão	
1.3 — Calendário das Reuniões	
2 — CONFERÊNCIAS	
2.1 — Reunião de Instalação da Comissão Temporária da ECO-92	
2.2 — Diagnóstico Descritivo e Analítico da Situação Ambiental Brasileira	
2.3 — Preparativos do Brasil para a Conferência	
2.4 — O Papel da Informação na Questão Ambiental	
2.5 — As Convenções sobre Diversidade Biológica e Alterações Climáticas	
2.6 — O Desenvolvimento Sustentável na Visão Empresarial	
2.7 — Interesse Econômico e Ecologia na Amazônia	
2.8 — Os Países Pobres e a Conservação do Meio Ambiente	
2.9 — O Papel das Organizações Não-Governamentais e o Meio Ambiente	
2.10 — A Cidade do Rio de Janeiro como Anfitriã da Conferência ECO-92	
3 — RECOMENDAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL	
4 — PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À CONFERÊNCIA RIO-92	
5 — CARTA DE AGRADECIMENTO DO EXMº SR. CELSO LAFER MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	

APRESENTAÇÃO

Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal para acompanhamento da ECO-92, tenho a honra de apresentar o Relatório Final das nossas atividades.

Ao longo de quatorze meses de funcionamento colhemos depoimentos, informações, analisamos abordagens técnicas e políticas oriundas dos setores governamentais e não-governamentais, envolvidos na realização da Conferência e na implementação de suas decisões. É esse o conteúdo do presente Relatório que ora divulgamos.

A realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento refletiu, sobretudo, o reconhecimento mundial do esgotamento do modelo de crescimento econômico que marcou este século com uma história de degradação ambiental, empobrecimento de populações e relações internacionais baseadas na inequidade e na exclusão.

A implementação dos resultados da Conferência do Rio — Declaração do Rio, Convenções e Agenda 21 — requer, principalmente, vontade política para promover alterações nas leis e estruturas vigentes, contando com a participação da população.

O Congresso Nacional ciente do seu papel e das suas responsabilidades nesse processo, está tomando as providências regimentais necessárias para criar uma Comissão Mista incumbida do acompanhamento permanente da execução das decisões.

Ao término dos trabalhos, reafirmamos nosso compromisso com a população, nosso referencial maior no processo de desenvolvimento sustentável.

Senador Coutinho Jorge

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Temporária Especial da ECO-92 foi criada por meio da aprovação do Requerimento nº 146 de 1991, assinada pelos líderes partidários no Senado, com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento a ser realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

A composição da Comissão — 11 membros titulares e igual número de suplentes — obedeceu aos critérios da proporcionalidade partidária e regional.

No dia 5 de junho de 1991, realizou-se a reunião de instalação, oportunidade em que o Senador Coutinho Jorge foi eleito presidente e o Senador Valmir Campelo vice-presidente. Por decisão da Comissão não se designou Relator, ficando a Presidência responsável pela elaboração dos documentos parciais e final.

1.1 — Objetivos e Metodologia

A Comissão foi criada com o objetivo específico de acompanhar o processo e as atividades da Conferência ECO-92 (Rio-92), em todas as suas fases. Como objetivo global, a Comissão pretendeu abrir um espaço institucional para promover uma ampla discussão entre os membros da Casa e a sociedade por ela representada, tendo em vista a magnitude do evento da ONU no Rio de Janeiro, posteriormente denominado de Conferência Rio-92.

A metodologia das reuniões consistiu em ouvir representantes dos diversos segmentos envolvidos: governo federal, empresários, imprensa, organizações não-governamentais e governadores de estado. Não foi solicitado aos expositores a entrega de documento escrito, motivo pelo qual o presente Relatório foi elaborado tendo por base as notas taquigráficas das reuniões.

Fez parte da metodologia, também, a participação da Comissão, através da Presidência ou de qualquer de seus membros, em eventos significativos relacionados ao assunto, bem como na própria Conferência Rio-92.

1.2 — Composição da Comissão

SENADORES

Titulares		Suplentes	
Coutinho Jorge	PMDB (PA)	Garibaldi Alves Filho	PMDB (RN)
Nelson Carneiro	PMDB (RJ)	Irapuan Costa Júnior	PMDB (GO)
Ronaldo Aragão	PMDB (RO)	Márcio Lacerda	PMDB (MT)
Júlio Campos	PFL (MT)	Odacir Soares	PFL (RO)
Dario Pereira	PFL (RN)	Lourival Baptista	PFL (SE)
Fernando H C	PSDB (SP)	Teotônio Vilela Filho	PSDB (AL)
Valmir Campelo	PTB (DF)	Afonso Camargo	PTB (PR)
Maurício Corrêa	PDT (DF)	Lavoister Maia	PDT (RN)
Aureo Mello	PRN (AM)	Rachid Saldanha Derzi	PRN (MS)
Oziel Carneiro	PDS (PA)	João França	PDS (RR)
Amazonino Mendes ..	PDC (AM)	Moisés Abrão	PDC (TO)

1.3 — Calendário das Reuniões

1ª — Em 5-6-91 — Instalação da Comissão e Eleição do Sr. Senador Coutinho Jorge, Presidente e do Sr. Senador Valmir Campelo, Vice-Presidente e Relator da primeira fase.

2ª — Em 13-6-91 — Reunião destinada a ouvir o Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, Dr. Eduardo de Souza Martins, o Coordenador Técnico da Secretaria do Meio Ambiente, Dr. Roberto Pereira Guimarães e a Drª Tânia Munhoz, Presidente do Ibama.

3ª — Em 15-8-91 — Reunião destinada a ouvir o Embaixador Marcos Azambuja, Secretário-Geral da Comissão Interministerial do Meio Ambiente.

4ª — Em 11-9-91 — Depoimento do Jornalista, do jornal *O Estado de S. Paulo*, Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente da Agência Estado.

5ª — Em 2-10-91 — Reunião Conjunta das Comissões ECO/92 do Senado Federal e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, destinada a ouvir o Secretário-Geral para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Senhor Maurice Strong.

6ª — Em 17-10-91 — Reunião destinada a ouvir o Dr. Márcio Fortes, Coordenador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

7ª — Em 18-3-92 — Reunião destinada a ouvir o Governador Gilberto Mestrinho — Amazonas.

8ª — Em 9-4-92 — Reunião destinada a ouvir o Governador Jader Barbalho — Pará.

9ª — Em 30-4-92 — Reunião destinada a ouvir os representantes das ONG Dr. João Paulo Capobianco — Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, de São Paulo, Dr. Ary Pararrais — Presidente do Jornal Ecológico Vida Alternativa, de Brasília e Dr. Almir Bresan Júnior — Presidente da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente.

10ª — Em 14-5-92 — Reunião destinada a ouvir o Governador Leonel Brizola — Rio de Janeiro.

2 — CONFERÊNCIAS

2.1 — Palestrante-Convitado: Senador Mauro Benevides

Cargo: Presidente do Senado Federal

Data: 5-8-91

Tema: Reunião de Instalação da Comissão Temporária da Eco-92

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador Nelson Carneiro, figura exponencial da vida pública brasileira, cujo desempenho à frente do Senado Federal foi dos mais profícuos e mais brilhantes, Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Lourival Baptista, Saldanha Derzi, Valmir Campelo, Coutinho Jorge, Elcio Álvares, Garibaldi Alves e Marluce Pinto, Exª Sra Professora Tânia Munhoz, Dirigente Maior do Ibama, em nosso País, e uma das grandes propugnadoras do meio ambiente:

Na condição de Presidente do Senado Federal, é com imenso prazer que participo desta solenidade que sinaliza a instalação formal da Comissão do Meio Ambiente, que decorreu de um requerimento firmado por todas as Lideranças Partidárias, garantindo, portanto, a participação do Senado nesta luta que conscientiza a opinião pública mundial e que, a nível de Congresso brasileiro, também assume uma dimensão e abrangência que perfeitamente se justificam nesse instante.

Estou retornando de uma missão no exterior, a VII Conferência dos Parlamentares Ibero-Latino-Americanos e, naquela ocasião, no pronunciamento que fizemos em nome do Senado Federal, da mesma forma como o fez, em nome da Câmara, o Deputado Ibsen Pinheiro, destacamos a conscientização existente entre os legisladores brasileiros, no que tange à preservação do meio ambiente. E, mais do que isso, anunciamos para os Presidentes — e algumas de S. Exª tinham conhecimento desse fato de que com a Eco-92, a realizar-se no Rio de Janeiro, torna-se já indispensável a reunião dos parlamentos mundiais, para que as conclusões originadas daquela promoção, que tem o patrocínio da ONU, pudessem receber a chancela nos congressos dos parlamentos de todo o mundo.

Já naquela ocasião, os nove países presentes asseguraram não apenas a presença na Eco-92, sob os auspícios da ONU, mas, igualmente, da Interparlamentar que, realizando-se em Brasília, terá realmente o apoio tanto do Senado como da Câmara dos Deputados.

Portanto, se internacionalmente há essa consciência a essa magna questão, nós, Senadores brasileiros, não poderíamos ficar indiferentes a esse tipo de preocupação que domina a todos os segmentos da sociedade mundial.

Posso até destacar, nesta ocasião, que o Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, chegou mesmo a alvitar que, ao invés de comissões isoladas na Câmara e no Senado, nós cogitássemos da composição de uma Comissão Mista do Congresso Nacional.

Como essa decisão de que se origina agora esta Comissão, que será formalmente instalada no momento, eu ponderei ao Presidente Ibsen Pinheiro que essa instalação se faria formalmente, se fosse o caso, se as Lideranças Partidárias, se o próprio Plenário do Congresso entendessem de unificar essa luta pelo meio ambiente; conagrando Senado e Câmara, evidentemente isso seria uma decisão posterior que seria submetida, como foi essa, à soberana manifestação do Plenário do Senado Federal.

Então, houve o assentimento por parte do Presidente Ibsen Pinheiro e, em razão disto, nós promovemos neste instante a instalação desta Comissão. E o faço, realçando o significado da coincidência desse evento com o dia mundial do meio ambiente.

Portanto, é sob os auspícios desse evento de muita significação para a humanidade que instalamos esta Comissão. E os Srs. Senadores iniciarão, a partir de agora, essa faina que, espero, seja diuturna na preservação do meio ambiente.

Vou porcer, portanto, à instalação da Comissão temporária, criada através do Requerimento nº 146 de 1991, com o objetivo de estudar e analisar, bem como acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992.

Titulares da Comissão Temporária:

PMDB — Coutinho Jorge, Nelson Carneiro, Ronaldo Aragão.

Suplentes: Garibaldi Alves Filho, Irapuan Costa Junior e Márcio Lacerda.

PFL — Titulares: Júlio Campos e Oziel Carneiro.

Suplentes: Dário Pereira e Lourival Baptista.

PSD — Titular: Fernando Henrique Cardoso.

Suplente: Teotônio Vilela Filho.

PTB — Titular: Valmir Campelo.

Suplente: Afonso Camargo.

PDT — Titular: Darcy Ribeiro.

Suplente: Lavoisier Maia.

PRN — Titular: Aureo Mello.

Suplente: Rachid Saldanha Derzi.

Ao enunciar estes nomes desejo, formalmente, como Presidente do Senado, declarar empossada a Comissão Temporária e instalados, a partir deste momento, os seus trabalhos.

Ofereço a palavra aos Senadores que desejem se pronunciar.

Antes da escolha do Presidente e do vice desejo saber se alguns dos presentes desejam se manifestar?

O SR. JONAS PINHEIRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro, que representa o povo amapaense no Congresso e no Senado Federal.

O SR. JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, quero fazer um apelo, neste instante, pela inclusão, de alguma forma, do nome do Senador Amazonino Mendes nesta Comissão.

É imperdoável a ausência do Senador Amazonino Mendes, como um dos maiores conhecedores da questão amazônica, nesta Comissão.

Faço um apelo. Acho que foi um esquecimento, um lapso. Porque um homem que foi Governador do Estado do Amazonas, e um dos maiores estudiosos não pode deixar de participar desta Comissão, porque nela vai se discutir, fundamentalmente, a questão amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência informa ao nobre Senador Jonas Pinheiro que vai remeter o apelo de V. Ex^a às Lideranças Partidárias para, se for o caso, promover-se a recomposição da proporcionalidade que orientou a composição desta Comissão Temporária.

Evidentemente, o Senador Amazonino Mendes é uma das figuras preeminentes do Congresso Nacional, e tem se debruçado com muita assiduidade a essa temática, fazendo-a sempre com um brilho verdadeiramente incomparável. E esta Comissão seria ainda mais ilustrada se dela pudesse fazer parte um representante do Amazonas.

Remeterei, portanto, às Lideranças Partidárias esse apelo do nobre Senador Jonas Pinheiro para que, se for o caso, reformulemos a composição e se possa garantir ao Senador Amazonino Mendes a sua presença nesta Comissão.

A Mesa esclarece que, mesmo sem integrar esta Comissão, qualquer Senador pode interferir nos seus debates, e terá sempre a sua colocação reputada valiosa por quantos comporão esta Comissão Temporária agora instalada.

O SR. NELSON CARNEIRO — Com a permissão do ilustre Presidente, esclareço que esta Comissão é composta apenas de nove Srs. Senadores; se houver a Comissão Mista do Congresso esse número será aumentado para onze, porque as Comissões Mistas são compostas de 22 Parlamentares, sendo 11 Senadores e 11 Deputados. Haverá, então, oportunidade de ser incluído o nome do Senador Amazonino Mendes, desde que se faça a Comissão Mista do Congresso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, sabem V. Ex^a que, junto com o Senador Coutinho Jorge, eu me empenhei muito para a constituição desta Comissão, assim como estamos nos empenhando para que haja essa Comissão Mista no Congresso.

E as razões são óbvias. Nós vamos assistir no Brasil um evento da maior importância. Evidentemente, não é um evento nacional, é um evento internacional. Fui funcionário da ONU e conheço as regras de funcionamento daquela instituição. A participação local, mesmo quando a sede se realiza num certo país, é reduzida. Mas, isso não limita. Ao contrário, isso exige um esforço maior por parte do Brasil, do Congresso, do Governo, porque, obviamente, muitas das questões que serão colocadas nessa reunião têm efeito direto sobre o nosso País.

Então, o propósito daqueles que se empenharam na organização desta Comissão foi, precisamente, de estarmos todos preparados para um debate de alto nível.

Sem dúvida alguma, a sugestão do Senador Nelson Carneiro de que se incorpore, na ocasião, o Senador Amazonino Mendes parece-me de proveito.

Devo dizer que a constituição das Comissões não depende de nós, é uma decisão de Lideranças, dos Partidos. Então, a verdade é que a demanda é feita ao Líder do Partido, que é quem indica — no caso até fiz uma coisa que, creio, foi a primeira vez, eu me auto-indiquei e indiquei o Senador Teotônio Vilela como seu Suplente. Por uma razão muito simples: para servir. Não tem nenhum outro objetivo, senão o de acompanhar e servir. E como é sabido que tenho um certo relacionamento internacional e sou membro de uma comissão de 30 personalidades que estão se preparando para colocar uma política a respeito, coloquei-me para discutir essa questão. E sou membro de várias outras comissões: a Comissão chamada Norte-Sul, a Comissão do Presidente Willy Brandt — agora mesmo estou chegando da Suécia, onde estive participando desse evento lá. Então, achei que seria útil se eu pudesse estar junto nesse trabalho. Mas não tenho nenhuma outra aspiração que não essa.

Empenho-me muito para que o nosso trabalho funcione, para que a Comissão Mista seja constituída. Não sei se vão dissolver a nossa ou não; a meu ver, depende de como funcione a Comissão Mista. E, nessa oportunidade, poderemos incorporar mais pessoas que tenham esse espírito.

Pelo que tenho sentido aqui a ação do Senador Coutinho Jorge tem sido tão eficaz, e tenho sentido com tanta intensidade a presença desse Senador que me parece a sua designação para Presidente desta Comissão não fará mais do que torná-la viável da maneira que precisa ser: com muito empenho e muita atividade. Sei também que o Senador Valmir Campelo pode vir a constituir parte da Direção, como Vice-Presidente desta Comissão.

Então, penso que vamos trabalhar com o espírito não partidário, com o espírito de um problema de interesse nacional, e como nós temos sabido fazer no Senado, com grandeza.

De modo que as eventuais dificuldades que ocorrerem, eu tenho certeza que o Senador Coutinho Jorge ajudará V. Ex^a, Sr. Presidente, a encaminhar as soluções.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Presidente, acabamos de ouvir o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, e fiquei com inveja de S. Ex^a, que viaja muito para o exterior e eu não vou.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Aceito a inveja, nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — E, acompanhando pela imprensa o trabalho que S. Ex^a desenvolveu, e os encontros que teve nessa última viagem, quanto ao que foi levantado pelo nobre Senador, quero dizer o seguinte:

Gostaria S. Ex^a de ver integrado o Senador Amazonino Mendes, que é um homem da Amazônia. Quanto a mim, não sou da Amazônia. Fui indicado por um outro Partido — que não é o do Senador Amazonino Mendes. E estou

de pleno acordo com a eleição do Senador Coutinho Jorge e do Vice-Presidente Valmir Campelo.

Posteriormente, colocarei a minha vaga à disposição do Senador Amazonino Mendes, porque, se dependesse de mim, eu abriria mão da minha vaga para S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O gesto do nobre Senador Lourival Baptista se insere nessa postura da maior dignidade de desprendimento, que tem caracterizado a sua vida pública.

A partir deste momento, a Presidência é transferida ao menos jovem membro da Comissão, que é o nobre Senador Nelson Carneiro.

E a Presidência, portanto, regozija-se por haver participado desse ato de marcante significação para o Senado Federal e para o meio ambiente.

Da mesma forma como agradeço a presença da Professora Tânia Munhoz, que tem sido realmente uma propugnadora decidida e vigilante na defesa do meio ambiente em nosso País.

Portanto, a Presidência é para o Senador Nelson Carneiro, o menos jovem dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Declaro que, por unanimidade, foram escolhidos o Senador Coutinho Jorge para Presidente, e o Senador Valmir Campelo para Vice-Presidente.

Oportunamente será convocada pelo Presidente Coutinho Jorge a data da nova reunião.

2.2 — Palestrante-Convidado: Dr. Eduardo de Souza Martins
Cargo: Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente
Data: 13-6-91
Tema: Diagnóstico Descritivo e Analítico da Situação Ambiental Brasileira

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Srs. Senadores, como V. Ex^a sabem, foi criada aqui, no Senado Federal, por indicação dos líderes dos vários Partidos, a Comissão que irá acompanhar a preparação desse grande encontro mundial que será realizado no Brasil, a chamada ECO-92.

O objetivo, evidentemente, está implícito no requerimento que a criou, que é exatamente acompanhar os preparativos dessa conferência. E a metodologia usada por esta Comissão, que é bastante reduzida, para que seja operacional, será a de ouvir os membros do Governo responsáveis pela proposta nacional da ECO-92, como também ouvir a sociedade brasileira ligada a esse assunto importante, que é o meio ambiente.

Em síntese, pretendemos ouvir, portanto, as autoridades do Governo, as entidades que estão englobadas pelo nome de ONG — Organizações Não-Governamentais; possivelmente, também, representantes de Governo estaduais, enfim, tentaremos, nesse espaço de tempo, tentar ouvir toda a sociedade brasileira interessada nesse assunto, que é a ECO-92.

Em última análise, o objetivo é contribuir para que tenhamos uma proposta nacional, que seja debatida a nível nacional e que reflita os interesses do Brasil. O objetivo final desta Comissão é exatamente este. Também, prevê-se a possibilidade de transformar esta Comissão do Senado Federal numa Comissão Mista do Congresso Nacional. Se ocorrer este aspecto, a mesma Comissão do Senado, evidentemente, incorporará-se à Comissão Mista do Congresso Nacional e, portanto, não haverá solução de continuidade.

Quero avisar aos Srs. Senadores — já havia conversado com vários Senadores desta pequena Comissão — que vamos, na semana que vem, ter uma reunião específica para discutir exatamente os aspectos da nossa estratégia global, metodologias, enfim, assuntos que interessam a esta Comissão.

Hoje, para iniciar exatamente a primeira reunião pública desta Comissão, estamos convidando os membros do Governo responsáveis pela parte técnica da proposta brasileira, aqueles que estão trabalhando no relatório que será apresentado oficialmente pelo Governo brasileiro. Portanto, a nossa estratégia é ouvir, hoje, os órgãos técnicos do governo, seus representantes, no que diz respeito à proposta brasileira; e, na próxima semana, os membros do Itamaraty, que são responsáveis, exatamente, em termos globais, pela organização dessa grande Conferência mundial. Ainda na próxima semana, também, teremos uma

reunião só nossa, de Senadores, para discutir os aspectos que interessam exatamente ao funcionamento, organização, metodologia e à estratégia desta Comissão.

Então, hoje, teremos a satisfação de ouvir o Dr. Eduardo de Souza Martins, que é o Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, que responde pelo Governo Federal no que diz respeito, à proposta, técnica do Governo brasileiro.

Juntamente com o Dr. Eduardo de Souza estão o Dr. Roberto Pereira Guimarães, que é o Coordenador Técnico, é membro da Cepal, e é responsável pela redação final do documento; a Dr^a Neli Amaral, que é a Coordenadora do Relatório Nacional, e temos a satisfação também de contar com a presença da Dr^a Tânia Munhoz, que é Presidente do Ibama. Portanto, aqui temos os representantes do Governo brasileiro responsáveis pela área técnica da ECO-92.

Sem maiores delongas, vou passar a palavra ao Dr. Eduardo de Souza Martins, Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, a quem solicitamos que faça uma apresentação global, para que tenhamos, exatamente, um conhecimento inicial de como está a ECO-92, as propostas, a estratégia, a metodologia, enfim, o que é fundamental para uma Comissão que começa seus trabalhos a partir da data de hoje.

Então, a responsabilidade do Dr. Eduardo é exatamente essa: de trazer, juntamente com a sua equipe, todas as informações iniciais necessárias a esta Comissão. E, posteriormente, os Senadores dessa Comissão — que, repito, é uma Comissão bastante pequena, vão ter a responsabilidade de inquirir cada um dos participantes naquilo que julgar em conveniente e fundamental para o seu esclarecimento.

Portanto, é com satisfação que passo a palavra ao Dr. Eduardo de Souza Martins, o Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, que fará esta apresentação global, técnica da ECO-92.

O SR. EDUARDO DE SOUZA MARTINS — Quero agradecer o convite e justificar a ausência do Secretário de Meio Ambiente, que se encontra em viagem para o exterior. Aqui está representada, tão-somente, a área de meio ambiente do Governo e que os esclarecimentos que podemos dar se referem àquilo que tem sido assumido como compromisso, como responsabilidade desse setor. Gostaria de esclarecer, também, que maiores informações devem ser trazidas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Vou tentar fazer uma apresentação bastante sucinta. O que vamos falar aqui está contido na pasta que foi distribuída a V. Ex^a, onde se encontra maior detalhamento sobre a questão do *Relatório Nacional*, cuja coordenação de elaboração coube à Secretaria do Meio Ambiente. Seria importante distinguir, desde o início, que o governo brasileiro organizou uma Comissão Internacional, onde estão representados vários segmentos do Executivo, com a participação também de outros setores não-governamentais como representantes do Fórum das Entidades Ambientais, a quem cabe a condução da participação brasileira no que se refere ao Brasil como membro das Nações Unidas.

Portanto, precisamos deixar claro, desde logo, que o Brasil está participando da Conferência de duas maneiras: uma, como anfitrião. O Brasil ofereceu-se para ser sede da Conferência, o que foi aceito na Assembleia Geral de dezembro de 1989. O outro, como membro das Nações Unidas, o que significa que o País deve não só participar — o que vem fazendo através das discussões de uma agenda — como também deve apresentar um conjunto de definições estabelecidas quando da convocação da Conferência.

A Conferência foi convocada em dezembro de 1989, através da Resolução nº 44/228. A oferta brasileira foi aceita e o Rio de Janeiro foi estabelecido como sede dessa Conferência.

O antecedente da Conferência de 1992 é a Conferência que ocorreu em Estocolmo há 20 anos, a qual se concentrou, sobretudo, na visão de que existe uma só Terra, o que refletia, sobretudo, as preocupações da época.

Existe, do ponto de vista de 1972, uma evolução, onde a questão ambiental sofreu uma expansão para vários setores, os conceitos e as preocupações passaram a ser, não só do domínio de pessoas ligadas a questão ambiental, algo substancialmente discutido no meio empresarial em nível das estruturas de governo estabelecem-se uma conscientização ambiental, uma preocupação com uma ética de consumo, ou seja, vivemos uma grande expansão do conceito ambiental e ecológico.

Isso está refletido, em grande parte, na razão da convocação da Conferência.

Teremos a conferência específica e também uma série de assuntos paralelos. Mas, a sessão inaugural deve acontecer na manhã do dia 1º de junho de 1992 e seu encerramento está previsto para o dia 12. O dia 5 de junho, que é declarado pela ONU como dia mundial do meio ambiente, deve ser uma data marcante no transcorrer da Conferência.

Uma questão que é do domínio público, que considero interessante esclarecer, está relacionada com o nome do evento; a Conferência passou a ser chamada de ECO-92, e o nome vindo do Inglês é UnCED-92, ou Rio-92 que é a cidade que a sedia.

Isto é importante, porque a Conferência não vai somente tratar da questão ambiental, da questão ecológica, mas do meio ambiente e desenvolvimento; portanto, este esclarecimento é bastante oportuno.

A preparação da Conferência, e aqui estamos falando do que envolve o Brasil enquanto membro das Nações Unidas, vem se dando através de um processo onde um conjunto de assuntos que refletem a agenda da conferência vem sendo tratado num processo hierárquico que está evoluindo para os chamados comitês preparatórios, ou seja, basicamente temos agrupados, enquanto assuntos importantes, as espécies referentes à proteção da atmosfera, que envolve a questão de mudança climática, a destruição da camada de ozônio e a poluição fronteira do ar.

Envolve também os aspectos relacionados a recursos terrestres, como desmatamento, desertificação e seca.

Envolve a questão de conservação, diversidade biológica e controle ambientalmente sadio da biotecnologia, ou seja, dentro do Comitê Preparatório, esse conjunto de assuntos está organizado num grupo, que é o chamado Grupo 1.

Muitos desses assuntos já vêm sendo discutidos em vários níveis, em painéis e em outros grupos *ad hoc* de especialistas e vêm sofrendo um amadurecimento e evoluindo para o Comitê Preparatório. Esse esforço vem sendo desaguado nos grupos de trabalho.

Existe um outro Grupo de Trabalho, 2, que cobre as áreas dos oceanos, mares, áreas costeiras, suprimentos e qualidade de água doce, produção, controle e tráfego de produtos químicos e detritos tóxicos ou perigosos.

Muitos desses assuntos já possuem algum tipo de acordo e de formalização entre países; podem ser revistos em função das suas definições originais, ou sofrer uma quantidade maior de adesões de países nas convenções já estabelecidas.

O Grupo de Trabalho 3 trata das convenções legais e institucionais de outros aspectos com essas áreas, ou seja, é o grupo que procura fazer a amarração formal ou legal de todos esses assuntos.

Dessa forma, teríamos como um produto que se espera da Conferência, sobretudo em três ou quatro pontos, uma Carta da Terra, de caráter declaratório, onde estariam definidos os princípios básicos a serem seguidos pelos povos deste planeta a respeito da questão de desenvolvimento do meio ambiente.

Pelo menos duas convenções internacionais vêm sendo negociadas no âmbito do Comitê Preparatório, que procuram firmar um consenso da comunidade internacional sobre os grandes temas de relevância global que estabeleceriam normas jurídicas para proteção da atmosfera e para a preservação da biodiversidade.

Há uma possibilidade, também, de se discutir uma convenção sobre floresta. Na realidade, não se tem uma definição de formato do termo final, mas existe abertura para a questão de floresta.

Outro produto esperado é um plano de ação, que está sendo chamado de Agenda 21, agenda para o século XXI, com metas aceitas universalmente para o período pós-1992 e entrando pelo século XXI, com prioridade, estimativas de custo e atribuição de responsabilidades.

Finalmente, o Comitê Preparatório está negociando um conjunto de medidas que têm por objetivo criar os mecanismos de financiamento para projetos de preservação de meio ambiente e para a transferência de tecnologia ambiental.

Esse é o produto esperado, esses são os pontos que vêm sendo discutidos e negociados ao longo do processo preparatório.

Quanto a participação, quem é do *métier*, da área diplomática, informa que esse deve ser um dos eventos mais significativos, do ponto de vista diplomático etc. Espera-se que tenha uma participação extremamente representativa em termos de chefes de Estados. No item 9 desse papel que distribuímos aos senhores, há uma estimativa que se refere ao número de pessoas que devem participar, seja na cobertura, seja como apoio às delegações. Essa estimativa não envolve a participação não-governamental, que talvez surpreenda e possa avançar muito além desse número que está aí estimado.

Está previsto um conjunto de eventos paralelos relacionados com a Conferência, alguns de caráter oficial e outros de caráter não-oficial.

Está sendo estabelecido um calendário, onde já temos os seguintes programas:

- uma exposição-feira de equipamentos, produtos e tecnologias voltados para a proteção do meio ambiente. Essa exposição está prevista para acontecer na primeira quinzena de junho de 1992, em São Paulo;

- um seminário sobre cooperação científica e técnica no âmbito do meio ambiente em cidades pequenas e médias previsto para acontecer em Curitiba no final de maio do ano que vem;

- uma reunião, em Brasília, após a Conferência, de parlamentares de todos os países — membros da Organização Interparlamentar; e a realização, em Manaus, de uma Conferência de Chefes dos Estados-Membros do Tratado de

Cooperação Amazônica, para coordenar as suas posições previamente à conferência.

Nesse sentido, pela oportunidade que temos tido de participar das reuniões no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, verificamos que há uma disposição bastante grande dos países-membros desse Tratado em ter uma participação coordenada, previamente acertada no que diz respeito às convenções que serão discutidas. Há, inclusive, um processo de consulta recíproca, que as chancelarias desses países têm feito na definição das posições em torno da evolução da agenda para a Conferência.

Está previsto também ocorrer uma reunião de caráter paralelo, que deve fazer o rebatimento da reunião oficial, e que está sendo organizado por entidades não-governamentais não somente de caráter ambientalista. Essa reunião terá a participação dos vários setores não-governamentais interessados na questão.

Eu passaria a falar com mais detalhe a respeito do Relatório Nacional Brasileiro para a UnCED-92. No início deste ano foi definido e atribuído à Secretaria do Meio Ambiente a coordenação da elaboração desse relatório. É extremamente importante esclarecer o objetivo e a natureza do relatório que visa a fornecer subsídios técnicos para a participação brasileira na Conferência. Ele busca, sobretudo, estabelecer um diagnóstico descritivo e analítico da situação ambiental. É importante se ter consciência de que o relatório não significa que ali vão estar espelhadas e que ali vão estar indicadas as posições brasileiras; o relatório deverá ter caráter diagnóstico e descritivo dos problemas, e analisar a evolução que essa questão vem tendo dentro do Brasil.

E o relatório não vai servir como base para que se faça crítica dentro da Conferência a outros países. Isso é extremamente importante, porque, como o relatório que tem conseguido alcançar um nível de domínio público, muitas vezes ele está sendo confundido com as posições brasileiras — e não é assim! Esse relatório tem um procedimento de elaboração, que está indicado também no documento distribuído; ele começou com o esforço de organização de uma equipe e a definição de uma estrutura para trabalho. Essa estrutura contratou e contou com a cooperação de cerca de 70 consultores que estão alistados numa planilha de acompanhamento, também contida nessa pasta. Essas contribuições totalizaram cerca de 3.000 páginas que foram sintetizadas numa primeira versão, em torno de 450 páginas, está sofrendo uma revisão editorial devendo ser aprovada na reunião de amanhã da Cima. A partir dessa aprovação, faremos a impressão e ampla distribuição desse relatório, que deverá alcançar um número de 30 a 40 mil exemplares, e será distribuída utilizando a estrutura dos Correios, onde qualquer indivíduo pode lançar mão de um exemplar e ainda vai ser remetida para uma lista bastante significativa de entidades e de setores da sociedade.

Passado algum tempo, faremos uma audiência pública. Em cada capital, pretende-se não só expor o que é a Conferência, mas também o que é relatório. A partir daí, esperar contribuições para que numa consolidação final a Cima possa aprovar um relatório brasileiro para a Conferência e encaminhar esse relatório para as Nações Unidas. Tudo isso tem prazo. Essa audiência pública vai ser feita utilizando o sistema de TV Executiva, da Embratel, possibilitando a ligação de todas as capitais e um esforço de participação.

Posso dizer aos senhores que desconheço outro país que esteja fazendo um esforço tão grande para legitimar e conseguir mobilizar a opinião pública, as contribuições da sociedade, para a elaboração desse relatório.

De forma bastante sintética, era isso que eu queria dizer. Não sei se alguém do nosso grupo gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Mas a expectativa que temos — é o esforço da Secretaria do Meio Ambiente — é de não só produzir, de forma qualitativa, do ponto de vista técnico, mas sobretudo buscando ter uma compreensão, uma legitimação dos nossos documentos. E o esforço da Secretaria tem sido no sentido de contribuir junto ao Itamaraty, para que as posições brasileiras não fiquem atrasadas e consigam ser motivadoras para que essa Conferência reflita em decisões, em definições mais importantes e que tenha a possibilidade de estabelecer maior coerência nessa relação da questão do desenvolvimento e meio ambiente.

Estamos fazendo uma exposição muito sintética, algumas questões teremos dificuldades de respondê-las, porque certamente elas serão da alçada do Itamaraty. Vamos ter que nos limitar ao que é nossa atribuição, dentro do Executivo, nesse assunto. Acho que seriam essas as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra à Dr^a Tânia Munhoz, que quer complementar essas informações.

A SRA. TÂNIA MUNHOZ — Apenas para uma ou duas colocações. Para falar sobre a parte técnica do relatório, as questões sobre os capítulos, a escolha desse direcionamento ou não, trouxemos duas pessoas que poderão responder com muito mais propriedade. Ainda não tive o privilégio de ler todo o relatório — o Dr. Eduardo já conseguiu — estamos cuidando da parte administrativa.

O que queremos deixar claro é que nós, enquanto País, estamos fazendo um esforço muito grande porque temos a atribuição de receber essas nações, principalmente nós, que somos mulheres, e que temos sempre que arrumar a casa. E o relatório é uma parte desse esforço. Qualquer país pode atrasar o relatório, pode pedir uma prorrogação de data ao Secretariado da Conferência. Agora, para nós ficará muito difícil trabalhar com datas e sem o seu cumprimento. Esse esforço obrigou-nos a trabalhar dessa maneira. A metodologia montada foi em função do curto espaço de tempo. Já aconteceu de algumas entidades nos perguntarem: "Por que não começaram antes?" Lamentavelmente somos o que somos; um país que não tem as instituições totalmente organizadas — não foi possível começar ano passado como gostaríamos. Não havia recursos, a Secretaria do Meio Ambiente fez um esforço sobre-humano para encontrá-los, o ano passado ficamos sem orçamento, passamos por todos esses problemas. Mas graças a Deus conseguimos cumprir os prazos. E o que é mais importante, a partir dessa reunião de amanhã, porque precisamos, como o Secretário Eduardo colocou, que a Comissão Interministerial aprove esse relatório. Por enquanto é intenção de um grupo que, seguindo um roteiro, aprovado por essa própria comissão, elaborou o documento. No momento em que for aprovado, amanhã, ele estará na rua! Qualquer pessoa poderá opinar e propor modificações. Isso, para nós, é muito importante.

Agora, sugiro que se V. Ex^a tiverem perguntas mais técnicas, o pessoal está aqui presente especificamente, trabalhando *full time* nisso.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, acredito que apesar da apresentação bastante sucinta, o Dr. Eduardo, como Secretário Adjunto da Sema, cumpriu o seu papel de trazer um resumo da situação da ECO-92, do grande encontro, e apresentou aqui exatamente essa documentação sucinta. Ele acabou de entregar, também, o relatório que divulgarão aqui à Comissão. Evidentemente é um relatório longo, nós teremos que reproduzi-lo para voltar, realmente, a discutir o assunto.

Considere que o aspecto desta primeira reunião realmente global, preparatória, de informação. Mas, antes de passar exatamente ao questionamento dos ilustres Senadores, quero lembrar que, dentro dessa estratégia de informação preliminar, nós já convocamos para a próxima reunião os membros do Itamaraty responsáveis por essa Conferência no que diz respeito às negociações, à organização etc.

Hoje, nós temos somente a equipe técnica que elabora as propostas, o documento. Na próxima semana evidentemente, traremos toda a equipe; está prevista a vinda do Embaixador Marcos Azambuja, que é o Secretário-Geral da Cima, que aprovará amanhã o relatório, e o Ministro Luiz Felipe Macedo Soares, Secretário-Executivo da Comissão Interministerial do Meio Ambiente. São as pessoas indicadas exatamente para discutir outros assuntos de maior relevância, no que diz respeito à organização e participação desta Comissão.

Antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, gostaria de lembrar que de qualquer forma, que esse documento encaminhado agora, o documento síntese, consegue de forma bem objetiva dar uma visão clara do problema e mostra a preocupação que tem ao trazer o produto esperado; é uma Carta da Terra, as convenções internacionais aqui definidas; um plano de ação que vai até a Agenda 91; e, sobretudo, mecanismo de financiamentos de projetos de preservação. São quatro produtos fundamentais que esse Senado, esse Congresso terá uma responsabilidade fundamental, inclusive de aprovar os futuros acordos. Daí, a nossa preocupação de acompanhar detalhadamente isso. Também penso que nós, não hoje, mas juntamente com os Ministros que vêm na próxima semana, temos que, talvez, verificar como o Senado ou o Congresso poderá participar, de uma forma ou de outra, do comitê preparatório chamado Precon, que eu acho que é importante. Essas evidentemente, são questões em que os técnicos não podem envolver-se. Mas eu penso que esta Comissão terá uma grande responsabilidade, baseada nesse documento preparatório, de reivindicar realmente participações importantes, como esta do próprio Precon, que eu considero o órgão fundamental da coordenação da ECO-92.

Então, com essas preliminares, não quero me alongar, porque também me inscreverei para perguntar alguma coisa, mas quero deixar que os nossos ilustres Senadores, preocupados com a ECO-92, e alguns tendo informações preliminares hoje, que comecem exatamente as inquirições aos ilustres membros que aqui estão. Lembro, também, que acompanham o Dr. Eduardo de Souza, o Dr. Roberto Pereira Guimarães, que é coordenador técnico da redação final, a responsabilidade é de S. S^a e a Dr^a Neli Amaral, que é Coordenadora do Relatório Nacional, portanto técnicos responsáveis pelo diagnóstico que está contido nesse grande relatório, que eu ainda considero preliminar.

Vou deixar as nossas questões para o final e encaminharei logo a parte que diz respeito às inquirições.

Convido para primeira inquirição o nosso ilustre Senador do Amazonas, Amazonino Mendes, a quem concedo a palavra.

O SR. AMAZONINO MENDES — Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Eduardo de Souza e Dr. Tânia Munhoz que aqui compareceram no afã de nos prestar informações, esclarecimentos, a fim de que possamos, como senadores, participar desse importante evento internacional, dando a nossa contribuição, tanto quanto possível abalizada, na busca da solução desse angustiante problema, que é o problema ecológico.

Ao que me foi dado inferir da rápida leitura que fiz desse documento e da audiência, da exposição feita pelo Dr. Eduardo, e secundada em poucas palavras para a Dr^a Tânia, a estrutura organizacional do evento pressupõe a exibição de relatórios, pelas delegações providas de vários países e nós teremos que também fazer o nosso relatório. O que me preocupa é a ótica, exatamente no aspecto filosófico. O relatório informaria, parece-me consubstanciar informações técnicas, uma espécie de diagnóstico; evidenciaria, exporia, colocaria a nu os males, a existência das ocorrências que conflitariam, confrontariam a natureza de forma danosa.

Por outro lado, a questão é global, envolve até a questão atmosférica, a diversidade fisiográfica de uma área continental como a nossa; e a minha preocupação diz respeito a uma particularidade — porque eu creio que a preocupação da maioria dos aqui reunidos é com a questão amazônica.

Ora, nós temos tido uma experiência, ao longo do tempo, de que a Amazônia, ao ocupar o noticiário internacional e a preocupação manifesta dos cientistas, seja internacional ou local... a Amazônia tem sido observada — e aí entra a questão da ótica — apenas pelo prisma da proibição; não pode fazer isso, não pode fazer aquilo etc. Então, isso me parece uma fórmula muito simplista, de certa forma ingênua, drástica, desumana e inconsequente, no meu ponto de vista. Se parto da informação de que o relatório é uma posição preliminar de diagnóstico, pressupondo admito que após a sua aprovação o nosso País poderia desenvolver um programa a ser submetido àquela assembléia — isso não ficou muito claro — mas, de certa forma, fico também apreensivo — mesmo na hipótese da ocorrência dessa suposição de que haja depois a elaboração de um programa específico — porque imagino que o programa poderá ser calçado na mesma ótica que teria inspirado o relatório. Trocando em miúdos, acho que não poderemos mais admitir simplesmente as proibições sem se oferecer as alternativas, sem levarmos em conta dois fatores básicos: primeiro, o País não pode renunciar a 2/3 do seu território; isso é uma coisa fora de senso. Segundo; não podemos ignorar a existência de 17 milhões de pessoas que vivem na Amazônia.

Por outro lado, creio que é perfeitamente factível e impossível promovermos o chamado desenvolvimento almejado na área, na região sem, contudo, sacrificar a natureza. É possível, desde que tenhamos conhecimento tecnológico, vontade política, incentivo.

A Amazônia, sobretudo a Amazônia Ocidental, com exceção de uma cidade-estado, que é Manaus, que talvez seja a maior renda *per capita* brasileira, um dos maiores índices de concentração de renda neste País, mercê de um modelo desenvolvimentista capenga, que é a Zona Franca de Manaus, porque detém, hoje, 65% da população e 99,2% da receita do Estado, à exceção de Manaus, a Amazônia tem, em contrapartida, 2 milhões e 200 mil quilômetros quadrados em absoluto abandono, devido à falência do extrativismo. No entanto, vejo ainda teimarem na revigoração do extrativismo. Tese levantada por falsos ecologistas, que desconhecem por completo a região, inclusive a característica de heterogeneidade da Amazônia.

Nós não temos manchas concentradas de produtos suscetíveis de extrativismo. O Ibama, que administra a borracha natural, sabe que essa é uma atividade falida, que não tem mais solução, não tem jeito. O nosso produto tem que ser subsidiado para que se continue a produzi-lo. Temos problemas constantes, como o definhamento do preço, mesmo com os subsídios, mesmo com a ajuda brasileira, e é uma atividade que acabou. Por igual podemos nos referir à a castanha-do-pará refugiada no porto de Hanover. Recentemente, 50 mil toneladas foram rejeitadas, porque apresentam um fungo que a sociedade européia não aceita mais e recusa-se que o mesmo ocorra nos Estados Unidos. E assim acontece com a piçaba, e tantos outros produtos que fomentaram a expansão da região amazônica, as chamadas especiarias.

A nossa filosofia deveria ser enriquecida com uma preocupação. Ao invés de nos apolarmos no que não pode ser feito, temos que partir de uma outra ótica, que é o que se pode fazer em busca deste ideal, desde binômio "conservação e desenvolvimento".

À guisa de contribuição modesta de quem é ex-governador de um Estado da região, fruto da minha observação pessoal, eu diria a V. Ex^a que deveríamos levar em conta a piscicultura, por termos 20% da reserva de água doce do planeta, e uma fauna ictiológica que rivaliza com marinha; tanto quanto possível; deveríamos incrementar a pesquisa nesse sentido, o conhecimento que nós temos da cultura do peixe é ínfimo, salvo engano, é dado esporadicamente pelos húngaros; deveríamos desenvolver uma pesquisa orientada, aplicada, defi-

nida, não dileitante como, via de regra, vem sendo feita pelos institutos de pesquisas, que querem apenas atender a sua curiosidade, e não voltar-se para a pesquisa que possa redundar em proveito prático daquela grande região. Temos que levar em conta que temos 230 milhões de hectares de várzeas, que são irrigadas todos os anos, normalmente, prescindindo da existência de insumos; poderíamos, com o desenvolvimento tecnológico, orientar o fazendeiro, o expensor da fronteira que queima as matas por falta de alternativas de investimentos.

Acho que está na hora de revelarmos as verdades, de não termos receio de falarmos o que é correto, tanto quanto possível com base científica. Não entendo, por exemplo, por que é proibida a exportação de madeira em toras na Amazônia. Todo mundo sabe que ela é heterogênea, a extração da madeira não provoca danos na floresta, exatamente porque não há manchas homogêneas, aglomerados de espécies.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AMAZONINO MENDES — Com muita honra, meu querido Senador.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Nesse acordo sou, na origem, um dos responsáveis pela proibição da exportação da madeira em toras na Amazônia. Isso, evidentemente, ocorreu no início da década de 70, quando eu era diretor do Banco do Brasil e fiz essa solicitação ao Diretor da Cacex, à época o Dr. Benedito Moreira. O objetivo era exatamente aquele de agregarmos valores aos produtos primários de nossa região. Infelizmente, dentro do projeto e do plano de valorização da Amazônia, do seu plano de desenvolvimento, o que aconteceu muito no Pará, ao invés de indústrias de beneficiamento de madeira para termos possibilidade de oferecer o produto ao consumidor final, o que aconteceu, equivocadamente, foi o fomento da instalação de serrarias. Nós passamos a exportar não madeiras em toras, mas madeiras serradas, o que não agregava praticamente nada. Continuo defendendo a tese de que devemos, na Amazônia, agregar o máximo possível de valor, inclusive da mão-de-obra, aos produtos primários que dali são extraídos. Era essa a observação que desejava fazer ao meu ilustre companheiro e amigo, ex-Governador Amazonino Mendes, que, sem dúvida nenhuma, nesta sala, é um dos maiores conhecedores dos problemas da região.

O SR. AMAZONINO MENDES — Ilustre Senador, devo confessar que, realmente, nessa época, há cerca de duas décadas, eu era do mesmo parecer. Eu entendia que era muito mais importante exportarmos madeira beneficiada, porque pressupunha a existência de investimentos em serrarias e a geração de empregos. Acontece que uma verdade se impõe sobre isso, e nos dá um outro comando. Quem manda é o mercado. Se o mercado não quer madeira beneficiada, não adianta fazer montanhas de madeira beneficiada, porque se vai à falência. É o que ocorre, é o que ocorreu e é o que vem ocorrendo.

Ao reverso, a China, por exemplo, queria importar 10 milhões de metros cúbicos de madeira em tora e não conseguiu, mercê dessa proibição. Ela foi buscar esse produto nos Estados Unidos. É exatamente o aprofundamento dessas questões que nos vai levar, pouco a pouco, a uma elucidação da questão.

No Estado do Pará a extração da madeira é feita à margem das rodovias, mas na Amazônia Ocidental, onde não há rodovias, a extração é feita às margens dos rios, com extrema dificuldade, e com a ausência literal de outra atividade econômica. Acabei de citar aqui um elenco enorme de produtos que sofreram aviltamento sistemático de preço no mercado, e que não mais permitem a vida do ser humano na hinterlândia. Acho que é dispensável falar dos efeitos disso nos pequenos vilarejos da Amazônia Ocidental, hiperinchados, onde não há nenhuma atividade econômica, e que vivem especificamente das verbas municipais e dos eventuais pagamentos que o Governo faz nas áreas de saúde, educação etc. A extração da madeira seria um mercado estupendo, extraordinário, que geraria emprego, riqueza, divisas, que poderia manter essas populações e não vejo, honestamente, o dano que causaria à natureza, por razões que passo a expor: primeiro, a Amazônia, notadamente os três milhões de quilômetros quadrados do trópico úmido, tem uma floresta auto-renovável. Todo cientista sabe disso. O cientista que nega isso não é honesto, ele está a serviço de algum interesse inconfessável. Se corta uma árvore, ao redor daquela árvore há 10, 15, 20 filhos disputando a luz do sol para nascer. Quando é derrubada aquela árvore, há uma disputa, na seleção natural das espécies, e às às vezes; nascem duas em lugar de uma. Além do outro aspecto — a floresta envelhecida — na floresta velha temos manchas de cupins, 200 hectares de floresta tomados pelo cupim no Estado do Pará.

E, repito, se a extração da madeira exigisse um desmatamento concentrado, eu me calaria, porque a precipitação pluviométrica, a força pluviométrica provocaria a lixiviação da camada de húmus e nós teríamos ali, eventualmente, um deserto. Isso é verdade, e o que é científico temos que respeitar.

Mas uma população literalmente pobre, que não tem nenhuma tradição cultural, que se acostumou, ao longo das gerações, apenas ao extrativismo, e

eu já tenho denunciado, está sendo vítima de um genocídio, porque não tem nenhum meio de ganhar a vida, de ter uma remuneração, e está exposta a todo tipo de endemias próprias do trópico. Poderíamos estender esta conversa e identificar uma série de potenciais econômicos que poderiam ser objeto concreto de uma proposta na ECO-92, e poderíamos trazer para o mundo, para o País e para todos nós uma tranquilidade. O Brasil não renunciaria à região, utilizaríamos o nosso direito de produzir e, ao mesmo tempo, integraríamos as nossas populações às atividades econômicas e, de forma mais eficaz, no meu entendimento, sustaríamos o avanço deletério da fronteira agrícola. Parto do pressuposto de que um projeto desses, enriquecido cientificamente, comprovado cientificamente, assinado por cientistas, sensibilizaria as agências de desenvolvimento mundiais, notadamente o Banco Mundial.

Vou terminar as minhas colocações, porque já estou fazendo uma conferência, e peço perdão e vênha a todos, mas eu deixo aqui a minha sugestão. Sei do trabalho árduo, difícil e obrigatoriamente contraditório de um órgão que enfrenta tremendas dificuldades, inclusive econômicas e financeiras, como é o Ibama, para cobrir um País de dimensões continentais, com tanta diversidade, como é o nosso. Formulo a pergunta, finalmente, indagando ao Dr. Eduardo, à Drª Tânia, se estou enganado, ou se estou certo com a minha apreensão. A pergunta é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Martins.

O SR. EDUARDO MARTINS — Entendo que é necessário esclarecer o papel que cada uma dessas coisas vai ter do ponto de vista da política interna. O relatório é um diagnóstico. Ele pode descrever, pode indicar os efeitos das políticas, mas não significa uma definição política, e não significa nenhum compromisso de modificação da ação do Governo com relação à Amazônia.

A própria Amazônia aparece, no relatório, da mesma forma que aparece o cerrado, que aparece o Pantanal, com a mesma ênfase que aparecem esses outros ecossistemas. Entendo que nós, também, às vezes, caímos em uma armadilha. Quando permitimos e damos espaço para que a Amazônia seja colocada como o nosso grande problema ambiental, estamos entrando em um processo de alto caráter simbólico, que elegeu um espaço que é extremamente relevante e importante, porque é a maior extensão contínua de florestas existente neste Planeta, mas, a rigor, os nossos grandes problemas ambientais não estão na Amazônia.

A Amazônia é muito mais nossa solução do que nosso problema. Os grandes problemas ambientais brasileiros estão nos grandes centros, estão associados a um perfil industrial atrasado, a uma indústria que precisa ser reconvertida.

O SR. AMAZONINO MENDES — Peço a vênha do Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amazonino Mendes.

O SR. AMAZONINO MENDES — ... porque eu estaria dando solução de continuidade na sua exposição, mas preocupo-me com uma coisa. É evidente, o ilustre expositor coloca bem, que a poluição no mundo é grande preocupação, mas nós estamos vivendo, nós que somos originários da região, que lá moramos, os efeitos de 10 anos de denúncias, Sr. Presidente.

Entendemos que a ECO-92 seria uma oportunidade extraordinária para que nós nos libertássemos das algemas e das falácias científicas. Essa é a grande questão que diz respeito a nós todos. E mais, há uma crônica, há um relato histórico, contraditório, é bem verdade, ao longo do século, que uns entendem como cobiça internacional sobre a Amazônia, outros entendem que é uma ótica xenófoba, mas o fato é que a Amazônia é uma das menores densidades demográficas do globo, é uma das suas maiores províncias minerais, é uma das suas maiores fontes energéticas, enfim, é maior nisso, é maior naquilo etc.

E temos alguns exemplos. Parece-me que houve um cochilo internacional, e uma empresa brasileira conseguiu explorar estanho e cassiterita. Ela desarrumou o mercado internacional! É evidente que muitos interesses internacionais foram contrariados. Isto nos informa, sem embargo da colocação do Senador Oziel Carneiro, porque nós não podemos exportar madeira em tora; isto talvez nos informe porque 2/3 do Estado de Roraima estaria sendo destinado aos ianomamis. Essa é uma região que é uma das mais ricas províncias minerais do mundo, e essas são questões que nos induzem, no mínimo, à desconfiança. Tenho a impressão de que a questão Amazônia é fundamental na ECO-92.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra à Srª Tânia Munhoz.

A SRA. TÂNIA MUNHOZ — Penso que V. Exª coloca o problema claramente, e é bom se chegar logo nos "finais". Entendo a preocupação com a Amazônia, porque eu morei na Europa, no final da década de 70, e em 1990 quando

fiz doutorado, e eu me lembro que, naquela época, havia gente que sabia muito mais da Amazônia do que nós, que éramos brasileiros e que morávamos lá. Isso é real. Ninguém vai questionar. Estamos certos de que em 1992 a Amazônia será o assunto — vão me desculpar — para depois do relatório. Isso é concreto. Agora, o que também é concreto, no nosso entendimento — até vou procurar pegar o exemplo que o senhor deu — é a questão da cassiterita. O que queremos nós, que cuidamos da área do meio ambiente e temos um compromisso, enquanto Governo, é viabilizar uma região, como o senhor mesmo disse, que tem 17 milhões de habitantes e que, graças a Deus, melhor do que ninguém tem cuidado da Amazônia. E cito o exemplo do seu estado, que, graças a Deus, não sofreu fluxo migratório de pessoas de outras áreas do País; é o estado mais preservado, o que menos destruiu a sua floresta e que mais sabe aproveitá-la, porque acredito que ninguém melhor do que o caboclo, como o senhor observou, sabe cuidar daquela região. Quero dizer-lhe que, quando estudava geografia, há alguns anos — já estou longe desse tempo — analisava a situação do Nordeste e do Norte e sempre tinha a certeza que o caboclo no Norte, por pior que fosse sua vida poderia tirar daquela floresta algumas proteínas, coisa que não acontecia mais no Nordeste; ele tinha que migrar e descer para o Sul, Centro-Sul, sob pena de morrer de fome, porque, em terra deserta e árida, não há como tirar-se coisa alguma.

Volto à colocação que eu queria fazer: temos a obrigação de viabilizar. Quero deixar claro para os senhores que este relatório, o seu compromisso, a sua ética e desenvolvimento e meio ambiente. Estamos fazendo um diagnóstico de uma situação, enfocando esses dois lados. Não estamos fazendo uma análise só da questão ambiental, como está no quadro. Estou dizendo o seguinte: como temos que viabilizar aquela região, temos que achar saídas para ela. Temos obrigação de achar saídas e deixar claro ao mundo que não vamos abrir mão dos destinos de nosso Planeta e da maior floresta tropical úmida, do mundo. Para isso temos que voltar ao exemplo da cassiterita. Temos que fazer a exploração mineral na Amazônia já que existem minérios. E não temos que nos sujeitar a mercados externos; temos, sim, a obrigação de achar uma maneira de extrair essas riquezas sem deixar o que hoje temos em Alta Floresta. Sobrevoei aquela região, que é uma chaga a nível ambiental. Esse é o nosso compromisso enquanto brasileiros, não o de outros países que utilizam a ideologia de "Amazônia pulmão disso", "pulmão daquilo" que nos vai conscientizar. Nós é que temos que encontrar saídas. É obrigação nossa. A Amazônia, tenho dito, Senador, é importante para nós. V. Ex^a mesmo disse isso. Temos consciência que a palavra extrativismo — vamos ter que achar uma outra palavra — está muito desgastada, concordo com V. Ex^a, vamos chamar de desenvolvimento auto-sustentado, vamos chamar do que quer que seja, mas a vida da Amazônia é na floresta. Concorde com V. Ex^a que a floresta tem os filhotes, como denominamos, mas temos que trabalhar de forma racional e penso que V. Ex^a, em nenhum momento aqui, está defendendo, como nós também não, o corte raso. Então tudo isso tem saídas — científicas — concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Senador Amazonino Mendes, só para tentar ordenar os trabalhos...

O SR. AMAZONINO MENDES — Entendo e peço vênia a Presidência, mas acredito que estamos muito próximos, mas muito próximos de uma coisa boa. Então peço vênia a Presidência — aproveitando as observações Dr^a Tânia Munhoz — para dizer-lhes algo curioso: a filosofia é igual. Não vejo nenhuma contradição, mas sou forçado a reconhecer que a metodologia preocupa.

Veja bem, quando a Dr^a Tânia Munhoz se refere ao Estado do Amazonas que é preservado, porque é o setentrional, é a fronteira mais distante que foi preservada, ele o é tão-somente por isso. Até quando? É uma grande indagação. Porque o avanço da fronteira é uma inexorabilidade em todo o mundo, como houve nos Estados Unidos e outros países. Na verdade temos 0,5%, levando-se em conta as projeções das cidades, vilas, ocupado no Estado do Amazonas. Mas temos um problema. Quando a senhora evidencia a sua alegria, o seu gládio com essa preservação, esse zelo que tem o índio, eu o chamaria assim, nem o ameríndio, mas o caboclo, na preservação, o mesmo tempo a senhora secunda, dizendo que na floresta ele tem meios de obter proteínas. Tudo mudou muito. Não existe mais este objetivo maior da nossa preocupação. Existe a fome e a fome endêmica. O caboclo amazônico, que estimo em 1 milhão e meio de pessoas na Amazônia Ocidental, sofre hoje a chamada fome endêmica — conceito inclusive apresentado pela Trilogia da Fome escrito pelo nosso inesquecível Josué de Castro, que nos dá conta disso — porque ele não caça mais. Ele sofreu uma involução inclusive social, porque, não tendo atividade econômica, não pode comprar munição. Então essa involução social o aproxima cada vez mais dos índios. Ele tem uma vida igual a dos índios sem as defesas orgânicas dos mesmos herdadas de gerações em gerações. Então, hoje, um dos maiores quadros, ou talvez o maior índice concentrador de lepra, que não é uma doença

tropical, muita gente confunde, é o Mal de Hassen. Estão lá nessa região todos os vírus conhecidos de hepatite do mundo, inclusive o vírus Delta, que mata em 24 horas e só se encontra outra incidência na China. Nessa região, somos os campeões do mundo. O recrudescimento da malária, enfim, essas coisas todas que são companheiras, que andam *paripassu* com a falta de remuneração econômica.

A SRA. TÂNIA MUNHOZ — Se V. Ex^a permite, ocorreu o mau uso daquele ecossistema rico, porque isso não havia há uns anos atrás.

O SR. AMAZONINO MENDES — Porque há alguns anos o extrativismo permitia o mercado. Hoje não adianta falarmos em extrativismo, em borracha, piaçava e outras coisas mais, porque não há mais mercado. Parece-me que há uma absoluta sintonia, não há nenhuma contradição em buscar, imediatamente, a identificação de potencialidades econômicas que poderão ser desenvolvidas. Quando a senhora fala, por exemplo, em mineração, penso que é possível fazer a mineração com a reposição da camada de humus. Não é verdade?

Para concluir, pois devo ir para outra comissão, tenho a impressão que a grande questão é simplesmente esta: identificar as potencialidades econômicas, incrementar a pesquisa, porque sem pesquisa não chegaremos a lugar algum; o meu recelo é que, se não tivermos esse perfil de comportamento, a nossa posição, a nossa atuação na ECO-92 será desastrosa, até porque os resultados da ECO-92 vincularão os países membros e vincularia o Brasil.

Esta é minha preocupação e a razão da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Só gostaria de lembrar aos ilustres Senadores que a nossa comissão é realmente pequena e já vi, pela preliminar desta primeira reunião, que o interesse em relação ao tema é grande por parte dos Srs. Senadores.

Agora, quero lembrar, também, que estão inscritos vários Senadores que terão oportunidade de questionar os ilustres conferencistas. Também quero lembrar que esta comissão, evidentemente, não irá tratar exclusivamente da Amazônia. Entendo que a maioria dos membros da comissão são amazônidas como também eu, mas de qualquer forma, vamos ter muitas oportunidades de discutir detalhadamente preocupações como as do ilustre Senador Amazonino Mendes. E eu sugeriria, em termos concretos, que esta comissão hoje receba os responsáveis da área técnica do Governo Federal, pela conferência. Eles acabaram de nos entregar o relatório que irá ser aprovado amanhã pela Cima e uma síntese de toda a metodologia de trabalho do Governo Federal, na área técnica. Recebemos esse documento. Estamos entregando-o a vocês. O relatório oficial, que será aprovado amanhã, é longo. Vamos distribuí-lo aos senhores. Portanto, vamos tentar fazer, na nossa comissão, algo bem operacional, bem objetivo, para que, na quarta-feira, voltemos, numa reunião só de Senadores, para discutir alguns aspectos metodológicos, de estratégia. Na quinta-feira, voltaríamos com as audiências externas do Ministério das Relações Exteriores.

Eu lembraria aos ilustres membros que o tema de hoje é todo o trabalho da ECO. Vamos ter oportunidade de discutir programas e políticas específicas dos vários temas que virão posteriormente. Portanto, gostaria de saber se o Dr. Eduardo quer agregar mais alguma informação. Vários Senadores estão saindo, porque, lamentavelmente, no Senado, várias comissões funcionam simultaneamente e, às vezes, fazemos parte de várias. Há pouco chegou o Senador Fernando Henrique Cardoso, que estava na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Está aqui, porque é um membro interessado neste assunto, e não teve oportunidade de assistir à conferência inicial do Dr. Eduardo. Gostaria de saber se nosso conferencista tem alguma coisa a agregar.

O SR. EDUARDO DE SOUZA — De forma bastante rápida, gostaria de dizer que fizemos entender a natureza, o papel e o objetivo de cada uma das partes que envolve a conferência. Temos um relatório, temos um processo para chegar ao relatório nacional, temos o conteúdo desse relatório, que deve fazer um diagnóstico, temos a posição brasileira em torno da agenda, em torno do que nós aqui indicamos, que deve ser o resultado da conferência.

É claro que todos esses assuntos dizem respeito não só à Amazônia, mas a todos os sistemas ambientais, a todos os ecossistemas do Brasil. Creio que a Amazônia precisa ser bastante discutida, porque, ao mesmo tempo em que o País é recriminado pelo que acontece naquela região, a Amazônia é um dos principais trunfos que este Brasil tem, do ponto de vista da questão ambiental. Creio que a Amazônia, como se insere dentro da Uneced-92, deveria ser até objeto de uma discussão específica, mesmo porque creio que, em torno dessa questão, sistematicamente ressuscitamos mitos já superados, que não mais são demonstrados. Não podemos insistir, por exemplo, em que os caboclos não aspiram à modernidade. Não podemos entender, também, que a ocupação da Amazônia reproduza o rastro de destruição que algumas estradas ou algumas experiências demonstraram, inclusive, reproduzindo erros de forma sistemática.

Portanto, creio que a Amazônia merece ser discutida, aqui, no sentido de como está inserida dentro desses vários instrumentos, desses vários encaminhamentos que estão sendo feitos em relação à conferência; mas creio que, se hoje pudéssemos ficar numa visão e numa compreensão mais global e mais geral, seria bastante oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Eu perguntaria se todos já receberam o documento que tenta, de forma bem prática, definir todos os passos da conferência. Creio que todos receberam. O documento abrange desde a convocação, todas as etapas, que foram a apresentação do Dr. Eduardo e da Dr. Tânia. A entrega do relatório não está sendo discutida aqui, porque ele foi encaminhado hoje e deverá ser tema de outros encontros posteriores. Volto a perguntar se todos receberam esse documento, que, no meu entender, é fundamental para começarmos nossos trabalhos de forma bastante objetiva e operativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

Quero lembrar que o Senador Valmir Campelo é Vice-Presidente, hoje exercendo o papel de Relator. Gostaria de informar aos Srs. Senadores que a metodologia que estamos usando — e que vai ser discutida, na próxima semana entre nós — é de que cada reunião tenha um relator. Depois teríamos um relator-geral, a ser discutido entre nós. Hoje, o nosso Vice-Presidente assumiu o papel da Relatoria. Lembramos, também, que tudo está sendo gravado e que é fundamental a participação dos senhores nesses trabalhos. Vamos ter, evidentemente, relatórios parciais e relatórios globais. Hoje o Relator é o Senador Valmir Campelo, a quem concedo a palavra.

O SR. VALMIR CAMPELO — Dr. Eduardo de Souza Martins, também concordo com V. S. quando sugere que o assunto deva ser tratado de forma global. Gostei da exposição do senhor, assim como gostei da exposição do Senador Amazonino Mendes, que nos faz um alerta. Vamos receber técnicos, cientistas do mundo inteiro. É importante que não nos deixemos induzir através da euforia, do impulso, do entusiasmo, da vibração, e possamos apresentar as conclusões nessa ECO-92.

Mantenho a mesma preocupação muito grande, Dr. Eduardo, no que diz respeito à participação de nossa comissão, cuja incumbência não é somente estudar ou analisar, mas principalmente acompanhar todas as atividades da conferência. Daí termos uma necessidade muito grande de estarmos presentes em todos esses estudos, principalmente no que se refere aos grupos de trabalho explicitados neste documento.

V. S. tocou rapidamente num assunto que também me preocupa. Vamos ter a ECO-92, a "ECO oficial", mas sabemos que, provavelmente, teremos uma "ECO oficiosa", ou seja, outras pessoas se reunindo, num número bem mais significativo do que o da ECO-92. Gostaria que V. S. pudesse esclarecer essas duas vertentes, e como seria a participação da Comissão Organizadora, com uma ECO paralela à ECO-92, oficial.

O SR. EDUARDO DE SOUZA MARTINS — Dentro da Comissão Intergovernamental de Meio Ambiente, os setores do meio ambiente do Governo sempre defenderam uma aproximação e uma participação do setor não-governamental. A partir dessas posições, a Cima tem, hoje, como observador, um representante do Fórum das Entidades para a Conferência de 1992. Essas entidades reúnem, hoje, mais de uma centena de órgãos, de instituições não-governamentais que atuam no Brasil, tanto na área ambiental como nas áreas de organização popular, direito humano, reforma agrária. Esse grupo, dentro do Brasil, vem trabalhando na organização da conferência paralela. A nível mundial, existem alguns órgãos que estão, juntamente com o secretariado responsável pela conferência, buscando organizar, a nível mundial, essa conferência. A participação do Governo é de expectativa. Precisamos garantir espaços, segurança e apoio para que essa conferência paralela ocorra. Não existe, por parte do Governo brasileiro, nenhuma censura, nenhuma preocupação em torno dessa conferência. Existem preocupações de que a estrutura seja adequada.

Do ponto de vista de expectativas — e isto podemos ter — desejaríamos que a conferência paralela conseguisse fazer, para cada ponto significativo da agenda, uma contraposição; e que isso funcionasse como um alerta, que isso funcionasse como uma indicação aos representantes dos estados, das Nações, de que hoje a sociedade, a população deste planeta está motivada, está interessada em que, qualitativamente, algumas coisas se alterem.

Um recelo que fica, e creio que é importante, é no sentido de que os estados, as Nações não conseguiram encaminhar — porque isto envolve algo bastante complexo — soluções significativas, que possam ser globalizadas em função dos problemas que já temos.

Eu diria que há uma certa tendência, e essa versão preliminar aborda isso de forma bastante apropriada, de que esta conferência assuma uma contraposição

entre a relação Norte/Sul do mundo. Mesmo porque os principais problemas de contribuição ambiental que têm consequências globais não estão localizados nos países não-desenvolvidos, e, sim, nos países desenvolvidos. Além disso, a própria busca tecnológica e as soluções desses problemas também têm uma predominância nos países desenvolvidos.

Então, o que significa essa relação? O que significa poder ter acesso à tecnologia como recurso, para solução de alguns problemas nossos?

Quando se coloca que o principal problema ambiental, hoje, do Brasil, está nas cidades brasileiras, grande parte das grandes cidades dos países desenvolvidos têm conseguido saltos de qualidade de vida muito superiores aos nossos.

Portanto, uma dificuldade que temos, a necessidade de que países desenvolvidos consigam ceder alguma coisa, deve estar refletida — é uma preocupação, temos como expectativa, torcemos por isso — na reunião das não-governamentais.

Dessa maneira, a participação nossa na reunião governamental é, em primeiro lugar, no sentido de expectativa, e, em segundo lugar, no sentido de procurar atender, da melhor forma possível, a parte de infra-estrutura.

Isto não nos cabe fazer na área ambiental, mas existe — aí indicado — um grupo que hoje reúne o Governo Federal, o Município e o Estado do Rio de Janeiro para procurar estabelecer locais, acomodações para esse pessoal todo que deve ocorrer ao Rio no próximo ano.

O SR. VALMIR CAMPELO — Sr. Presidente, estou satisfeito com a resposta. Também vi o relatório dos técnicos a respeito dos custos, que serão financiados através de créditos suplementares e adicionais. Mas, devo dizer que os senhores vão levar uma vantagem muito grande, porque o Presidente da ECO-92 e o Vice-Presidente fazem parte da Comissão de Orçamento, e o Presidente da Comissão de Orçamento e Planos, é o Senador Ronaldo Aragão, membro da nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, Dr. Eduardo de Souza, e Dr. Tânia Munhoz, embora tenha chegado atrasado, ouvi, *en passant*, a respeito dessa Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

É verdade que — e aí, em parte, concordo com V. S. — o que se vê no mundo, hoje — e esuave recentemente na Europa —, é que ninguém fala na agressão sofrida pela Europa, ninguém fala na agressão que está ocorrendo na China e no Japão mas se fala na irresponsabilidade do Brasil quanto à agressão ao meio ambiente.

O que entendemos é que a ECO-92 está sendo dirigida de fora para dentro, embora seja duro dizer. O que ouvimos, em tempos passados, foram as considerações do Presidente da França, François Mitterrand a respeito da soberania relativa deste País, o que nós não podemos aceitar.

É tudo muito bom quando o Brasil gasta um bilhão de dólares para organizar a ECO-92, quando o que se quer fazer aqui é o retalhamento desta Nação, é mostrar a agressão à Amazônia. Este é o ponto principal. Mesmo que se queira dar uma outra conotação, este é o ponto principal da ECO-92.

Ninguém vê falar em agressão nos grandes centros industriais do Brasil. Está havendo poluição em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, mas só se fala em agressão à mata amazônica, por mais que se queira dar outra conotação.

O que está em jogo também — queiramos ou não —, com tudo isso aqui bonito, com tudo aqui colocado, é a dívida externa brasileira. Está-se colocando, para efeito de negociação, um compromisso do Brasil para preservar a Amazônia, como se lá 17 milhões de pessoas não existissem, como se lá não tivéssemos dois terços do território nacional. Então, tudo isso, é preciso que se diga claramente, é muito bonito quando se coloca no papel, mas é necessário que se faça um debate, a nível de estado, em todas as capitais. O Brasil está se organizando para receber segundo essa exposição, 10 mil pessoas, enquanto existe uma orquestração na Europa — que nós presenciamos, quando lá estivemos agora — de grupos como o *Green Peace*, grupos com objetivo de retaliar este País, atuará nesta conferência, com a aquiescência de determinados brasileiros ligados a grupos internacionais.

É preciso que se esclareça tudo isso nesse debate claro, porque me parece que, apesar de todos esses documentos sobre a participação interna dos brasileiros, a direção está voltada, única e exclusivamente, para uma propaganda não muito favorável ao nosso País. Esta é a verdade. Está-se fazendo propaganda, no mundo inteiro, em detrimento desta Nação, e isso não podemos aceitar.

Perdoem, talvez, esta minha ênfase nas colocações, mas sou de uma região que está morrendo, sou de uma região onde o desenvolvimento não é prioridade. Lá existem 17 milhões de pessoas, e não se oferece uma alternativa para a Região Amazônica. Esta é a verdade: não há nada.

Colocam-se barreiras, como o meio ambiente, ecossistema, delimitam-se áreas indígenas, o que é uma balela. O que estamos vendo nas áreas indígenas na Amazônia — perdoem-me por me reportar à Amazônia — é que estão sendo dilapidadas. O próprio índio está vendendo a mata, sem nenhum controle. E não vejo órgão nenhum do Governo tomando providências.

Agora, quando se procura fazer um plano entre a compatibilização, entre o homem e a natureza, existem os maiores empecilhos, mas está lá. É constado que o índio, ao tomar conhecimento da civilização não quer mais voltar à mata — e tenho exemplo disto em Rondônia. As regiões indígenas de Rondônia estão quase que totalmente dilapidadas e o índio está vendendo — e vejam só o que me disse um cacique: "Quando acabar a mata eu vou vender a terra." Foram essas as suas palavras e eu não vejo nenhum órgão do Governo tomar providência, como a Funai. Aí, não é competência do Ibama. Então, não vejo nenhum órgão, não vejo ninguém tomar providências, embora tudo isto seja bonito — fazer uma lista etc., as providências concretas para que se faça um plano para a Amazônia e contra a poluição dos grandes centros do Brasil — não vejo — e, nem da Europa e nem dos Estados Unidos porque é muito bom que se jogue pedras nos outros e isto está ocorrendo com a imprensa

internacional — e repto — com participação de brasileiros, pois constatei da última vez, quando estive, agora, na Europa. Então, nós não podemos aceitar esse tipo de golpe. É preciso que se faça uma coisa séria, que se discuta seriamente o problema da ecologia no mundo e não só no Brasil porque parece-me que o caminho que essa conferência está levando é para discutir a ecologia, o sistema ecológico, no Brasil e os senhores poderão constatar na Conferência 92.

A minha pergunta: os organizadores têm consciência ou já constataram o que eu estou revelando aqui?

SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Eduardo de Souza e, em seguida, a Drª Tânia Munhoz poderá complementar.

O SR. EDUARDO DE SOUZA — Caríssimo Senador, eu entendo que essa pergunta deveria ser, sobretudo, dirigida a representante do Itamarati. Eu, aqui, vou fazer algumas colocações.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Só para complementar: um jornal internacional — e, aqui, nós fizemos a pergunta ao Sr. Ministro Francisco Rezek se S. Exª teria confirmado a soberania relativa e S. Exª disse que não.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Eu só quero lembrar aos Srs. Senadores que na próxima semana a equipe do Ministério das Relações Exteriores estará aqui — o enfoque, evidentemente, será outro.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo de Souza.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, reporte-se nesse sentido porque o Dr. Eduardo de Souza se reportou ao Itamaraty mas isto, também, faz parte desse programa para que se tome consciência.

O SR. EDUARDO DE SOUZA MARTINS — Perfeito! Acho que é importante. Eu entendo que, do Executivo, quem tem melhores condições de responder essa pergunta é o Itamaraty mas eu gostaria de tecer alguns comentários.

Do processo que a área ambiental do Governo tem se envolvido na negociação, sobretudo contribuindo, tecnicamente, na agenda que está aí, indicada nessa síntese. Em nenhum momento, o Brasil abriu mão da sua soberania. Nenhum acordo, oficialmente, nada, vem sendo acertado ou discutido, abrindo mão desse pressuposto. O que existe é que nós temos um problema que tem uma natureza distinta. Não se pode mais ignorar que problemas ambientais, produzidos por uma nação não tem um reflexo em outra — esse é um fato novo. Nós não podemos negá-lo. Nós falamos de desastres ambientais: na Rússia, de um modo geral. A Rússia tem duas grandes catástrofes ambientais. Uma é a de Chernobyl, onde o nível de conhecimento nosso a respeito do acidente e suas consequências, ainda, é muito pequeno, e o outro que nós conhecemos melhor que é o Mar de Aral. O Mar de Aral teve uma redução da sua profundidade em 14 metros. Aquela região que era tida há 30 anos atrás como uma das regiões de maior longevidade, hoje ela tem 100 óbitos de crianças em cada mil que nasce — isto é uma média comparável à África — 100 por 1.000 — a vários países da África. A incidência de câncer de esôfago é 6 vezes maior, dentro da própria Rússia. 70% das pessoas têm algum tipo de problema de doença pulmonar. A rigor, eu acho que vinha faltando uma maior agressividade para que nós passássemos a estabelecer uma consciência em torno dos principais problemas ambientais e esse tem sido um esforço do nosso Secretário. Uma coisa que justifica, muitas vezes — de forma até criticada — a ausência constante sistemática do Secretário é que ele tem feito um trabalho sistemático de crítica e de indicação desses problemas. Da outra forma, eu entendo que a questão da Amazônia, ela vem tendo algumas respostas desse Governo. Nós acabamos de concluir, no nível do Executivo — e, agora, estamos submetendo essa proposta ao Palácio do Planalto — de um programa de conservação das florestas tropicais, não

mais com a perspectiva de controle, não mais com a perspectiva da fiscalização, iscalização responde alguns problemas e, depois, ela não consegue mais avançar, mas em cima de alternativas. A reprodução de erros que o senhor cometeu na região possibilitou, também, uma enorme multiplicação de alternativas mas elas, hoje, são pontuais. O seu estado, por exemplo, tem uma riqueza de experiência fantástica, às vezes, concentrada em alguns produtores, às vezes, em produtores já organizados. São essas experiências que esse programa procura resgatar e são essas experiências que esse programa vai buscar e estabelecer na forma de orientação de políticas.

O que não podemos admitir — e acho que esta é uma coisa bastante fácil de compreender e quem conheceu o processo de ocupação da Amazônia entende bem isto. No caso de Rondônia, por exemplo, nós não podemos basear o desenvolvimento de uma região numa atividade madeireira, que "garimpo" madeiras que tenha aceitação de mercado. Nós não podemos basear o desenvolvimento de uma região numa atividade de garimpo que tem condições de sobrevivência até pela quantidade disponível de matéria-prima para ser explorada naquelas bases que acabe em 10 anos, ou seja, nós precisamos começar a construir um modelo que, de fato, dê sustentabilidade e não só reproduza um processo em que gera problemas ambientais, reforça a pobreza e acumula cada vez mais gente nas cidades amazônicas, que são as que mais crescem, e produza meia dúzia de ricos. O grande equívoco da Amazônia é estar apostando em alternativas que não são sustentáveis, não só ambiental mas economicamente. Isto tem reproduzido e, hoje, nós temos como herança, na área de maior intensidade de ocupação da região um negócio terrível: as cidades da região têm os maiores níveis de crescimento do Brasil e com uma impossibilidade de oferta de emprego para esse pessoal. Eu acredito que a questão da Amazônia — e acho que é por aí que o discurso e a busca de alternativa que o Governo vem tentando, inclusive com relação a conferência, estabelecer que existem soluções, existem soluções sustentáveis, e que os grandes problemas precisam ser revistos e, aí, nós temos um quadro bastante concreto com relação a região. Primeiro, com relação aos desmatamentos: o desmatamento do ano passado diminuiu. Esse ano — todas as indicações que temos é que vai diminuir ainda mais e ele começa a ficar concentrado, sobretudo, ligado à pequena propriedade. A pequena propriedade depende de incorporação dos solos florestais porque ela não pratica uma agricultura sustentável e isto tem feito com que esses produtores incorporem 2 a 3 hectares por ano em cada uma das suas propriedades.

O outro problema que é o garimpo, o recurso possível de ser explorado que é o ouro aluvionam ou cultivonam, está acabando. Não vai mais dar para se sustentar a atividade empresarial — o garimpo — como ela vinha se mantendo. Se o garimpo tiver que sofrer uma evolução, ele vai ser para exploração do ouro primário. Entendo que a Amazônia — até porque os recursos possíveis de serem explorados de forma mais imediata estão terminando — ela vai ter que rever seu próprio modelo. Acredito que a grande questão da Amazônia, não se deve ficar repetindo ou revivendo alguns mitos que são falsos, eles não conseguiram responder os nossos problemas, ou pior: os acumularam naquela região.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Peço a palavra, mas não é para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão e, depois, nós vamos ouvir a Drª Tânia.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Toda essa massa que se deslocou para a Amazônia e, principalmente, para Rondônia foi para atender a um chamamento do Governo, aos programas do Governo que têm por obrigação criar programas alternativos, o que não está ocorrendo. E o que está acontecendo? O que o Governo está forçando? O Governo está forçando um esvaziamento da Amazônia, o povo que foi para lá, atendendo ao seu chamamento, aos seus programas, agora há uma obrigação do Governo de criá-los, porque lá há 17 milhões de pessoas que, na sua grande maioria, atenderam o chamamento desse Governo. Não interessa se foi o governo a, b ou c, eram programas de governo, e que, hoje, — disse-o muito bem V. Sa. — essas cidades cresceram, não há alternativa econômica, porque os programas que o Incra fez lá não foram atendidos pelo Governo, então, a meta que o Governo tem lá é o do esvaziamento, que é o que está ocorrendo na prática: o esvaziamento da Amazônia é um fato e não se está vendo nenhum programa para que esse povo tenha alternativa econômica, pelo menos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passaria a palavra à Drª Tânia Munhoz para concluir.

A SRA. TÂNIA MUNHOZ — Eu até gostaria de chamar a atenção de V. Exª para o seguinte: vejam como a questão é complicada; nós estamos aqui tentando explicar nessa primeira reunião desta comissão que, com muita propriedade, foi criada pelo Senado, o que é o relatório nacional, qual é o objetivo e o que ele coloca. Aí, a questão da Amazônia predomina. Esse é o real que teremos que enfrentar inclusive em 92, não tenham a menor dúvida. Uns dizem

o seguinte: que a Amazônia seria hoje a grande utopia mundial, já que a nossa utopia socialista caiu por terra. Hoje, a grande utopia é o meio ambiente e o seu símbolo seria a Amazônia, para a qual o imaginário mundial estaria voltado, e milhares de análises poderiam ser feitas só que teremos que administrar esse imaginário com os fatos concretos. Gostaria de até propor ao ilustre presidente da comissão para que pudéssemos discutir a Amazônia com muito mais profundidade, com muito mais disponibilidade de tempo, porque acho que o Secretário Eduardo colocou com muita propriedade: nós estamos sabendo, não temos nenhum... (Manutenção fora do microfone.) ... Como? V. Ex.^a é que determinam. Gostaria que entendessem que o nosso relatório não é só sobre a Amazônia, nós queremos levar à Conferência de 92 um diagnóstico do problema ambiental do Brasil relacionado com o processo e modelos de desenvolvimento. É importante ficar muito claro que a conferência é de meio ambiente e desenvolvimento. Nós que estamos na área ambiental, ficamos cada vez mais conscientes de que se não mudarmos padrões de desenvolvimento, se não mudarmos modelo de desenvolvimento, vai ser quase que impossível garantir a integridade ambiental do planeta Terra e é este o discurso que estamos querendo levar e, como o Eduardo colocou, quando o representante do Itamaraty estiver aqui fazendo suas explanações, V. Ex.^a terão certeza de que é isso que ele irá lhes dizer, porque estamos, a nível de Governo, com um discurso coeso: nós não aceitamos, mas nível de uma globalidade. Nós não aceitamos discutir, por exemplo, convenção de floresta sem trabalhar com convenção de clima e de biodiversidade, nós não estamos aceitando o papel de réu. Nós somos responsáveis, temos compromissos e sabemos que temos agido de forma muito errada em determinados momentos, e ferindo o meio ambiente no Brasil. Mas, não somos o réu, não somos os maiores responsáveis e queremos um tratamento igual. Para isso, estamos fazendo um esforço internamente, como Eduardo colocou, de mostrar que este Governo não está só discursando. Diminuir o desmatamento da Amazônia é impossível deixarmos de fazer, porque esse será o foco, esse é o imaginário, como já foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Dr. Eduardo de Souza, que quer dar uma informação complementar.

O SR. EDUARDO DE SOUZA MARTINS — Eu queria repassar ao Presidente da comissão um documento intitulado: "Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil", que busca dar uma resposta às indagações do ilustre Senador Ronaldo Aragão. Eu entendo que esse documento poderia servir de base para uma discussão específica sobre a Amazônia. Ele não só indica um diagnóstico os principais problemas que nós conseguimos caracterizar na região, mas uma possibilidade de caminhos. Esse é um esforço bastante grande que foi feito para estabelecer um consenso e um vetor único em torno de política para a região e entendo que ele poderia ser, oportunamente, aqui discutido e enriquecido com as contribuições dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, eu só queria lembrar o seguinte: essa proposta da Dr. Tânia, acho que vamos discutí-la depois e, talvez, incorporá-la aos nossos trabalhos, ou seja, nas sessões exclusivamente dedicadas à Amazônia. Não tenho dúvida que vai, mesmo sexta-feira, creio, os amazônidas estarão aqui.

Os Senadores agora, à medida em que forem fazendo os seus questionamentos, irão para outra comissão, assim funciona o Senado. Dizem que esta Casa não trabalha, mas trabalha muito e vocês estão vendo que todos os Senadores estão em várias comissões. Agora, esses documentos todos eu vou reproduzi-los a fim de encaminhar para vocês.

Sobre a Amazônia, realmente, merecemos vários encontros, vários debates, porque eu não quero, nobre Senador, porque há o problema, não vou complementar, mas quero só alertar — e acho que não me cabe esclarecer isso — mas eu lembro o seguinte: o que falta à Amazônia é, simplesmente, uma estratégia de ocupação, uma estratégia de planejamento. Lamentavelmente, não tem plano e eu posso garantir que não. Não temos o zoneamento econômico-ecológico, que acho que é elementar, preliminar e fundamental, aqui cabem várias discussões específicas nesta comissão, ela tem muita coisa que fazer em favor dos interesses brasileiros, não tenho dúvida alguma.

Passo a palavra ao Senador Márcio Lacerda, representante de Mato Grosso.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Eu ouvi, há pouco, o Dr. Eduardo propor que nesta primeira reunião tratássemos de uma abordagem mais geral, e é exatamente que me preocupa. Tenho a impressão de que a questão central para ser tratada na ECO-92 — que é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ela, na realidade, pelo menos é o que presumo, tende a estabelecer, inclusive, a nova ordem de relações internacionais, ou seja, das conclusões da ECO-92 alguns parâmetros, deverão ter sido estabelecidos e que nortelam qualquer tipo de projeto e programa de desenvolvimento,

em qualquer parte do mundo e, particularmente, em termos de América Latina e Brasil. Tenho a impressão que das conclusões da ECO-92 deveremos ter parâmetros para o financiamento de projetos de desenvolvimento até pelos organismos financeiros internacionais. Um fato que vai ficar, mais ou menos, patente será a questão da soberania relativa. A questão da Amazônia, por exemplo, ela não envolve a questão do Brasil, porque há a Amazônia brasileira, a Amazônia boliviana, a Amazônia peruana, a Amazônia colombiana, enfim, dentro disso temos questões centrais como predação ambiental, o problema do narcotráfico, enfim, devemos ter clareza com relação à posição do Brasil, nesse relatório e acho que ela não pode ser isolada, eu não sei se a área técnica de montagem desse projeto já tem alguma articulação com os países vizinhos. Ouvi, inclusive, o Dr. Eduardo fazer um comentário aqui que há um salto de qualidade nas cidades européias e isso também é uma questão que será centralmente envolvida nas relações norte-sul. Em grande parte, a melhora da qualidade de vida dos países ricos tem sido transferida na indústria suja para cá acusando-os de predadores. A questão, por exemplo, da Amazônia, do Pantanal — e eu sou mato-grossense, estou na divisa dos dois sistemas, até dos três, porque tem a ECO-Cerrado, também. O que ocorreu com a ocupação da Amazônia? A tentativa de modernização da economia brasileira nos últimos anos e os conflitos criados pela urbanização desenfreada do modelo obrigaram, muito mais por razão de ordem estratégica, de segurança militar, a se criarem alternativas. Foram criados, então, os grandes programas de ocupação, sem nenhuma base de projetos concretos de assentamento, de viabilização econômica de antecipação de fronteira agrícola, o que acabou direcionando para a Amazônia contingentes imensos de população. Só para os senhores terem uma idéia, o Mato Grosso, quando foi dividido — o que é o Mato Grosso hoje, ou seja, a região norte-amazônica do Mato Grosso e do Pantanal — há dez anos, tinha apenas 1 milhão e 200 ou 1 milhão e meio de habitantes, e hoje vai para 4 milhões de habitantes, apenas o Mato Grosso. Em Rondônia, o caso é muito mais preocupante. Essa ocupação foi direcionada por um caráter estratégico de ocupação dos espaços vazios, com a tendência, com o objetivo de esvaziar os conflitos urbanos dos grandes centros, que é uma necessidade, realmente, mas, com as consequências inevitáveis da falta de um planejamento pelo Incra, ou direcionadas para um programa de atração, tipo Polamazônia, Polonoroeste, enfim, tantos outros, e que não tiveram como se consolidar economicamente naquelas áreas procuraram soluções alternativas. Está aí o garimpo predatório, foco de predação violentíssima e com danos sociais gravíssimos também. Nós temos, por exemplo, em plena Amazônia mato-grossense, um rio morto, que é o rio Peixoto de Azevedo, absolutamente morto. Não é o mercúrio, o mercúrio é o menor contingente — nós temos experiências desenvolvidas no Estado do Mato Grosso — o assoreamento do rio é a movimentação de terras.

O Pantanal, por exemplo, pela sua própria condição, tem um mecanismo de defesa ambiental muito forte, tanto que, no Pantanal, se desenvolveu uma das experiências mais ricas da humanidade de compatibilização da atividade econômica com o meio ambiente. Está lá a fauna inteira, está lá o ecossistema inteiro e com uma exploração econômica de há mais de 200 anos. No entanto, o Pantanal é absolutamente vulnerável às agressões externas que foram provocadas exatamente por quê? Pela expansão indiscriminada da fronteira agrícola, que provoca o assoreamento; é o entorno do Pantanal o seu grande problema.

É o defensivo agrícola não biodegradável, que os países ricos já proibiram lá, mas produzem aqui. Então penso que a questão central da ECO-92 é a posição do Brasil, não só do Brasil, mas dos países pobres, que somos as grandes vítimas disso. Tenho impressão de que o que vai estar em discussão na ECO-92 é a nova ordem mundial, é o novo conceito de desenvolvimento, no qual nós brasileiros-particularmente, e sul-americanos de uma maneira mais genérica, estamos todos envolvidos. A questão do Pantanal não envolve só o Pantanal, mas também envolve a Bacia do Prata. A questão da Amazônia envolve os seus rios, desde as cabeceiras, e todos os países vizinhos, todos eles em situação absolutamente semelhante à nossa: de pobreza, de marginalidade, de condenação à pobreza. Estamos nos transformando em vilões do mundo. Nós somos o quê? Nós somos os produtores das drogas do mundo; somos os matadores de crianças; somos os predadores do meio ambiente. Tudo isso em função do quê? Em função exatamente da distribuição internacional da riqueza. Devemos ter uma posição clara do Brasil com relação a isso. Não entendo do Brasil, entendo que essas questões centrais vão estar em discussão, assim como a dos financiamentos internacionais para os projetos de desenvolvimento, seja da Amazônia, seja do Brasil como um todo, seja dos países vizinhos, da Bolívia, do Peru, do Paraguai, da Colômbia, especialmente do Peru e da Colômbia, que são os nossos vizinhos e estão envolvidos num dos problemas centrais do mundo hoje, que é a questão da droga. Todos esses aspectos têm de ser examinados. Aqui não está apenas a área técnica do Governo, a Dr. Tânia está na área política, está na formulação da política ambiental. Creio que a ECO não pode ser absolutamente encarada apenas sob o aspecto da questão técnica

e da nossa radiografia da questão ambiental, que muito é consequência dessa concentração desordenada de riqueza, dessa expansão dos contingentes populacionais. Isso que está ocorrendo conosco acontece com os países vizinhos. Tenho a impressão de que, se quisermos nos prender ao geral, nesta primeira reunião, devemos ter uma clareza disso e até uma articulação da nossa própria posição, para a ECO-92, com a dos nossos países vizinhos, de vez que vai se tratar do desenvolvimento sustentado e particularmente das relações Norte-Sul, fundamentalmente, os países ricos e os pobres. Temos de evitar a nossa condenação definitiva à pobreza em direção ao Quarto Mundo, para que não nos transformemos aqui num grande zoo, numa grande reserva ambiental, para que, quando eles queiram se lembrar de que existiu natureza em algum tempo, tenham de vir aqui pegar talvez o Senador Fernando Henrique Cardoso como cicerone, ou o nobre Senador Coutinho Jorge da Amazônia, ou eu, que sou do Pantanal.

Tenho a impressão de que a questão central da ECO desculpe-me a brincadeira e a responsabilidade central do Governo com relação a ECO é compreender que todo esse conjunto de fatores vão estar envolvidos, porque acho que, da ECO, sai pelo menos a linha geral da nova ordem mundial.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Eduardo Souza.

O SR. EDUARDO SOUZA — Entendo que o ilustre Senador aborda os principais pontos referentes à conferência. De certa forma, a análise feita pelo ilustre Senador a respeito do processo de ocupação, das políticas de integração, está refletida no diagnóstico de integração, está refletida no diagnóstico do relatório. Entendo que não vai ser possível — talvez seja este o grande desafio da conferência — dar vazão a essa necessidade social. Não adianta eu continuar insistindo em explorar certos tipos de recursos, se hoje o mercado internacional vai começar a recusar certos tipos de produtos, porque a sua matéria-prima, o seu processo de produção estabeleceu problemas ambientais significativos.

O grande desafio da conferência é como é que os estados em si e entre eles vão começar a ter uma capacidade de tratar disso, o que vai fugir de uma perspectiva tão só normativa e fiscalizatória. Mas se as nações não conseguirem dar respostas significativas, tal fato vai evoluir para uma atitude, para uma ética de consumo, por exemplo. O Embaixador Rícipero fez uma análise da experiência dele no GATT, do volume crescente de produtos brasileiros que passam a ser discriminados em função dos problemas ambientais que originalmente eles criam.

Então, o que é necessário dos governos, hoje, é uma adaptação a um conceito que se expandiu de uma forma extremamente rápida. É difícil tentar explicar o possível resultado e a razão dessa expansão tão ampla.

Outro dia, participamos de uma discussão em um seminário sobre ouro. Ali estavam representantes de garimpeiros e das empresas compradoras de ouro. Eles reproduziram um discurso ambiental extremamente preciso, onde entendíamos uma preocupação, uma motivação para começar a introduzir essas questões nas suas atividades. Dessa forma, o grande desafio que se tem é como dar uma resposta a uma pressão social que cada vez é mais ampla, que deve evoluir, cada vez mais, de forma cada vez mais consistente. Isso vai levar-nos a repensar modelos, repensar a ética do desenvolvimento, repensar as relações entre as nações.

Entendo que o desafio é grande; preocupa-me sobretudo ter essa expectativa frustrada e saber para onde, uma vez isso frustrado, esse vetor vai se orientar. Entendo que uma coisa crescente está ligada à questão de uma ética de consumo, o que tem possibilidade de transformar radicalmente as nossas relações produtivas.

Agora, entendo, também, que a discussão a respeito disso tem de estar refletida num debate que façamos aqui, discutindo a questão das posições brasileiras. Quais são essas posições, qual a expectativa que os nossos negociadores têm com relação às posições dos vários blocos que se formam? Os interesses comuns dos países têm feito nas discussões da agenda no sentido de se formar blocos. Alguns blocos já têm alguns números, inclusive, o Bloco dos 13 e o Bloco dos 44, que significa um agrupamento de nações com interesses comuns em torno de alguns problemas que estão sendo discutidos.

Então, a próxima abordagem — e aqui coloco como sugestão — poderia ser em torno, não só do conteúdo do relatório, como também — e o que é diferente — das posições brasileiras.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Entendo que essa questão ética é uma abordagem central. A questão ética, por exemplo, é a seguinte: os países ricos não têm nenhum constrangimento em condenar à pobreza e à morte de milhões e milhões de subdesenvolvidos.

Por exemplo, apenas para ser assim um pouco chocante na questão, a responsabilidade de os países ricos, que não têm mais o que fazer, consumirem drogas, tem que ser nossa. E até o resultado da industrialização desses produtos, que são hoje consumidos largamente pelo mundo inteiro, são, também, dos bancos internacionais. Os próprios plantadores, por exemplo, são animados a plantarem coca, como todos os plantadores de arroz, feijão, lá, em Alta Floresta ou em qualquer outro foco de proteção ambiental dos mais graves, como disse agora há pouco a Dr^a Tânia Munhoz.

Então, a questão é de que forma possamos nos conduzir, para que realmente haja uma distribuição mais ampla e mais justa das responsabilidades, não só com o meio ambiente, mas com o próprio desenvolvimento. Quer dizer, que contemple e incorpore contingente maiores da população do mundo, hoje, nessa nova realidade. É uma questão extremamente importante.

Tenho a impressão de que há um tempo novo, vale dizer, há uma preocupação da sociedade humana, muito mais do que os estados, com relação à questão da vida.

Tenho a impressão de que há uma questão central, hoje, — e a ECO-92 é um pouco o reflexo disso —, a preocupação da humanidade com a sua sobrevivência. Aí teremos que ter uma clareza no discurso, uma clareza de posições com relação ao que venha a ser decidido realmente na ECO-92, que é o destino da sociedade humana e, particularmente, o nosso destino aqui enquanto países pobres, que poderemos vir a ser condenados, mais ainda, à pobreza se não tivermos uma visão clara disso.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Coutinho Jorge pelo empenho e o esforço desenvolvido para que esta Comissão viesse a existir. Estendo, também, os meus cumprimentos aos Senadores que colocaram muito bem aqui as questões fundamentais para a discussão a respeito da ECO-92.

Serei bem rápido por causa do tempo.

A primeira pergunta é a seguinte. Sabemos que a geração e o uso de energia são responsáveis por pelo menos a metade da poluição e a degradação do meio ambiente no mundo inteiro.

Gostaria de saber o que a programação da ECO-92 prevê para a discussão específica em relação ao uso e à geração de energia?

Ánima-me a fazer isso, apesar da preocupação de muitos Senadores aqui, talvez o sentido deste Encontro no Brasil seja direcionado para a preservação da natureza em detrimento do desenvolvimento. Porque, como Presidente da Subcomissão de Energia do Senado Federal, venho trabalhando nessa área há algum tempo, inclusive fazendo viagens e conversando com muitas pessoas a respeito. Tenho consciência de que o Brasil dispõe de muitas alternativas energéticas descentralizadas e não poluentes, e não as utiliza porque o seu modelo de desenvolvimento foi direcionado na esteira de países que têm uma realidade diferente da nossa, de nos impor esse modelo de desenvolvimento.

A segunda pergunta é em relação ao Nordeste.

Aqui foi falado que, na Amazônia, há dezessete milhões de habitantes que vivem numa dificuldade muito grande e que precisam viver com dignidade, gerar renda, alimentos etc. Acho que essa preocupação dos Parlamentares da Amazônia mais do que justa. Mas, lá no Nordeste temos trinta milhões só de miseráveis com uma mortalidade infantil altíssima. O Dr. Eduardo citou uma região da União Soviética onde havia uma mortalidade de cem por mil.

Em Alagoas existe um município que se chama Teotônio Vilela, uma homenagem prestada ao meu velho pai, que tem um problema com relação ao lençol freático, que é muito superficial. Como não havia saneamento, nem água encanada, cavavam uma cacimba ao lado da fossa. O resultado disso foi uma água altamente poluída com coliforme fecal etc., fazendo com que a mortalidade infantil durante anos no Município de Teotônio Vilela fosse de seiscentos por mil. Algo absurdo, fora do comum. Hoje, conseguimos reduzir para duzentos por mil, mas é um número que deixa a Bialfa com inveja.

Pois bem, há uma miséria muito grande no Nordeste. Os rios da Zona da Mata do Nordeste todos são poluídos: a água é imprópria; as lagoas, inclusive, que deram o nome ao meu Estado de Alagoas — lagoa Mundau e Manguaba — estão poluídas. E a poluição não é por causa da indústria, nem do desmatamento, nem desses fatores mais comuns, não. É a miséria, é a falta de saneamento nas cidades, são os dejetos humanos jogados nas lagoas. Concordo com a frase que o Presidente Fernando Collor citou, em Estocolmo, que "a miséria é uma das principais poluições no Brasil". É verdade!

Qual o espaço, a discussão da ECO-92, que teremos a respeito da questão da miséria e do meio ambiente? Porque todos esses países que virão aqui para discutir o meio ambiente não sabem o que é isso. Eles pensam que a poluição é matar uma árvore, matar um passarinho ou apanhar uma fruta fora da época.

Às vezes, isso realmente termina complicando o meio ambiente. Mas sabemos que a realidade dos países subdesenvolvidos, países pobres — não é somente o Brasil — é completamente diferente.

Então, gostaria de deixar esta outra sugestão a respeito de como será enfocada a miséria e o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Dr. Eduardo de Souza.

O SR. EDUARDO DE SOUZA — A energia, talvez, seja um dos fatores que possibilitem integrarmos os principais problemas ambientais. Ela será discutida em vários tópicos enquanto agenda da conferência.

Entendo que um dos mais importantes está relacionado com a questão da mudança climática e a contribuição de gás carbônico que é feita, sobretudo, numa grande contribuição dos países envolvidos, baseada, sobretudo, nos carros, baseada, sobretudo na geração de energia que depende do carvão. Essa deve ser uma das convenções que serão assinadas e discutidas durante a conferência, onde haverá o maior interesse. Mesmo porque a contribuição de cada país deverá estabelecer uma regra de participação, seja na busca de solução, seja em metas de diminuição de contribuição. Isso pode ter impactos, nesses países, extremamente significativo, e aí começam as dificuldades que vão sempre reproduzir a relação Norte-Sul. Primeiro, porque da mesma forma que as alternativas tecnológicas que lá estão sendo alcançadas precisariam ser colocadas em disponibilidade de forma acessível aos países em desenvolvimento, nós, ao mesmo tempo, vamos ter que trabalhar com restrições de contribuição. Um dos problemas sérios em torno da questão energética está relacionado à de mudança climática e, também, à de chuva ácida. Um pesquisador da Universidade de Estocolmo, recentemente, começou a vir ao Brasil para trabalhar com os solos brasileiros. Por que razão? O problema é que com os ácidos que vêm dos outros países e a precipitação que existe nos solos próximos de Estocolmo, as argilas de ambientes ácidos estão se alterando de forma semelhante às dos solos tropicais. Então, as modificações transfronteiriças que as questões energéticas geram vão estabelecer, sobretudo, um esforço para a restrição de emissão.

Nesse sentido, o Brasil tem uma vantagem incrível em função da sua posição no globo terrestre. É um País tropical, tem uma capacidade de produção de biomassa fantástica, que permite, que o que é queimado seja recomposto pelo processo da fotossíntese. A longo prazo, esse vai ser um dos maiores triunfos que um país poderia ter do ponto de vista energético.

Entendo que a inflexão que a posição brasileira tem a respeito das questões e que, de certa forma, responde à pergunta do ilustre Senador, está relacionada à preocupação de se assumir uma posição globalizante. A partir do momento em que o Presidente coloca que o subdesenvolvimento, a miséria e os problemas ambientais têm a mesma natureza, têm a mesma origem, o que ele está tentando dizer é que a discussão não fique restrita a essa lógica da agenda, que acaba dando um tratamento estanque para os problemas, mas busque trazer os países para um entendimento onde as relações, sobretudo envolvendo dívida, a questão tecnológica, o mercado, necessitem ser discutidas, porque se não conseguirmos uma base, vai ser muito difícil ter instrumento para fazer as modificações que se espera que a conferência consiga produzir.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Voltando à energia, haverá um painel, uma discussão específica sobre esse assunto?

O SR. EDUARDO DE SOUZA — A grande concentração da discussão sobre fontes energéticas se concentrou num painel de mudanças climáticas.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — O material que recebemos tem essa programação?

O SR. EDUARDO DE SOUZA — Está somente indicado, no caso desse material; mas existe no relatório nacional uma discussão bastante específica a respeito da questão energética.

Esclarecendo: no relatório brasileiro, existe uma discussão sobre a matriz energética brasileira. Há um trecho, por exemplo, mostrando que se conseguirmos encaminhar um bom programa de economia, energética, economizaremos 10 Angra. Então, existe uma discussão consistente no relatório, que esperamos ser aperfeiçoada.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — A conservação é um componente importante, agora, há outros fatores. É possível, ainda modificar esse relatório?

O SR. EDUARDO DE SOUZA — Peço, se o Sr. Presidente me autorizar, que o Dr. Roberto Guimarães faça uma explicação sucinta, mais completa, a respeito da natureza do relatório, da sua estrutura e dos procedimentos que vão levar à sua formulação final. Esclareço que o Dr. Roberto é um funcionário da CEPAL. As posições que ele está aqui assumindo são as do Governo brasileiro,

uma vez que ele foi gentilmente cedido pela Cepal para contribuir como coordenador técnico.

O SR. ROBERTO GUIMARÃES — Gostaria de tentar, rapidamente, explicar qual é a lógica do documento, quais são os capítulos em que está organizado e, depois, aquilo a que o Senador está se referindo, ou seja, quais são os mecanismos para alterar e aperfeiçoar o relatório.

Partimos da agenda proposta pelas Nações Unidas. Mas, respondendo, em grande parte, a muitas das indagações que foram levantadas aqui hoje, e que também levantamos, não nos restringimos a ela. O relatório está organizado da forma que vou explicar agora.

Praticamente — e esse é o documento que V. Ex.^a tem, subsídios técnicos para a elaboração — foram definidos cinco capítulos básicos. O primeiro deles é uma análise do desenvolvimento brasileiro e suas implicações ambientais. O que queremos deixar claro é a mensagem que queremos transmitir aí é que existe uma diferença entre problemas ambientais específicos e problemas ambientais que são inevitáveis em qualquer processo de desenvolvimento. Ou seja, qualquer produção industrial resulte em resíduos, mas não necessariamente tem que resultar em Cubatão. Essa é a idéia do primeiro capítulo: o estilo do desenvolvimento e os problemas ambientais.

O segundo capítulo tenta traçar a evolução da política ambiental brasileira.

O terceiro capítulo, que é basicamente o que trata dos temas da conferência, tentamos modificar um pouco. Na primeira parte há os temas globais, que serão discutidos pela conferência, e qual é a posição do Brasil a respeito desses temas, isto é, do desmatamento, da desertificação, da camada de ozônio etc.; e na segunda parte tentamos mostrar o que seria a agenda do ponto de vista brasileiro. E aí se discute o cerrado, o semi-árido, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Amazônia etc.

No quarto capítulo, tentamos retomar, uma vez caracterizado o estilo do desenvolvimento brasileiro e as suas implicações sócio-ambientais, e a evolução da política ambiental brasileira e os problemas globais, hoje; quais seriam as dimensões básicas de um novo estilo de desenvolvimento, e aí três são as dimensões que estão sendo tratadas, porque acreditamos que são dimensões que, de certa forma, convergem para a equação meio ambiente e desenvolvimento e que transcendem a conferência.

A primeira delas é a questão da reconversão produtiva, isto é, seja qual for o estilo adotado, existe um consenso de que o modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil até agora está esgotado. Então, existe uma necessidade de se verificar quais são as possibilidades de reconversão produtiva.

A segunda dimensão é a questão social. Os níveis de desigualdade regionais e pessoais de riqueza não mudaram apesar do dinamismo do desenvolvimento. Essa é uma outra dimensão básica que se tem que enfrentar. E a terceira é a questão da sustentabilidade, a questão ambiental.

Especificamente, o assunto que interessa a V. Ex.^a — a energia — aparece duas vezes: no primeiro capítulo, ou seja, qual a matriz energética seguida pelo Brasil e em que medida ela estava atrelada ao ao estilo de desenvolvimento, e no último capítulo, mostrando que não necessariamente teria que ter sido assim, e que, portanto, existem possibilidades, caminhos que estão abertos para o futuro.

No último capítulo, o quinto, tentamos rebater todas essas questões a nível internacional. Por exemplo, não se pode discutir biodiversidade sem discutir propriedade intelectual; não se pode discutir as convenções de uma maneira isolada, mas globalmente, ou seja a questão do manejo de florestas tem que estar ligada à da emissão de gás carbônico, e outras. Essa é, mais ou menos, a lógica do documento.

Em relação ao processo de discussão, o que acho que é uma grande inovação nos documentos do Governo, em geral, na história recente do País, esse documento que será aprovado amanhã pela Cima terá pelo menos 40 mil cópias, que serão distribuídas da seguinte forma no País: 20 mil através de um suplemento do *Diário Oficial*, e as outras 20 mil cópias através das agências dos Correios no País. Qualquer cidadão poderá ir ao Correio, em duas semanas, e terá a sua cópia do relatório. E no dia 18 de julho haverá audiências públicas em todas as Capitais do País para incorporar as sugestões e as contribuições feitas pela sociedade brasileira.

O que esperamos, uma vez que a nossa tarefa termina praticamente amanhã, nessa primeira versão, é iniciar uma campanha de divulgação para que a população, se organizada, através de órgãos não-governamentais — partidos, associações de classe etc. — que possam participar de uma forma informada no debate deste documento.

As outras duas vias de aperfeiçoamento do documento estão previstas através do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que congrega todas as entidades estaduais de meio ambiente, e através dos órgãos federais que compõem acima.

Dessa forma, acho que todos no País, inclusive o Governo, estão partindo de uma mesma base, ou seja, todos estão partindo de um relatório preliminar que será objeto de aperfeiçoamento pelo Governo, pelos órgãos ambientais e pela população. A idéia, a decisão política foi a de não esperar ter um documento para tentar aperfeiçoar, por questões de prazo. Ainda que esse documento não reflita uma posição específica de Governo, poderá ser da forma mais transparente possível, distribuído para a sociedade para seu aperfeiçoamento.

A segunda garantia que se tem é que, como, ao fim de tudo isso, será um documento de Governo, a sociedade não vai perder a riqueza de informações que esperamos seja gerada por esse processo. Houve uma decisão, já aprovada pela Cima de que as contribuições que não forem incorporadas no documento de Governo — portanto enviadas às Nações Unidas — serão incorporadas todas, na íntegra, ao relatório — o Brasil é o único País que está fazendo isso — do processo de discussão. Portanto, vamos garantir a ampla difusão das contribuições que o Governo decidiu não incorporar ao seu relatório oficial, porque estarão consignadas no próprio relatório do processo de discussão. Acreditamos que essa discussão transcende a um UnCED. Portanto, não deve se esgotar na UnCED. Provavelmente todo esse processo, por um lado, vai servir para fechar o documento UnCED/92, mas, por outro lado, será o início de uma discussão no País sobre o que quer fazer do seu desenvolvimento e da sua relação com patrimônio natural. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Queria lembrar, além da excelente contribuição do Dr. Roberto Guimarães, que estão falando exatamente como Coordenador Técnico. Como metodologia de trabalho da nossa Comissão, iremos, também, de certa forma, ouvir todas as Organizações Não-Governamentais, que têm enfoques, muitas vezes, totalmente diferentes desse documento, o que, evidentemente, poderá ocorrer. Primeiro, queremos incluir não só os Governos Estaduais, mas, também, o Congresso, o Senado, no caso, para participar à sociedade brasileira realmente tudo o que está ocorrendo, numa visão mais global. O Governo tem uma postura, mas o Senado, como representante da comunidade brasileira, vai ouvir não só o Governo brasileiro, mas, também, as organizações não oficiais, as entidades, os Governos Estaduais. Depois que for implantada — tudo indica que será implantada — a Comissão Mista do Congresso, teremos condições realmente de contribuir para a divulgação disso. Na próxima semana vamos discutir essa metodologia, essa estratégia que está sendo montada entre nós Senadores. A tendência, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, é ampliarmos o trabalho dessa Comissão, a nível exatamente não só de Governo, mas até de todas as entidades, e discutiremos políticas, propostas concretas, que possam ser incorporadas. Este relatório não traz propostas políticas, mas podem ser incorporadas nas propostas do Governo brasileiro à Convenção. Não tenho dúvida! É importante não esquecermos, — isso me preocupou — o que está contido na quarta página deste documento, que diz: "o produto esperado da Conferência é uma Carta da Terra" — isto é importante — "convenções internacionais com planos de ação para o século, inclusive, até o ano 2000 e política de financiamento de projeto". Então, esse produto para nós é fundamental. O Senado tem interesse nele.

Por isso, essa metodologia do trabalho da Comissão será muito ampla, não tenham dúvida. Essa proposta do Governo é importante, interesse porque ele vai produzir o documento, vai ouvir a nacionalidade, mas, paralelamente a ela, existem outros documentos das organizações não oficiais, que o Senado vai ter a obrigação e condições de ouvir. Por exemplo, um problema fundamental — não quero interferir muito como Presidente, mas gostaria de discutir no momento certo — é o problema da energia via hidrelétrica, que é uma das soluções alternativas, mas criticada em termos de ambiente.

A questão da Amazônia, por exemplo, será seriamente debatida, não tenho dúvida alguma.

Então, só queria lembrar isso ao Senador Teotônio Vilela Filho, porque foi o que S. Ex^a disse no início da questão.

Passo a palavra, agora, a Dr^a Tânia Munhoz, que quer concluir as observações dos ilustres conferencistas

A SRA. TÂNIA MUNHOZ — Queria fazer uma colocação. O Dr. Roberto falou muito bem. Creio que S. S^a pode ficar descansado, porque a questão da matriz energética não é só uma preocupação nossa no relatório, mas é também um compromisso da Secretaria do Meio Ambiente de abrir um pouco mais. Não temos de ficar presos a determinados componentes dessa matriz. Por exemplo, temos brigado muito, com a questão do gás. É fundamental que o transporte coletivo neste País seja assumido pelo gás natural, que não é poluente. Graças a Deus o Presidente Fernando Collor também tem esse pensamento, forçou uma definição do próprio grupo de matriz energética para São Paulo e para o Rio de Janeiro. Está saindo o financiamento e nós, progressivamente vamos entrar, passando pela energia via biomassa, energia via sol. Para nós é fundamental, petróleo não é a única saída. O óleo diesel, para nós, é um pecado no nível ambiental. Isto, aqui, está bem colocado. Obviamente, em ne-

nhum momento, podemos ignorar a questão da pobreza. Foi o que se constatou durante todos esses anos e nosso marco é 1972, quando ocorreu a Conferência de Estocolmo. Sei que é muito difícil para todos nós nos desvincularmos do nosso cotidiano, dos nossos problemas, mas refiro-me a uma Conferência de Nações. Vamos ter de, dentro de um quadro de problemas de todas as ordens, destacar aquilo que seja o mais significativo não só sob o ponto de vista nacional, interno, como também do ponto de vista de negociação e barganha a nível internacional, para que, na medida em que formos escrever a Carta da Terra e definir e determinadas posturas do País, *vis-à-vis* países como o nosso, tenhamos chegado a um acordo. Entendo perfeitamente.

Lastimo dizer aqui que não vamos discutir hidrelétrica na Amazônia, não vamos discutir a pobreza no Nordeste, não vamos discutir, na Conferência, na reunião das Nações, essas questões em separado. Vamos discutir como o País Brasil pretende resolver esses problemas *vis-à-vis* a uma cooperação internacional; como vamos nos colocar diante dos outros países que querem nos impor determinadas posturas que não vamos aceitar. Um exemplo concreto: a tão necessária — temos consciência — questão do desenvolvimento sustentado. É lógico que vamos ter que achar uma saída para desenvolvimento sustentado. Venho de uma época em que não gostávamos de qualificar o desenvolvimento, porque, para nós, ele só podia ser socialmente justo, ecologicamente equilibrado etc., mas hoje vamos qualificá-lo. Desenvolvimento sustentado não pode ser só para os países do Terceiro Mundo, tem de ser para todo o mundo. Não estamos no Planeta Terra? Não estão preocupados com a nossa Amazônia? Essa globalidade vai ter de ser discutida.

A partir de 1972, os países do Primeiro Mundo resolveram os problemas, que S. Ex^a colocou com tanta propriedade aqui do saneamento básico, da miséria, da poluição ambiental urbana etc. Eles tinham um processo de acumulação, tinham todo o problema de capital, e o resolveram. Então, eles não estão preocupados com isso, porque não conhecem. De 1972 para cá, o que os países começaram a fazer no Primeiro Mundo? Foi resolver esses problemas. A poluição industrial, por exemplo, antes de 1972, não era um problema prioritário dos países europeus. A partir daí passou a ser. Então, começou-se a investir nessa área, criar-se uma certa tecnologia. No caso das cidades, eles, realmente, resolveram os problemas. Hoje os países do Primeiro Mundo não têm mais problema de saneamento, em tese. Diria, têm problema de lixo ainda etc. Agora, nós não.

Se não discutirmos a questão da dívida externa como o Senhor Eduardo colocou, não há como trabalhar. Essas são as questões globais que, no último capítulo do relatório — se V. Ex^a o receberam, terão oportunidade de ler — estamos colocando. E esse relatório é um diagnóstico. Necessariamente, nem tudo que está aqui será a posição do Brasil. Mas poderá. Isso aí o Itamaraty dirá para V. Ex^a aqui, na próxima reunião. Essa é a posição de Governo que vamos levar à Conferência, e o Itamaraty dirá isso aqui na próxima reunião. É uma coisa que tem que estar muito clara para nós.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senhor Presidente, Srs. Senadores, Senhores e Senhoras, na verdade, depois de ter ouvido com muita atenção e interesse o que se discutiu hoje aqui, não tenho muito a acrescentar, se é que tenho algo a acrescentar.

Apenas fazer duas ou três considerações que são as seguintes: primeiro, a Dr^a Tânia acabou de dizer algo e acho que ela tem muita razão. Quem acompanha esse processo internacional há algum tempo sabe como a Conferência de Estocolmo teve repercussões importantes, principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos.

Participei de um grupo de trabalho, na década de 70, em uma universidade sueca, de um setor relativamente ligado às Nações Unidas. Nós fizemos um relatório para as Nações Unidas, chamado: "Toward Another Development — Na Direção de Um Outro Desenvolvimento". Junto com assessores do Maurice Strong e outras pessoas, eu participei ativamente disso, e começávamos a definir o que hoje é o feijão-com-arroz, um outro tipo de desenvolvimento que não fosse apenas crescimento econômico, mas que mudasse, englobando a questão da autosustentabilidade da questão ecológica etc.

Isso não teve nenhuma repercussão até o momento. No Brasil nunca teve. Hoje, é linguagem cotidiana. Então, é assim que as coisas se propagam. O que fizemos agora, daqui a 20 anos vai ser linguagem cotidiana. Esses pequenos documentos, que depois viram grandes relatórios, grandes reuniões internacionais, acabam se transformando numa ideologia sustentada por todos. Então, é muito importante que preparemos a questão para 1992 com essa perspectiva.

Acredito que, dadas as várias e tão expressivas posições tomadas aqui, dá para perceber que existe um certo temor que, a meu ver, deriva do não conheci-

mento; temor por parte de vários setores da sociedade e que se reflete aqui no Congresso. Um dos principais temores é o de que essa conferência pudesse vir a ser uma espécie de pretexto para controlar o problema só no Brasil — a Amazônia especialmente. Não é por acaso que os parlamentares da Amazônia — que é a maioria dessa Comissão — se interessaram — e é bom que assim seja, a começar pelo nosso Presidente, Coutinho Jorge, que veio com muita ênfase e queria até criar uma comissão permanente de assuntos regionais. Depois, nós criamos essa Comissão que acho que foi uma vantagem para o Congresso e para o País.

A preocupação existe e só há um jeito de resolvê-la: com mais informação. Não há outro mecanismo, tem que ter mais informação, para que não tenhamos uma espécie de luta contra moinhos de vento. Temos que lutar a respeito de coisas concretas e não contra moinhos de vento.

Mesmo a questão da soberania limitada está sendo discutida num contexto acanhado. Então, a noção de soberania limitada não nasceu em função disso, mas em função dos problemas europeus. É uma noção que vai prevalecer, porque com a integração europeia, obviamente haverá uma soberania limitada, porque estão pensando numa moeda comum, um Banco Central único. Já existe hoje um enorme esforço na Europa para unificar, por exemplo, a legislação social. Como é que se pode integrar um mercado com legislação social diferente e fazer mobilidade da mão-de-obra? Não pode.

Então, os países terão menor capacidade de discutir sozinhos as suas questões. Vamos ter que marchar para isso. Agora, soberania limitada não quer dizer ausência de soberania, nem quer dizer inexistência de uma perspectiva propriamente nossa. E aí cabe a discussão amazônica.

No Senado, tenho ouvido com muita atenção — é novo isso — os Parlamentares da Amazônia colocando com muita ênfase a questão de que é preciso despertar para a necessidade de que a Amazônia tem que ter alguma forma de sobrevivência digna e econômica, tem que haver um processo de reutilização dos recursos naturais. Não se pode confundir a preservação com a intangibilidade do meio ambiente — não se trata disso.

Há sempre um temor. O nosso companheiro de Rondônia, Senador Ronaldo Aragão, manifestou um pouco esse temor de que por trás disso estejam querendo esquecer o fundamental que é o homem, que faz parte do meio ambiente.

Essa preocupação tem que ser pouco a pouco dirimida com fatos, com coisas concretas. Acho que o Senador Márcio Lacerda colocou de maneira muito apropriada o que seria uma visão que, creio, teria sustentação aqui no Congresso. Seria uma visão em que, — aliás, a Dr^a Tânia Munhoz também o fez — sem negar a especificidade da questão ambiental, as enormes dificuldades que se tem com ela, a necessidade de coibir as agressões ao meio ambiente, sem enganarmos nada disso, sem esquecermos de que, na verdade, isso não é um fato isolado e que há uma reprodução dessas agressões porque há uma distribuição desigual de recurso etc. Enfim, recolocar a questão Norte e Sul.

Hoje, de alguma forma, ficou um pouco fora de moda no plano ideológico. Dá a impressão de que é um mundo só, esse provisório êxito da ideologia liberal. Há dias, estive aqui o Presidente da Tanzânia, que é um homem muito interessante, e o acompanhei aqui em Brasília em várias oportunidades. Ele defendeu, por causa do relatório da Comissão do Sul, da qual ele foi Presidente, a necessidade de se continuar esse diálogo. É verdadeiro isso. Dá a impressão que é *démodé*, falar de Norte e Sul, porque agora é um mundo só. Mas, não é bem assim. Temos que recuperar, num contexto atual a dimensão Norte e Sul.

Essa questão vai estar prevalecendo nos bastidores da ECO-92. Não é Sul contra a ecologia — o que seria uma tragédia. Mas, também não é o Norte que desconhece as causas sociais e econômicas que são componentes fundamentais da depredação do meio ambiente. Acho que esse é o eixo que pode permitir uma convergência de todos nós, até de um pobre paulista que nasceu no Rio, como eu, participar das discussões com sentimento amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, apesar das dificuldades, a nossa Comissão de 9 membros terminou com 6 membros, portanto, a maioria. Por isso, fizemos uma Comissão bem pequena para poder ser operativa e, realmente, trazer resultados.

Informo aos Senhores que todo esse material é importantíssimo e será reproduzido e entregue ainda, se possível, esta semana a S. Ex^{as}.

Na próxima semana, teremos uma reunião nossa, interna, para discutirmos esses aspectos metodológicos, de estratégia, e, também, uma reunião com um grupo ligado ao Ministério das Relações Exteriores, para ganhar tempo.

Esse material todo será entregue, portanto, possivelmente, até amanhã.

Quero agradecer, em termos subjetivos, a presença do Dr. Eduardo Souza Martins, que é o Secretário-Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, que tem

um papel importante nesse trabalho técnico; da Dr^a Tânia Munhoz, Presidente do Ibama; do Dr. Roberto Pereira Guimarães, Coordenador Técnico da Secretaria do Meio Ambiente; da Dr^a Neli Amaral, Coordenadora do Relatório Nacional para a Conferência que, por certo, trouxeram excepcional contribuição a esse início de trabalho. Pelo que percebemos hoje, vai ser realmente um período grande de trabalho e, por certo, este Senado e o Congresso Nacional darão uma contribuição efetiva e importante para que a ECO-92 reflita os interesses, evidentemente, do Brasil.

Portanto, com essas palavras, agradeço, mais uma vez, a presença de todos os ilustres participantes, conferencistas e dos Srs. Senadores, lembrando que a próxima reunião será nas próximas quarta-feira e quinta-feira, respectivamente.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião

2.3 — Palestrante-Convidado: Embaixador Marcos Azambuja

Cargo: Secretário-Geral da Comissão Intermistrial do Meio Ambiente

Data: 15-8-91

Tema: Preparativos do Brasil para a Conferência

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Sr. Embaixador Marcos Azambuja, Srs. Senadores, Srs. da Imprensa aqui presentes, Srs. Assessores, é com grande satisfação que estamos aqui reunidos, mais uma vez, para o prosseguimento das audiências da nossa Comissão do Senado Federal, que trata de acompanhar e participar deste grande programa, desta grande reunião, a conferência mundial, conhecida como ECO-92.

Lembro que na última reunião tivemos a satisfação de ouvir, como estamos fazendo nesta primeira fase, os membros do Governo Federal, ligados à Secretaria do Meio Ambiente. Ouvimos o Secretário-Geral, Sr. Eduardo Martins e a Presidente do Ibama, Sr^a Tânia Munhoz, que aqui fizeram uma exposição bastante objetiva a respeito do relatório técnico que o Governo Federal está preparando exatamente para esta grande conferência.

Hoje, temos a satisfação de ter entre nós o ilustre Embaixador Marcos Azambuja, que tem uma responsabilidade muito grande em relação a esta conferência, e com ele vamos encerrar a fase de audiência das autoridades oficiais do Governo Federal para que, a partir da próxima audiência, possamos ouvir os vários segmentos da sociedade brasileira — imprensa, empresários, as chamadas *zonques* e os fóruns regionais que pretendemos fazer em todas as regiões do País.

Quero lembrar também aos Senadores presentes que após a exposição do ilustre embaixador, teremos uma parte muito rápida no final, que é a discussão da metodologia e do cronograma de eventos que teremos nesta Comissão, a partir da próxima reunião.

Sem maiores delongas, com satisfação, passo a palavra ao nosso caro Embaixador Marcos Azambuja, que nos honra com sua presença e, por certo, trará subsídios importantes para esta Comissão que visa, exatamente, acompanhar *pari passu* tudo aquilo que está sendo feito no Brasil em relação a esta grande conferência das Nações Unidas, voltada ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Com a palavra, portanto, o ilustre Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, minhas Senhoras, meus Senhores, vou lhes fazer uma exposição que será breve e creio — espero — que não será supérflua sobre como vamos e aonde vamos. Farei uma retrospectiva que acho necessária.

A preocupação mundial com as questões de meio ambiente, a preocupação organizada, começou no fim da década de 60 com uma mobilização de alguns países desenvolvidos — é bom assinalar que a preocupação foi, inicialmente, de alguns países que viviam o seu primeiro desencanto pós-industrial e que culminou na Conferência de Estocolmo, de 1972. Mas é no fim da década de 60 que a idéia de desenvolvimento, de progresso, que sustentou todo o século XIX e boa parte do século XX, começa a ser questionada em algumas das suas premissas fundamentais: as premissas do esgotamento dos recursos, da degradação da qualidade da vida e de certa desumanização do homem, por formas impiedosas de desenvolvimento e progresso. Sobre tudo, criam-se, na década de 60, certos grupos de reflexão dos quais o mais notável é o Clube de Roma, que faz, pela primeira vez, uma reflexão global sobre o mundo a partir da premissa de que os recursos não eram inesgotáveis, que o homem tinha a capacidade de fazer dano irreversível — as palavras, então, eram novas — aos chamados ecossistemas, a idéia de que havia certas fragilidades sistêmicas no mundo, a idéia de que certas espécies estavam ameaçadas e que certos produtos não-renováveis iriam se esgotar num prazo limitado.

Peço a bondade de lembrarmos, todos, que no fim da década de 60 o desenvolvimento era uma idéia ainda com grande vitalidade internacional, e o meio ambiente, uma idéia que começava a nascer.

O que se pretendeu em Estocolmo, em 1972, foi dar uma dimensão ecológica ao desenvolvimento, a tônica era o desenvolvimento, e o que se queria era uma dimensão ambiental ao desenvolvimento. Portanto, a idéia vigorosa, em 1972, era do desenvolvimento e a idéia que nascia e queria espaço era a do meio ambiente. Em 1972, as preocupações não eram globais, no sentido que hoje são, as preocupações, em 1972, dos negociadores de Estocolmo, eram essencialmente com a proteção de certas espécies ameaçadas. Havia, se quiserem, uma visão romântica da natureza — a proteção do elefante africano, a proteção da águia-de-cabeça-branca americana —, a visão era emblemática, certas espécies estavam, dramaticamente ameaçadas e nelas, na baleia, no elefante, na águia, no condor andino, havia o símbolo que a causa precisava. Então era uma causa emblemática e focalizada. E havia uma visão catastrófica ou catastrofista de que recursos naturais não-renováveis teriam prazo de esgotamento muito próximos. O Clube de Roma pretendia ou propugnava que o petróleo se esgotaria em poucos anos, certos minerais mais raros idem; então vivíamos a idéia de ameaça de extinção de certas espécies, esgotamento de recursos naturais.

Não posso interromper a cada um que chega para homenagear os Senadores, mas, por favor, senão ficaria muito entrecortada a minha exposição.

Mas peço atenção para isto: em 1972, há uma grande conferência que resume sua ação na defesa de espécies e na percepção de esgotamento de recursos naturais. Isso, em 1972.

O Brasil participa, em 1972, de uma maneira muito vigorosa e muito defensiva. Acho que todos aqui somos contemporâneos de 1972 e dessa fase. A posição brasileira, que vivia um clima de aceleradíssimo desenvolvimento, é de que essas causas no meio ambiente eram ou romântico-ingênuas, na melhor hipótese, ou parte de uma conspiração internacional para frear o nosso desenvolvimento. A atitude brasileira em Estocolmo é dupla: Primeiro, de que isso são preocupações de países decadentes que tinham pequenos territórios, que tinham pequenas preocupações, um pouco Bélgica, um pouco Holanda, pequenos países que já tinham passado a fase da sua grande expansão e da sua criatividade e que se preocupavam com essas coisas menores. Ou a visão, se quiserem mais conspiratorial, de que havia no mundo, diante do próprio lançamento do Brasil para o crescimento e a modernidade, um desejo de cristalizar o *status quo* internacional — certos países que já tinham chegado, chegavam; os que não chegavam não chegariam. De modo que haveria — o que sempre inquieta o Brasil — uma cristalização da ordem internacional. A posição do Brasil é vigorosa, é ativa, o Embaixador Miguel Osório de Almeida é o nosso grande negociador, e ficamos, então, identificados como um país ante-meio ambiente. Criam-se estereótipos: A idéia de que o Brasil era um país contra o meio ambiente e a favor do desenvolvimento. Não era verdade, mas as simplificações ocorrem — a idéia de que o Brasil era um país que queria, então, importar poluição. Ficaram um pouco consagradas, na época, certas frases, talvez atribuídas de maneira maldosa ou malévol, de que o Brasil queria trazer poluição se o preço dela fosse crescimento acelerado.

Então, 1972 produz o documento *Ata de Estocolmo*, cria uma organização internacional em Quênia, em Nairobi, que é a UNEP, e é marcada por esse romantismo. A própria escolha de Quênia como local de uma organização internacional marca isso: É a proteção das grandes planícies, dos grandes altiplanos de Serengeti. Não é um organismo para atuar junto a Genebra, Viena, Nova Iorque, é colocado, a rigor, no próprio campo para mostrar a sua pureza. Então, 1972 é romântica, é catastrófica e é precursora. E se dá num momento em que desenvolvimento é uma grande idéia e o meio ambiente não.

De lá para cá mudou muita coisa. Mudou o Natal, mudamos nós. Houve um amadurecimento da reflexão ecológica e da reflexão desenvolvimentista. Os ecologistas se dão conta de que os recursos naturais não iam acabar de um dia para o outro. Não sei se todos se recordam que havia tabelas então de que o tungstênio duraria mais 3 anos, o petróleo mais 10 anos, o titânio mais 15. Então, se dá conta a Humanidade de que os recursos naturais não renováveis têm vida muito mais longa e que a tecnologia encontra caminhos para substituí-los ou encontrar novas técnicas de extração; isso é importante.

A segunda coisa é que há um relativo sucesso na proteção de espécies ameaçadas. Quase todas aquelas que foram objeto de atenção preferencial sobrevivem e hoje estão em fase de expansão. Depois há um desenvolvimento também da filosofia de parques nacionais. Todos os países, uns bem, outros mal, criam parques, reservas, santuários, em suma, há um sucesso nos objetivos.

Por outro lado, nesses anos todos, o desenvolvimento se deslegitima. Começa a haver de parte do próprio mundo industrializado e não industrializado um desconforto crescente com o desenvolvimento, que parece não atender à totalidade das expectativas humanas. De 1972 para 1992, portanto, há um redirecionamento das preocupações ecológicas e um desencanto com o desenvolvimento na sua versão mais crua, expresso em ganhos de produto nacional e de renda per

capita. Ao mesmo tempo, surgem novas teorias que substituem na área ambiental as antigas. As preocupações com as espécies continuam, mas nós passamos a ter os chamados temas globais ou chamadas as grandes questões atmosféricas. A Humanidade volta a se preocupar com o efeito de aquecimento, camada de ozônio, degradação dos oceanos, em suma, temas que pela sua abrangência são naturalmente transfronteiriços, transideológicos e transpolíticos. Então, há uma mudança do foco, de uma proteção quase que romântica de certas espécies, de certos produtos, para a percepção de que o Planeta, e começa a se falar cada vez mais do Planeta, não de uma maneira metafórica ou poética, mas como expressão de uma espaçonave em que estamos todos embarcados, em suma, o Planeta passa a ser objeto de uma reflexão que se pretende científica e sensata. Então, muda o foco. Não é que o outro desapareça, ele é apenas superado.

E dois, o desenvolvimento se deslegitima e, sobretudo — vou usar uma expressão —, sai de moda. Primeiro, porque os países em desenvolvimento, em grande medida, deixam de se desenvolver, portanto não há mais aquela força e nem aquele dinamismo; dois, porque os países já desenvolvidos passam a fazer uma pregação quase que hostil ao desenvolvimento. Então, surgem tensões novas nessa equação entre desenvolvimento e meio ambiente, o que cabe ao desenvolvimento e o que cabe ao meio ambiente. Essencialmente, portanto, nós nos aproximamos da conferência do Rio, com um outro quadro cultural, político e econômico marcado pela vitalidade das idéias ambientais e pelo enfraquecimento do ideário desenvolvimentista.

Quando o Brasil se dá conta de que um novo ciclo de conferências internacionais, que nós chamamos Conferências Internacionais Normativas, está por se inaugurar, — os senhores sabem que em 1992 há a Conferência do Rio do Meio Ambiente e Desenvolvimento; em 1993, a conferência que deverá ser em Bonn ou Berlim, sobre direitos humanos; em 1994, haverá uma conferência sobre população; em 1995, sobre a mulher, em suma, há um novo ciclo de reflexão internacional, um novo ciclo que se inaugura. O Brasil se dá conta de que haverá uma nova grande conferência sobre o desenvolvimento e meio ambiente. E a primeira decisão tomada na administração anterior, no Governo do Presidente José Sarney, foi a de que o Brasil pleitearia sediar a conferência. Essa decisão foi crucial para tudo que se segue. Se o Brasil não presidisse a conferência, a nossa capacidade de influir sobre os seus rumos seria muito limitada, o Brasil seria apenas um dos grandes atores trabalhando na conferência. A decisão de atrair a conferência buscou aumentar o nosso poder de influência nos rumos dos trabalhos. É como um país ou um time que convida o outro para jogar. No seu campo por acreditar que a sua torcida, o seu campo servirão como alavancas de prestígio. Então, o Brasil, ao decidir ser sede da conferência, pretende, sobretudo, aumentar a sua influência no jogo. Para legitimar essa pretensão, o Brasil usa um argumento essencial: é de que poucos países no mundo dão atenção simétrica e equilibrada a desenvolvimento e a meio ambiente; o Brasil é um deles. O argumento simplisticamente é o seguinte: os grandes países industrializados, hoje, só se preocupam a rigor com o meio ambiente, porque o desenvolvimento deles já foi atingido. Para a grande parte dos países mais pobres, o meio ambiente é uma abstração, o que interessa é o desenvolvimento porque na situação de extrema penúria, ele apenas conta. O Brasil é um dos sete ou dez países no mundo capaz de pensar simultaneamente em meio ambiente e em desenvolvimento. Nós temos, portanto, a capacidade legitimadora de darmos atenção simétrica às duas pontas da equação. O Brasil não descuida do desenvolvimento, o Brasil não pode deixar de pensar no meio ambiente.

Então, se faz uma campanha para que a conferência seja no Brasil, essencialmente para que a conferência sendo no Brasil, não seja sobre o Brasil. Eu não quero fazer um jogo de palavras, mas o essencial a ser dito é isso. Ao ser no Brasil, nós procuramos nos assegurar que a conferência não será sobre o Brasil. Então, eu estou lhes dando com grande, eu espero, transparência, o que foi o processo de reflexão que nos levou a sediar. O Brasil sendo sede ganhava alavancagem e influência, o Brasil ao ser sede garantia que desenvolvimento e meio ambiente teriam tratamentos paritários, o Brasil ao ser sede garante que a conferência, ao ser no Brasil, não será sobre o Brasil; esse é o objetivo. Ao atrairmos a conferência, o Brasil compra um compromisso internacional da mais alta ordem e complexidade: de sediar a maior conferência internacional até hoje realizada, num momento em que as idéias, sínteses estão na sua mais alta efervescência. E, ao mesmo tempo, o Brasil vai sediar três eventos. Há uma grande conferência mundial diplomática, que é a conferência do Rio, há uma cúpula mundial de Chefes de Estado e de Governo convocados para essa primeira cúpula mundial, e há um imenso fórum em reunião de organizações não-governamentais, que são, no caso do meio ambiente, aquelas que alimentam o ideário da reflexão ambiental. Então o Brasil compra a obrigação de sediar três eventos simultâneos, sincrônicos, na mesma cidade; isso é um compromisso extraordinário.

Então essencialmente nós temos uma grande conferência, um conjunto, um complexo de conferências no Rio de Janeiro, em junho de 1992, e para isso eu vim aqui dizer aos senhores o que nós esperamos fazer e como nós nos preparamos. Desculpem-me a digressão, mas é para colocar o que vai haver no Rio, no quadro de uma sequência histórica de acontecimentos. Essencialmente, o Brasil, quando obteve a sede, ele saiu da posição de candidato à posição de parte contratante. Os senhores sabem que quando um país oferece sede de uma conferência internacional, ele assina um acordo com as Nações Unidas em que ele se compromete formalmente a executar certos serviços. Não há, portanto, eu queria que os senhores entendessem, voluntarismo. O Brasil não é um dono de casa que será mais ou menos generoso, ele é parte de um acordo internacional em que ele tem que cumprir aquilo que ele pactuou, que são as garantias de segurança, eficácia e conforto para a conferência.

A decisão da sede foi das mais angustiantes de que eu participei. O Presidente, num primeiro momento, tinha uma inclinação pela Amazônia, desejava, já que via tanta preocupação, que o Brasil se mostrasse na Amazônia. Nós procuramos todos os meios, mas logisticamente não havia como reunir 30 mil pessoas numa capital amazônica por mais que se tentasse. Eu faço uma digressão, quase pitoresca, eu cheguei a fazer contatos com companhias de navegação internacional para grandes navios, que tráfamos ou para Belém ou para Manaus, para ancorá-los para servir de hotelaria flutuante. Quando o maior navio do mundo, que é o Queen Elizabeth, só tinha mil e cem leitos, nós precisaríamos de 20 navios como o Queen Elizabeth. A operação passava a ser o desembarque na Normandia, eram operações que a guerra no deserto do Golfo nada se compararia, e o presidente, a contragosto, abandonou o que seria a sua preferência inicial de prestigiar a Amazônia. Nós tínhamos que negociar finalmente entre Brasília, Rio e São Paulo. A decisão ficou para o Rio de Janeiro por um conjunto irresistível de argumentos. O primeiro dos quais, é que os organizadores externos preferiam o Rio, por uma série de fatores que eu não entrarei. Mas, de qualquer maneira, e nós não podíamos dividir a conferência, porque uma das regras do jogo é que a conferência não pode ser fraturada. Pode haver acontecimentos antes, depois, outros desvinculados dela, mas ela é uma e num só local. Brasília, que pretendia, acabou recebendo uma conferência interparlamentar. Em suma, houve um grande desejo de acomodação com Curitiba, com São Paulo, com Brasília, para que todos tivessem um quinhão, mas o Rio de Janeiro era a cidade que tinha maior qualificação hoteleira. Riocentro, tráfego, grande aeroporto internacional, preferência das Nações Unidas para sediar. E assim será no Rio de Janeiro, num mês particularmente agradável do Rio, porque de baixíssima ocupação hoteleira, de clima particularmente ameno. De modo que o Rio de Janeiro, que é uma cidade de turismo de verão, viverá no inverno, um seu grande momento.

Além desses três grandes acontecimentos que falei, cúpula de chefe de estado, conferência mundial, *forum* de organizações, haverá — e o Rio para isso é extraordinário — imensas festividades simultâneas. Chegamos quase ao ponto de inibir novas idéias, chegamos ao limite da criatividade, há feiras, há *shows*, há *shows* de música, há demonstrações de paraquedismo, há ópera, há música sinfônica, a capacidade de fazer chegou ao limite. E o limite é quando não há mais salas para fazer, nem condições de organização, mas é um acontecimento extraordinário.

Para montar isso, o Governo brasileiro criou duas coisas, para preparar a conferência: uma Comissão Interministerial preparatória da conferência, a CIMA, que representa quase a totalidade dos atores que interessam e um grupo de trabalho nacional, que é o grupo de trabalho executivo. Então, temos um grande colegiado interministerial de que participam também ONG, que faz a reflexão, sobretudo o que será conteúdo da conferência, sua parte substantiva, e um grupo de trabalho nacional, com sede, sobretudo, no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, chefiado pelo Secretário de Administração Federal, Carlos Garcia, que é quem está montando o espetáculo. Esses dois grupos se fundem, há interpenetrações, há contatos, porque não se pode separar forma de fundo, evidentemente. Mas, então, temos uma comissão interministerial, temos um grupo de trabalho executivo. E estamos em pleno andamento de terminar o acordo com as Nações Unidas para a montagem, ampliação do Riocentro, e há um efeito para o Brasil muito benéfico. Essa conferência, não sei se durante ela nós teremos grande ganho, mas, antes, ela nos tem sido milagrosa. Ela permitiu, primeiro, uma reflexão nacional que não se fazia há muito tempo.

O Brasil pensa sobre ele mesmo, o Brasil dialoga com o mundo de maneira que não fazia há muito tempo. A Conferência, no Rio de Janeiro, gerou um metabolismo na cidade, no município, no estado muito favorável. A Conferência provocou, em Curitiba, iniciativas interessantes. Em São Paulo, feiras proveitosas. Aqui, em Brasília, na área interparlamentar, a Conferência teve um efeito catalizador bom sobre o Brasil. De modo que acho que a Conferência, na sua preparação, galvanizou a opinião pública nacional, é um belo acontecimento.

Querida lhes dizer o que a conferência deve produzir além de evento. Quer dizer, todo grande acontecimento tem uma química dele própria, o que acontece

nele. Mas, o que ela pretende produzir é o seguinte: ela deverá se desdobrar em várias vertentes. Primeiro, espera-se que nós possamos concluir uma convenção sobre mudança climática. A convenção não será extensa, porque o trabalho levará muito mais tempo. É sobre o chamado efeito estufa. Quem fala disso fala de aquecimento ou emissão de gases tóxicos. Então, o que se vai procurar é um começo de negociação internacional sobre os limites das emissões de gases tóxicos na atmosfera que têm um efeito, presume-se, de aquecimento e degradação da qualidade do ar. Não há certeza desse efeito. Um dos problemas dessa grande investigação ecológica em nível mundial, é que temos que agir na base de suposições, porque quando houvesse a certeza seria tarde para agir. É um paradoxo! Temos que agir sem convicção certa, porque, quando houvesse a convicção certa, o tempo teria sido perdido para a correção. Isso é difícil. Quem requer grande rigor científico diz: Mas, olha, não uma prova convincente de que o mundo esteja aquecendo, de que sejam essas emissões que estejam... Há evidências muito significativas, mas é prudente agir-se de uma maneira acautelatória, porque, talvez, quando a prova seja cabal, não haja mais muito mais o que se possa fazer.

Então, o primeiro grande objetivo da conferência é uma convenção sobre alterações climáticas. Segundo objetivo é uma convenção sobre biodiversidades, que é um tema de uma riqueza extraordinária, porque afeta toda a capacidade genética do Planeta. Quer dizer, o que existe na natureza amplamente desconhecido e que são aqueles modelos que permitem que em Medicina, que em desenvolvimento, nós tenhamos a criação ainda para ser examinada. Isto é uma outra imensa área e que ao Brasil tem interesse particular, porque somos detentores de grande parcela dessa biodiversidade, sobretudo na Amazônia. Terceiro, será um problema geral, não será em convenção alguma declaração sobre florestas, em que aí o interesse brasileiro é mais acentuado geograficamente. Haverá o que se chama ou o que se tenta chamar de Estatuto da Terra. Procura-se um texto que tenha o valor que teve a declaração universal dos direitos humanos em matéria de direitos humanos, que seja a primeira vez que a humanidade fala da humanidade, do Planeta na sua totalidade. É o Estatuto da Terra. Há a Agenda 21, que é aquela para o século 21, que será um plano de ação jogado para o milênio do século que se abre. E, finalmente, haverá as chamadas medidas institucionais que tratarão de que órgãos, que agências, que ferramentagens se criará para que todas essas idéias tenham aplicação. Então, o que queria dizer é que estamos trabalhando com um *menu*, com um cardápio de opções ambicioso: uma convenção sobre clima, uma convenção sobre biodiversidade, uma declaração sobre florestas, o Estatuto da Terra, Agenda 21 e mecanismos institucionais de solução de problemas. Isso é o que se pretende.

As ONG, terão também seus textos, seus objetivos, mas tudo confluirá para isso.

E, finalmente, como vêm chefes de estados e presidentes, eles serão signatários, ou do Estatuto da Terra, ou de vários desses instrumentos para lhes dar um problema das dificuldades. Se os chefes de estados — imaginamos sessenta, setenta ou oitenta, e nunca se tentou nada nessa escala — vêm no começo, no início da conferência para um debate geral, a conferência se esvazia depois, porque, evidentemente, saindo eles, ela perde *status*. Se eles vêm para o fim-de-semana intermediário, que coincide como o dia da terra, o começo não tem brilho e o fim não tem brilho. Se eles vêm apenas para o fim, eles não participam da arquitetura inicial da conferência e apenas da sua solenização. Então os problemas são de toda ordem também e desafiadores. Este é o objetivo da conferência.

Creio que com isso eu lhes dou o essencial do que foi a preparação, do que é a montagem, os órgãos que temos. Querida lhes falar que, fora daqui, tudo se conduz centralmente sobre um comitê preparatório das Nações Unidas que se reúne alternativamente em Genebra, e Nova Iorque. A primeira sessão foi em Nairobi e é para onde se encaminha. Mas como não está andando com a velocidade, teremos que usar esses temas alternativos, já haverá reuniões aqui, no Brasil, breve, de personalidades eminentes. Creio que a Margareth Thatcher, o Eduard Shevarnadze, Nobuko Takchita virão, a Srª Gron Bruntland, todos os grandes nomes do mundo virão, em pequenos grupos, tratar de assuntos aqui, no Brasil. Essencialmente o que lhes queria dizer é que, para o Brasil, o prestígio de sediar é imenso, que o risco do insucesso existe.

Nós podemos ser incompetentes na montagem, mas sinto um tal espírito de acerto que não creio. O que me preocupa hoje, se eu lhes pudesse ser muito franco, é um pouco de necessidade de dispersão das nossas preocupações além do Rio de Janeiro. No início, a preocupação com o Rio era tão necessária, porque era a sede, que nós descaramos um pouco o resto do País. Então é preciso fazer mais do que uma conferência do Rio de Janeiro, uma conferência nacional.

Tenho uma preocupação crescente no esclarecimento das preocupações amazônicas. Nós dizemos, cada vez mais, que a conferência no Brasil não é sobre o Brasil e muito menos sobre a Amazônia, que só estamos fazendo a

conferência no Brasil não para diminuir a nossa soberania, a nossa influência, mas para reforçá-la. Não convidamos o mundo ao Brasil para nos despir, convidamos o mundo ao Brasil para firmar a nossa transparência, a nossa boa-fé, o nosso desejo de cooperar. Isso é um exercício de afirmação vigorosa de soberania e de clareza. Não é um ato de renúncia.

De modo que acho que isso tem que ser dito, porque quem está operando a conferência fica tão preso à miudeza do dia a dia que perde um pouco dessa visão. Assim, queria dizer aos Srs., ao me oferecer às perguntas, que acolherei com a maior satisfação, que isso aqui é parte do que é necessário fazer, explicar melhor a conferência, por que aqui, por que os temas, porque se ela se fizer no quadro de uma posição brasileira solidária e lúcida, ela será um grande acontecimento. Se ela se fizer num clima de desconfiança interna, ela perderá um pouco. Esse exercício que se fez de subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional procurou isso, abrir o debate à cidadania.

Acho que foi uma boa idéia e uma idéia arriscada. Não quero me arrependar da idéia, porque o que ela pretendeu foi trazer, pela primeira vez na História do Brasil, um debate à totalidade do País, o que é sempre uma boa coisa, mas uma coisa arriscada.

Estou inteiramente às ordens dos Srs., não só para esse encontro, para outros ao longo dos meses, porque esse é um assunto de acompanhamento assíduo. O que estou dizendo agora, creio, baliza o essencial.

Deixarei com o Sr., Presidente, um papel de referência mínima que diz apenas o que são as nossas estruturas, mas, no Itamaraty, tão perto, ou aqui, contem comigo para esclarecimentos, com a frequência do interesse dos Srs. Fico honradíssimo pelo convite. Estou disposto a responder a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, iremos passar agora à fase de questionamento.

Lembro, também, aos Srs. Senadores que nesta fase da nossa Comissão do ECO-92, na nossa reunião de hoje, teremos a última audiência com o setor público federal, portanto com as autoridades federais. A partir da próxima reunião, iremos ouvir a imprensa, os empresários, as organizações não-governamentais e os fóruns regionais em todo o Brasil.

O objetivo da nossa Comissão é altamente operacional, concreto, é para acompanhar, avaliar tudo aquilo que está sendo feito pelo Brasil para essa grande conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento, chamada popularmente de ECO-92.

Posteriormente, lembro aos Srs. Senadores que vamos discutir a metodologia. Por isso pediria que permanecessem no recinto alguns minutos após as intervenções que farão ao nosso ilustre conferencista. O nosso conferencista tem uma grande responsabilidade na coordenação global dessa conferência mundial e por esse motivo ele é o último conferencista do governo brasileiro a participar desta Comissão.

Gostaria de passar a palavra aos Senadores inscritos. Concedo a palavra ao ilustre Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Sr. Conferencista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi com atenção a exposição de V. Sª, embora tenha chegado um pouco atrasado.

Não temos nenhuma dúvida que, mesmo com a existência de algumas deficiências infra-estruturais, a organização da ECO-92 será quase perfeita, porque coordenada pelo Itamaraty, que tem uma experiência muito grande neste campo.

O que nos preocupa, evidentemente, e não condenamos, pelo contrário, até louvamos, a iniciativa do governo do Presidente Sarney de trazer para o Brasil a sede dessa Conferência, é sem dúvida nenhuma o posicionamento político do governo brasileiro nesta Conferência. O que nos preocupa, repito, é que as decisões ou a Carta da Terra, a Agenda 21 nem tanto, mas alguma convenção que ali for estabelecida, possa determinar algum arranhão à soberania nacional.

Isso poderia acontecer com a sede aqui no Brasil ou com a sede aqui ou a sede em qualquer outra cidade de qualquer outro país.

Ainda ontem, lemos na imprensa que os Estados Unidos, na reunião do comitê preparatório, não aceitou a proposta do Secretário da Conferência sobre o controle da atmosfera no que diz respeito à poluição. O governo americano estribou, embasou a sua argumentação exatamente na tese de que nós brasileiros, que representamos Estados da Federação que compõem a Amazônia legal, temos chamado a atenção de todo o País.

Não há dúvida que a Conferência sendo no Brasil — e não uma conferência para resolver problemas do Brasil — o nosso País estará exposto porque a própria opinião pública, em tema tão conflitante e tão polêmico, vai fazer o *strip-tease* nacional, o que não deixa de ser justo.

Então, o governo americano lançou agora uma questão sobre aquilo que me parece que na Carta da Terra seria o ponto básico, qual seja, o controle da poluição atmosférica, exatamente para evitar o efeito estufa, que V. Sª muito bem expôs. E alegou, para não apoiar e rejeitar — porque o americano rejeitou,

embora a maioria tivesse aceito a proposição — o problema de soberania nacional.

Quando se fala numa proposta de preservação de florestas tropicais também ficamos preocupados porque na Amazônia existem todos os ingredientes, não diria para uma intervenção, mas para uma influência muito grande nas decisões sobre o destino do desenvolvimento daquela região.

Trata-se de uma região despovoada, é uma região, onde foram detectadas ricas províncias minerais e que tem sofrido, inclusive, nas suas trocas comerciais reações de países, principalmente, da Europa.

Agora mesmo, a Holanda está tentando fazer um movimento, tomar uma decisão e estender isso à comunidade comum, que madeiras oriundas da Amazônia não teriam acesso ao comércio holandês e, por extensão, ao europeu.

Li rapidamente a proposta que foi apresentada em Londres na última reunião dos Sete Grandes, onde se pletava 1 bilhão de dólares em financiamento para um projeto piloto na região Amazônica, especificamente, na região do Programa Grande Carajás.

Nós, amazônidas, temos idéias conflitantes com aquelas defendidas pelo Secretário do Meio Ambiente. Não porque queiramos o desenvolvimento da Amazônia a qualquer custo, absolutamente. Acharmos que deve haver a preservação, deve haver o desenvolvimento sustentado, deve haver o zoneamento ecológico, mas as coisas que são feitas em relação à Amazônia não partem de pesquisas, não partem de experiências e nem levam em conta as experiências regionais.

Verifiquei que existe a idéia de se reflorestar 1 milhão de hectares na Área do Projeto Carajás, não que tenha sido devastada pelo programa Carajás, mas devastada ao longo da existência da civilização naquela área.

O governo indica para aquele lugar o plantio para o florestamento com o cacau e a seringueira. A Ceplac já provou que o cacau é inadequado para aquela área em razão das condições climáticas; a seringueira é uma atividade que economicamente hoje é inviável na Amazônia.

Isso mostra que há muito artificialismo, muita literatura, muito projeto inviável em termos de Amazônia e mais o desperdício de recursos.

A nossa preocupação é exatamente a mesma que o governo americano detectou em relação à atmosfera, mas nós nos preocupamos com a soberania nacional e damos um exemplo: Recentemente, a ONU que é uma organização que foi criada com o sentido de manter a paz no mundo, sofreu um revés muito grande no problema do Golfo Pérsico. E, além do revés, ela que seria, vamos dizer, a defensora da paz, ela foi um móvel da guerra. Não teve a capacidade de evitar a guerra, mas teve, sem dúvida nenhuma, a capacidade de mobilizar as nações mais desenvolvidas para provocar aquela guerra.

Gostaria de fazer a primeira pergunta, já que V. Exª, pela origem diplomática e pela profunda experiência nos assuntos políticos internacionais, e como o Brasil é um membro da ONU e é obrigado, sem dúvida nenhuma, a acompanhar as suas resoluções — e foi o que aconteceu recentemente na guerra do Golfo Pérsico; aliás fomos até muito prudentes na nossa posição — levando em conta que nenhum acordo, nenhuma convenção internacional teria validade no território brasileiro se não atendidos os dispositivos constitucionais de homologação e aprovação pelo Senado, se esta convenção internacional ou esta Carta da Terra vai impor ao Governo brasileiro alguma obrigação oficial, ou simplesmente, como aconteceu na reunião em Estocolmo, tivemos lá como nosso orador o saudoso ministro Costa Cavalcanti, por sinal o homem que defendia a tese de conquistar a Amazônia pela pata do boi, o que foi também um erro? Gostaria de ter esclarecimento: se a decisão nesta convenção vai implicar, taxativamente, numa obrigação do Governo brasileiro?

E conforme a resposta de V. Exª então teríamos que, aqui no Senado, tomar algumas providências de salvaguarda para a nossa soberania. Esta é a primeira colocação.

A segunda, aceito perfeitamente a argumentação, como homem da Amazônia e representante do Estado do Pará, de que era impossível reunir tantas pessoas em qualquer das principais cidades da Amazônia, seja em Belém seja em Manaus, e também a solução do navio não daria certo porque a profundidade de calagem para acesso às duas capitais é muito pequena e os navios teriam que ficar muito distantes, e o Senhor terminaria fazendo um desembarque da Normandia lá realmente.

É preciso que o Governo brasileiro, embora saiba que não há nenhuma obrigação nesta conferência de se levar em conta este relatório, ele pode até ser desprezado, conforme as normas da própria ONU. Gostaria de dizer que, li rapidamente, porque é muito extenso, mas ele começou tratando portanto, do que mais polui hoje a Terra. O que é? É a pobreza. Então, nesta conferência, temos que levar a opinião brasileira de que queremos o nosso desenvolvimento, até porque a Conferência de Estocolmo trazava mais de desenvolvimento do que de preservação do meio ambiente, que precisamos, no nosso desenvolvimento. Temos que erradicar a nossa pobreza, não só no Brasil como nos

outros países da América do Sul, porque é, sem dúvida nenhuma, o maior fator poluidor. Quando é devastada a Floresta Amazônica sem embasamento tecnológico ou verdade científica, isso é feito em razão da pobreza que lá existe. Dentro dessa pobreza, estamos culminando com a nossa pouca cultura em relação preservação.

Então, gostaria também de colocar a V. Exª de que, mais uma vez, nós, da Amazônia, estaremos atentos, torcendo pelo êxito da convenção, porque somos brasileiros e ficamos felizes em ver tantas figuras importantes aqui, mas reagiremos se houver alguma decisão que implique em obrigação oficial do Governo brasileiro nesta conferência. E para me tranquilizar, gostaria de ouvir a opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Nobre Senador Oziel Carneiro, darei uma resposta que, pela brevidade e não faz justiça à sua exposição, tocará nos dois pontos das suas perguntas. Em primeiro lugar, se se adotar na conferência um estatuto da terra, esse documento deverá ter, em toda a probabilidade, um caráter de declaração. Portanto, não criará compromissos de natureza jurídica, nem obrigações que exijam do Brasil cumprimento no sentido mais rigoroso da palavra. Como a todo texto que um país adere de boa-fé, haverá o engajamento nosso com a linguagem e com seus objetivos, mas não será um instrumento especificamente jurídico.

A convenção que se possa a vir adotar, essa sim, uma convenção tem um caráter de obrigação. Se chegarmos a adotar, no Rio de Janeiro, uma convenção-arcabouço ou uma convenção-quadro sob alterações climáticas, esse processo de negociação será longo antes, durante, e será submetido, evidentemente, ao Congresso brasileiro para avaliação.

Queria lhe dizer uma coisa que acho essencial, Senador: as diminuições de soberania não se dão, geralmente, em grandes conferências multilaterais. As grandes conferências mundiais são uma garantia da soberania dos mais fracos. Os grandes preferem a negociação bilateral, preferem os pequenos grupos, preferem as situações em que a sua força e o seu peso são esmagadores.

O multilateralismo universal é a melhor garantia dos países que dispõem de força intermediária. Não é uma garantia absoluta, mas é a melhor carta. A pior carta é aquela em que nos enfrentamos com disparidade de poder irrecoráveis.

Tenho muita preocupação hoje com as diminuições de soberania que vêm através das chamadas "condicionalidades". Em suma, condições que vão sendo impostas e que vão sutilmente cerceando a liberdade de agir de um determinado país: importações que não se podem fazer, empréstimos que se dão apenas em determinadas condições. Ou seja, a minha preocupação com as reduções de soberania hoje incidem muito mais sobre a área das condicionalidades e das negociações financeiras internacionais do que nos grandes conclaves, como o que faremos. Esses, pelo contrário, Senador, a nossa esperança é que 130 países pobres digam essencialmente o que V. Exª disse: que a pobreza não só é uma grande poluição. Acho, às vezes, que tratar a pobreza como poluição..., ela é mais do que, ela é uma grande desgraça.

De modo que, creio, haverá massa crítica, por isso uma conferência mundial desse tipo. Parece-me essencial termos presente esse fato, de que uma conferência costuma ser desse tipo, um foro legitimador dos fracos, mais do que um instrumento de pressão dos fortes.

Quanto à atitude norte-americana em relação ao clima, não gosto de fazer comentários sobre posições de um governo, porque não gostaria que fizessem sobre a nossa. Mas vou lhe dar uma resposta de alguma maneira. Achamos que é preciso algum movimento em matéria de emissão de gases. V. Exª sabe que o Brasil é um país que emite gases porque é um país industrial, portanto, combustíveis fósseis são queimados, porque ele queima madeira. Mas, comparado com os grandes emissores de gases, somos pecadores muito veniais.

O Brasil não se moverá sozinho, Senador. O Brasil só se moverá em orquestração com os outros. O Brasil não aceitará responsabilidades desequilibradas. O Brasil não pagará a conta da conferência individualmente. O Brasil aceita se mover simetricamente, com o resto do mundo, em direção a formas de desenvolvimento mais limpas, mais auto-sustentáveis. Somos a favor disso. Mas o Brasil não se moverá gratuita e isoladamente. Se houver movimento brasileiro, ele se dará com os outros, simetricamente com os outros, e de maneira muito equilibrada. O Brasil não paga a conta da poluição deste planeta isoladamente. Ele é sócio de boa-fé do mundo, ele tem um interesse nacional em manter o seu desenvolvimento limpo, racional, benfeitor desta geração e de outras. Mas ele não paga a conta da totalidade dos pecados internacionais. Isso é essencial.

De modo que, em cada caso, vamos medir o ganho com o compromisso assumido com aquilo que ele inibe de opções de desenvolvimento. Não sei

lhe dar uma resposta genérica, e em cada caso vamos ter que medir o ganho, a perda, a relação custo-benefício.

Senador, e lhe pediria que tivesse com a inteligência, a sabedoria e o patriotismo que marcam a sua trajetória. Vamos para essa conferência sem nenhuma ingenuidade e sem nenhuma má-fé. Vamos encontrar o mundo de maneira serena, procurando cooperar, como é de nossa natureza. Não pense que haja nem ingenuidade nem paranóia. Não estamos presumindo uma conspiração contra nós; não estamos achando que isso é uma associação benevolente, em que não haja riscos.

Esse diálogo nosso reforça isso: a abertura para procurarmos aquilo que, em cada caso, melhor nos convém. Nem *a priori* dizer que não queremos proteger o meio ambiente, nem dizer que todo o cerceamento do desenvolvimento é maléfico.

V. Exª, num momento de muito brilho, recordou como, em 1972, todos estavam errados, desenvolvimentistas e ecologistas. A leitura de 1972 hoje inspira um sentimento risonho de compaixão. Os que acreditavam no desenvolvimento a qualquer preço eram votos juvenis e os que achavam que o planeta estaria acabando em dez anos era catastrofistas. Esses vinte anos trouxeram sabedoria para as duas pontas do dilema, e creio que 1992, no Rio de Janeiro, poderá ser uma reunião mais madura, em que não prevalecerão nem aqueles que achavam que este planeta iria fechar por falta de recursos em poucos anos. Houve um amadurecimento.

Agora, os riscos estão lá. Não pense, por um momento — e volto à minha exposição original: a sensibilidade do Itamarati para as preocupações amazônicas é extrema. Não há limite em minha disposição de, pelo Itamarati, como Ministro de Estado das Relações Exteriores, trazer esclarecimento, segurança, transparência. V. Exª esteja seguro que não haverá instigação ao diálogo ou à troca de idéias que recusemos.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Pediria ao Senador que seja breve, porque temos vários inscritos.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Existe algum entendimento entre o Governo brasileiro e o governo dos países que fazem fronteira conosco em relação à Amazônia, não para uma proposta uma, mas para um comportamento nos debates nessas reuniões preparatórias que atenda aos interesses desses países?

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Sim. O Tratado de Cooperação Amazônica vai se reunir antes da Conferência, em nível presidencial, possivelmente em Manaus ou em Belém, para mapear uma estratégia comum amazônica em relação aos problemas que interessam à Amazônia.

E queria lhe dizer uma coisa adicional: a preservação da integridade do Tratado de Cooperação Amazônica e da solidariedade entre seus membros é parte essencial da estratégia brasileira. Se há uma ruptura da lealdade e da solidariedade amazônica, a posição brasileira se debilita muito. Manter o diálogo amazônico com os nossos vizinhos de ecossistema é essencial. Teremos uma reunião prévia de chanceleres do Pacto do Tratado Amazônico, uma reunião presidencial na Amazônia. A nossa idéia é fazer duas reuniões de nível presidencial nos nossos grandes ecossistemas: uma no amazônico, outra no sistema do Prata. O outro grande sistema brasileiro, que é o do São Francisco, dos cerrados, esse é exclusivamente interesse nosso. Mas, nos dois casos, tanto no Pantanal, quanto na Amazônia, encontros prévios para que não haja ruptura da solidariedade regional é essencial que se mantenham.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, considerando que temos vários inscritos, vamos tentar limitar o tempo para 5 minutos para cada um em termos de intervenção. Apesar do brilhantismo da participação de cada Senador, temos tempo limitado em função do próprio Embaixador.

Passo a palavra ao ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores:

Não apenas pela recomendação do nosso Presidente, mas também por minha própria vontade, serei muito breve, até porque o Ministro tem um compromisso. O que me deixou menos aflito é que S. Exª tem um compromisso com uma pessoa às 11:00h, que já está aqui e que tem um compromisso anterior comigo. Então, as nossas aflições podem ser repartidas.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação em ouvir V. Exª.

É confortador para o Senado da República ouvir alguém como o Embaixador Azambuja, não só pela sua facilidade verbal e expressividade a que já nos acostumamos, mas, sobretudo, pela sua plena consciência do que é a política externa brasileira e de como ela está sendo realmente velada, a todo instante, no desenvolver dessa Conferência da ECO-92.

Assisti muitas vezes no Senado, e fora dele, a muitas exposições sobre os riscos da ECO-92. Tudo que é humano é arriscado, e por isso é belo. Mas o problema não é temer o risco: o problema é prever o risco. Creio que estamos com uma posição brasileira, uma posição que não é província, que se coloca no cenário mundial, e o Embaixador nos deu, hoje, uma demonstração muito clara disso, o que evidentemente não dispensa ao Senado o cuidado que deve ter no acompanhamento — esta é nossa missão, mas nos reconforta. As respostas dadas às preocupações mais dos que justas do Senador Oziel Carneiro demonstram o quanto vamos marchando no bom rumo.

Por isso mesmo, queria pedir ao Embaixador que nos esclarecesse, não do ângulo daqueles que se opõem à ECO-92, mas do ângulo dos movimentos favoráveis a ela e que têm uma preocupação ambientalista muito forte. Existem sempre também certas preocupações que convêm seja elucidadas de plano, e tenho certeza de que V. Ex.^a o fará com a maior facilidade.

Acontece que há uma certa preocupação, porque o relatório que foi aprovado em junho pela CIMAM, essa Comissão Interministerial, posteriormente transformou-se num documento, que está em nossas mãos, que são subsídios para a conferência.

Então, há uma preocupação nesse sentido. A mudança a partir do título e a partir de alguns adendos havidos entre o relatório e os subsídios significa alguma coisa de mais substancial? Como e por que se deu essa mudança? De que maneira aqueles que são diretamente responsáveis — V. Ex.^a é um deles e aquele grupo de Embaixador que está lidando mais diretamente com esta matéria — vão encaminhar essa questão da participação do ponto de vista brasileiro? E até que ponto os debates que a sociedade brasileira já começa a travar ao redor desses documentos vão ser debates substantivos, no sentido de que vão ser acolhidos no relatório?

Transmito a V. Ex.^a essas preocupações e agrego uma outra. Existem notícias nos jornais frequentemente, é normal, a respeito de grupos interessados na questão da posição do Brasil. Qual vai ser o papel da Secretaria de Desenvolvimento Regional? Existe um papel paralelo? Ela está compreendida nisso? Nós vamos ter mais do que um foco?

Faço as perguntas na certeza de que V. Ex.^a, ao responder, fulminará qualquer dúvida a respeito da matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Ex.^a faz perguntas tão breve quanto relevantes. Temo apenas que a sua suposição final não se confirme totalmente na minha resposta.

Por que subsídios técnicos? Por que uma certa volta atrás de uma rotulação que parecia mais categórica inicial? Creio que houve um elemento de experimentação nisso. Pela primeira vez na feitura de um relatório, o Brasil não cumpriu a sua tradição burocrática, que era pedir a três ou quatro órgãos da Administração Federal subsídios, coligi-los de maneira correta e competente e encaminhá-los de certa maneira, pro forma. Era o caminho da tradição, da inércia. Desta vez, houve o desejo, pela relevância e pela exemplaridade de que o Brasil se via investido como País sede, de tentar mais.

O Brasil, nessa Conferência, em todo momento, sente-se naquela posição de dono de casa, tendo de dar exemplos de eficácia, de competência, de abertura. Então, houve a idéia de se fazer uma contratação amplíssima de especialistas para uma coletânea de papéis, que serviria como instigação a um grande debate nacional, feito de maneira muito criativa, através de televisão, distribuição por via postal, agências de Correio em todas as sedes de municípios. É uma atividade muito engenhosa, muito criativa, mas com certos riscos embutidos. Não é da nossa tradição que o Governo reflita em voz alta, ou que o papel seja apresentado como rascunho. É uma tendência que se legitima muito: apresentar o papel quando ele já é o resultado de longa e fecunda reflexão interna. Neste caso, não! A idéia foi levantar os assuntos com duas intenções. A primeira foi que o debate um pouco anárquico, um pouco caótico de hoje se desse hoje, e não em 1992. A primeira preocupação foi que, quando chegasse a conferência, o Brasil tivesse posto a sua casa em ordem, tivéssemos feito uma imensa limpeza da nossa roupa, nós mesmos. Que o debate se desse em 1991, que a discussão se desse agora, e não — para nós, de certa maneira constrangedora — com os visitantes já dentro de casa. A idéia é de que, em 1992, estaremos com o time em campo mais ou menos armado.

Segundo, quando, primeiro, a rotulação saiu, ela induzia uma finalização que não existia ainda. De fato, é isto: subsídios técnicos. E, segundo, começou a se fazer, no prefácio, certa indicação de que isso teria um valor de apoio. Porque passamos, Senador — e V. Ex.^a saberá disso melhor do que ninguém — de uma não-tradição de convívio com organizações não governamentais para a necessidade de um convívio muito ativo. É um processo de educação recíproco.

Nem o Governo tinha a tradição de negociar com elas, nem elas conosco. Estamos tateando, estamos aprendendo. Creio que o aprendizado é bom nas duas pontas. Havia prevenção delas com o Governo, e havia a nossa com elas. Agora não é que essa Conferência resolva isso não, mas é o começo. Então, respondendo à sua primeira pergunta: os subsídios, a rotulação e a maneira de abordar, foram para não induzir pessoas em erro de achar que estavam diante de um documento formal, com peso. É apenas isso o que ele é. De modo que foi uma reflexão *ex post facto* para trazer a colza.

Quanto à participação, a idéia de que determinadas áreas do Governo estariam com essa ou aquela posição, preocupação da SEMA é trazer todos. A Secretaria de Desenvolvimento Regional é parte ativa e o seu titular assíduo participante. O que estamos procurando é que haja uma só posição nacional. O que não queremos é que essa posição nacional seja tão precoce que pareça ter sido autoritária demais, quer dizer, queremos que uma posição nacional aflorasse bem antes de junho/92, mas com a naturalidade do que vem das bases, do que é o resultado de um diálogo federal com os Estados. Em suma, a nossa expectativa é não induzir cedo demais consenso quando o consenso, a nosso juízo, chegará do processo nosso de reflexão.

Mas não vejo, não detecto nenhuma ruptura. O que há é que em assunto tão vasto, não haveria como haver monolitismo. Não é possível que o País pensando sobre todas as técnicas do seu desenvolvimento, e todos os problemas... Há muitos ângulos, a discussão passa a ser intelectualmente estimulante e meio perigosa, porque cada um de nós sobre isso tem opiniões arraigadas e um Estado tem uma opinião, uma perspectiva. Por exemplo, uma coisa que noto — e queria transmitir aos Srs. Senadores e ao Presidente, sobretudo — é que começamos na reflexão muito amazônicos, muito preocupados com florestas. Agora, a preocupação maior é com o entorno das grandes cidades, a idéia de que o grande risco ambiental no Brasil se dá na periferia dos grandes centros urbanos.

Cada vez mais a preocupação do Governo brasileiro se desloca. Claro quem, em relação à Amazônia, a posição no caso é de não deixar que digam tolices sobre ela ou se cometam arbitrariedades, mas não nos parece o fulcro da questão brasileira. A questão hoje — eu estou simplificando tudo que digo, a brevidade leva à simplificação —, a preocupação maior é que a degradação ambiental máxima brasileira é periferia das grandes cidades, o que me traz, Senador, um pouco ao seu ponto inicial, de que a miséria é subjacente a tudo isso.

Agora, não podemos também parecer tão preocupados com o entorno das grandes cidades e negligentes com as grandes florestas. É um jogo de chegar e estamos longe ainda do ponto de equilíbrio.

Espero ter, se não respondido, pelo menos...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Como havia antecipado, V. Ex.^a realmente fez o que eu imaginava, fulminou na resposta. Vou pedir permissão a V. Ex.^a, mas vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passó a palavra ao Senador Irapuan Costa Jr.

O SR. IRAPUAN COSTA JR. — Vou tentar ser tão breve, embora não tenha a mesma capacidade de síntese do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Antes de mais nada, as minhas desculpas ao Embaixador e ao Presidente por ter chegado aqui um pouco atrasado. O Presidente sabe que temos que nos multiplicar nesta Casa tal a quantidade de atribuições. Mas quem perde, no caso, sou eu, porque ouvi-lo sempre é útil e agradável.

Embaixador, V. Ex.^a parcialmente nos tranqüiliza quando diz que essa Conferência não é sobre o Brasil, é no Brasil. Mas, apenas parcialmente, porque vemos que, hoje, no Brasil, quando se fala noticiosamente em ecologia, fala-se determinadamente de Amazônia. Algo parecido ocorre no cenário mundial, dos vários temas ecológicos hoje, acredito que no cenário mundial a Amazônia surge também em primeiro lugar. Fala-se em efeito estufa, mas nem tanto; fala-se em aquecimento de calota polar, mas nem tanto; fala-se em usinas nucleares, mas nem tanto; fala-se em detritos atmosféricos, mas também nem tanto. Então, é um tema que hoje alcança uma projeção extraordinária do ponto de vista noticioso, o que não deixa de nos preocupar.

Ora, quem percorre a Amazônia como fizemos há poucos dias atrás, vê que a hilela não está tocada, ela permanece intocada. Se alguma coisa foi feita, foi feita na Amazônia Legal, mas não na Amazônia física em si. Nós que pertencemos a um extrato muito mais esclarecido da população, não acreditávamos que fosse assim. Confesso a V. Ex.^a e confesso aos Colegas que me surpreendi com o estado de virgindade da Floresta Amazônica.

Bem, se eu disser isso lá fora, como procurei dizer talvez com menos convicção antes, seremos objeto de chacota. Fora do Brasil, acredita-se piamente que a Amazônia está em grande parte devastada.

Perguntaria a V. Ex.^a para que esse estatuto da terra, ainda que sem importância nenhuma intervencionista, não venha a nos penalizar indevidamente, para

que diminua esse comentário sobre soberania relativa, não seria conveniente que os delegados, não todos evidentemente, mas os mais importantes, pudessem fazer um sobrevôo na Amazônia? Que Deus nos permitisse que as condições fossem favoráveis, porque sabemos que não é fácil, para que saíssem daqui pelo menos eles também ou alguns mais bem intencionados, com um retrato mais próximo da realidade? Não se pensou nisso? Não seria possível? Seria um excesso de interferência nosso numa assembléia mundial, afinal somos os anfitriões? Era essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Presidente, primeiro, estou inteiramente de acordo. A Amazônia se presta a generalizações ou triunfalistas ou catastrofistas com uma facilidade que sempre me deixou perplexo, e quanto maior a distância do ator e quanto maior o seu desconhecimento, mais generalizações ele faz e mais fáceis elas parecem. Acho que é da índole da Amazônia produzir esse tipo de retórica ou afirmativa ou negativa, mas sempre inidônea e inexacta.

Pensamos várias coisas. Primeiro, para essa amostragem. Eu lhes disse que haverá uma reunião dos Presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica, mas esses não precisam ser convertidos porque são dali. Vamos fazer dois ou três grandes seminários de altíssimo nível em Carajás, onde a Vale do Rio Doce dispõe de instalações extraordinárias. Há certas demonstrações que precisam ser feitas e Carajás se presta admiravelmente a isso.

Houve um momento, Senador, em que pensamos usar o fim de semana intermediário da conferência — a conferência tem 15 dias com um fim de semana — para levar todos os Presidentes à Amazônia, para que lá se fizesse um ato ou um gesto, alguma coisa. Normalmente aí entraram não problemas de logística, de grandes números, mas de segurança extraordinariamente complexos, porque estamos imaginando, vejamos: é o Presidente Bush, o Presidente Gorbachev, o Presidente Mitterand. Cada deslocamento de algum deles, que não viajam senão em aeronaves de seus próprios governos, com parafernália de segurança extraordinária, ficamos um pouco intimidados de como fazer. O que estamos agora é encorajando o ato individual, ou seja aqueles que são do norte que regressem aos seus países por voos que parariam em Belém ou em Manaus, embora seja Manaus o aeroporto com melhores condições.

Senador, passei a entender até de tamanho de páteo de estacionamento de aeroportos da Amazônia: quantos aviões cabem, que distância um fica do outro. Em suma, os problemas para 80 Presidentes... porque não podemos excluir uns, porque haverá problemas. Estamos examinando o que se pode fazer, porque o seu argumento é central. Quem vai à Amazônia ou sobrevoa tem a percepção sua e minha e de qualquer pessoa de boa fé de que é infinita a área verde preservada e de que o dano é marginal. Não quero subestimá-lo também, não quero cair na armadilha contrária. Hoje, tive um café da manhã com três Senadores norte-americanos, Senadores Loyd Benson, Borcus e Durenberg da Comissão de Finanças do Senado americano. Finanças do Senado não tem muito a ver com Amazônia, mas é indefectível a pergunta: quanto tempo para que haja a destruição final da Floresta Amazônica? Quer dizer, a idéia de que não só estamos diante de uma hipótese catastrófica, mas que ela tem uma previsibilidade em anos. Disse: "Nenhuma. Nem a primeira hipótese, nem anos, nem destruição, pelo contrário".

Creio, Senador, que convites a que chefes de Estado quase que obrigatoriamente tenham etapas amazônicas seria uma resposta. Que o Brasil, ao receber visitantes, o faça mais vezes agora na Amazônia. Estamos um pouco fixos em Brasília.

Também temos a idéia de fazer para a Conferência dois ou três grandes documentários — e os sistemas brasileiros de televisão são competentes para isso — mostrariam, sem propaganda... Não é uma coisa no sentido de o Estado ou o Governo se justificando, mas coisas de grande qualidade. Até agora, quem faz o documentário com competência, tem o interesse em vender o documentário, mostrando dramaticamente o risco. É parte do jogo. Então, acho que a exposição, leva de jornalistas pagos por nós para conhecer, nada disso, V. Ex. sabe, bastante, mas são passos no bom caminho, vão somando alguma coisa. O que não podemos é ficar inermes diante de uma espécie de mitologia. Uso a palavra de maneira deliberada. Criou-se uma mitologia catastrófica e a mitologia é tão satisfatória — não sou psicólogo, não entendo nada — que deve satisfazer um pedaço da alma humana, atende a alguma necessidade fundamental, porque senão não sobreviveria por tanto tempo.

De modo que a resposta é vamos encontrar maneiras, antes, durante e depois, mas volta a haver o problema. Um outro fator é que as Nações Unidas não querem dispensar a Conferência. Entenda, por favor, que estamos casados

com outra organização. Se se faz outra coisa eles se dão conta que o momento amazônico tira da conferência, que passa a ser apenas um acontecimento burocrático.

De modo que, o problema é como acomodar isso.
Mas eu levarei muito em conta as judiciosas observações de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Aluísio Bezerra.

O SR. ALUÍSIO BEZERRA — Acho importante esse encontro. Realmente, conforme a imprensa vem trazendo o debate e as discussões que se passam, não podemos perder de vista que a conferência internacional para discutir a questão do meio ambiente e desenvolvimento se volta para o planeta como um todo, para todos os aspectos que envolva o Planeta Terra na questão meio ambiente e desenvolvimento ao ponto de não podermos nos dedicar tanto ao todo, ao ponto de não atentarmos para questões particulares, mas, no Brasil, a questão da Amazônia aflora no bojo da conferência sem dúvida alguma como um ponto que chama a atenção de todos nós, se bem que temos a consciência absoluta de que essa conferência trará com o mesmo empenho tanto da questão da Antártida, Amazônia, do Golfo Pérsico e das outras questões ambientalistas em risco em qualquer parte do mundo.

Agora, eu me restringiria também à questão da Amazônia como parlamentar e nascido naquela região, não falo da Amazônia por estar falando de fora, mas do miolo dessa Região. Esse ponto abordado por V. Ex., sobre o pacto de cooperação amazônica na medida em que possibilita o Brasil se articular com o universo da região, nas questões comuns diante dessa conferência é que tanto por base.

Nesse particular, desde que foi criado o parlamento amazônico também a ação parlamentar dos parlamentares da região, a partir do encontro que vai acontecer em Caracas no dia 22, 25 numa reunião preparatória e próximo do ano que vem numa região em fechamento se dará também uma avaliação e um posicionamento em nível parlamentar de todos os parlamentares não somente da região, mas, de todos os parlamentares de qualquer parte dos países que tenham interesse pela Região Amazônica, dado que a Amazônia não é um problema dos amazônidas, é um problema do Brasil, de todos os brasileiros e é um problema de todos os países da região.

Nesse sentido, haverá também a nossa preocupação do foro internacional da Amazônia promovido pelo parlamento amazônico numa proposta para ser aprovada em Caracas, o Foro Amazônico no Rio de Janeiro com os espaços já definidos nessa área, e a exposição internacional como instrumento que vai pelos organismos que participarão da conferência com vistas a defender a série de questões através da Amazônia pelos seus representantes na área parlamentar, conforme as teses que venham a ser definitivamente aprovadas até lá.

Mas, uma questão que eu reforçaria com o Senador Oziel Carneiro, é a seguinte: foi colocada na época do Governo Sarney, uma proposta de empréstimo internacional junto ao Japão para construção da estrada que ligaria Brasil/Peru e, conseqüentemente, ao Pacífico. Só trago este ponto para mostrar que em que pese toda a conferência há poderosas manifestações de interesse, e que isso tem sido justamente um dos motivos da preocupação de muitos parlamentares da Amazônia no seu conjunto quando se trata na conferência do meio ambiente em que o santuário planetário mais importante ecológico do mundo hoje sem dúvida alguma será a Amazônia.

E o Presidente Bush, depois de uma visita de parlamentares Senadores e Deputados americanos na oportunidade da morte de Chico Mendes, na região amazônica onde fez parte o Senador Gore que, ultimamente, levou um documento ao Presidente Collor na oportunidade da visita aos Estados Unidos, fazendo uma solicitação expressa sobre a questão amazônica, sem muito conhecimento de causa, e fez uma pressão provavelmente depois do retorno dele aos Estados Unidos, e o Presidente Bush foi levado a bater o martelo na oportunidade dos funerais do Imperador Hiroito, no Japão e, praticamente, impor que não poderia haver financiamento para um estrada que ligaria o Brasil ao Pacífico em nome da ecologia, quando os estudos em pacto ambiental dessa rodovia estavam prontos como um dos estudos mais importantes para integração regional.

Hoje eu sei que o Secretário Regional do Meio Ambiente, naturalmente pelo pessoal mais ligado a ele, também é contra qualquer rodovia de integração na região Amazônica em nome da ecologia.

Quando se trata de desenvolvimento e conservação do meio ambiente, nós não podemos pensar em desenvolvimento sem integração viária — seria um absurdo — mas na Amazônia existe e essa posição me parece ser a do relatório, a posição do Secretário do Meio Ambiente que vai levando uma posição essa questão.

Essa posição, Embaixador Azambuja, essa questão do Secretário do Meio Ambiente é bem clara e ela coincide com as posições norte-americanas sobre

esta questão e sobre o fato concreto já manifestado pelo próprio Presidente dos Estados Unidos, é a posição oficial do Brasil que vai à conferência, porque neste caso ela se somaria às outras posições já manifestadas num caso concreto absolutamente do conhecimento da opinião pública mundial.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — V. Ex^a sabe que nós temos conversado que estamos de acordo sobre uma série de premissas fundamentais.

Primeiro, o aplauso a idéia do parlamentar amazônico, a idéia da presença no Rio de Janeiro e a exibição da realidade amazônica.

Volto ao momento em que me referia ao Senador Oziel Carneiro; se houver ruptura da sociedade entre os sócios amazônicos, a nossa equação se complica imensamente. Enquanto houver essa solidariedade nós podemos falar com autoridade de todos os condôminos de um grande sistema. Tudo que se fizer para reforçar a solidariedade amazônica vai no bom caminho. De uma mostra de uma maneira que não há esforço que nisso eu não seja imensamente solidário.

V. Ex^a fez certas referências que não estou muito informado sobre quais foram as necessidades, os obstáculos à rodovia. Chegou a dizer que não há o projeto, nunca houve o projeto, não chegou a se formalizar, volto atrás de que o projeto não foi obstado, sobre isso há penumbras.

V. Ex^a sabe tão bem quanto eu como é difícil, nesse caso, encontrar a matriz da informação segura, não pensa que eu descreia, apenas me sinto inseguro para identificar atores.

Vou lhe dar uma palavra que é de tranquilidade e de certeza. Não, não há estrada anticológica, evidentemente. Não há como aceitar *a priori* que a não integração beneficie um conjunto de países. É claro que a estrada pode ter uma trajetória, um traçado, certas qualidades e preocupações, em suma; há as acomodações que virão com naturalidade do bom senso que nos pode aceitar *a priori* que a ocupação seja necessariamente maléfica ou daninha.

Creio que sobre isso temos de encontrar o traçado, o desenho, o projeto que alicie o financiamento internacional, ou então, se ela não for obtível, fazê-la com recursos próprios, se for o caso.

Em suma, o problema da busca do financiamento internacional é que ele obriga negociação internacional, quer dizer, o financiamento volta a expressão que usei dessas condicionalidades, em que eu noto hoje o risco maior para a soberania, condições que vão se somando.

Quanto à posição de determinados setores da administração eu lhe diria que não há uma posição brasileira definida, que todas as vezes são ouvidas e o Presidente saberá, desse concerto de instrumentos, fazer a síntese final que corresponda à vontade de todos.

Eu não gostaria de sugerir que no momento vozes mesmo que pareçam mais enfáticas aqui e acolá, pelo contrário, elas estão naquela fase em que a fermentação das idéias, a defesa muito apaixonadas de convicções não deservem. Nós temos de chegar em 1992, em junho, com uma posição.

No momento eu não me preocupo muito com o próprio debate. Acho que isso faz parte do jogo democrático, do jogo de reflexão.

De modo que eu não me adiantaria sobre isso, não pense que sobre as formas de integração eu seja ingênuo. Apenas é um projeto sobre cuja natureza não consegui até hoje encontrar nem as definições com clareza, nem as objeções com igual clareza. Há uma neblina que cobre tudo isso, possivelmente deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Agradeço ao Embaixador pela sua resposta. A respeito do que foi colocado sobre o projeto, eu diria que ele existe, está definido e foi encaminhado, àquela época, aos órgãos do Japão para apreciação dessa questão.

Com relação à resposta, estamos absolutamente de acordo em que as questões das condicionalidades são realmente muito mais ameaçadoras na imposição das questões dos países grandes sobre os pequenos e os médios do que as conferências ou as manifestações multilaterais.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Elas nos protegem. É no multilateralismo que há a nossa defesa e a nossa capacidade de sermos ouvidos de maneira respeitosa e paritária.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Já concluiu, Senador?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Concluímos.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO — Embaixador Azambuja, meus parabéns por suas palavras sempre muito agradáveis e extremamente úteis ao nosso entendimento desta questão.

Como o senhor sabe, Embaixador, tivemos uma conversa há algum tempo atrás. Sou Presidente da Subcomissão de Energia do Senado Federal e venho, juntamente com a Comissão, tratando de montar um modelo institucional que permita ao Brasil avançar para um novo modelo energético e sair dessa estrutura centralizada, hoje bastante ineficiente, para uma estrutura mais sistêmica, descentralizada e que, sobretudo, garanta aos brasileiros uma forma mais eficiente e segura, de energia ao menos ecológico, social, econômico e político.

Evidentemente esse modelo caminha, por uma ótica holística, para que se respeite o meio ambiente. O Brasil dispõe de uma potencialidade muito grande no sentido de gerar uma energia limpa e eficiente. O relatório proposto faz um diagnóstico a meu ver um pouco incompleto sobre a questão energética brasileira. Temos feito uma série de contatos com a sociedade brasileira no tocante à questão da energia e temos hoje aqui, na Subcomissão de Energia, subsídios muito interessantes. Gostaríamos, então, de dar uma contribuição ao relatório definitivo. Pergunto ao senhor de que forma poderíamos nos integrar para participar da elaboração do relatório definitivo, uma vez que temos certeza de poder dar uma contribuição nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Senador, ouvi-lo sempre é um prazer. As nossas conversas são sempre estimulantes e para mim muito agradáveis. Vou perguntar à Dr^a Tânia Munhoz e ao Dr. Eduardo Martins, porque não é bom que o Itamaraty se meta demais nesta parte da reflexão agora em termos de subsídios. Voltarei a dar-lhe uma palavra na tarde de hoje. Verei de que maneira, talvez lá mesmo no Itamaraty, o Ibama, SEMA, nós e alguém mais possamos nos reunir com V. Ex^a para que os seus comentários sejam ouvidos, anotados e levados plenamente em conta. E o modelo que vejo no momento. Seria esse um encontro em que tudo aquilo que lhe parecesse apropriado fosse dito a quem pode ouvi-lo com autoridade e registrar de maneira mais adequada. As suas idéias sobre formas de energia limpa e ecológica me sensibilizam muito.

Queria dizer algo que penso que é importante. Tenho pensado muito sobre isso. Não podemos cair na armadilha de nos opormos à defesa do meio ambiente, porque atrás dessa defesa se escondem motivos ulteriores. É uma armadilha que não podemos cair. A causa é boa, é nossa, o interesse num país limpo, racionalmente utilizado, preservado para o futuro é nosso.

Por mais que sintamos, às vezes, que, atrás de certas fachadas, há certos motivos menos nobres, não podemos, de maneira nenhuma, abdicar da bandeira. Como as bandeiras dos direitos humanos, do desenvolvimento, da paz, que não podemos entregar a outros, por mais que, às vezes, suspeitemos que o motivo não é idôneo. De qualquer maneira, é essencial essa atitude construtiva e afirmativa. Depois negociaremos aquilo que for de má fé ou malicioso. Mas acho muito importante manter. Voltando àquelas nossas conversas sobre uma energia: o Brasil não cresce bem se cresce mal e se cresce sujo. Queria dizer algo aos representantes amazônicos: temos a sensibilidade amazônica. Mas hoje a opinião pública internacional se desloca um pouco para a devastação no Leste Europeu, onde 40 ou 50 anos de uma industrialização insensível deixou uma devastação que faz com que Cubatão, no seu pior momento, fosse apenas uma microsituação. E hoje Cubatão já é um exemplo. Falou-se em visitar a Amazônia, mas acho que Cubatão é uma área que deveríamos mostrar.

Há uma série de problemas com os desertos frios muito grandes. Há problemas no mar muito sério e sobretudo no Mediterrâneo. Em suma, é porque a nossa sensibilidade brasileira se aguçou diante da Amazônia. Mas acreditem que há um cardápio muito vasto de problemas que hoje se afiguram mais dramáticos.

De modo que, sim, vamos fazer esse encontro para que SEMA, Ibama e Itamaraty recolham as suas observações, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — O Sr. Embaixador acaba de nos proporcionar uma brilhante e lúcida exposição. S. Ex^a falou que tomou café hoje com o Loyd Benson; eu queria dizer que ele é um dos grandes amigos do Brasil no Parlamento americano. Quando ali estive, há alguns anos, presidindo uma delegação do Parlamento Latino-Americano para discutir o problema da dívida externa e sustentar que era um caso político e não uma dívida financeira, foi o Loyd Benson a única voz que se levantou para defender a mesma tese, contrariando os seus colegas do Parlamento.

Mas, ainda em 1991, estive nos Estados Unidos à frente de uma delegação de Parlamentares brasileiros, numa conferência convocada pelo Congresso americano. Lá realmente tratou-se mais de meio ambiente do que de desenvolvimento.

O desenvolvimento ele já tem. Querem agora que façamos um meio ambiente que ele já não tem. A minha intervenção é para pedir ao Embaixador que reveja a possibilidade de levar a Carajás não os Chefes de Estado, mas alguns delegados das representações que vêm ao País. Digo isso por experiência. Presidente do Parlamento Latino-Americano aqui, em 1985, reunimos o Parlamento Europeu e o Latino-Americano. Em dois aviões contratados fomos a Carajás. E, realmente, de volta, é era mais de 60 Parlamentares europeus e latino-americanos, a impressão que se tinha ficou inteiramente modificada. O Carajás é um exemplo que deve ser mostrado. Senão a Mitterrand, ao menos alguém da comitiva que lhe possa contar o que viu.

Hoje é uma viagem rápida, em aviões que podem ir de manhã, e não é preciso nem pernoitar em Carajás, embora lá haja bastantes instalações. E podem voltar, trazendo uma impressão do que viram e da necessidade de se manter e ampliar Carajás. Esta é apenas uma sugestão para que seja revisto este ponto. Quanto aos demais, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Senador, sempre que ouço V. Ex^a, a amizade muito antiga e a fidelidade comum ao nosso Rio de Janeiro afloram em mim com espontaneidade não federativa, mas inteiramente municipalista nossa.

O Senador Loyd Benson, hoje de manhã, me derrotou num momento importante. Ao atestar a sua amizade ao Brasil e a antiguidade dessa amizade, disse que esteve presente ao encontro entre o Presidente Roosevelt e o Presidente Vargas, em Natal, em 1944. Eu não tinha nada para responder a isso, além da minha capacidade de atuar. De modo que, ao estabelecer as suas credenciais, já amigo do Brasil, voltava à Natal durante o fim da guerra e, de uma maneira, recordava uma fotografia histórica num filme, na base aérea de Natal, fotografia que conheço também. Recordei que meu pai havia comandado a Base Aérea de Natal no fim da década de quarenta. Houve recordações muito afetuosas entre Brasil, Estados Unidos e Parnamirim. Mas são coisas que lembro apenas para mostrar como ele se lembrava do Brasil de maneira afetuosas.

Das minhas experiências de levar visitantes ilustres a situações no Brasil de grande impacto. Carajás nunca errou; Carajás mostra o que se pode fazer com sensibilidade ecológica e com intenso desenvolvimento. A área da Aracruz é outra que acho igualmente estimulante. Haveria outras, mas essas duas têm tal extensão que nunca vi alguém que não ficasse impressionado como em grande escala se pode fazer coisa tão certa, mostrando que desenvolvimento e meio ambiente não são termos antinômicos. São, pelo contrário, quase que sócios naturais num desenvolvimento lúcido. O problema em Carajás, Senador, é um número de quantos. Aquelas duas instalações são pequenas. É preciso uma utilização muito rotativa. Cada Presidente desses, Senador — e não estou criticando —, viajam...

O SR. NELSON CARNEIRO — ... desses interessados que possam ir em rodízio, que seja, mas que conheçam, porque eles transmitirão às suas delegações o que viram.

O SR. MARCOS AZAMBUJA — A idéia está acolhida e vamos pô-la em marcha, com aquele entusiasmo com que faço tudo que vem da sua imaginação, do seu patriotismo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA — Embaixador Marcos Azambuja, assistimos à sua exposição, muito importante para nós todos e é importante até o evento Eco-92. Que ela se repetisse. Parabéns ao Presidente, Senador Coutinho Jorge, pelo tema, que na verdade está preocupando todos nós, não só quem faz vida pública, mas o povo de maneira geral.

Fala-se em defesa do meio ambiente, desenvolvimento, Amazônia intocável. E, aí, desperta o interesse internacional. Eu, que sou do Nordeste, me preocupo muito com isso, depois de fazer um relacionamento Norte-Nordeste: Por que a Amazônia é intocável? Entendo que preservar o ambiente está certíssimo. Por que não fazer um planejamento adequado para o desenvolvimento da Amazônia? Será que há interesses internacionais escusos, no sentido de que a Amazônia não se desenvolva, impedindo o Brasil de sair do subdesenvolvimento para ir para o Primeiro Mundo? Penso que está na Amazônia a solução da grande crise nacional. Isso me preocupa. Por que não fazer a interligação com o pacífico, através da estrada, indo até o Peru? Essas são interrogações que me preocupam. Não se paga a dívida externa porque não temos condições. Entretanto, dispomos de um potencial enorme, o maior do mundo, que, dentro de um planejamento adequado, nos elevaria rapidamente ao Primeiro Mundo. Essa é apenas uma observação, Embaixador.

Ouç o falar em preservação do ambiente e no Nordeste acontece o contrário da Amazônia. Está acontecendo uma desertificação, um desequilíbrio ecológico. É uma região grande, com mais de cinquenta milhões de habitantes. Já tivemos dois presidentes do Nordeste, ultimamente, e outros em outras épocas, e a situação nossa piora a cada dia que passa.

Essa é a abordagem de um Senador nordestino. Eu queria a integração de todas as regiões, a fim de que o Brasil crescesse harmonicamente. Por que crescer apenas uma região e ao outra empobrecer cada vez mais? Isso me preocupa. Sempre que falo no Senado da República é sobre o Nordeste e a necessidade de um tratamento diferenciado para aquela região. Nesta hora, temos enormes potencialidades lá. Alguém falou que sou contra até a uma divisão, porque o Nordeste é superavitário na balança de pagamentos. Eu? Contra? O que quero é a integração, que o Nordeste seja visto de maneira diferente. Fazemos apelos constantes e a nossa voz parece que não é ouvida, ou é pouco ouvida. V. Ex^a é um homem inteligente, que conhece Natal, Parnamirim, historicamente a esquina do Continente, mais próximo à África, por isso lá foi construída a Base de Parnamirim; Natal, uma cidade tão agradável, que V. Ex^a conhece, cada vez fica mais agradável e mais hospitaleira, apesar da pobreza da região. Faz algum tempo que V. Ex^a não visita Natal, cidade que muda a cada hora, que fica cada vez mais agradável. Tanto é que o turismo cresce muito, graças a Deus, na capital do Estado que represento.

Sr. Embaixador, ficam registradas duas preocupações minhas: uma, em relação à Amazônia; outra, em relação ao Nordeste. Que o Brasil cresça harmonicamente e não em desequilíbrio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Senador, nada tenho a acrescentar. Seus votos são os meus votos: crescimento, integração, harmonia, paz, prosperidade. Sobre tudo, devo muito ao Rio Grande do Norte. Passei dois anos da minha infância lá e volto a Natal com frequência. A sua terra me é queridíssima por associações de família e de juventude. Concordo absolutamente. Cada vez que vou a Natal, a cidade pouco desmente o fato de o Nordeste estar em crise maior. Vejo Natal mais bonita, mais hospitaleira, mais agradável, com melhor hotelaria. Acredito, porém, que atrás daquilo haja os problemas que V. Ex^a destaca. Mas é difícil acreditar que eles existem quando estou em Natal.

Por tudo isso, que tudo aconteça da maneira que V. Ex^a espera. Só lhe peço vênha para dizer que sua voz certamente é ouvida na Casa que represento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Sr. Embaixador, considerando que estão esgotadas as listas de inscrições, gostaria de trazer a V. Ex^a, Sr. Embaixador, duas questões. Pela própria posição de Presidente e considerando que isso é produto de discussão entre nós aqui, quero abordar dois fatos concretos: o primeiro diz respeito ao documento que recebemos do Itamaraty, esta semana "Posições Brasileiras sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento". Tal documento contém enxerto de declaração do Presidente da República e de outras autoridades, inclusive de V. Ex^a, em diversos eventos e situações. Perguntaria se esse conjunto de declarações representa a posição oficial do Governo brasileiro para a conferência de 1992. Há coisas interessantes e importantes aqui. Caso contrário, quando será divulgado concretamente o documento contendo a posição brasileira oficial? Essa é a preocupação da Comissão; por isso, estou sendo objetivo.

O segundo envolve os Ministérios na preparatória desse grande evento, que têm como observadores membros da Conferência Nacional da Indústria, do Comércio, da Agricultura, o fórum das ONG, Organizações Não-Governamentais, portanto. Pergunto: por que não foram convidados observadores do Congresso Nacional, por exemplo, ou entidades representativas dos trabalhadores e da comunidade científica? Não entendo por que e por isso a pergunta é concreta.

O SR. EMBaixADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Presidente, muito obrigado. As suas perguntas trazem, além da generosidade sempre sua, a autoridade da sua função de Presidente. Esse documento foi preparado com uma lista de destinatários primária, que eram os representantes diplomáticos do Brasil no exterior, que às vezes ficam um pouco à míngua de frases, de citações, de um balizamento. O que se fez aqui foi uma colagem de declarações do Presidente da República, do Ministro Francisco Resek, minhas, do Ministro Macedo Soares, dos Professores Lutzenberg e José Goldemberg. Em suma, não é um corpo de doutrina organizado. São subsídios para que os nossos agentes tenham um balizamento mínimo, e nos ocorreu mandar ao Congresso, para certos atores principais, com a mesma idéia, subsídios ou referencial.

Ainda não temos uma posição sobre a conferência. Eu lhe diria, Presidente, que, um ou dois meses antes da conferência nós teremos, ante esse elenco

de possibilidades, posições brasileiras. Mas as posições serão função dos textos, como anda a conferência de clima, como anda a convenção sobre biodiversidade, como anda a declaração de florestas, em suma, ela será uma posição voltada para situações parlamentares internacionais, diante de hipótese de texto e de hipóteses não há, portanto, ainda.

Quanto à composição da CIMA, eu diria que houve uma preocupação de não fazer um colégio tão amplo que ele acabasse, porque é difícil excluir alguém da CIMA. Eu nunca tive bom motivo para achar que alguém não devesse estar numa comissão sobre meio ambiente e desenvolvimento. Quase todo cidadão brasileiro deveria estar. Primeiro, tinha o título inicial de comissão interministerial. O Executivo, cumprindo o seu mandato, que é o de preparar uma posição. Em segundo lugar, porque nós sabíamos que o Congresso Nacional está se reunindo, está deliberando e confluirá, num certo momento. Terceiro, quanto aos órgãos sindicais, houve um debate para sabermos até que ponto eles teriam contribuição, porque, em determinado momento, tivessem uma carga política um pouco maior, e um proselitismo que é legítimo. Talvez complicasse uma deliberação de um colegiado que está desenhando uma posição negociadora. Nós temos a faculdade, Presidente, de convidar para sessões, *ad hoc*, pessoas especiais e isso será visto ao longo dos próximos meses. Nós pensamos em convidar as grandes confederações nacionais porque elas representam um imenso universo — a indústria, o comércio e a agricultura. São as três grandes confederações nacionais. E como V. Ex^a bem sublinhou, há o fórum das ONG, pela primeira vez, trabalhando por uma espécie de símbolo.

De modo que vou levar em conta a sua ponderação; a CIMA não é um órgão de composição fechada, apenas temos que julgar até que ponto.

Quanto ao Congresso, estamos agora propondo que parlamentares acompanhem trabalhos da comissão preparatória na sua terceira sessão, e nas sessões subsequentes. De novo, não é muito tradicional que os parlamentares acompanhem o processo preparatório, é da grande tradição que eles acompanhem o processo negociador, mas é bom, nesse caso, que, desde agora, certas dúvidas sejam melhor esclarecidas por parlamentares que venham de Genebra.

Sr. Presidente, em suma levarei em conta essa sua observação. Não tenho uma explicação, não há razão para que entidades não estejam na CIMA. Apenas há necessidade, em um certo momento, de contê-la em certos números administráveis, por espaço físico e por velocidade de processo deliberativo. Mas não pense, por favor, V. Ex^a que houve ou tenha havido qualquer restrição ou reserva. Não. A voz de qualquer órgão é legítima.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Antes de encerrarmos esse encontro importante da nossa Comissão, eu gostaria de lembrar que os senhores receberam um resumo da metodologia e dos eventos posteriores da nossa comissão. Lembro aos senhores que, a partir de hoje, quando concluirmos a fase de audiência do setor público federal, iniciaremos a fase das organizações não-governamentais, ouvindo, possivelmente, na próxima semana, a imprensa, igualmente a área empresarial, as chamadas ONG. Portanto, as entidades oficiais, que representam as várias tendências ambientalistas do Brasil, como, também, iremos, a partir de setembro, passar para a fase dos fóruns de debates nas grandes regiões desde o sudeste à Amazônia. Esta comissão fará, exatamente, esse trabalho prático, objetivo, concreto, para recolher idéias, subsídios, propostas, para, quem sabe, ajudar e enriquecer esse grande relatório e a postura brasileira, à frente dessa grande conferência.

Gostaria de ouvir dos Srs. Senadores, antes de encerrar essa reunião, se têm alguma sugestão ou alguma restrição a essa metodologia, a essa proposta. Os outros Senadores já nos informaram que estão de acordo, de forma preliminar e, se nós podemos considerar que essa metodologia, esse evento sejam aprovados de forma preliminar. À medida que vamos desenvolvendo as nossas reuniões, nós podemos enriquecer os outros eventos, as outras propostas.

Gostaria de ouvir as ponderações dos ilustres Senadores, nesse sentido.

O SR. NELSON CARNEIRO — (inaudível)... dele não necessita participar, neste momento. Vamos liberá-lo, lamentando que tenhamos de fazê-lo, mas S. Ex^a tem compromissos que nós temos que respeitar.

Essa é a minha primeira intervenção.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Eu agradeço muito.

O SR. NELSON CARNEIRO — Considero a sua proposta válida e gostaria de agradecer ao Sr. Embaixador pela presença a esta nossa Comissão sobre a ECO-92 — o nome correto é Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — O nome ECO privilegiava demais a parte ecológica, em detrimento do desenvolvimento. É como se falar da Conferência de Estocolmo, da Conferência do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Saiba V. Ex^a que a sua participação foi importantíssima, e tudo o que V. Ex^a disse aqui está gravado e fará parte do relatório do Senado Federal.

Muito obrigado, em nome de todos os Senadores, pela sua participação importante e brilhante nesta manhã.

2.4 — Palestrante-Convocado: Jornalista Cleiton Ferreira Lima — Agência Estado

Cargo: Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente da Agência Estado
Data: 11-9-91
Tema: O Papel de Informação na Questão Ambiental

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dou por iniciado o trabalho desta reunião. Chamaria, então, para fazer parte da Mesa, o jornalista Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente, da Agência O Estado de S. Paulo. Comunico que estão presentes, entre nós, o jornalista Francisco Eduardo Gonçalves, do *Jornal do Brasil*, que trata também de assuntos do meio ambiente; a jornalista Mônica Medeiros, que acompanha a organização da ECO-92 pelo *Jornal O Globo*. Considerando que ambos não têm autonomia e autorização para representar os seus jornais nos debates, participarão deste Encontro, e, se desejarem tecer alguns comentários, ou trazer algumas sugestões, será um imenso prazer para ouvi-los.

Gostaria de lembrar também que foram convidados, para este Encontro, os jornais: *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal de Brasília*, que seriam um primeiro grupo de formadores de opiniões importantes a ser convidado para os encontros semanais, que estão sendo realizados por esta Comissão.

Antes de mais nada, lembraria aos participantes deste Encontro, ao nosso caro Senador Amazonino Mendes, que é um dos seus grandes baluartes, que esta Comissão, criada no Senado Federal, é muito especial, e visa, exatamente, acompanhar todas as ações relativas a este grande Encontro, que será realizado em 92, no Rio de Janeiro, hoje chamado mundialmente de Conferência do Rio, popularmente conhecida como ECO-92, que será a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Mundial. Esta Comissão, em termos práticos, objetivos, tenta acompanhar exatamente aquilo que está sendo feito no Brasil a esse respeito e, sobretudo, busca acompanhar e até, se for possível, intervir no que diz respeito à postura brasileira oficial para este grande Encontro Mundial.

Para isso, montamos uma metodologia muito simples que visa, numa primeira fase, ouvir os vários segmentos da sociedade brasileira. Inicialmente, ouvimos os membros do Governo. Aqui tivemos a Presidente do Ibama, Tânia Munhoz; a CEMA, através do seu Secretário-Geral, Dr. Eduardo Martins; e tivemos a presença do Itamaraty, que coordena, a nível global, este Encontro, na pessoa do Embaixador Azambuja.

Estamos partindo agora para uma fase de audiências com os outros segmentos, como é o caso da imprensa que, no nosso entender, é formadora de opinião. E o é de fato. Mas, em função da desinformação que existe no Brasil a respeito deste grande Encontro mundial, queríamos ouvir as idéias dos principais jornais brasileiros sobre essa Conferência em termos de propostas, para que os próprios membros desta Comissão, no Senado, possam, talvez, intervir, colaborar e até consentir algum desvio, que, no entender da imprensa, esteja ocorrendo. Portanto, é fundamental a participação de V. S^a neste encontro da Comissão.

Quero também informar a V. Ex^a que no próximo encontro teremos a presença dos empresários, através do Fórum dos Empresários. Posteriormente, iremos discutir e ouvir as organizações não-governamentais, que são aquelas que, paralelamente ao setor público, desenvolvem um trabalho importantíssimo em relação a este grande encontro da Conferência do Rio, ou da ECO-92. E, a partir daí, iremos regionalizar as nossas reuniões, visitando as grandes regiões como a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste e assim, sucessivamente, para ouvir os segmentos mais expressivos da sociedade local, não só as entidades.

Então, iremos discutir, posteriormente, com cada região, ouvindo não só a área política, a área governamental, os especialistas dos vários institutos, mas também as organizações não-governamentais. Portanto, vamos descer a nível regional para discutir, em termos bem objetivos, o que pensa a sociedade brasileira a respeito desta Conferência e o que ela sugere para ser inserido na proposta brasileira a ser apresentada em junho de 92, no Rio de Janeiro.

Em síntese, é isso que estamos buscando nesta Comissão, uma comissão relativamente pequena, mas que pretende concluir algumas coisas fundamentais. Nós próprios estaremos representando a Comissão e o Senado na Conferência em Genebra, realizada recentemente, e acompanhamos a chamada Prepcom, a III Reunião Preparatória. E o que é importante e notou-se é que, lamentavelmente, não se chegou a nenhuma conclusão. A grande reunião final prepara-

tória será em março, em Nova Iorque, quando serão tomadas decisões importantes. Acreditamos que o Governo brasileiro e a sociedade brasileira terão as condições necessárias para preparar os documentos preliminares, que estão saindo, trabalhar sobre eles, para que possamos ter condições de participar dos produtos finais desta Conferência. Ou seja: a Carta da Terra, que definirá as grandes linhas do futuro do homem e deverá sintetizar os compromissos a nível de humanidade, visando o terceiro milênio que aí vem.

As conferências específicas, voltadas à atmosfera e à biodiversidade animal e vegetal também são um produto importante.

E outro seria a Agenda 21, que nada mais é do que um instrumento de política mundial, para viabilizar uma série de decisões da Carta da Terra.

As teses são fundamentais, as idéias são importantes, e nós, brasileiros, devemos estar preparados para a nossa proposta, nossa postura frente a eventos tão importantes que vão mudar, inequivocamente, o futuro da Terra.

Então, a nossa reunião de hoje, apesar de simples, é importante, porque vai receber a contribuição da imprensa, que foi convocada, dos seus mais expressivos segmentos de jornais do Brasil.

Havíamos montado uma metodologia muito simples: os seis grupos jornalísticos do Brasil, convidados, teriam um tempo para fazer uma exposição a respeito do que pensam sobre o assunto, o que podem contribuir para nós, Senadores, tentamos interferir e mudar o rumo das coisas, e, juntos, realmente, trabalhamos para que a Conferência do Rio, ou a ECO-92 tenha sucesso sobretudo, para em relação ao nosso País e, claro, para a humanidade. Vi, nas Nações Unidas, que há um equívoco a respeito do grande encontro no Brasil. É um encontro voltado para a visão mundial, a visão da humanidade e o Brasil lutou para viabilizar a sua sede, porque a idéia era fazer o encontro na Suécia ou no Canadá. Então, esta é uma oportunidade política para o Brasil aproveitar de forma inteligente e coerente. E só existe uma forma: toda a sociedade organizada tentar trabalhar na direção de uma proposta nacional que reflita os interesses presentes e futuros do Brasil, e não — sem trazer aqui uma crítica — ainda aceitar um documento intitulado "Subsídio para elaboração do relatório nacional" que reflete apenas um somatório de propostas e idéias generalizadas que não mostram uma postura nacional, uma postura concreta do Brasil sobre isso.

Então, nosso objetivo é perseguir essa proposta nacional, e é por isso que o Deputado Vice-Presidente da Comissão na Câmara dos Deputados, objetiva perseguir uma postura nacional para que possamos em junho, estar preparados para o grande encontro no Brasil.

Então, Srs. membros da imprensa, companheiros de *O Estado de S. Paulo* de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* aqui presentes, esta, em síntese, é a nossa preocupação.

Dentro do esquema metodológico que apresentamos, a idéia é começar exatamente com uma visão do convidado a respeito do assunto sobre isso que falamos e, a partir daí, os ilustres Senadores poderão levantar questões, fazer perguntas importantes, porque o objetivo é lembrar que temos que extrair alguma coisa importante no caso dos formadores de opinião no Brasil que são, portanto, os membros da imprensa.

Quero também dizer que a nossa reunião é bastante informal, sem muito protocolo. Os palestrantes podem ficar à vontade assim como os Srs. Senadores.

Passaria a palavra ao jornalista Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente da agência de *O Estado de S. Paulo*, que veio de São Paulo só para participar deste Encontro.

O SR. CLEITON FERREIRA LIMA — Antes de mais nada, desejo agradecer, em nome da agência Estado e do grupo de *O Estado de S. Paulo*, o convite, e dizer que temos muito interesse em manter um contato mais próximo com o Senado, a nível da questão ambiental, como um todo no País, e, especificamente, também da ECO-92, Rio-92 ou qualquer um dos nomes da atual Conferência do Rio.

A agência Estado, a partir deste ano, organizou uma auditoria específica na área de meio ambiente, que coordeno. Obviamente há a preocupação central. A partir de agora, a prioridade passa a ser as grandes discussões: discussão temática e, por outro lado, os seus reflexos em termos de Brasil, dos grandes temas que nos traz a Conferência do Rio.

A primeira constatação que temos — e nos incluímos entre os culpados — é que a sociedade brasileira está completamente desinformada, ainda hoje, sobre a Conferência do Rio.

E essa desinformação se dá tanto a nível dos objetivos, dos temas que vão ser discutidos, a nível de conteúdo mesmo, como a nível de forma; quer dizer: não se sabe se há formas de participar. Os prefeitos dizem que querem realizar alguma coisa e levar para a ECO-92.

Todo dia acompanhamos pelos jornais que há uma série de eventos, uma série de produtos etc. E tudo agora vai para a Rio-92. Então, teríamos que ter, possivelmente, não uma conferência de doze dias, mas de um ano já com

assuntos, atividades, serviços e produtos que estão sendo relacionados, ou correlacionados com essa Conferência.

Mas, nesse ponto, até consideramos muito bom, apesar de que, certamente, vai causar certas frustrações a nível de instituições, pessoas e lideranças dentro do quadro brasileiro.

Essa desinformação — se não considerarmos os problemas estruturais de desinformação a nível do País para os diversos assuntos, não só na questão ambiental, na questão do desenvolvimento —, ela tem alguns culpados que devem assumir a questão e colocá-la claramente. Há níveis diversos de responsabilidade pela informação da sociedade brasileira.

Apesar de não ser uma conferência brasileira e, sim, uma conferência da ONU, que está sendo realizada no Brasil a convite do Governo brasileiro, quando assumiu este compromisso com a ONU, o Governo brasileiro, a nível de Executivo, estaria assumindo, também, com a própria sociedade brasileira o compromisso de informá-la, de prepará-la para essas discussões de forma a não perdermos essa oportunidade que é, realmente, excepcional.

E, o próprio Governo brasileiro, considerando-se o Executivo, está desinformado. Existem umas poucas pessoas que estão trabalhando diretamente com a questão, localizadas em alguns órgãos, a nível de Itamaraty, a nível da Secretaria do Meio Ambiente que detém informações; mas o próprio Governo Federal está desinformado sobre a Conferência do Rio.

Então, esse é um primeiro ponto que deveríamos destacar, porque fundamental. Entendo que o Governo, a nível maior, a nível dos próprios Ministérios, deve tentar não só se entender, mas criar, produzir sínteses de informações que sirvam, primeiro, para si próprio e para a sociedade como um todo.

Tem-se buscado, aí, embaixadores brasileiros. Falou-se na ex-Ministra Zélia; falou-se no Pelé, pela ONU, sendo uma espécie de Embaixador; o nosso próprio Secretário de Meio Ambiente, Dr. Lutzenberger, tem também um papel reconhecido de Embaixador Ambiental do Brasil; muito além da preocupação externa, está faltando um Embaixador Ambiental, um Embaixador sobre a questão para o povo brasileiro.

Não temos um interlocutor com esse papel e é fundamental que o Governo busque definir, de imediato, não só a nível de coordenação operacional, alguém, alguma instituição que assuma o papel de levar essa informação à comunidade brasileira, como um todo, e provocar a reflexão, a discussão e a participação da sociedade.

A partir daí, há o outro lado da questão; a própria imprensa, que também está desinformada sobre a Conferência do Rio. As informações que surgem no conjunto dos jornais do País, praticamente, ainda estão na superficialidade de algumas questões; eles se preocupam muito ainda com os bastidores dos acontecimentos, que é importante levar ao público; mas a questão temática, os temas, o conteúdo e o que essa Conferência pode refletir a nível do próprio Brasil, isso a imprensa brasileira, realmente, ainda não assumiu como seu papel.

Queríamos incluir-nos nisso, e dizer, no caso específico da agência, da nossa preocupação nesse sentido que, acredito, seja a preocupação do conjunto da imprensa brasileira; mas, enquanto conjunto, não foi dado esse passo.

A Conferência em si, apesar de haver um alerta de um conjunto de políticos, ambientalistas, autoridades, e empresários, no sentido de que possa vir a funcionar, é, na verdade, o momento do evento com um grande circo — e ela realmente deve ser; vai ser o encontro do século, talvez o maior encontro em termos de primeiro escalão, neste fim de século. Neste ano tem-se uma série de outras comemorações, como a descoberta, ou qualquer outro nome que se dê, para o encontro dos povos americanos e europeus. É um ano com uma série de eventos. Estamos entrando, realmente, na última década do século e isso sempre cria um clima de revisão a nível das estruturas globais, principalmente nesse momento que estamos vivendo de mudanças globais do ponto de vista político, econômico, das mais drásticas que poderíamos imaginar até recentemente.

Então, realmente, teremos um circo. Um circo para o qual virão personalidades desde Presidentes, Reis, Príncipes de vários países, até cantores famosos de rock que estarão convivendo numa mesma cidade que, por si só, é um grande atrativo. Certamente existirão muitos fatos que chamarão a atenção da imprensa e do público em geral.

Mas, acredito que não parará aí, que apesar desse aspecto que vai ocorrer, e é natural que ocorra num encontro de tal magnitude e com interlocutores tão variados, porque quando se trata de questões como desenvolvimento e meio ambiente todos nós estamos envolvidos, e uma reunião a nível global, onde teremos minorias as mais diferentes representadas, teremos nível governamental e não-governamental, tudo junto. Será até uma experiência do ponto de vista sociológico, político sem dúvida também interessante.

Mas acreditamos que, mesmo que não se tirem conclusões, não se fechem consensos em várias áreas, até dentro do nosso quadro, trabalharemos para que sejam explicitados os conflitos. Essa já seria uma grande contribuição da conferência.

Nós temos conflitos latentes a nível de Norte e Sul, a nível de perspectivas diferentes de desenvolvimento. Já seria uma grande contribuição se essa conferência já tornasse explícito e pudesse a partir daí termos um caminho de seguir alternativas do ponto de vista de desenvolvimento econômico. Isso vai estar expresso basicamente nos termos desenvolvimento sustentado.

Há tempos que não vemos um assunto ganhar um consenso a nível mundial. Ele é colocado como um ponto comum de inflexão. Sabe-se que o desenvolvimento tanto o mundo do lado ocidental como o do leste os modelos adotados até agora, levaram a uma degradação extremamente grande que estamos realmente próximos a um limite em termos de uso dos recursos naturais da terra, do ar, em condições mínimas de vida para grande parte da população do planeta. Sabe-se que esse conjunto de modelos deve ser mudado. É uma palavra, de uma certa maneira, concentrou essa vontade de mudança, que é o chamado desenvolvimento sustentado. Acontece que o desenvolvimento sustentado, para um ambientalista moderado, é diferente do desenvolvimento sustentado para um ambientalista radical. É diferente a mesma palavra na boca de um empresário, e diferente a mesma palavra na boca de um presidente ou príncipe do exterior. No entanto é ela o nó da questão, como integrar, como crescer economicamente com uma distribuição mais justa desses recursos, dessas oportunidades em equilíbrio com a natureza.

Essa é a grande reflexão que essa conferência vai colocar, e na verdade já está colocando. A conferência do Rio já começou. Nós teremos, no evento de 1º a 12 de junho, apenas a finalização de uma série de atividades que já vêm sendo desenvolvidas e certamente a abertura de uma série de outras. Nós temos que discutir um processo. E é nesse sentido a questão da própria imprensa brasileira, e de um modo geral da imprensa internacional, na discussão desse processo. No caso brasileiro, nós tivemos subsídios técnicos para o relatório, um pedido da própria ONU, para o conjunto dos países, pedir isso mesmo, um diagnóstico. Mas a sociedade brasileira pedia e esperava mais, faltando a sensibilidade ao Governo brasileiro de ao menos tentar integrar e responder não só a essa solicitação da ONU, mas a uma solicitação da sociedade brasileira. A sociedade brasileira demonstrou claramente, na apresentação desse relatório, que gostaria muito de conhecer as posições que o Brasil defende em relação a questões do ponto de vista do desenvolvimento em termos futuros, da questão ambiental, de questões como o próprio desenvolvimento da Amazônia, uma questão que está aí colocada. Não há linha explicitada a nível de propostas de governo, e sequer quais as alternativas com as quais esteja trabalhando. Faltou realmente isso.

O mais grave é que, ao mesmo tempo em que se está discutindo esse relatório, que é um documento importante enquanto levantamento de dados, e até por possibilitar uma mobilização da sociedade, enquanto isso possui alguns pouquíssimos interlocutores brasileiros participando de grupos de trabalho internacional da ONU, discutindo os temas e as convenções que serão assinadas. Todos desconhecem, a nível de Brasil, que posições estão sendo levadas a nível de Governo brasileiro. Eu até colocaria a pergunta: se algum dos Senadores aqui presentes sabe que posição o Brasil tem levado, está colocando que posturas em relação ao tratado, à convenção sobre o clima, que será um dos documentos assinados durante a convenção e que certamente terá reflexos não só sobre o nosso ambiente, mas, também, do ponto de vista econômico e político. Idem com a convenção sobre biodiversidade. O Brasil ficou no eixo de uma discussão ambiental em todo o mundo; vários dos senhores têm uma experiência internacional e sabem que, chegando no exterior, sempre nos perguntarão algumas questões até padrão, mais sobre queimadas na Amazônia, sobre o assassinato de Chico Mendes, sobre uma série de questões. O Brasil assumiu, até por uma política defensiva mal-elaborada, no nosso ponto de vista, uma posição de defesa, uma posição de minoria indefesa e não uma posição de vanguarda que poderia e deveria assumir nessa questão, até pelo fato do nosso País ter 30% das florestas tropicais do mundo. Esse é um patrimônio que nos daria voz a nível internacional numa discussão, e não simplesmente colocados como vilões. Temos recursos hídricos como nenhum país, temos a maior área de manguezais do mundo que são importantes do ponto de vista de reprodução de espécies marinhas, e assim por diante. O Brasil tem, do ponto de vista de recursos naturais, de potencial paisagístico, um recurso que é difícil qualquer país competir. No entanto, apesar de todos eles, sempre somos vistos como os que queimam as florestas, os que destroem as cidades, os que poluem, os que têm grandes áreas faveladas, e assim por diante.

Isso é culpa nossa. O País assumiu uma postura de desorganização interna aceita e isso tem reflexos lá fora, colocou-se numa posição que o tornou um dos vilões da história. Nós temos, até a Rio-92, a oportunidade de iniciar um processo de mudança, de mostrar alguma coisa de bom, alguma coisa de mobilização da sociedade brasileira. Nós tivemos, como poucos países, um crescimento do movimento ambientalista nesses anos; nós temos uma sociedade que hoje tem a questão ambiental no seu dia-a-dia. Claro que num plano secundário há todas as questões que a miséria causa, mas precisamos aproveitar isso...

Um outro aspecto é que nós não sabemos o que o Brasil pretende demonstrar de grandes idéias ou realizações para esse público extremamente seletivo, que estará no País no próximo ano.

Quando nós nos propomos a ser anfitriões, temos uma oportunidade; pe-la significa mais do que simplesmente não utilizá-la. Vai ser uma posição de novamente nos colocarmos numa situação de permanente defesa. Os visitantes que chegarão, a imprensa, os ambientalistas, verão o que do nosso País? Temos que pensar nisso. E colocando todos esses aspectos, porque acho que essa discussão não pode obviamente ficar simplesmente a nível de governo. O Governo Federal tem um papel fundamental nisso, mas não pode ficar a discussão apenas a nível daqueles que estão diretamente envolvidos nas ações, o próprio Governo do Estado do Rio, ou a Cidade do Rio, e assim por diante. Mas essa discussão tem que ser levada ao público. É um dos foros fundamentais para essa discussão ser levada é o próprio Congresso Nacional; e também é outro aspecto: também não vimos essa questão no Congresso Nacional. Até o momento gostaríamos de ter dado mais notícias de que a questão está sendo discutida ou não.

Então, é até alvissareira a oportunidade de estarmos aqui e vemos que há essa preocupação a nível de uma comissão no Senado e esperamos que ela se espalhe pelo Senado.

Também, agora, na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados haverá um grande encontro, que espero seja esclarecedor ao menos pelo temário colocado.

Parabéns, senhor, por envolver a comunidade nesse processo. Agora, é necessário um diálogo, uma discussão, inclusive porque muitas das questões que vierem desses trabalhos internacionais, essas convenções etc., necessariamente passarão pelo Congresso Nacional, porque terão reflexos a nível de legislação interna do País. Deverão ser homologados ou não em certas comissões. Então, o papel do Congresso aí será básico.

Eu colocaria de início essas questões, para não me delongar muito, e colocar-me à disposição para podermos dialogar mais do que ser um monólogo aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que os dois representantes dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* declinaram da oportunidade de fazer uma sintética exposição, estão aqui mais como observadores, eu passaria a partir de agora a palavra aos Senadores e Deputados inscritos, que questionarão o nosso ilustre Jornalista Cleiton Ferreira Lima, coordenador dos assuntos de meio ambiente de *O Estado de S. Paulo*, que fez uma breve colocação do que ele vê nessa grande conferência do Rio, como membro da imprensa.

Então, estão inscritos os Senadores Ozziel Carneiro, Amazonino Mendes, Aureo Mello, o Deputado Luciano Pizzatto, que é o Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente, como também está presente o Presidente da Comissão da Câmara sobre Meio Ambiente, o Deputado Fábio Feldmann.

Como já foi dito, essa Comissão da Câmara tem a responsabilidade desse grande evento que será realizado agora no final da semana e já referido pelo jornalista.

Eu passaria, então, a palavra ao Senador Ozziel Carneiro para a sua indagação.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Sr. Jornalista Cleiton Ferreira Lima, de *O Estado de S. Paulo*, primeiro eu gostaria, sinceramente, de congratular-me pela maneira simples, porém objetiva, como foi abordado o tema referente a Rio-92.

V. S.^a distinguiu efetivamente duas partes: uma que é o circo, que é o turismo, que é aquilo que vai se aproveitar o Rio de Janeiro, escolhido para a sede; e a outra são as preocupações de toda a sociedade brasileira.

É evidente que no problema ecológico, nesta primeira etapa o Brasil tinha que se colocar na defensiva, porque ele estava exposto ao mundo como o vilão, como réu no problema ecológico. E preocupa a nós, sem dúvida, não haver uma coerência no posicionamento do Governo Brasileiro no que diz respeito àquilo que vai ser evidentemente discutido em reuniões preparatórias e que será apenas homologado solenemente no Rio de Janeiro por ocasião do período oficial do evento.

A preocupação nossa, da Amazônia, e aí não vai uma interrogação, mas vai um comentário e um desejo de que os formadores de opinião brasileira possam transmitir isso à sociedade, é de que o problema ecológico, sem dúvida nenhuma, tem que merecer o cuidado de todo cidadão, seja brasileiro, estrangeiro, seja lá quem for. Mas no contexto das nações, nos preocupa a questão econômica, porque em toda essa riqueza explorável na Amazônia, observamos que muitos países estão preocupados, sem dúvida, com o problema econômico e as grandes riquezas que ali existem, e não propriamente em dar uma colaboração a um país subdesenvolvido, carente de recursos e tecnologia, para que, dentro do contexto de pobreza da sociedade brasileira, possamos aproveitar, num projeto de desenvolvimento sustentado, aquilo que existe.

V. S^o mesmo falou aí na questão da floresta, falou no enorme potencial de recursos hidroenergéticos e eu gostaria de levantar aqui a preocupação do problema da soberania restrita que está aos poucos dominando o conceito mundial, em termos de preservação ambiental, e eu gostaria de citar dois acontecimentos — não sei se se repetiu agora lá na conferência de Genebra, onde esteve o Senador Coutinho Jorge — e na reunião preliminar realizada há pouco tempo em Nova Iorque, num encontro preliminar, quando foi levantada a questão da poluição atmosférica, um representante dos Estados Unidos imediatamente se opôs tanto que o problema ficou pendente de discussão e, segundo informações que nos chegaram, ele afirmou exatamente que a concordância dos Estados Unidos da América do Norte com aquela resolução que era proposta naquela reunião, afetava a soberania do seu espaço aéreo.

Na mesma reunião houve, também, um desentendimento com a representação da Malásia, uma vez que foi proposta uma resolução, um entendimento que conflitava com a Malásia. Como na Malásia vem sendo explorada a indústria madeireira que é, sem dúvida, o forte daquele país, e chegou até a haver, segundo o divulgado na imprensa, a ameaça do Primeiro-Ministro de retirar a participação daquele País da Rio 92.

Ora, no Brasil não nos preocupamos com a organização da Eco 92, nós políticos. Aquilo é o circo. O Pelé é o Embaixador exatamente para divulgar, para aumentar o fluxo turístico, porque as autoridades que estão interessadas virão em função do próprio interesse de participar.

Resta-nos, portanto, uma solicitação que os formadores de opinião procurem mostrar à sociedade brasileira que realmente defender o meio ambiente é uma necessidade, mas que todos nós estejamos alertas no que diz respeito ao interesse econômico dessas grandes potências, porque agora mesmo, não sei se o Senador que esteve presente confirma, mas a verdade é que a imprensa divulgou e, nesta última reunião em Genebra, nenhum país desenvolvido quis assumir a responsabilidade de ônus financeiro de como desenvolver todo esse projeto ligado a questões do meio ambiente.

Então, estamos desconfiados do que possa ocorrer, não no Rio de Janeiro, porque lá vai haver apenas uma homologação solene, mas o que vai acontecer nessas reuniões preparatórias e que a Carta da Terra implique amanhã uma responsabilidade do Governo brasileiro, da sociedade brasileira e principalmente do Congresso, porque qualquer convenção, qualquer resolução, para ter vigência legal no território nacional, vai depender de uma aprovação do Senado Federal, porque é da própria Constituição.

Mas não queremos, por ingenuidade, ou por indiferença, cair uma esparrela, porque está bem aí o exemplo da guerra do Golfo Pérsico, em que a ONU, que é uma organização criada para promover a paz mundial, não teve poder político suficiente para evitar aquela guerra, mas teve, sem dúvida nenhuma, a capacidade de ser manobrada e promover a própria guerra.

Então, a minha preocupação é que amanhã sala uma resolução, ou a Carta da Terra — e não diria nem a Meta 21, porque isso seria apenas uma intenção — e que venha implicar amanhã em nós ficarmos *sub judice* internacional e amanhã alguma potência, dentro desse novo conceito de soberania restrita em função de interesse ambiental universal, sejamos compelidos a cumprir aquilo que não queremos e vermos subtraído o nosso direito de autodeterminação.

Então, é necessário, como há uma desconfiança da sociedade no próprio comportamento do Governo Federal e há divergência em relação ao comportamento de governos estaduais, às vezes diametralmente em posição oposta àquilo que o Governo Federal está colocando.

Eu não faria uma pergunta. Parabenizo pela sua exposição, mas faria um apelo de que realmente os órgãos de comunicação começassem a formar a opinião pública nacional para este risco que corremos. Não direi que é um perigo iminente, mas é um risco e não gostaríamos de ser inocentes úteis nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao jornalista Cleiton, se quiser dizer alguma coisa.

O SR. CLEITON FERREIRA LIMA — Um breve comentário: acho que o Senador Oziel Carneiro trouxe alguns pontos também importantes.

Essa questão do desenvolvimento como necessário ao País e essa discussão toda sobre o meio ambiente entendido como restrições, a questão ambiental como basicamente restrições ao desenvolvimento, é justamente o que pretende se mudar. Agora, o "como" é a grande discussão.

Azabo de vir da Amazônia, onde fiquei 15 dias, não sou um especialista em Amazônia, mas tive oportunidade de algumas vezes ir a alguns trechos da região e agora, inclusive, até para surpresa minha, conheci uma Amazônia

diferente, completamente diferente de outras que tive a oportunidade de conhecer hoje.

Estive no rio Dementi, que é um afluente do rio Negro, por 15 dias, numa expedição feita conjuntamente pela Agência Estado, a Embrapa e a UNIP, numa proposta que estamos trabalhando, sobre cinco áreas, tentando gerar bases e contribuir para um zoneamento ecológico e econômico dessas áreas.

E estivemos agora nessa região do rio Demini e a primeira coisa que chama a atenção é que, naquela área especificamente, a Floresta Amazônica da fauna que é entendida com sua exuberância é um mito, não existe. Naturalmente a área praticamente é um semi-árido. A vegetação que domina são campos, tem áreas que o próprio pessoal da região conhece como caatinga e realmente são até muito parecidas fisionomicamente, apesar de do ponto de vista florístico, a vegetação ser muito diferente, mas simplesmente uma caatinga, ou um cerrado, em outras horas, do ponto de vista apenas visual, inundado.

Isso no Município de Barcelos, um dos maiores municípios do mundo, sem dúvida. Só esse município é bem maior que Portugal e tem uma população de apenas 16 mil pessoas.

Temos lá extensas áreas dos lavrados, que eles chamam áreas de campos e extensas áreas de dunas.

Primeiro trabalhamos com imagens de satélite, fizemos trabalho sobrevoado, depois fizemos por barco, por terra etc; foi uma viagem bastante intensa, há um pedacinho da Amazônia dentro do trecho conhecido como Calha Norte e certamente a maior parte da população brasileira não sabe que isso existe.

Há uma visão homogenizante. Então imagina-se a Floresta Amazônica ou a Amazônia como uma grande área florestada, pura e simplesmente, e o que leva, inclusive muitos povos, a nível internacional, a pensar aquilo quase como uma floresta vazia, onde dava para se criar um grande parque.

Essa noção de que a área não é vazia, que tem outro tipo de cultura, que tem uma diversidade de ecossistemas extremamente grandes, não apenas de espécies animais, mas de ecossistemas diferenciados. Só nessa área foram identificados 38 ecossistemas muito diferentes entre florestas de várzeas e campos e assim por diante; esse tipo de informação é básico para que possamos discutir o desenvolvimento da região.

Creio que há esse pecado tanto do ponto de vista dos técnicos e ambientalistas nacionais quanto internacionais, sobre uma linha de ação mais direta na questão ambiental, e tem se pecado, do outro lado, por parte das pessoas que também estão preocupadas com a questão essencialmente do crescimento econômico, por essa visão genérica sobre a Amazônia.

O Governo brasileiro teria um trunfo — não sei se até o momento ele terá uma proposta desenvolvida — que é zoneamento ecológico-econômico para a Amazônia que deveria estar, no mínimo, em condições de ser apresentada durante a Rio 92.

Pelo que eu saiba, esse trabalho ainda está bastante atrasado e sem dúvida não adianta também chegarem com um pacote pronto na ECO-92 e dizer: aqui está o zoneamento, porque as pessoas não vão nem entender.

Então, há necessidade realmente desse trabalho básico da informação, quer dizer, é uma preocupação que, no caso, tivemos de conhecer, para tentar passar isso para a sociedade brasileira.

Outro aspecto, mesmo em termos de alternativas econômicas, sabemos que não dá para reproduzir em áreas como a Amazônia, pelas próprias características culturais e ecológicas da área, um modelo que já nos levou a destruir 90% da Mata Atlântica.

Se temos 90% de Amazônia é porque, com um mesmo modelo, no mesmo país, a mesma história, é porque destruímos 90% da Mata Atlântica.

Sabemos que esse também não é o caminho.

Estamos extremamente preocupados com questões tipo: as próprias alternativas estudadas como reservas extrativistas e questões afins, que dependem e estão incluídas no mesmo mundo em que funciona para o mercado etc.

Dentro de 4 a 5 anos o Estado de São Paulo será o maior produtor de borracha do País. Então a concorrência não será com a borracha da Malásia, com a borracha nem mesmo com produto de petróleo. O Estado de São Paulo, dentro do Brasil, estará produzindo; já começou a primeira leva de produção em termos de borracha, do látex plantado sem pragas, com todas as condições, perto de mercado consumidor; e como é que vai ficar a produção da Amazônia, do ponto de vista mesmo das próprias reservas extrativistas, de mercado, porque é um produto econômico que tem acesso ao mercado.

Quer dizer, haverá uma política de subsídios? Como é que será trazido?

E é preciso aprofundar essas discussões.

A borracha de São Paulo será muito mais barata e de melhor qualidade, está perto dos centros consumidores e centros exportadores.

Bastaria isso para tentarmos colocar algumas questões de reflexão sobre as alternativas.

Estamos também extremamente preocupados com a questão da cólera, porque, no caso de Manaus, a área de favelamento na cidade é enorme e está aumentando. A própria Zona Franca de Manaus está agora num estado de decadência completa. Há uns 15 dias, houve mais 2.000 funcionários da Gradiente, se não me engano, que foram despedidos e estão aumentando os bolsões de pobreza.

Temos visto esta discussão pela imprensa, mas não no País porque, por enquanto, nós estamos falando em termos de "a Amazônia", e existem múltiplas Amazônias. Este é o primeiro comentário. Por último, seria debatido um pouco a soberania nacional, que é um tema importante também e que estará aí.

As questões de natureza ambiental, assim como as de natureza econômica, hoje, são transfronteiriças, por princípio. Inclusive, são temas — poluição transfronteiriça etc. — que estarão em discussão durante a Conferência Rio-92. Mas, esse é outro ponto de equilíbrio que se tem que buscar. Nós não podemos, a meu ver, tomar uma posição isolada de pensar que poderemos ter uma visão militar, terrestre, sobre soberania. A soberania é exercida não simplesmente com soldados colocados a cada metro da fronteira; isto, para muita gente no País, parece não está claro; soberania se exerce com ocupação, do ponto de vista econômico, político, e áreas de conservação etc. que mostrem uma preocupação real, adequada, do País com a região e, também, que contribua para o não desperdício, a não destruição. A nossa soberania não está sendo perdida para o exterior, mas sim sobre nossas várias áreas, para nós mesmos. Estamos perdendo e desperdiçando recursos, para as nossas futuras gerações. É necessário pensar nesse caráter. As claras pressões internacionais, do ponto de vista de áreas como Amazônia, que exigem uma preservação maior, isso é uma preocupação que não deve vir de fora e sobre esse assunto, nós não podemos ficar a reboque. Nós temos que fazer um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia, nós temos que investir, em termos de educação das nossas populações, essa é a única possibilidade real de soberania que nós temos na Região. Acreditamos ser necessário mudar um pouco o enfoque; é fundamental e há esse perigo, mas a forma de enfrentá-lo, certamente, não será do ponto de vista de ocupação militar ou coisa do tipo, seria uma estratégia com poucas chances de vingar. Temos que ter outro tipo de ocupação mais inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amazonino Mendes.

Pediria aos ilustres Senadores mais brevidade nas respostas para que possamos, realmente, ouvir todos que estão inscritos.

O SR. AMAZONINO MENDES — Sr. Presidente, eu não me diria surpreso, porque vamos fazer justiça à competência, à inteligência assaz conhecidas do jornalista Cleiton, mas é preciso dizer que eu fiquei extremamente felicitado pela ótica de sua abordagem, sobretudo, na resposta à preleção feita pelo nosso companheiro Oziel Carneiro que, diga-se de passagem, eu subscreveria toda a sua apreensão, *ipsis verbis*. Gostaria de registrar a minha enorme satisfação ao perceber que o ilustre jornalista palestrante, por sua vez, apreendeu velhas teses que certos estudiosos e políticos amazônidas, quase roucos, têm esbravejado por este País e, infelizmente, o têm feito para o deserto. Nisso, aqui, val embutida uma crítica à imprensa brasileira que não tem registrado, ao longo do tempo, esses brados, talvez porque o País tenha dimensões continentais e brutais, sob o ponto de vista econômico e os assuntos nem sempre são prolatados, falados ou explicitados por egressos das regiões pobres e poderiam suscitar nos leitores — não são, propriamente, os jornalistas da imprensa em interesse — mas eu repito, estou extremamente feliz sobretudo no conceito de heterogeneidade da Amazônia em que poucas pessoas se dão conta. Até mesmo os conceitos oficiais são classificados: nós temos a Amazônia Legal, nós temos a Amazônia Internacional, e a Amazônia propriamente dita, que é algo em torno de 3 milhões e 200 mil quilômetros quadrados, enquanto que a Amazônia Internacional que é praticamente do tamanho do Brasil — 8 milhões de quilômetros quadrados, e o temos, a nossa Amazônia Legal, que compõe dois terços do território brasileiro. Quando se aborda a questão amazônica se registra como se fosse da Amazônia úmida o processo de queimada etc., mostrando o Brasil como um País irresponsável sem nunca se dar conta que apenas 7% da Amazônia úmida, praticamente dita, é que foi injuriada — porque o termo é este — insultada, teve a sua natureza molestada. É evidente que não somos apologistas dos incêndios na floresta; entendemos que isso é um crime. A fórmula, a maneira como se tem colocado isso, a nível nacional e internacional, só pode ter sido extremamente nociva, prejudicial e induz o próprio brasileiro em erro, e a nossa luta, isolada, na Amazônia — porque é lá que nós moramos, que nós vivemos — tem sido praticamente inglória.

Peço perdão por falar da Amazônia — a abordagem é genérica. Trata-se da climatologia e tantas coisas outras, mas eu estou dentro dessa linha de pensamento exposta pelo nobre Senador Oziel Carneiro. Nós sabemos ou, pelo menos, desconfiamos, que os resultados dessa Conferência poderão ser desagradáveis,

especificamente, para os seus técnicos nesse setor porque há sintomas internacionais visíveis a demonstrarem com clareza, o acerto dessa apreensão. Veja-se o conceito de soberania restrita — creio que um grande arauto teria sido François Mitterrand. Agora mesmo, vimos que os próprios Estados Unidos, numa discussão oficial, preparatória, da Conferência, rejeitam-no sob a alegativa de invasão da sua soberania ou de restrição à sua soberania. Passou-se a discutir uma matéria que se expressa, se enquadra, dentro de uma terminologia que, hoje, corre o mundo chamado comunalidade. A questão ambiental é uma comunalidade como o é a AIDS e outras coisas.

Dentro desse aspecto, evidentemente, nós podemos compreender o conceito de soberania restrita que tem endereço certo e nós, de antemão, sabemos que o direito internacional coercibilidade não é, praticamente, um direito por lhe faltar a coercibilidade insita à caracterização de uma norma jurídica, nós temos que colocar nossas barbas de molho. Parece-me que um grande empenho internacional, a busca da configuração de estados indígenas — veja que estou falando em estados indígenas, não em nação indígena; há o conceito de estado, que pressupõe três elementos: nação — que é o povo — território e o outro elemento é governo. Temos numa questão lanomami, conduzida de forma extremamente emocionalista, imprópria, incorreta e grave porque se imagina praticamente, a metade do Estado para se transformar em território indígena com a agravante de que, até hoje, não se sabe quantos índios nós temos mas, em verdade, sem similaridade no mundo, em nenhum lugar do mundo se propôs tanta terra para o índio, esquece-se um conceito, uma definição histórica, um conceito sociológico histórico que, na realidade, toda a civilização superior absorve a inferior; esquece-se o direito que têm os próprios índios de fazerem opção de vida; esquece-se o direito que esses índios teriam de explorar suas próprias riquezas e delas participar, não apenas cegamente, assestam-se as baterias numa turrice que é, exatamente, a conciliação territorial. Isso me parece o andamento de um procedimento, de processo ou de um projeto no sentido da busca da formação de um Estado lanomami.

A ONU, que é um organismo internacional, em tese, para promover o equilíbrio internacional e o respeito entre as nações, é indiscutivelmente um instrumento reflexivo desse Direito Internacional Público inexistente, manobrável pelas nações mais poderosas e mais fortes.

Do meu ponto de vista, acho que o Brasil deverá resguardar-se, ao máximo, e estudar com profundidade a questão amazônica. Infelizmente, isso não está ocorrendo. A própria política do Governo Federal é pendular; não sabemos, até hoje, qual é essa política. Ela oscila. Eu já ouvi, do próprio Presidente da República, posicionamentos diversificados com relação à matéria, antes e depois de suas viagens aos Estados Unidos e à Suécia, e, agora, já tenho informações de que há uma nova mudança de ótica com relação ao problema.

Eu, a exemplo do Senador Oziel Carneiro, não me abalançaria em fazer uma pergunta. Eu simplesmente reitero, com a minha enorme satisfação, em verificar que, pelo menos, um lado da imprensa brasileira está olhando com extremada seriedade o problema. A sua visita ao rio Demeni, coisa que muitos ambientalistas brasileiros, que falam *ex cathedra* sobre a Amazônia jamais pisaram sequer em Manaus, a sua preocupação com relação ao enorme vazão hinterlandino, já que a nossa característica, nossa alavanca produtiva foi meramente extrativista e o extrativismo morreu, definhou. A questão da borracha é mortofalecida para nós, sabemos disso perfeitamente. *En passant*, poder-se-ia dizer da irresponsabilidade brasileira que não pesquisou os planos, gastou bilhões de dólares nos programas de forma irresponsável, enquanto a Malásia tem milhares e milhares de clones pesquisados, nós não passamos, parece-me, de 600 clones, daí aquela assertiva de que, brevemente, São Paulo estará produzindo. Já há a produção de seringais nativos, uma coisa irrisória.

En passant, gostaria de falar um pouco sobre Chico Mendes, um símbolo, um grande símbolo, repito um homem extraordinário, um homem extremamente inteligente, e corajoso que, a meu ver, foi extremamente manipulado em sua memória, para tecer uma orquestração internacional contra nós, brasileiros, porque me parece que o Chico Mendes, defensor dos seringueiros, teria sido mal conduzido no processo, porque teria erigido o extrativismo como a solução dos problemas do caboclo na Amazônia. E a produção extrativista na Amazônia escraviza o caboclo. Hoje, o salário de um seringueiro, levando-se em conta sua produção de borracha nativa, não passa de 20 a 25 dólares/mês. Então, é válida a preocupação de como nós vamos atacar a questão amazônica, como vamos fazer a preservação e conservação da floresta, mas, ao mesmo tempo, como é que vamos desenvolver as riquezas, como nós iríamos produzir, respeitando, tanto quanto possível, o meio ambiente — isto é possível — há a identificação de potencialidades tranquilas, o Brasil está surdo sobre isso, temos falado à exaustão sobre essa matéria, e, no fundo, resta em meio a essa caoticidade que esses desacertos, esses desencontros, essas oscilações, essa política pendular, resta apenas a nossa apreensão, extrema e magistralmente esposado pelo nosso prezado Senador Oziel Carneiro.

Enfim, para terminar, digo ao nosso Presidente, e aos presentes, que saio daqui menos apreensivo, inclusive, alentado, vendo que um certo tratamento diferenciado começa a ser dado e, finalmente, a questão amazônica é tão grave que até a tese de efeito estufa passaria pela Amazônia e, de repente, ela poderia ser o bode expiatório nisso aí.

Vez por outra, estão surgindo teses que campeiam o mundo e, no final, vão se descobrir que são balelas como aquela famosa de "pulmão do mundo", resultado de um equívoco de um repórter que entrevistou um cientista, ele disse uma coisa e o repórter simplesmente mudou a sua teoria, e aquela expressão correu o mundo inteiro; e até hoje há pessoas que pensam que a Amazônia é o pulmão do mundo.

Aqui ficam os meus parabéns e as observações sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao jornalista Gleiton Ferreira.

O SR. GLEITON FERREIRA — Agradeço as colocações aqui apresentadas e quanto a dois pontos, realmente, terei que mostrar de uma forma mais completa, uma idéia diferenciada do que V. Ex. colocou.

Uma questão que o Senador Ozil Carneiro também havia levantado — e vou passar rapidamente por ela — que é uma preocupação grande; não nos adianta aceitar a Carta da Terra depois que ela estiver pronta, não nos adianta assinar a convenção; o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional têm que ter um papel destacado já, enquanto ela está sendo elaborada e esses documentos, sendo preparados. Se nós não a aceitarmos, não haverá a coercibilidade de uma legislação internacional nesse aspecto, do ponto de vista penal, ou seja o que for, mas há a moral, há a política, há o econômico e assim por diante. O fato de não aceitar, de não assinar, depois, não nos livra de tudo que ela contiver, ao contrário, seria só nos carimbar, mais uma vez, como párias da humanidade, como vilões da História. É fundamental um trabalho preventivo com todas as idéias que representem o pesamento brasileiro e fica até renovada a sugestão de que o Congresso Nacional tenha um acompanhamento mais de perto, levando em conta as posições adotadas pelo Brasil e saber o que os outros países estão colocando nessas discussões e que essas informações sejam levadas ao público brasileiro. De nosso lado, temos o máximo interesse em dispor dessas informações e divulgá-las.

O segundo aspecto quanto às nossas preocupações, é que não estamos sozinhos: tem o Grupo dos Sete, e o dos 77, e há também outros grupos. Quanto à questão amazônica, temos o Pacto Amazônico, e outras formas de organização e lembraria ser fundamental que essas parcerias fossem reforçadas, agora, certamente com propósitos que avancem nos objetivos, tomando como premissa a questão do desenvolvimento sustentado, porque acredito que se essa postura não for adotada, nós vamos ficar, realmente, fora do baralho, do ponto de vista de uma política internacional. Isso, em qualquer instância e com reflexos sociais, econômicos, políticos, é um ponto de partida que precisa ser colocado em prática por nós. E se assim não o fizermos, visando desenvolver e preservar o que for possível, ficaremos, mais uma vez, fora de uma negociação a nível de cúpula (intervenção fora do microfone)... Exato, é fundamental um programa e, por outro lado, aí me cabe uma discordância, clara, sobre a questão dos Yanomami. Eu, nessa vez, também estive em uma das suas reservas e vi lá, inclusive, índio que havia sido picado por cobra três dias antes e sendo tratado com remédio para ameba, porque era o que eles tinham, ou seja, o Brasil não dá apoio às comunidades indígenas, isso nós sabemos, a área não está demarcada. Na placa de demarcação de divisa escrito "Posto da Funai - Entrada proibida" etc., tinha uma foto e, ancorado na placa, tinha um barco de pescador e caçador.

Então, temos aí, realmente, um dívida, e não devemos reproduzir com as populações nativas do País o que os países, ditos desenvolvidos, fazem com o nosso País em termos do Terceiro Mundo. Nós temos sempre de ter um cuidado muito grande nesse sentido. A minha discordância vai mais especificamente na sua colocação sobre civilização superior e civilização inferior; que a civilização superior absorve a civilização inferior. Eu, apesar de ver a pobreza do ponto de vista material, do ponto de vista de serviços etc., em que vivem esses índios e tantos outros no Brasil, eu não consegui identificar nenhum indicador do ponto de vista social, do ponto de vista cultural, do ponto de vista de política de organização interna, que me levasse a pensar que se trata de povos inferiores. Em alguns aspectos, eu creio até que temos, realmente, muito o que aprender e não pensaria em algo como simples absorção, que seria necessariamente aceitarmos a mesma tese do Brasil em relação aos países de Primeiro Mundo, o que considero inaceitável.

O discurso tem que ter uma coerência interna que passe que não podemos reproduzir para outros que estão numa situação de pobreza, de falta de opção. Eu gostaria realmente de saber — e até valeria a pena uma grande pesquisa não manipulada para verificar se as populações indígenas brasileiras querem

ser brancos, não é? Então, é claro que eles querem ter acesso a uma série de serviços, de produtos, de condições que nós temos. Mas isso não os caracteriza do ponto de vista de identidade indígena. Um índio quando está com um gravador na mão continua sendo um índio; ele não passa a ser branco porque veste uma roupa e assim por diante. Então, é uma questão de respeito em termos de cultura, de etnia, que devemos exigir do Primeiro Mundo e devemos dar o exemplo com as populações nativas aqui, justamente porque não consigo identificar de forma alguma como civilizações inferiores.

Só para esclarecimento, acredito fundamental porque posso ser mal interpretado. Concorro com o que o ilustre expositor coloca. É evidente que eu não estou pregando a dizimação da cultura indígena, ao reverso, não é isso, pelo contrário. Impressionou-me bastante ver nas páginas amarelas da revista *Veja*, há questão de seis meses, propostas de um antropólogo de grande nomeada nacional e na qual dizia que era importante coletarmos e aprendermos toda a cultura das várias tribos indígenas brasileiras, registrarmos aquilo de tal sorte que não deixássemos que aquela cultura se perdesse no tempo, mas ao mesmo tempo abrísssemos a essas tribos o direito à opção de escolha e me parece que é uma lei realmente sociológico-histórica. Do ponto de vista subjetivo é muito difícil definir o que é melhor: ser índio ou viver nessa selva louca que estamos vivendo. Eu, particularmente, subjetivamente, se pudesse escolher, eu diria, com toda tranqüilidade, que eu preferiria ser índio. A questão que eu ataco, que me preocupa, é, exatamente, o exagero do território. Não sou contra a concessão do território indígena, mas nós pegamos uma área do tamanho de Portugal, de 96 mil quilômetros quadrados para tribos em que nós não sabemos que números são, me parece que esse propósito, que esse projeto tem como fim específico uma outra atitude que não a de proteger simplesmente os Yanomami.

Para que não haja, inclusive, nenhuma interpretação errônea, porque, senão, posso de repente ser apontado como, além do matador de jacaré, um matador de índio. Isso não! Não é uma coisa nem outra.

O SR. GLEITON FERREIRA LIMA — Eu só lembraria que pela Constituição brasileira aprovada por esta Casa e por todas as Constituições brasileiras, não se trata de conceder terra e, sim, reconhecer um direito ao território existente onde vivem essas populações. Há, então, tanto do ponto de vista constitucional, quanto ao ponto de vista moral, que até é um exemplo que este País tem e que faltou a muitos outros, e é um ponto que envergonha várias nações o tratamento que deram... extinguindo os seus índios. Creio que esse também, é um patrimônio que o País tem, é um trunfo a nível de uma negociação internacional, a nível de apoio prestar uma colaboração no sentido de resolver os nossos problemas. Desse território, voltando ao rio Demini — apenas como exemplo, desse enorme território que nós vimos — há 206 pessoas vivendo ao longo desse rio... até o IBGE nem precisaria fazer o levantamento, pois havia poucas pessoas... Nós vimos também que a área está no limite da ocupação, porque praticamente a área é inundada. Então, a disponibilidade de recursos do ponto de vista de território, também nós temos que atender à questão de escala perante um conhecimento profundo das condições ecológicas locais. Então, não vou entrar se seria muito ou pouco, porque poderíamos também ter versões dizendo: "Bom, criou-se um Estado em cima de uma área indígena e não se está tirando a área indígena do Estado"... quer dizer, aí é uma questão só de ponto de vista. E, aí, creio que não é uma coisa que acrescentaríamos muito se entrássemos. A mesma questão acontece com alguns parques: por exemplo, no Estado de São Paulo, temos um município e 2/3 de sua área está dentro de um parque estadual, só que o Município foi criado depois do parque estadual, então, isso é uma discussão que não tem fim. Então, foi quem: foi o município que invadiu o parque ou o parque quem invadiu o município? O problema é que precisamos descobrir fórmulas inteligentes, formas eficazes, de permitir a convivência dos nossos recursos sem degradá-los, com as nossas populações com todas as suas diferenças, com as suas pluralidades culturais e ter um avanço para o conjunto da sociedade e, não, apenas para parte da sociedade. Era só essa preocupação. Eu não quero caracterizá-lo como dizimador de índios.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Aureo Mello, pedindo que seja breve para que passamos ouvir todos os oradores presentes.

O SR. AUREO MELLO — Sr. Presidente, Jornalista Gleiton Ferreira Lima, antes de mais nada as minhas felicitações pela sua disposição e pelo sacrifício de ter vindo prestigiar com a sua presença a nossa reunião. Isso prova que o interesse de uma fração importantíssima da imprensa brasileira, como é O Estado de S. Paulo, que V. S. representa.

Esses diálogos sobre a reunião do Rio de Janeiro, outrora chamada ECO-92 e agora já modificada, segundo informação de um diplomata que esteve aqui em uma das últimas sessões, RIO-92, esses diálogos são, realmente, muito pre-

sos e úteis para nós componentes desta Comissão e que, certamente, estaremos lá na reunião de 1992 traduzindo, os pontos de vista brasileiros e regionais a respeito desse conclave internacional.

Encaro o conclave sem receio, embora observe que, nos meios brasileiros, há uma espécie de tremor ou de susto a respeito do mesmo, porque tudo aquilo que coloca os chamados países superdesenvolvidos em confronto conosco, nos deixa com tremedeira. Estando lá a representação do Sr. Bush, e a representação dos franceses, dos ingleses e dos russos, realmente, alguma coisa de não-bom pode acontecer com o Brasil. No entanto, eu acredito nas finalidades da ONU, da comunidade internacional. Acredito mesmo que essa é uma conferência de paz. Os temas pacíficos são para serem abordados nesse ensejo; deixando-se os temas guerreiros para reuniões especiais quando ao alvedrio da conveniências dessas supremações houver necessidade de bombardear um Iraque qualquer ou tomar posse de uma Granada dos locais centrais da América Bi-Internacional. De maneira que a climatologia, climatolidade, estados indígenas, salário do seringueiro, efeito estufa, são temas e temáticas da internacionalidade pacífica em que cada país, cada representação, opinará para que se consiga uma resultante positiva e homogênea a ser tomada por todas as representações e nações que não estejam representadas.

O problema financeiro a que se referiu o nosso querido Senador Oziel Carneiro evidentemente terá que ser assumido pela Organização das Nações Unidas — ONU, porque é uma reunião eminentemente internacional e, sem dúvida alguma, estaremos contribuindo para a paz mundial quando esses problemas de paz estiverem resolvidos. A reunião realmente tem uma característica de superficialidade e não é, portanto, uma reunião que nos deva atemorizar.

A questão do índio tratada aqui oportunamente, realmente vem sendo debatida em palcos tão diversificados e tão impróprios que, nesse ensejo, poderá definitivamente ser fixado, já que o índio não é o nosso índio; o índio não é um habitante de uma faixa fixa. O índio é, por assim dizer, um ser de outro país, de outro planeta. A prova disso, temos os Ianomani. Eles não têm pátria. Eles não são índios brasileiros. São apenas índios. Porque se deslocam internacionalmente. Vão à Venezuela. E tanto faz o Brasil como a Venezuela, não é a pátria deles. O chão que eles pisam, sim, é deles. Eles são para nós assim tão estranhos, tão diferentes, como um marciano que aqui chegasse e viesse implantar um sistema, vamos dizer, de comer grãos de ervilha ou de milho, porque era esse o sistema deles, lá no planeta a que eles pertenciam.

Quanto à diversificação amazônica, à qual se referiu o nosso Cleiton, realmente é algo curioso. A Amazônia é um mundo estranho. Temos lá regiões planícies, como o Estado de Roraima, antigo Território do Rio Branco. Partindo para as regiões ribeirinhas do rio Madeira, como os campos de Pucallpa, que ligam o Município de Humaitá ao Município de Iquitos e ainda essas regiões do alto rio Negro, que dizem, são as mais belas do Brasil, pelo menos, da Amazônia, com suas estâncias encachoeiradas e com suas regiões de savanas, tudo isso realmente torna diversificada a geografia da Amazônia. A Amazônia é um elefante.

Se V. Ex^a chegar, digamos, só a essa área, verá campos, cachoeiras, verá um Estado quase "façoesteano". Mas se outro chegar, digamos, ao Amago do Solimões ou nas suas proximidades, verá praias e matas densas, compactas, que será, digamos, a barriga do elefante. E se um terceiro chegar a uma área típica ali do Pará, regiões de minérios, ele também verá o rabo do elefante.

E assim é a grande Amazônia. A Amazônia é grande e diversificada. Essas fogueirinhas que acendem lá, que são atestadas como um perigo para o mundo, não são nada. Há uma territorialidade amazônica, porquanto há municípios, como o município do Senador Amazonino Mendes, em que a época das secas, se leva quarenta e cinco dias para alcançá-lo de lancha, porque é distante, tão remoto, são seis horas e meia de avião.

Não quero me alongar mais. Porém, o ponto de vista que quero fixar aqui é que a ECO-92, ou a Rio-92 é uma reunião onde serão tratados temas de paz e temas variados em relação ao globo, quando cada pessoa, cada área, cada região fará o seu repositório e terá, sem dúvida, o interesse em receber as sugestões internacionais dos outros povos, dos outros países. De maneira que estamos praticando esse tipo de atuação e preparando-nos, quero acreditar, para que esse ensejo tão importante seja distanciado dos fanatismos.

Eram estas as breves palavras que desejava proferir e, assim, espero que as nossas reuniões sejam pólos de soluções para cada um desses aspectos: climatologia, climatolidade, estados indígenas, salários de seringueiros, efeito estufa, não deixando de destacar que realmente o que assustou a comunidade internacional foi aquela história de "pulmão do mundo". Porque ao invés de acabar com o pulmão do mundo, todo o mundo começa a sentir falta de ar e dificuldade de respiração. Uma vez destruída e pulverizada essa concepção não verdadeira, a comunidade internacional tende a se acalmar. É preciso, portanto, insistirmos no sentido de não se deixar que a tese da Amazônia, "pulmão do mundo", vigore, porquanto é inviável e não verdadeira.

De maneira que estão concluídas aqui as palavras deste representante do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Diria o seguinte: considerando que o ilustre Senador não fez nenhuma pergunta concreta, e para ganhar tempo, poderia permitir que o último inscrito pudesse falar e, depois, o nosso conferencista poderia fazer o resumo final dessas colocações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luciano Pizzatto, que é o Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

O SR. LUCIANO PIZZATTO — Senador Coutinho Jorge, caro Cleiton e demais jornalistas aqui presentes; quero agradecer a gentileza do convite e pela oportunidade de participação aqui no Senado Federal dessa reunião.

Inicialmente, não sei, porque cheguei um pouco atrasado, desculpem-me, acho que o Senador Coutinho já tranqüilizou o Senado Federal sobre o que pudemos observar em Genebra em relação à conferência. Voltei absolutamente tranqüilo sobre o que vem a ser a conferência em si, patrocinada pela Organização das Nações Unidas, em termos da responsabilidade das nações que estão participando, o que vão propor e o que vai ser decidido. Não vejo a conferência como nenhum risco à nossa soberania nacional e, também, como nenhum risco ou qualquer ação que venha a prejudicar o Brasil, especialmente porque nada se discute dentro da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, citando-se países. Nada! Nem se coloca assim porque isso não é permitido. O que se coloca na discussão são teses macro onde o Brasil, eventualmente, é inserido.

Agora, o que vamos ter no Rio de Janeiro não é uma conferência controlada. Teremos a conferência, essa, sim, controlada, que vai resultar nos diversos documentos a serem assinados, entre vinte e um etc. Teremos ao redor dessa conferência um grande *show* periférico, um grande *show* mesmo. E esse *show*, mesmo não sendo oficial e que não vai resultar absolutamente em nenhum documento que pode ser perigoso. Porque é fácil alguém porpor a criação.

As Nações Unidas usam o capacete azul, então, podem propor aos capacetes verdes que invadam a Amazônia e, aí, está passando um Presidente, de uma grande nação do lado, e alguém vira para ele, com a canequinha — usamos esse exemplo, desculpem-me, não é pejorativo — vem a pessoa aqui e diz: "O que V. Ex^a acha?" E ele, sem querer, diz: "Sim", e isso vira uma bomba mundial de consequências muito adversas ao País.

Então, não me preocupa a conferência, preocupa-me o *show*, porque esse não é controlado. No *show* haverá pessoas de bom senso, mas haverá muitas pessoas para fazer ali para fazer o *show*. E o que vende — você sabe disso — não é a notícia do bombeiro que salvou uma vida, e sim, do coitado que morreu afogado na outra praia.

Essa é a verdade. Da mesma forma que nós, políticos, manipulamos, às vezes, opiniões, lamentavelmente, a imprensa também tem que vender, porque não é somente um órgão de informação, mas é também um órgão empresarial. Todos sabemos disso.

Agora, entre as questões que foram colocadas, Cleiton — Fábio saiu daqui —, gostaria de discutir a relação da imprensa com a questão do meio ambiente, que acho ser um assunto em pauta. Permita-me ser franco com você e com os demais membros da imprensa. Somos criticados, sistematicamente, todas as semanas — eu, Fábio e os demais membros da Comissão do Meio Ambiente — porque as dezenas e centenas de ações que fazemos naquela comissão não são divulgadas. Tivemos inclusive um protesto formal dos membros da Comissão, das inúmeras audiências públicas que fazemos sobre CFC etc., e não sai uma linha em nenhum noticiário nacional. Vivemos o mesmo drama que o senhor colocou. Para sentir a gravidade do assunto, só ontem foram cinco pronunciamentos em plenário sobre a questão da ECO-92. Está errado falar ECO-92 mas vou usar, porque é o mais popular.

Todos os dias, aqui no Parlamento está havendo, no Senado Federal ou no Congresso Nacional, uma ação na área de meio ambiente. A CPI da Amazônia está — mas realmente houve uma ruptura, uma dificuldade muito grande entre a nossa ação política e o que está sendo divulgado. A falha provavelmente é nossa, mas talvez seja de todos nós, não só dos membros do Parlamento.

Outro aspecto importante — concordo cem por cento com tudo que o senhor disse e o que estou dizendo é simplesmente para corroborar essa discussão — é de que o Brasil tem que deixar de ser objeto da crítica para ser o crítico. Temos as grandes soluções e não compreendo como estamos numa posição tão difícil. Quando o senhor cita o exemplo da Mata Atlântica, e já sabemos o que fizemos lá; o ruim é se tivéssemos explorando a Amazônia sem o mínimo de seriedade; e ainda temos noventa e poucos por cento para acertar. Quando nos reunimos para discutir o Índio na Europa, não matamos todos os nossos índios, ainda — esperamos não matá-los — não chegamos à cavalaria, não tivemos lá o extermínio de mulheres e crianças à bala. Então, acho que está na hora de sentarmos à mesa para dizer: "As relações têm que

ser colocadas de outra forma". O Brasil é um país poluente, joga trezentos e cinquenta milhões de toneladas de poluentes a base de carbono na atmosfera, por ano, incluindo as queimadas. E os Estados Unidos jogam 1,2 de toneladas e não querem reduzir um milímetro da sua poluição. E ainda propõem, como foi proposto na conferência, os *permits* para poder comprar o nosso direito de poluir. Vamos ser mais críticos.

O destaque negativo na mídia é um problema para nós. Sei que é o que vendem, não é o que se pensa. Mas, discuti com um diretor da Globo numa conferência do meio ambiente, no Rio, e ele disse que somos obrigados, lamentavelmente, a publicar e a veicular o que vende. Então, tenho que usar o que ele testemunhou perante quatrocentas pessoas presentes nessa conferência.

Veja o seguinte: se é o que vende, temos que ter um pouco mais de seriedade nas nossas afirmações, porque o direito de resposta não resolve nada. Quem já sofreu a dificuldade de ter o seu nome veiculado injustamente e teve o atendimento de ser depois veiculado a sua resposta, viu que a resposta não adianta nada; adianta para o seu ego. Vou dar um exemplo: os vinte milhões de hectares de queimadas do relatório de 1988, eu era o Diretor do IBDF, naquela época. Participei da reunião e fui um dos que ajudou a vazar aquele documento. Muito bem! Mas eram vinte milhões de queimadas não de desmatamento. Aquilo foi tão mal publicado por tanto tempo que depois, junto a uma frente de jornalistas, dizíamos que não eram vinte milhões de hectares de desmatamentos e, sim, de queimadas, todo mundo dizia que estávamos mentindo. Hoje, passados quatro anos daquele documento, sabemos que o documento foi uma mentira, foi um erro. Hoje, o próprio Goldemberg sabe que o relatório que calculou o volume de queimadas partiu de um princípio errado. Esperamos o relatório do INPE com muita ansiedade para ver quais as bases reais. Não é que isso vá amenizar a coisa não; baixar de oito milhões de hectares de desmatamento para dois ainda é uma vergonha nacional. Pelo menos, a curva que foi feita pela FAO, que resultou, agora, em restrições econômicas sérias para o País, pode ser reformulada. Porque a FAO está no Congresso Mundial de Florestas, divulgando daqui a uma semana, um documento onde o mundo desmata dezessete milhões de hectares, baseado naquele dado nosso de 1988. Isso é uma mentira.

Temos que ter mais seriedade no que escrevemos, sei muito bem disso. Tenho um pecado maior do que os dois que o senhor citou, Sr. Cleiton. Um pecado, vou citar de um lado; o outro do outro, e eu que estou no meio? Eu que sou ecólogo e madeireiro, como é que fico? Então, sei o que é ser o pecador que há anos fala em conservação e não em preservação, que fala em digestão correta da floresta. É duro ser esse pecador. Temos problemas de mídia; vou citar mais exemplos e mudou bastante a mídia nesses últimos anos.

Vou pegar outros exemplos mais antigos. Propus o manejo integrado de fauna silvestre com criatórios em 1988, e as manchetes que saíram foram que eu queria contratar os bolivianos para matar os jacarés do Pantanal. Propus um convênio com uma empresa multinacional para ela doar, através *marketing*, a criação de um parque de proteção à arara azul, e a matéria que saiu foi "IBDF Vende Pantanal a Multinacional". Propusemos uma portaria de zoneamento dos zoológicos e fomos invadidos pelas religiosas. A manchete que saiu foi que iam criar abatedouros oficiais nos zoológicos. Então, é difícil podermos coordenar a informação se não tivermos a responsabilidade plena do que estamos falando e saber que a nossa posição tem que ficar clara perante o mundo.

O assassinato de Chico Mendes, acho que foi um ato de violência que não podemos admitir, mas todo o benefício, lamentavelmente, trazido com a sua morte tem que ser aproveitado, porque fez com que o Brasil despertasse para uma situação importante. Em compensação, na Europa, um governo mandou explodir o navio do *Greenpeace* e matou gente, mas o símbolo ecológico é o nosso Chico Mendes, enquanto os cadáveres do *Greenpeace* foram esquecidos. Um governo mandou colocar uma bomba lá dentro e não pode ser desse jeito.

Estamos queimando a Amazônia, mas a América do Norte faz *clear-cut* de milhões de hectares de florestas. Trabalhei no Canadá, e vi isso, que é um absurdo. Temos que nos contrapor e dizer que não queremos o desmatamento nem as queimadas no Brasil, mas não queremos o *clear-cut* também. Hoje, quem mais luta contra as exportações de florestas tropicais é a Europa que consome oitenta e cinco por cento da sua própria madeira e que está morrendo com chuva ácida e não pode ter a nossa competição. Lá, não é uma questão ecológica é uma questão econômica.

A nível de mídia, parece-me que essas são situações muito claras e que o Cleiton e os demais membros da Mesa já têm noção disso. Graças a Deus estamos mudando. E realmente é na mídia que tem que ser mudado, porque o erro do Brasil, pelo pouco que conheço a nível de planeta, é a falta de uma estratégia de *marketing*. Estivemos na Suíça, cheguei um dia antes do Senador, e assisti a um programa de televisão, duas horas de um documentário sobre o meu Estado, o Paraná, feito pela Argentina, onde não sabia se estava

vendo o meu Estado, porque foram duas horas de destruição, de fim do mundo, de erosão, quando temos o melhor programa de manejo de bacia hidrográfica talvez do planeta. Mas o que vi lá foi o contrário. Vi duas horas de filme sobre a destruição.

Então, precisamos de *marketing* e lamento que o Governo não faça isso de forma institucional e séria, o mesmo erro que está cometendo aqui, no Brasil, em não explicar o que vem a ser realmente a ECO-92.

Nesse sentido, colocaria algumas questões muito objetivas. Primeiro, se o senhor concorda de que a questão ambiental brasileira está sofrendo um processo de militarização ou se isso é apenas um fantasma.

Segundo aspecto: o senhor teria uma informação real se a imprensa tem auterido os níveis de participação da sociedade nas questões ambientais, ou se realmente isso é uma questão de elite e não da população como um todo? Realmente o senhor tem sensibilidade e acha que isso está chegando ao povo brasileiro, de que é evidente que a questão que está sendo discutida hoje é um conflito entre os grupos dos ricos com os dos pobres, onde o meio ambiente está sendo jogado no meio? O conflito, por exemplo, do G-7 com o 77, ou se isso é algo que está muito como pano de fundo e não ficou bem claro?

Acho que essas três questões seriam interessantes para esclarecer, ouvirmos e ter o testemunho de V. Sr. nessas áreas.

Desculpe-me, a parte introdutória, o senhor conhece muito bem isso mas é somente para clarear as dificuldades que sofremos de ambas as partes é que, hoje, graças a Deus, está sendo superada.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao jornalista Cleiton Ferreira.

O SR. CLEITON FERREIRA — Muito obrigado.

Primeiro, quero dizer ao Senador Aureo Mello que não é nenhum sacrifício vir aqui, ao contrário, é um prazer, é uma honra.

Tratando-se das questões colocadas por ambos, o problema do Brasil, de vários setores ou segmentos estarem atemorizados com a ECO-92. O Brasil tem razão de estar atemorizado com a ECO-92 em muitos aspectos e, ao mesmo tempo, não deveria ter. Então, por quê? Por que justamente temos a vantagem, por sermos anfitriões, neste momento, de mostrarmos, por um lado, o nosso problema, e nesse sentido buscar uma colaboração internacional.

Segundo, de mostrarmos as nossas soluções, e temos muitas soluções interessantes, inovadoras em vários campos na questão ambiental.

Terceiro, que é também uma oportunidade em termos de parcerias, no sentido mais amplo, e que podemos justamente ter certos contrapontos. Aí é uma oportunidade para nós, se soubermos aproveitar, deixarmos de ser simplesmente o vilão planetário para ser o coadjuvante importante, não é? Quer dizer, um interlocutor, não um coadjuvante, mas o interlocutor importante, nessa questão, como poucos países podem.

Então, na verdade, isso não depende dos outros, mas de nós. Assim, o temor que muita gente tem, e que em parte tenho, é de perdemos essa oportunidade. E aí depende basicamente de nós, da seriedade com que seja tratada a coisa. Não, realmente, de grandes intervenções externas etc., apesar de essa pressão e esse conflito existirem e, é claro, serão colocados.

Em relação à questão do "pulmão do mundo", ao mesmo tempo em que o mundo descobriu que a Amazônia não é o pulmão do mundo, descobriu-se que ele é um dos principais refrigeradores do mundo. Então, trocamos o "pulmão" pelo "ar condicionado", mas continuamos sendo importantes, do ponto de vista climático no planeta.

Em síntese, a Floresta Amazônica tem um papel muito grande na questão de temperatura e, a partir daí, inclusive, na questão de circulação do ar em termos planetários. Pelo volume, pela massa de vida vegetal, em especial é ela que congrega a alteração do clima. Não é uma questão de se produzir oxigênio, que era a idéia do "pulmão". Ela, basicamente, é uma floresta, em grande parte, no chamado clímax, ou seja, a vegetação absorve muito carbono e produz mais oxigênio na sua fase de crescimento. Inclusive, há alguns projetos, como o Projeto Floram. Parte-se desse princípio; vamos plantar bastante, porque durante a fase de crescimento essas plantas estão absorvendo gás carbônico e emitindo oxigênio, com balanço positivo para o oxigênio. Mas no caso da Floresta Amazônica, não. É uma floresta que tem um nível relativamente estacionário, quer dizer, atingiu um certo clímax e ela, praticamente, consome o que produz de oxigênio. Então, ela não é o "pulmão do mundo", nesse sentido, mas tem um papel do ponto de vista climático importantíssimo.

Em relação às queimadas, só até citando duas coisas, a Agência Estado fez um convênio neste ano, com o INPE ajudado por um trabalho de interpretação da Embrapa, com isto estamos tendo os dados diários e produzindo um material semanal que, inclusive, vai para a imprensa, que é distribuído, no caso, pelos jornais da casa e também nos circuitos da agência. Isso é só para se ter um exemplo dessa semana. De 30 de agosto a 4 de setembro, na semana anterior, o Brasil todo, temos a indicação de 75 mil 638 focos de incêndios identificados.

OSR LUCIANO PIZZATTO — O que é pouco para 150 milhões de brasileiros. A esses números relativos, que se falou em escala tão importante, é que tem que ter o cuidado na sua informação.

O SR. CLEITON FERREIRA — Pois é. A nossa preocupação aqui, no caso, é mostrar, na verdade, o processo e não o número. Mas onde? Porque podia ter muito mais e ser menos problemático. Há algumas áreas onde, realmente, é problemático, por concentração. Então, por exemplo, o Estado de Tocantins está nessa lista negra, digamos assim, porque lá o volume de queimadas é enorme e dá para identificar claramente ao longo das rodovias. É mais, na verdade, a busca de entendimento de um processo que está a conter, e não simplesmente um número puro, porque o número puro não diz muito.

O SR. AUREO MELLO — (Inaudível. Forá do microfone.) O sujeito não precisa queimar determinada grande área para plantar. Então aqui em grau, em nível de pequenas queimadas, não de grandes queimadas, é uma rotina. É uma rotina que é adotada em toda a Amazônia. E a rapidez com que a Amazônia cresce, a vegetação cresce na Amazônia, passa a ser, às vezes, um problema até terrível, porque quando se dorme durante a noite, a região que preparada, no dia seguinte já está verdejante outra vez. É difícil até conseguir capinar uma área grande. Daí a adoção de pequenas queimadas para tal fim.

O SR. CLEITON FERREIRA — No caso das pequenas queimadas, inclusive em pequena escala, às vezes, há queimadas ou desmatamento em pequena escala, pequenas comunidades, que, durante, longos períodos, não só no Brasil, como foram uma das formas de aproveitamento sustentado, dos melhores inventados até hoje, não é? A agricultura de rodízio, feita em pequena escala, permite um descanso da terra, a sua regeneração. O problema é que quando esse mesmo processo é colocado numa escala grande é muito intensiva, não permite a regeneração.

Então, qualquer área de vegetação, quer dizer, a natureza, a floresta aí, funciona até como a pele da gente, não é? Ela tem um poder de cicatrização, que se você fizer um furinho, não vai ficar nada. Agora, se você fizer um furo grande, vai virar uma ferida grande, vai ter, no mínimo, uma grande seqüela e, às vezes, irreversível.

Então, isto é uma questão de escala. Em pequena escala, a gente sabe até pelo fato de que grande parte dessas áreas vem sendo ocupada há séculos e continua a ser preservada. E, por outro lado, sabemos que em algumas áreas estamos criando desertos, justamente por um uso de uma tecnologia que é adequada à pequena escala e inadequada em escalas grandes, como acontece.

O Deputado Luciano Pizzatto fez uma série de considerações, uma delas sobre a questão do *show* que é incontrolável, e é mesmo. Não sabemos. E é até bom que ninguém pretenda controlar esse *show*. Ao contrário, tentem, desde já, entender quais são os processos, interlocutores etc. Estamos vivendo um momento que é histórico e temos que tentar entender esse processo todo, essa discussão, e não tentar controlá-lo. Primeiro, porque é impossível e, segundo, seria improdutivo. Entendo essas preocupações justamente porque podem sair daí coisas ótimas e péssimas. E isso, realmente nesse sentido, é um risco que corremos, todos correm.

Quanto à questão da divulgação das notícias, inclusive aqui internas, da Câmara dos Deputados, também da Comissão de Meio Ambiente etc., acredito que a população brasileira terá muito interesse. Mas concordo contigo, que a imprensa, em geral, tem adotado a postura de que o que se vende é a má notícia. Mas valerá a pena até fazermos uma análise nesse sentido. Porque, eu, como cidadão, aí não pensando do lado de lá, como alguém que está dentro da imprensa, dentro da mídia, mas cansa, a má notícia também cansa. Então, valerá um pouco até analisarmos esse mercado. Estamos interessados nesse tipo de pesquisa. Mas acredito que falta aí uma questão em termo tanto do sistema de divulgação, de um programa de divulgação dessas boas notícias, como a falta à continuidade. É que as boas notícias, às vezes, vêm tão isoladas, acontece uma coisinha aqui que se perde nessa multidão de más notícias, que a gente tem. Então, se houvesse algo em termos de continuidade, acho que as pessoas começariam a se interessar, reconhecer e até exigir que venham informações sobre o que está acontecendo naqueles programas. Você me colocou perguntas específicas sobre se concordo se a questão ambiental brasileira está num processo de militarização. Acho que sim e acho isso uma das piores coisas que podem acontecer politicamente ao País. Não pela questão de falta de competência ou de pessoas extremamente inteligentes, que têm interesse cívico em termos do País e preocupações legítimas no meio militar, não é isso. Mas é porque ela tem o efeito maléfico do ponto de vista internacional, por um lado, que seria irreparável durante décadas. Não interessa se grandes coisas foram realizadas durante o período que tivemos de ditadura militar no Brasil. O que tivemos foi uma ditadura militar. E nós ainda hoje estamos pagando por isso,

independente de boas intenções que tenham havido e até o apoio da sociedade brasileira naquele momento.

Acho que a questão ambiental ainda é mais sensível, porque não se restringe a uma coisa interna do País. Se fosse interna já seria ruim, certo? Porque temos que saber que há segmentos da sociedade que têm papéis claros numa sociedade democrática. E não acredito, de forma nenhuma, que alguém possa achar que a questão ambiental que permeia todos os campos, não é uma questão do Amazonas, não é uma questão fronteiriça, quer dizer, que permeia todos os campos da atividade do País e inter-relações internacionais, imaginar que isso seja competência da área militar. Acredito que as pessoas de bom senso, a nível da área militar, tenham essa clareza, porque seria extremamente prejudicial. E há alguns pontos que justamente ao contrário, caberiam às áreas militares os apoiarem, assim como os movimentos em termos de sociedade civil, em termo de Parlamento, para reforçar as medidas que o País está tentando descobrir, as soluções e não tentar substituí-las. Acho que seria um erro histórico, e pagariamos muito tempo por isso. Acho que esse problema existe, quando se fala, quando se mistura a questão de meio ambiente pensando apenas como Amazônia e apenas como zona fronteiriça. Há uma questão que é fronteiriça e que tem aspectos militares claros que são importantes. Mas vamos deixar isso separado da questão ambiental dessas mesmas áreas.

Em relação à aferição sobre a população brasileira à questão ambiental, quer dizer, como é que enxerga, as preocupações etc. Estamos iniciando, e a partir do dia 18 começamos formalmente um processo. A Agência Estado junto ao CNPq e o Ibope está realizando uma pesquisa procurando saber o que o brasileiro pensa da ecologia. Ecologia aí, além de entrar no meio ambiente, ecologia etc., mas a idéia está clara. Pesquisa sobre o que o brasileiro pensa da ecologia. É uma pesquisa que já iniciou, assim, em termos de piloto e nós, a partir de 18 desse mês, damos o início formal e pretendemos justamente destrinchar um pouco melhor isso, com cobertura nacional, com muitos segmentos e etc. E aí esperamos ter essa resposta como uma base.

E, terceiro, sobre a questão dos conflitos, essas discussões, os conflitos entre ricos e pobres com o meio ambiente. Há uma frase que em alguns dias concordo e em outros, não concordo, que diz o seguinte: o homem não interage com a natureza. O homem interage com outros homens através da natureza.

Imaginemos que hoje eu esteja no dia em que concordo com ela e porque todas questões, fosse qual fosse o assunto, neste caso é a questão ambiental, mas se fôssemos discutir economia internacional, se fôssemos discutir a questão das grandes metrópoles, qualquer que fosse o assunto numa reunião internacional de tal porte, o que vai estar se tratando ali é de relações entre povos, entre poderes, entre economias, entre blocos de poder etc.

Então, o assunto nesse momento é a questão ambiental como eixo. Sem dúvida, esse conflito vai estar presente. E em grande parte, acredito que se

possa chegar a consenso, mas em outras, vai explicitar os conflitos. E o mais marcante de todos, certamente, será essa questão entre ricos e pobres. Não é à-toa que temos G-7, G-77, não é à-toa que se discute Norte/Sul. E nessas reuniões que vão acontecer no Rio, inclusive há a previsão de uma reunião do G-7 durante o período da ECO-92. Então é claro que elas vão estar colocadas e esse conflito vai estar lá. Vamos falar não só de ecologia durante esse período, mas, afinal de contas, de uma relação interplanetária que está se discutindo em termos de entrada de novo século.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que o Deputado Luciano Pizzatto foi o último inscrito, vamos encerrar a nossa reunião lembrando que, a partir da próxima, estaremos tendo as audiências com os empresários e, posteriormente, iremos ter audiências com as ONG nacionais para a partir daí regionalizarmos todos os nossos encontros nas grandes regiões brasileiras, portanto, *in loco*, para discutir com a sociedade civil organizada de cada região.

Queria, na oportunidade, agradecer a presença dos órgãos de imprensa aqui representados, particularmente o jornalista Cleiton Ferreira Lima, coordenador do meio ambiente do Estado de São Paulo, que mostrou, evidentemente, por que é o coordenador: pela sua experiência, pela sua visão, seu preparo. Ele nos deu realmente uma contribuição significativa. Aquela dúvida que tínhamos a respeito do problema da divulgação da informação da mídia, muitas colocações do ilustre jornalista acho que foram bastante objetivas, claras, nos mostrando evidentemente que nós aqui, o Congresso Nacional, precisamos, cada vez mais, ampliar as suas atividades em relação a esse tema tão relevante. E estamos fazendo isso. O próprio Deputado Luciano Pizzatto, que é Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, falou há pouco do trabalho que a Câmara realiza nesse sentido, e que o Senado Federal, através desta Comissão, e dos vários Deputados e Senadores que diariamente falam aqui sobre o assunto, mostram evidentemente a preocupação que o Congresso tem e que deve ser ampliada e fortalecida, porque vamos ter um papel relevante, como disse o ilustre jornalista, não só de estarmos preparados para

assinar os documentos que sairão desse grande encontro mundial, mas, também, de aprová-los, sancioná-los naquilo que couber a esse Congresso.

Então, enquanto temos tempo, vamos intervir no processo, vamos participar, vamos discutir, vamos sugerir, vamos lutar. Acho que esse é o objetivo desta Comissão e que, dentro em breve, deverá estar unida junto com a Câmara dos Deputados numa Comissão mais ampla, congressional. Quero também agradecer a presença do jornalista Francisco Eduardo Gonçalves, do *Jornal do Brasil*, e da jornalista Mônica Medeiros, do jornal *O Globo*, que participaram também desse encontro, sem desejar usar da palavra, considerando que não poderiam representar oficialmente os respectivos jornais neste encontro. Mas a presença de vocês é muito importante. E espero que a partir de agora possamos estar mais unidos com a mídia brasileira naquilo que vai ser discutido aqui no Congresso Nacional em relação a esse tema tão importante que é a Conferência do Rio. Mais uma vez agradeço aos Srs. Senadores, ao ilustre Deputado que nos honrou com sua presença importante, prestigiando essa integração às duas Casas do Congresso Nacional e, mais uma vez, gostaria de agradecer aos jornalistas e, particularmente, ao jornalista Cleiton Ferreira Lima, que nos trouxe grandes contribuições a esta Comissão.

Lembrando que tudo o que foi dito, debatido, está sendo gravado, e será reproduzido, analisado, de forma conveniente, para que esta Comissão possa, progressivamente, definir novos rumos importantes, cumprir o papel para a qual lhe foi criada, que é acompanhar a preparação dessa conferência, mas, também, participar do que será decidido em termos de Brasil, e em favor dos brasileiros.

2.5 — Palestrante-Convidado: Dr. Maurice Strong Cargo: Secretário-Geral para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Data: 2-10-91

Tema: As Convenções sobre Diversidade Biológica e Alterações Climáticas

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. Sr. Maurice Strong, Sr. Felipe de Macedo Soares, Sr. Eduardo Gutierrez — representante da ONU no Brasil —, meu caro Deputado Fábio Feldmann, Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de informar aos ilustres Parlamentares que, em face de o nosso ilustre conferencista não falar a nossa língua, evidentemente vamos ter uma metodologia diferente neste encontro tão importante para este Parlamento. Haverá, portanto, a tradução de tudo que for dito em português ao ilustre conferencista, como também a fase posterior das questões dos Senadores e Deputados deverá também sofrer a tradução posterior.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores e Deputados que o objetivo deste nosso encontro é exatamente discutir um dos temas mais importantes do mundo atual, que é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada UNCED-92, a Conferência do Rio, ou, como se diz popularmente, a Eco-92.

Quero lembrar também que esta reunião é um produto do trabalho de duas Comissões que atuam no Congresso Nacional: a Comissão do Senado Federal, específica para acompanhar toda a realização desta grande conferência, a qual tenho o privilégio de presidir no Senado Federal; na Câmara, a Comissão Permanente que trata do meio ambiente, tem como Presidente o ilustre Deputado Fábio Feldmann. Portanto, este encontro é produto do trabalho das duas Comissões. No Senado, a Comissão já ouviu praticamente todos os segmentos das autoridades brasileiras responsáveis pelo evento, e agora se encaminha para audiências regionalizadas. Na Câmara, a Comissão de Meio Ambiente tem realizado audiências importantíssimas, não só aqui como em outras partes do Brasil, a respeito dessa grande conferência.

Quero informar a V. Ex.^a que a idéia é criar uma comissão mista unindo a Comissão do Senado e a da Câmara para, a partir de agora, agilizar os trabalhos relativos ao acompanhamento dessa grande conferência, Rio-92. Também quero dizer que esta reunião é muito grata e importante para este Congresso, porque temos o privilégio de receber o Sr. Maurice Strong que em 1972 foi o Secretário-Geral das Nações Unidas para a grande Conferência de Estocolmo, momento em que as Nações Unidas iniciaram um trabalho importantíssimo para a humanidade em relação à problemática do meio ambiente.

Convido a nossa companheira Tânia Munhoz, presidente do Ibama, para compor a nossa Mesa.

Quero lembrar também, em relação ao ilustre conferencista, que a Conferência de Estocolmo criou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e o Sr. Maurice Strong foi o seu primeiro Diretor-Geral. Por seu conhecimento há mais de vinte anos, no âmbito mundial, sobre o tema

meio ambiente, ele foi novamente indicado para ser o Secretário-Geral das Nações Unidas em relação à Conferência Rio-92. Portanto, é um grande privilégio para o nosso mundo tê-lo novamente no comando de uma Conferência que será, por certo, a conferência mais importante do nosso Planeta nos últimos anos.

Por isso mesmo é um grande privilégio e uma grande satisfação tê-lo aqui entre nós, porque o Sr. Maurice Strong, de viva voz, sem precisar do Presidente da Comissão da Câmara, Deputado Fábio Feldmann, sem precisar de que os Senadores na Comissão do Senado tragam aos ilustres Parlamentares informa,ões importantes sobre esta grande conferência, ele próprio aquisceu em vir a este Congresso para dizer realmente o que é a Conferência do Rio, ou o que é a Eco-92, sua importância para o mundo, por que ela foi implantada no Brasil, quais os resultados, sobretudo das conferências preparatórias, as Prepcoms, realizadas no mundo, recentemente em Genebra. S. Sa. nos mostrará especialmente que essa conferência vai trazer dois produtos importantes — e que o Parlamentar tem de conhecer bem — que são a Carta da Terra, que sintetiza os princípios fundamentais para a humanidade como um todo, em relação ao meio ambiente, e à Agenda XXI, que será o aspecto operacional de toda esta Carta da Terra. Esse o objetivo, portanto, da nossa importante reunião do Congresso Nacional.

Antes de ouvir o nosso ilustre convidado, gostaria de passar a palavra ao nosso caro Deputado Fábio Feldmann, que preside na Câmara a Comissão do Meio Ambiente, para tecer algumas considerações importantes sobre o papel do Parlamentar neste grande encontro que será realizado no Rio, no próximo mês de junho, em 1992. Passo a palavra ao nosso caro Deputado.

O SR. FÁBIO FELDMANN — Senador Coutinho Jorge, gostaria de dar alguns informes, os quais já dei pessoalmente ao Sr. Strong. Recentemente estive na França, e ali tive uma entrevista com o Presidente da Assembléia francesa, Laurence Fabius. Acharmos fundamental que haja uma reunião de Parlamentares simultânea à reunião da UNCED, porque os Parlamentares não são sociedade civil, não são entidades não-governamentais e não são Governo, especialmente em regimes presidencialistas. Em regimes parlamentares é muito mais fácil de se compreender a relação entre Governo e Parlamento, o que não acontece em regimes presidencialistas em que necessariamente não nos acomodamos Governo. Muitas vezes temos posições muito divergentes do Governo.

O Presidente da Assembléia francesa acatou a idéia de que todas as delegações dos países tenham membros do Parlamento e que nós organizáramos no Brasil, simultaneamente, a conferência de Parlamentares que estariam acompanhando essa delegação. O Sr. Fabius levará essa idéia a todos os Presidentes dos Parlaamentos da Europa, e, numa segunda etapa, aos Presidentes dos Parlaamentos da Ásia e da África; fiquei incumbido de entrar em contato com os Parlaamentos da América Latina, do Canadá e dos Estados Unidos, para que essa idéia de organizar uma conferência simultânea de Parlamentares seja consenso em todos os Parlaamentos do mundo.

Eu já disse ao Sr. Maurice Strong, e gostaria de dizer aos Parlamentares brasileiros, que estamos fazendo um esforço muito grande no sentido de que haja essa reunião simultânea de Parlamentares. Acharmos muito importante a reunião que ocorrerá depois da conferência que é suportada pela Interparlamentar, mas achamos que se os Parlamentares não estiverem acompanhando o processo desde o seu início, inclusive as reuniões preparatórias, teremos muita dificuldade em todos os Parlaamentos do mundo de entender a importância da conferência de 92. Gostaria de lembrar que todas as convenções internacionais terão de ser ratificadas pelos Parlaamentos, pois o fato de os Parlamentares estarem engajados nesse processo permitirá que parte das decisões se transforme em políticas nacionais dos países.

Gostaria de dar esse informe ao Sr. Strong, publicamente, e dizer que estamos encaminhando a ele, hoje, uma carta relatando isso, e que Monsieur Fabius irá encaminhar formalmente a ele uma carta em nome da Assembléia francesa. Além disso eles farão uma reunião do Parlamento Europeu, em que essa idéia será discutida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a a oportunidade. Quero dizer ao Sr. Maurice Strong que para nós é uma honra tê-lo aqui, como disse o Senador Coutinho Jorge, explicando o que é a conferência de 92, para evitar que haja uma confusão sobre os reais propósitos dessa conferência. Que fique claro para a opinião pública brasileira que essa conferência não vai tratar do Brasil, é uma conferência no Brasil e não há risco nenhum de internacionalização da Amazônia. Acharmos que há uma campanha de desinformação em relação a esse assunto no Brasil, ninguém melhor do que ele pode esclarecer a opinião pública brasileira e o Parlamento sobre os reais propósitos da conferência de 1992. Gostaria de dizer que está entre nós também o Senador Nelson Carneiro, Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano. Estamos organizando uma reunião do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em março do próximo ano, com apolo

das Nações Unidas — que pretende formar uma agenda latino-americana para a conferência de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, a partir de agora iremos entrar na segunda parte da nossa reunião, após as preliminares, em que ouviremos o Sr. Maurice Strong. Peço a compreensão dos ilustres Parlamentares, pois a exposição de S. Sr. evidentemente, terá de ter a tradução consecutiva. Da mesma forma, haverá tradução na fase de questionamento.

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Sr. Maurice Strong, e, como disse há pouco, haverá tradução consecutiva do seu pronunciamento.

O SR. MAURICE STRONG — Obrigado, Senador Coutinho Jorge, Senador Nelson Carneiro, Deputado Fábio Feldmann, prezados Parlamentares, é um enorme prazer estar de volta a Brasília e visitar o Congresso Nacional para tratar com vocês desse evento.

Talvez na próxima vez em que eu vier aqui eu possa falar melhor ainda em português.

Gostaria de dizer como estou agradecido por essa oportunidade de estar presente frente à Comissão conjunta das duas Casas do seu Parlamento. Estimula-me saber que as duas Casas do Congresso, através dos seus membros, estão tão envolvidos e comprometidos com esse evento a se realizar no Brasil.

Essa reunião de cúpula mundial, assim chamada pela ONU porque nela estarão representados os diversos países por seus Chefes de Estado, é uma conferência sem precedentes de todos os líderes do Planeta. Eles se reunirão no Rio de Janeiro, no ano que vem, para tomar decisões que irão afetar o mundo de forma decisiva. Como V. Ex.^a sabem, a conferência será realizada no Brasil devido ao excelente trabalho do Itamaraty de convencimento de que isso deveria assim ser feito. Havia muita competição de outros países para sediar esse evento.

Esse convite foi feito no governo passado mas ficamos satisfeitos por que o governo Collor e o Congresso abraçaram esse convite de todo o coração. O acordo entre as Nações Unidas e o Governo para formalizar isso será exposto a V. Ex.^a brevemente.

Gostaria de ter o privilégio de conversar com V. Ex.^a, por isso serei breve. Mas algumas coisas importantes, a respeito dessa conferência, precisam ser esclarecidas. Em primeiro lugar, é uma conferência de todos os países do mundo, discutindo o futuro da comunidade mundial. Não é uma conferência sobre o Brasil. É claro que o Brasil é uma parte importante da comunidade mundial. Por ser um país tão importante é que as Nações Unidas decidiram aceitar o seu convite. Naturalmente, os interesses e a experiência do Brasil terão papel importante nessa conferência.

Tenho certeza de que todos os líderes mundiais, que virão ao Brasil no ano que vem terão uma boa impressão do Brasil, porque nos contatos que tive com os governadores e com outras pessoas do governo vi que há um grande interesse nessa conferência. Naturalmente, eles expressarão os seus próprios interesses com respeito ao seu próprio desenvolvimento, com respeito à Amazônia e outras regiões. Por exemplo, tive a oportunidade de visitar, semana passada, o Pantanal, que é um dos outros grandes ecossistemas deste País, e outros. Mas esses assuntos não estão na pauta. A Amazônia não está na pauta, muito embora esses ecossistemas, bem como o Pantanal, sejam interessantes e serão, de alguma forma, discutidos.

Tenho ouvido falar da preocupação sobre a questão da soberania dessas áreas, por isso permitam-me ser bem claro. Vocês não são os únicos a se preocuparem com a soberania. Todos os países do mundo que eu conheço tem a preocupação da soberania sobre os seus ecossistemas. Não vejo da parte de nenhum país, nem da parte das Nações Unidas, um direcionamento no sentido de se abdicar da soberania, mas sim de auxiliar o desenvolvimento, com a soberania, dessas áreas. A cooperação internacional é um exercício de soberania, e não a abdicção da soberania. Todos os países hoje em dia, ao entrarem voluntariamente nesse tipo de cooperação, agem dessa forma. Estão praticando um exercício de soberania e isso é muito necessário para o desenvolvimento dos países.

Deixem-me citar mais um princípio importante que nos norteia nesses assuntos: o cuidado da proteção e do desenvolvimento de todos os recursos, que deve ser feito essencialmente pelas pessoas que vivem na região onde esses recursos estão localizados. E, antes de mais nada, devem atender às prioridades econômicas e sociais dessas pessoas. Não funcionaria de outra forma. Aqueles que pensam de outra forma representam a minoria. Estamos interessados em que o Brasil receba mais recursos internacionais para revitalização de sua economia e que faça isso de forma não agressiva ao meio ambiente, porque aprendemos, da pior forma possível, que o desenvolvimento, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, que agride o meio ambiente é uma rua de mão única.

As grandes mudanças que nós sofremos, como as mudanças climáticas e a alteração da camada de ozônio foram causadas pelos países industrializados pelo mesmo processo que criou a sua grande riqueza e poder, que dá a eles uma responsabilidade e uma competência especial para dar o seu apoio total aos países em desenvolvimento, para revitalizar a sua economia, para eliminar a pobreza, que é uma ameaça não somente à base moral e ética da nossa civilização, mas, também, uma ameaça ao meio ambiente.

O que deve ficar claro como resultado dessa conferência é que as riquezas do mundo não podem ser obtidas sem o apoio dos países pobres, especialmente o dos mais pobres. São indispensáveis recursos financeiros adicionais aos países em desenvolvimento. E, muito embora os países em desenvolvimento se sintam pobres por motivo de muitas exigências sobre eles, eles devem se dar conta — e já estão se dando conta — de que a melhor forma de assegurar o seu desenvolvimento e o seu futuro é canalizar recursos para os países em desenvolvimento, principalmente para a erradicação da pobreza.

O Brasil tem um dos melhores serviços de relações exteriores do mundo. O papel, as opiniões e a experiência do Brasil nessa área são muito importantes, inclusive para os outros países em desenvolvimento. Estou muito satisfeito em constatar que os Srs. Congressistas estão cada vez mais interessados nesse assunto.

Sou da opinião de que os Parlamentares, tanto do Brasil como do mundo, têm papel muito importante nesse sentido, porque são a interface entre o Governo e a população. Sem o seu interesse e apoio os Governos não podem apresentar um apoio decisivo quando se encontrarem no Rio de Janeiro. E desejo dizer que V. Ex.^a tem um embaixador muito eficiente, que é o Deputado Fábio Feldmann, que viaja pelo mundo certificando-se que os interesses particulares do Congresso serão levados em conta na preparação do evento.

Fico muito satisfeito que a Conferência da União Interparlamentar seja realizada após essa conferência, porque, com isso, a conferência não se resumirá simplesmente em conclusões e declarações. Esses Parlamentares levarão as posições assumidas por seus governos na conferência, que não é um fim, mas o início daquilo que se pretende seja um mundo melhor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, passaremos agora à terceira etapa, que é a de questionamento. Gostaria de ponderar aos ilustres Parlamentares que, em face da dificuldade de comunicação, temos que ser bastante objetivos e facilitar a tradução da pergunta para que o Sr. Maurice Strong consiga respondê-la. Pediria, portanto, aos ilustres Senadores e Deputados, sabendo que S. Ex.^a gostam de fazer um preâmbulo, uma oratória preliminar, pediria que seja suspensa essa fase preliminar e entremos nas questões para facilitar a tradução. O objetivo maior é o de que o Sr. Maurice Strong esclareça as dúvidas mais importantes dos Parlamentares. Essa é uma oportunidade ímpar. Além disso, a nossa idéia é que as questões sejam objetivas e não excedam prazo de dois minutos, para poder permitir a tradução.

O Sr. Maurice Strong ficará aqui na Câmara. Aqueles que quiserem conversar um pouco mais sobre detalhes com S. Sr. poderão fazê-lo durante o almoço. Portanto, V. Ex.^a terão outra oportunidade. Peço aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que sejam concisos e objetivos nas questões, para facilitar a tradução e a resposta do Sr. Strong. Portanto, vamos fugir da norma parlamentar desta Casa, que é aquela que o Parlamentar, ao fazer uma pergunta, também faz um discurso. Eu mesmo já fiz isso.

O SR. FÁBIO FELDMANN — Sr. Presidente, Senador Coutinho Jorge, queria anunciar a presença do Embaixador Clark, do Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Realmente, é uma grande satisfação para nós termos a presença de S. Ex.^a, que é conterrâneo do Sr. Strong.

Temos vários Senadores e Deputados inscritos. Passo logo a palavra ao Senador Aluízio Bezerra para fazer o seu questionamento, insistindo em que deve ser breve, para facilitar a tradução. (Pausa.) Solicito ao Parlamentar que se aproxime da mesa, porque não temos microfone no plenário.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Sr. Presidente, lamentavelmente não vou deixar de fazer duas considerações dentro de dois minutos permitidos, conforme V. Ex.^a já considerou anteriormente.

Dirigindo-me ao Sr. Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, digo que temos sem dúvida, conforme declarações já feitas, uma segurança na Conferência, visto que foi através da participação multilateral das diferentes nações que se assegurou, no pós-guerra, a luta contra o colonialismo na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, quando houve a participação multilateral, onde todas as nações poderão participar, definir e defender os seus interesses. Acredito que a Conferência sobre Meio Ambiente será um caminho para defender uma proposta de desenvolvimento e conservação do meio ambiente em termos do interesse não só dos países desenvolvidos mas também dos subdesenvolvidos. Essa é a questão principal que foi, de certa maneira, citada por V. Ex.^a Quando

se fala da preocupação dos Parlamentares brasileiros com relação à Amazônia e com outras áreas de ocupação e de domínio, é também a preocupação que existe, presente, controlada pelas grandes potências internacionais com relação a áreas de grandes recursos naturais, como a Amazônia e outras.

Essas preocupações repousam sobre as iniciativas e tendências e têm relação também, com o problema da dívida externa. Os países ricos impõem uma dívida externa aos países subdesenvolvidos. E, a partir das relações bilaterais, pelas condicionantes dos acordos bilaterais, impõem condições de verdadeira retirada da soberania desses países em muitas questões, o que pode acontecer com muitos assuntos e, inclusive, com a Amazônia. Isso é que nos preocupa.

A dívida externa é uma questão importante nessa discussão e preocupa os países em desenvolvimento.

Acreditamos que a Conferência sobre Meio Ambiente não permitirá que muitas das pretensões dos países ricos sobre os países em desenvolvimento possam acontecer, que isso seja uma segurança para a discussão das questões sobre o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente, porque aí está implícita a maior questão do meio ambiente, que é a poluição da miséria resultante das relações desiguais e injustas entre os países ricos e pobres, incluindo o problema da dívida externa.

E as questões da defesa do meio ambiente implicam também a retomada dessas relações, ou seja, de uma nova ordem econômica internacional que estabeleça novos níveis e parâmetros de igualdade entre as relações dos países ricos e pobres e que impeça o brutal relacionamento de exploração e dominação que permite, de certa maneira, que aconteça grande parte das preocupações de meio ambiente, essas relações de uma nova ordem econômica internacional que possibilitem as relações entre países ricos e países pobres no âmbito parlamentar.

Os países ricos são os maiores poluidores do mundo. Os países pobres querem condições apropriadas de recursos para um desenvolvimento ecossustentável e auto-sustentável. Isso só pode acontecer se mudarem as relações econômicas internacionais para uma nova ordem em que recursos sejam possíveis para o desenvolvimento justo dos países em desenvolvimento. Queria obter a opinião, de certa maneira já exposta, do ilustre Sr. Maurice Strong sobre isso. Essa é a preocupação dos países em via de desenvolvimento.

Trago aqui uma posição dos países da bacia Amazônica e do Parlamento Amazônico, do qual sou o Vice-Presidente: na próxima reunião, de 4 a 8 de novembro vindouro, firmaremos na Assembleia Geral de Caracas, uma posição definida sobre a questão da Conferência Rio-92. Nós sabemos, a Conferência do Rio em 1992 não será sobre a Amazônia, sobre o Pantanal. É uma preocupação em relação ao meio ambiente em nível planetário. Por isso, a conclusão que fazemos é a de que uma nova ordem econômica internacional reestabelecendo novos parâmetros entre países ricos e países pobres é que pode ser também uma alavanca de mudanças das questões ambientais. Esta é a questão que também faço ao nosso conferencista.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Deputados, Srs. Senadores, observamos agora que é muito difícil atendermos a lista bastante significativa. Vou sugerir então a V. Ex^a, uma coisa operacional, que cada um faça uma pergunta concreta, tire as dúvidas, em bloco, a respeito do assunto, e o Dr. Strong dará uma resposta, posteriormente, para todos. Seria impossível cumprir realmente a agenda do Sr. Strong com essa quantidade de companheiros inscritos.

Nós verificamos que é muito difícil, por mais boa vontade que se tenha, impedir que um Senador ou um Deputado queira falar, como nosso companheiro Senador Aluizio Bezerra. Entendo a ânsia, mas temos que ser objetivos numa reunião específica como esta.

Sugiro, portanto, que cada um faça a questão, não sei se o Sr. Strong aceita. (Pausa.) Seria tudo registrado e, posteriormente, o Sr. Strong daria uma resposta global, referindo-se a cada Parlamentar que aqui apresentou seu questionamento. E insisto com os companheiros em que sejamos objetivos, porque é muito mais importante para o sucesso desta reunião.

Concedo a palavra à nobre Deputada Beth Azize.

A SRA. BETH AZIZE — Sr. Maurice Strong, Secretário-Geral da UNCED, sou Deputada Federal pelo Estado do Amazonas e queria perguntar a V. S^a o seguinte: V. S^a deve ter conhecimento de que grupos isolados, vozes isoladas, têm-se levantado no Brasil, que será o hospedeiro da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a imprensa tem dado destaque a essas manifestações. Esses grupos têm denunciado que o propósito dos países ricos interessados nessa conferência é concretizar a internacionalização da Amazônia. Outras vozes se levantam, com menor espaço, para contra-atacar essa afirmativa dizendo que essa campanha, que visa a desestabilizar o êxito dessa conferência mundial, essa campanha está sendo articulada por grupos de mineras estrangeiras interessadas em explorar reservas minerais em comunidades indígenas, sobretudo da Amazônia.

Essas denúncias, Sr. Secretário-Geral, vêm tirando um pouco a esperança e até o estímulo da sociedade brasileira de acreditar que essa conferência mundial aqui no Brasil, no próximo ano, possa realmente contribuir para que o nosso País receba recursos, investimentos para que sejam canalizados na preservação e na defesa do meio ambiente.

Minha questão, Sr. Secretário-Geral, é a seguinte: Não seria interessante que V. S^a, como coordenador dessa conferência, ficasse mais atento a essas denúncias e respondesse a elas com autoridade, com veemência, para que não pare nenhuma dúvida não só de caráter internacional, mas do propósito e do objetivo sério dessa conferência mundial.

Gostaria de saber o que V. S^a tem a dizer a respeito disso.

Tenho uma outra indagação bem curtiinha para fazer: trata-se das questões da dívida externa e do meio ambiente, e estou me referindo à questão da dívida externa brasileira. Até hoje temos visto que este problema está apenas em discussão — e discussão que não acaba nunca — e minha indagação é a seguinte: os países mais ricos que virão participar dessa conferência mundial já têm um projeto definido de como negociar a dívida externa brasileira ou a aplicação de recursos externos para que possamos preservar a qualidade de vida do planeta, injetando recursos na defesa do meio ambiente, em razão dos poucos recursos que o Brasil, como país pobre, dispõe para investir nesse setor?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Convido agora o Deputado Nan Souza para falar, lembrando que a brevidade é fundamental, e peço que fale devagar porque suas palavras estão sendo traduzidas simultaneamente para o Sr. Strong.

O SR. NAN SOUZA — Quero refletir minha preocupação no tocante à falta de um papel claro do Parlamento Mundial em relação à conferência. A exemplo do Brasil, estamos num papel muito acessório e acreditamos que o sucesso da conferência ou pós-conferência está exatamente relacionado com a atuação dos Parlamentos. Porque é aqui que iremos esboçar todo um arsenal legislativo para que possamos materializar as ações e as resoluções que acontecerem na conferência. E temos já experiência da indisciplina e da falta de macro-políticas do Governo e do Executivo no tocante a essa questão e a outras políticas que não são definidas.

Se se quer um desenvolvimento integrado precisamos ter, mais do que nunca, a definição do papel do Parlamento para que aqui se possa representar o laboratório desse mudança que queremos que aconteça, porque assim está sendo preconizado.

De modo que a minha preocupação é exatamente a falta de definição do papel do Parlamento mundial, especialmente o brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Agradeço a objetividade a V. Ex^a Com a palavra o Deputado Valdir Ganzer.

O SR. VALDIR GANZER — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado pelo Estado do Pará. A minha exposição será breve.

O documento até agora elaborado no Brasil é produzido pelo Executivo, e, com certeza, por poucas pessoas do Executivo. Os Executivos dos Estados têm uma participação quase nula na elaboração da articulação do Executivo Federal com os Estados. O Parlamento está tentando, e, de fato, tem uma atuação mais eficiente; e a sociedade civil tem se esforçado muito e tem conseguido participar paralelamente desse processo.

Pergunto: nos outros países, inclusive nos países em que V. Ex^a é Secretário em termos mundiais, como é que participa a sociedade civil do seu país e dos demais países que possam nos esclarecer? A sociedade civil de fato está tendo um papel importante na elaboração das propostas dos seus países para a Eco-92? Porque no Brasil estamos tendo muitas dificuldades.

Sou do Pará e, portanto, faço parte da Amazônia. Estamos vivendo um momento difícil, em que as políticas até hoje implantadas deram muita força ao setor pecuarista e o próprio Secretário Nacional de Meio Ambiente, que esteve na Comissão, relatou que em média cada hectare na Amazônia tem que estar produzindo por ano 60 quilos de carne bovina, que em média dá menos de duas, três caskanheiras por ano. Esse setor tem recebido todos os incentivos durante esses vinte e cinco anos do Governo para produzir, inclusive incentivos que fazem parte da dívida externa hoje. Gostaria de saber como é que o mundo está vendo também esta questão.

Poderíamos discutir outros temas, mas fico por aqui. Passo às mãos de V. S^a um relatório breve que consegui fazer sobre a violência no campo. São centenas de assassinatos de lideranças sindicais, populares, políticas no Pará. Nos últimos dois anos foram mortos dois Deputados, várias pessoas ameaçadas. Como é que o mundo está vendo a pobreza e o acúmulo da terra nas mãos

de cada vez menos pessoas, jogando para a marginalidade centenas de milhares de trabalhadores? Passo às mãos de V. S^a relatório sobre a violência no Pará e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado João Teixeira.

O SR. JOÃO TEIXEIRA — Sr. Secretário Maurice Strong, sou do Estado do Mato Grosso, Estado em que existem três ecossistemas: Pantanal, ao sul; ao norte, floresta amazônica; ao centro, chapada dos Guimarães e chapada dos Parecis. Nessas chapadas estão as maiores reservas indígenas: Bororo, Miruri, Cinta-Larga, Tiariti, Kayabi e mais outras tribos que lá existem.

Quando V. S^a iniciou a sua explanação ficamos um pouco nervosos porque dizia que a Eco-92 não trataria simplesmente de Pantanal ou Amazônia. Mas após concluir, ficamos mais felizes ao saber que há uma grande preocupação mundial com o sistema universal ambiental. Como o Brasil é um país novo, descoberto em 1500, não teve a oportunidade do desenvolvimento mais acelerado, como os países europeus. Eles cresceram, desenvolveram-se, industrializaram-se. Quando coube a oportunidade ao Brasil de partir para uma nova geração de homens inteligentes, para a industrialização, veio-nos a incumbência — e foi praticamente imposto ao Brasil não industrializar — de não desmatar, não podendo, assim, adentrar a selva amazônica para fazer tanto cultivo quanto a criação de bonifícios. Queremos saber — e temos a certeza de que através da Eco-92, através da ONU, como disse V. S^a os países que tiveram oportunidade de se desenvolver terão o compromisso maior com os países subdesenvolvidos e que são detentores de grandes potenciais de ecossistema como o nosso Brasil — queremos saber se haverá realmente uma resposta de auxílio àqueles que já adentraram a Amazônia, aqueles que moram à beira do Pantanal, aqueles que moram às margens das reservas indígenas para continuar sobrevivendo. E o Brasil terá realmente o suporte desses países desenvolvidos, obrigados através da ONU?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Domingos Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL — Sr. Secretário Maurice Strong, sou representante do Pará. No Brasil, quando se fala em ecologia se pode deixar de falar concomitantemente na Amazônia. Claro, a Amazônia representa 60% do território nacional, com os seus problemas, que todos conhecemos; e o Estado do Pará, nesse contexto, representa cerca de 1 milhão e 250 mil hectares.

V. S^a comentou que os grandes países sabem que as riquezas do mundo não podem ser obtidas sem o apoio aos países pobres. Os países ricos, no ano passado, solicitaram do Governo brasileiro um projeto para ajudar nos problemas que enfrentamos especificamente na área da ecologia, como pesquisa nas áreas científica e tecnológica, na recuperação das áreas degradadas etc. O Governo brasileiro preparou projeto de cerca de 1,6 bilhão de dólares para o chamado Projeto Piloto para Florestas Tropicais da Amazônia, num cronograma de cinco anos. Os países ricos, reunidos há dois ou três meses — se não me falha a memória — passaram a estudar a possibilidade de conceder apenas 50 milhões de dólares dos 1,6 bilhão de dólares.

O Governo do Estado do Pará especificamente apresentou ao Governo brasileiro e ao Itamaraty um projeto original, que custaria para as grandes nações cerca de 130 milhões de dólares e reservaria na Amazônia cerca 1 milhão de hectares justamente para essas atividades de pesquisa em todas as áreas da atividade humana. Como V. S^a garantiu na conferência que acabei de ouvir que há condições de os países ricos auxiliarem os países em desenvolvimento, eu pergunto se há possibilidade de concessão, do atendimento, da encampação do Projeto Piloto para as Florestas Tropicais da Amazônia, já discutido, e do projeto original do Governo do Estado do Pará, de 130 milhões de dólares, colocando-o à disposição das grandes nações para pesquisa em todos os setores que são muito debatidos e comentados hoje.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Sidney de Miguel.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado do Rio de Janeiro, pelo Partido Verde, partido que há duas semanas apenas conseguiu vencer uma longa luta para sua legalização, dados os problemas tipicamente cartorial do meu País e também do forte preconceito que se instalou na identificação entre as questões do verde, da ecologia, e os problemas de soberania que se refletem na questão nacional.

Gostaríamos de trazer a V. S^a algumas questões. Seriam muitas, se fosse possível, mas somos testemunhas da enorme suspeição que existe no Brasil, assim como em outros países do Terceiro Mundo, com respeito à diplomacia dos países do Norte. A verdade é que a América Latina conheceu nos últimos dez anos seguidas agressões físicas, militaristas, vários países foram invadidos

e outros ameaçados por problemas da narcotráfico, que são resultantes do problema de dívida externa e de problemas sociais.

Vemos também na Europa o recrudescimento de políticas racistas, legislações votadas em assembleias, como a assembleia francesa. Seguidamente, as coisas recrudescem e não sentimos ânimo de compromisso ou de atenção. Quando vimos a negociação das pautas da conferência, com respeito à questão do efeito estufa, vimos que a fumaça da Amazônia serviu muito, inicialmente, para tapar os olhos, fazer uma cortina de fumaça e não para ser uma discussão séria sobre a origem do principal problema da emissão de gases, quem é que consome a maior concentração de energia fóssil e todas as questões.

Estamos empenhados, no Brasil, a expressar uma parte importante da sociedade brasileira, que encara com seriedade o patrimônio Florestal, genético e mineral do País, e ter uma política conservacionista para as gerações futuras, pois queremos ser verdes brasileiros. Temos problemas sérios também internamente, porque mesmo quando temos Comissões na nossa própria Casa elas não conseguem se pautar pelos problemas da internacionalização já existente na Amazônia.

Sabemos que o primeiro grande projeto para a Amazônia era o simples alagamento para servir ao transporte nos anos 60. Então, tudo que foi feito posteriormente na Amazônia foi feito como projetos nacionalistas, e com projetos de defesa com respeito a esse tipo de interesse. Já foram as estradas, as hidrelétricas, tudo com grande suporte internacional do Banco Mundial, dos grandes interesses, e o modelo econômico hoje na Amazônia é extremamente extrovertido, ele não beneficia a população amazônica.

Essas questões estão mal colocadas, mas acreditamos que lentamente isso vai sendo superado, porque há uma participação crescente e democrática da sociedade brasileira. Mas temos a preocupação de não deixarmos a nossa grande conferência do Rio de Janeiro, Eco-92, transformar-se num mundo de espelhos e de hipocrisia. Esta é a nossa preocupação principal.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado pelo Amazonas e minha preocupação, entre outras, é saber como estão reagindo os países que possuem florestas úmidas equatoriais e florestas tropicais, com a inclusão da discussão do item dos recursos terrestres constante na pauta do Rio-92.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar um assunto para a meditação de V. S^a. Tenho visitado, sistematicamente, o interior do Estado do Amazonas, e a grande preocupação daquelas populações é com relação ao que irá acontecer com essa conferência e com aquelas populações, já que elas estão muito atreladas às decisões do Governo brasileiro, decisões essas que, muitas vezes, são entendidas erroneamente na aplicação das leis.

A minha preocupação é também porque aquelas comunidades do interior amazônico representam exatamente aquilo que encaramos como a miséria e a poluição ambiental humana, que é a pobreza absoluta a que estão relegadas aquelas populações, não muito diferente da população ambiental e humana das grandes cidades e países pobres, como é o caso do nosso País e de países da América Latina, da África.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO — Sr. Strong, desejo falar o lero do Amazonas, formulando as seguintes perguntas: qual o conceito de V. S^a de soberania limitada de *devoir de gérance*, tendo em vista a territorialidade de jurisdição? Na opinião de V. S^a, deverá haver um órgão da ONU, supranacional, capaz de intervir nos países que no futuro não cumprirem resoluções da Eco-92? Como os países do Terceiro Mundo podem colaborar para a eliminação da pobreza no Terceiro Mundo?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concederei a palavra à última inscrita, Deputada Marilu Guimarães.

A SRA. MARILU GUIMARÃES — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputada pelo Mato Grosso do Sul, da região do Pantanal, que V. S^a visitou.

Gostaria de falar sobre dois assuntos, rapidamente. Uma é em relação aos grupos não-governamentais que têm feito reuniões sistemáticas, visando à conferência. Qual seria a forma mais efetiva, em termos de decisões, desses grupos não-governamentais participarem para dar uma contribuição melhor?

A segunda questão seria em relação aos temas que serão abordados nessa conferência. Eles são escolhidos pelos países participantes ou pela ONU?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, vamos ouvir agora o Sr. Maurice Strong, que irá responder todas as questões dos Deputados e Senadores, com a tradução consecutiva. (Pausa.)

Aquiescendo o pleito do Senador Márcio Lacerda, que se inscreveu mas não constou na Mesa, passarei a palavra ao último inscrito, Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA — O Pantanal é sempre o último, não é? Sr. Maurice Strong, não farei um questionamento mas uma provocação. Gostaria de saber se a preocupação da Organização das Nações Unidas que, em resumo, tira as suas conclusões pela posição dos países ricos, não foi demonstrada cabalmente; se a preocupação com a erradicação da pobreza e com o próprio meio ambiente não foi demonstrada recentemente, por exemplo, na questão do Iraque.

Por decisão dos países ricos, destruiu-se uma civilização de cinco mil anos que vivia em paz, por conta de uma reserva energética que o Primeiro Mundo precisa. A Amazônia, particularmente, o Brasil e a América do Sul são hoje detentores das grandes reservas de recursos naturais do mundo. É evidente que, se existe região no mundo que pode desenvolver um grande projeto de desenvolvimento sustentado, são exatamente os países da América do Sul, até porque são os que ainda têm o seu meio ambiente preservado quase integralmente.

Entendo que se a preocupação central fosse com a erradicação da pobreza e com um projeto de desenvolvimento sustentado, o Primeiro Mundo, que já destruiu as suas reservas e que acumulou erros historicamente — e por isso acumulou recursos também — poderia, com a experiência dos seus erros acumulados e com o aporte tecnológico que detém hoje, ao invés de nos manter nessa semi-escravidão a caminho do Quarto Mundo, promover, em conjunto conosco, um grande projeto de emancipação dessa sociedade e poderíamos montar um grande projeto de desenvolvimento auto-sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passarei a palavra ao Sr. Maurice Strong para responder todos os questionamentos dos Srs. Senadores e Deputados.

O SR. MAURICE STRONG — Muito obrigado, realmente V. Exª têm me educado com as suas perguntas e vim justamente à procura disso. Não sei se poderei responder a todas elas da maneira mais adequada mas farei o melhor possível. Tomei nota de todas, mas poderei ter perdido alguma coisa. Creio que entendo o direcionamento e os aspectos fundamentais das perguntas.

Um tema recorrente, que aparece muitas vezes, é o da relação entre os ricos e pobres em condições impostas pelos países industrializados do Norte no desenvolvimento do Sul.

A questão da relação entre os ricos e pobres é certamente um tema central da conferência. Temos que obter um câmbio fundamental nesses temas mas é evidente que não poderemos resolvê-los todos numa conferência. Vocês mesmos têm feito progressos importantíssimos no Brasil em termos de desenvolvimento e progresso, mas ainda está pendente a questão do rico e do pobre porque não é fácil resolver. O mesmo acontece no mundo internacional.

Eu nasci numa família muito pobre, provavelmente mais pobre do que as de muitos dos que aqui estão. Para comer, tínhamos que sair à procura dos produtos da floresta num clima muito frio. Para mim pobreza não é uma noção abstrata. Está metida na minha alma. Eu vi a minha mãe morrer de pobreza. Tenho o mesmo sentimento e a mesma forma de pensar sobre injustiça que existe a esse respeito e que V. Exª tão bem demonstraram aqui hoje. Mas não é suficiente condená-la. Temos que trabalhar para alterar essa situação. Mesmo nas sociedades mais ricas, incluindo os Estados Unidos e o Canadá, ainda não temos resolvido esse problema, e logicamente não o temos resolvido internacionalmente.

Creio infelizmente que o assunto do meio ambiente dá uma nova oportunidade nesse sentido, uma nova força nessa direção para deixar claro aos países desenvolvidos que é bem possível não haver um futuro para eles também neste Planeta até que resolvamos trabalhar e resolver esse assunto. Estamos produzindo evidências contundentes nesse sentido, demonstrando que, se não conseguirmos avançar e resolver esses problemas, não há futuro para ninguém neste Planeta.

O meio ambiente é uma nova alavanca nesse contexto e pretendemos utilizá-lo no Rio de Janeiro. Sob condições, verdade. Muitas vezes, há condições impostas unilateralmente, e isso não é correto. As condições que realmente valem e que contam são aquelas resultado de um acordo, de uma nova associação que deve compreender mais recursos para os países em desenvolvimento.

A respeito das denúncias sobre os propósitos da conferência, devo dizer que em processos democráticos todas as vozes tem o seu lugar, inclusive as vozes extremas e aquelas que estão mal informadas. No outro extremo V. Exª também tem essas vozes, e há quem diga que é preciso haver uma jurisdição mundial e uma intervenção. Eles também estão muito mal informados.

Não há nenhum movimento na nossa conferência, reitero isso. As cento e sessenta e seis nações que compõem as Nações Unidas têm o mesmo interesse com respeito à sua soberania, esse mesmo interesse tão bem manifestado pelo

Brasil. Essa conferência também não será parte de nada que sequer chegue perto de conversar e pensar em internacionalizar a Amazônia ou alguma coisa. Interesse internacional, sim, é lógico, em um lugar fantástico e de proporções inéditas. Mas de maneira nenhuma existe outro interesse em controlar — esse termo deve desaparecer do vocabulário.

O que deve haver é apoio para os programas definidos pelos próprios interessados e por aqueles que estão envolvidos no processo. Senão, esses programas devem ser rejeitados pelos próprios interessados. É definitivo termo fundamental de apoio com relação àquilo que é desenvolvido na região pela gente da região.

Não sou perito na Amazônia, mas tenho claro, como foi tão bem dito aqui, que se pode fazer muito para melhorar a exploração e os trabalhos que são desenvolvidos na Amazônia, que envolvem uma tecnologia adequada. A biotecnologia, por exemplo, pode ser uma fonte importantíssima de resultado de autêntico retorno em benefício de todos. E justamente esses recursos devem ser valorizados e devem receber o valor que realmente têm e devem ser considerados em função desse valor que têm.

É importante reiterar o valor dos ecossistemas para o mundo como um todo. E se o mundo quer que o Brasil preserve esses recursos e trabalhe com esses recursos de uma determinada maneira, deve reconhecer o valor que esses recursos têm. E voltamos ao apoio como conceito fundamental: prover o apoio financeiro para que esses recursos sejam explorados em benefício de todos e de uma maneira mais conveniente possível.

Quanto à questão da dívida externa, digo que essa conferência não visa à renegociação da dívida, mas vamos apresentar um caso formidável e forte para a necessidade de redução da dívida. O fluxo de recursos de países altamente endividados, como é o caso do Brasil, deve ser reduzido significativamente pela óbvia razão de que enquanto esse fluxo se mantiver não será viável que o Brasil se desenvolva como corresponde. A conversão de dívida por natureza é interessante e relativamente marginal. O que realmente faz falta é um grande esquema de redução da dívida.

Devemos reconhecer também que os recursos externos, por mais importantes que sejam, trabalham nos extremos e têm uma certa marginalidade. É importantíssimo trabalhar com os recursos internos e reorientar o seu uso. Evidentemente, com o apoio dos recursos externos há a possibilidade de atingir os câmbios necessários.

No tocante à integração dos Congressistas ao processo da conferência, estamos fazendo tudo o que podemos. Mas aí entra novamente o assunto da soberania. As Nações Unidas são nada mais do que um Parlamento de nações onde cada nação está representada pelo seu próprio governo. O que as Nações Unidas podem fazer nesse sentido da representatividade tem limites. V. Exª, devem continuar empurrando. É importante que o processo vá de baixo para cima, que ocorra internamente, porque aí, sim, será refletida a autêntica vontade.

Sobre o relatório nacional brasileiro, reservo-me ainda a fazer julgamento, porque ainda não o recebemos. Entendemos que houve um processo muito interessante e que houve bastante participação. Nós, como Nações Unidas, recomendamos, desde o primeiro dia, a mais ampla participação. Mas, no momento em que examinamos com maior detalhe o trabalho, evidentemente poderemos chegar a uma opinião mais acabada sobre o assunto.

Entendemos que houve no mundo vários sistemas adotados para assegurar a participação: audiências públicas e participação maciça de organismos não-governamentais, mas, de novo, o assunto da soberania entra. A soberania trabalha nas duas direções no caso das Nações Unidas. Não podemos interferir nos processos internos, não estamos em condições e nem devemos interferir nesse processo. Depende muito da mobilização de cada sociedade e de cada aspecto e conjunto de cada uma dessas sociedades.

Não vou me alongar em considerações sobre alguns dos aspectos que foram levantados pelo Deputado representante de Mato Grosso. Tive grande prazer de estar, nesse fim de semana, com o Governador do Estado e de estar no Pantanal. Há algum tempo tive o prazer de conversar com o Governador do Pará e seus secretários, e sobre o G-7 diria que V. Exª têm razão de estarem desapontados até agora. Mas esse não é o fim da história, acreditem.

Sobre o assunto dos pecados do Norte, venho do Norte. Nós também fomos colônia, no Canadá, e reconheço esses pecados. Mas entendo também que não há monopólio de pecados ou de virtudes. A batalha é universal. Evidentemente a dimensão Norte-Sul é um dos tantos aspectos dessa batalha. Mas é uma batalha que está sendo travada em todas as sociedades e que tem muito a ver com a alteração e com afirmações no âmbito da moral e da ética. É um processo longo e difícil, mas estou realmente convencido de que é uma batalha que podemos ganhar.

Na questão de soberania, acredito que o que é fundamental é que a função do governo esteja mais perto do possível dos níveis básicos da sociedade, mas aplicando esse princípio também temos que reconhecer que há cada vez mais

assuntos que um estado só, um governo só é muito difícil de manejar. O que acontece na economia de V. Ex.^a depende muito do que acontece em outras economias. Nesse mundo interdependente as nações precisam colaborar como entidades soberanas, exercendo a soberania de forma cooperativa em área onde não é possível exercê-la na forma exclusiva.

No assunto da participação dos organismos não-governamentais, gostaria de informar-lhes que o Comitê Preparatório já autorizou a participação de quatrocentas organizações desse tipo na conferência. E um processo similar está ocorrendo praticamente em todos os países do mundo. Evidentemente, não é idêntico em todos os casos. O próprio Governo brasileiro tem encorajado os organismos não-governamentais neste País a atuarem como hospedeiros de um grande número de encontros e discussões, que terão lugar ao mesmo tempo em que se desenvolve a conferência no Rio de Janeiro. Nós, logicamente, damos boas-vindas e encorajamos esse tipo de atividade.

Quem escolheu a pauta da conferência foram os países representados nas Nações Unidas. Em outras palavras, a pauta foi construída por todas as nações do mundo. O grande número de assuntos da agenda foi proposto pelo Grupo dos 77, que encampa a grande maioria dos países em desenvolvimento. Foram eles realmente que estabeleceram a agenda. Ele as elaboraram a proposta da agenda, que sofreu, é lógico, algumas modificações e negociações com outros países.

Finalmente, com respeito ao Senador que colocou a muito provocativa observação de que as Nações Unidas não se preocuparam com o tema da pobreza no Iraque, permita-me dizer que, numa democracia, respeitamos as opiniões dos outros, mas devo assinalar que o Iraque não é um país muito pobre e que desfiou a lei internacional tentando encampar um país vizinho. É evidente que todos nós não estamos contentes com tudo o que aconteceu. Houve aspectos em que cada um nós tem as suas dúvidas. Mas o que estava sendo colocado em jogo era o sistema de soberania das nações. Imaginem se as Nações Unidas não tivessem entrado no assunto e não tivesse ocorrido o que ocorreu: qual seria o futuro da soberania das nações? Dizendo isso não quero dizer que estou contente, repito, com tudo que aconteceu quanto a esse assunto. Mas houve o apoio da grande maioria da comunidade internacional. Como o Senador assinalou muito bem, evidentemente estavam em jogo princípios básicos nos assuntos relacionados com a soberania.

Finalmente, quero dizer que estamos numa parte do mundo que é única, e a vida independente desses países existe há algum tempo, os laços coloniais já ficaram para trás há muito tempo. As fronteiras estão bem estabelecidas e respeitadas. Existem mecanismos estabelecidos para a cooperação em bases regionais. E vocês têm todos os elementos para resistir a qualquer situação anormal que se possa apresentar. Posso lhes assegurar que será o primeiro alano dessa parte do mundo se se produzir qualquer situação dessa natureza. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, considerando a agenda do nosso convidado Maurice Strong, vamos encerrar a nossa reunião, agradecendo a presença dos Srs. Deputados e Senadores e aos ilustres membros da Mesa, ao Ministro Macedo Soares, ao Sr. Tânia Munhoz e ao Dr. Eduardo Gutierrez. Em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, através do nosso caro Deputado Fábio Feldmann, agradecemos, sensibilizados, ao Sr. Maurice Strong, o comparecimento, que muito honrou este Parlamento. S. Sr. trouxe informações fundamentais para as duas Casas do Congresso Nacional.

2.ª — Palestrante-Convitado: Dr. Márcio Fortes
Cargo: Coordenador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
Data: 17-10-91
Tema: O Desenvolvimento Sustentável na visão empresarial

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Senadores, Dr. Márcio Fortes nós vamos, hoje, dar prosseguimento às nossas audiências na Comissão Especial criada para acompanhar toda a programação relativa ao grande encontro, chamado ECO-92, a ser realizado no próximo ano, no Rio de Janeiro.

Por isso mesmo, este encontro de hoje visa concluir a primeira etapa da programação desta Comissão, que é exatamente a audiência dos vários setores relacionados ao Governo, à imprensa e à área especial. Nas reuniões anteriores nós tivemos a oportunidade de ouvir todos os segmentos do setor público, da própria imprensa brasileira, e na última reunião tivemos o privilégio, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, de realizar um encontro importante com a presença do secretário-geral dessa grande conferência, da conferência do Rio, o Sr. Maurice Strong, aqui, no Congresso Nacional. Hoje,

nós temos o privilégio de receber o Dr. Márcio Fortes, que é coordenador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. A sua participação é importante porque ele traz uma visão muito clara do empresário brasileiro frente a essa conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento.

Portanto, faltava-nos a visão do empresário e, por certo, o Dr. Márcio Fortes, com a sua experiência, nos trará os informes necessários para que esta Comissão possa, progressivamente, recolhendo esses subsídios, tomar uma decisão importante a respeito de tudo aquilo que está sendo feito em termos da Conferência do Rio-92.

Passo a palavra, agora, ao nosso conferencista, para que ele possa, de forma sucinta, trazer a sua visão, uma visão realmente como coordenador desse Conselho Empresarial do tema tão importante e relevante, que é o problema do desenvolvimento sustentável.

Apesar de a semana ser um pouco atípica aqui no Congresso, em face do feriado, mas nós temos vários senadores presentes, que participam deste encontro tão importante para a nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhoras e senhores, adiada pela segunda vez, esta minha participação me deixa com a responsabilidade de terminar, pelo que eu entendi, a fase de audiências dos trabalhos da Comissão. Isso me deixa muito à vontade pelo grau de excelência e de elevação de assuntos que, provavelmente, já fizeram parte dos trabalhos desta Comissão até hoje.

Supondo que a matéria relativa à participação empresarial na conferência do Rio no ano que vem já seja uma matéria mais ou menos conhecida, vou começar não pela origem da história, que é a participação mundial na conferência do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, que posteriormente gerou os seus relatórios de avaliação após 10 anos e após 15 anos, que, posteriormente, gerou o relatório Brundtland de 1987, publicado sob o título "Nosso Futuro Comum". Estou passando por cima desses fatos por supor que já são fatos conhecidos dos Srs. Senadores e dos senhores presentes. Recordo mais uma vez que na base de todas essas avaliações e esses trabalhos, particularmente do Relatório Brundtland, decidiu-se no âmbito das Nações Unidas que a conferência do meio ambiente do Rio de Janeiro não seria uma conferência de meio ambiente humano, como foi o anterior, mas seria uma conferência de meio ambiente e desenvolvimento.

As razões determinantes desse enfoque duplo na temática da conferência do Rio do ano que vem, não foi apenas por avaliação política ou intuição dos gestores das Nações Unidas, mas, sim, por uma clara descoberta de avaliação de que efetivamente os lugares do mundo, os setores e as regiões em que houve involução ou menor desenvolvimento eram aqueles em que, ao contrário do velho pensamento do crescimento zero, do encontrar limites para o crescimento, tinham sido regiões em que o meio ambiente mais havia sido predado ou utilizado predatoriamente em benefício da sobrevivência minimamente.

Assim, as Nações Unidas, que são organizadas em programas, juntaram para a conferência do meio ambiente do ano que vem, os esforços do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. O que vem, também, de acordo com a evolução recente dos estudos e publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, em que ressalta a extraordinária contribuição do "Human Development Report", do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, que eu, inclusive, tenho aqui um exemplar em inglês, que existe já em espanhol, em diversas edições, mas que claramente coloca a questão ambiental ou da capacidade da utilização ambiental e da conceituação do patrimônio ambiental de forma geral como ferramentas importantes no processo de desenvolvimento como um todo.

Todo esse trabalho não poderia, como não pode, pressupor a inexistência do empresarial, aquele que tem a responsabilidade de utilizar fatores de transformação em benefício de bens de produção; que tem a necessidade, a responsabilidade de agregar capitais, tecnologia, recursos humanos, e, sobretudo, decisão de investir, além de articulação com os mercados para transformar agregando valor, bens primários, recursos humanos e recursos naturais em bens finais, gerando, afinal de conta, o fenômeno desenvolvimento. Desenvolvimento já esse hoje considerado não apenas como passível de avaliação apenas pelo crescimento do PIB e apenas pela mera avaliação da renda *per capita*, mas por um complexo de indicadores, novidade das Nações Unidas em 90 e 91, que coloca com clareza a questão do desenvolvimento humano com muito mais ampla, muito mais extensa, com um *ranking* muito mais complexo do que a mera renda *per capita*. Ressalta a qualidade de vida, ressalta a expectativa de vida final, ressalta a mortalidade infantil, ressalta não apenas o grau de analfabetismo, mas, também, o número de anos de escolaridade como alguns dos indicadores que merecem ser enfocados na avaliação de um programa de desenvolvimento

O que torna de um certo ponto de vista mais fácil a tarefa de países como o Brasil, em que a renda *per capita* se não é alta, e nunca foi, não necessariamente terá que voltar a crescer, num primeiro momento, se pudermos com a mesma renda *per capita* conseguir ganho de qualidade de vida e de qualidade humana proporcionais à dimensão, ao potencial e ao patrimônio ambiental brasileiros.

Então aí o desafio ao empresariado se faz, solicitando ao empresariado não apenas que faça sua própria avaliação, mas que faça propostas, se possível propostas de mudança de estrutura naquilo que lhe diz respeito para que a questão ambiental seja considerada como ferramenta para o desenvolvimento não apenas como ferramenta para a preservação ou para o mero enriquecimento do próprio meio ambiente.

Atendendo a essas preliminares, entenderam as Nações Unidas de qualificar um determinado empresário sulco, o Sr. Stephaen Reiner, muito conhecido na Europa, inclusive por ações pioneiras no campo da questão ambiental e de recursos naturais, para organizar e ao final dirigir o pensamento empresarial à conferência do Rio do meio ambiente no ano que vem. O Sr. Stephaen, detentor desse mandato, que já tem um ano, esse mandato é exatamente de outubro de 1990, convidou 50 outros empresários para compor um conselho empresarial. Cada um dos senhores recebeu um folhetim que descreve sucintamente isso que eu estou dizendo, e neste momento eu chamo a atenção apenas para os nomes que compõem o conselho. Esses nomes são todos os primeiros nomes das respectivas organizações, os chamados *chairman*, em inglês. Não necessariamente significa patrão, dono ou presidente, mas enfim é aquele que tem a responsabilidade final da gestão dos negócios nas respectivas organizações. Encontram-se aí listados nomes importantes da macroindústria mundial, o presidente mundial da Volkswagen, o presidente mundial da Shell, o presidente mundial da Dupont, da Down Chemical etc., mas também numa distribuição não apenas setorial, mas também geográfica, nomes africanos, nomes asiáticos, japoneses, alguns latino-americanos. Seis latino-americanos, dos quais dois brasileiros. Os dois brasileiros são o Sr. Lanrenve, titular da Aracruz Celulose, e o Sr. Eliezer Batista da Silva, que é titular da Rio Doce Internacional, uma espécie de homem símbolo da Vale do Rio Doce.

O Conselho empresarial, essa reunião de 50 nomes, se reunirá na vida quatro vezes. Já se reuniu duas, faltam duas. Cada um dos seus componentes tem um delegado, um *Associate* com a responsabilidade de atender permanentemente os trabalhos do Conselho que tem se reunido sistematicamente, no mínimo uma vez por mês, e que se dividem no plenário dos *Associates* e em grupos de trabalho que são os setoriais ou regionais. Cada um dos membros associados faz parte de um grupo de trabalho de uma região e de um grupo de trabalho de algum setor. Eu, particularmente, em meu outro papel de associado e membro do Conselho Eliezer Batista da Silva, sou parte do grupo de trabalho de Mercado de Capitais e do grupo de trabalho da América Latina.

Estamos compondo alguns produtos. O principal produto será um livro mundial que, pretendendo oferecer propostas à comunidade internacional, através das Nações Unidas, pretende propor mudanças de estrutura nas relações do empresariado do processo de desenvolvimento com a questão ambiental. Esse livro já existe, já está sendo minutado, feito entre 50 e 100 mãos, com um grupo de trabalho sediado em Genebra e que vai coletando os trabalhos que vão se desenvolvendo nos diferentes ambientes setoriais e regionais.

Há pouco mais de uma semana, conclui, no Rio de Janeiro, um simpósio de desenvolvimento sustentável na América Latina, visão empresarial, que teve a responsabilidade de contribuir para o livro mundial qual o pensamento da América Latina. E esse simpósio conseguiu, no meu entender e no de muitos daqueles que lá compareceram, alguns dos quais aqui presentes, coletar, não apenas opiniões, mas contribuições importantes para que a América Latina se coloque no ambiente mundial como uma região que consegue entender o que se passa no mundo como um todo, consegue entender a questão dos países desenvolvidos, mas não deixa de passar a oportunidade de colocar as suas questões próprias.

Todo esse trabalho dos grupos de trabalho regionais, setoriais e da minuta básica, de cujos capítulos tenho aqui os sumários, para eventual debate posterior, não tenho a íntegra porque é um exemplar de 670 páginas, será levado à próxima reunião do Conselho na Filadélfia, nos Estados Unidos. Essa reunião, nos dias 11 e 12 de novembro, vai pegar a minuta do livro, estudá-la durante três dias e decidir por sua aprovação, rejeição, retirada, contribuição, agregação de alguns dados, para que esse livro seja publicado em janeiro, em grande tiragem, em oito línguas, e que possa ser objeto de debate, de discussões, contribuições, pelo menos até abril, quando, revisado e atualizado, será mais uma vez publicado e apresentado à comunidade empresarial mundial no dia 5 de maio em Genebra.

Esse principal produto vai ter alguns outros anexos, um livro de casos mundiais, outro brasileiro e um livro próprio da América Latina, que será o resultado de um trabalho básico, tenho aqui um exemplar, que a maioria dos presentes também já tomou conhecimento, e que agregado pelas contribuições

dos simpósios, não apenas pelos anais, mas pelas contribuições efetivas, codificadas, nos grupos de trabalho itemizados e desenvolvidos, constituirão um segundo volume, um livro sobre a América Latina e que vai ser lançado no Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 29 de maio, véspera da Conferência do Meio Ambiente do ano que vem, e que pretende colocar que, basicamente para a América Latina, as questões ambientais globais são vitais; evidentemente, o aquecimento da terra tem vital colocação no desenvolvimento futuro da humanidade; o buraco na camada de ozônio é importantíssimo; que os mares, a biodiversidade e tudo mais merecem o lugar que tem, nem mais nem menos. Mas que na América Latina existem fatores de natureza sócio-política que condicionam a própria atuação do desenvolvimento em face da questão ambiental de modo muito peculiar.

É aqui, por exemplo, que existe a maior percentagem de economia informal de todos os continentes; a maior concentração urbana, em face da população como um todo, concentração urbana com brutal desbalanceamento de renda e de comportamento sócio-político; que existe dificuldade de avaliação da questão fundiária que faz com que o usuário da terra, não conhecendo corretamente a sua relação com a terra em que trabalha, se torne, por definição, um predador veloz e voraz, enfim, questões próprias da América Latina em que se inclui um pouco de corrupção, um pouco da questão da dívida externa, que influencia demais, num pouco da reavaliação de modelos econômicos até utilizados e propostas a respeito também desse assunto, sem falar da opinião pública brasileira, da cooperação tecnológica e outros, que se baseiam numa possível mudança geral de estrutura sobre a questão ambiental, em que o conceito básico de que o meio ambiente é universal, portanto, não conhece fronteiras políticas e geográficas, ganha corpo no mundo como um todo, o que pode significar para países como o Brasil, com um enorme patrimônio ambiental, não vou dizer ainda a explorar; seria um pouco cabotina essa afirmação, mas que pode, se colocada corretamente a questão e se utilizados corretamente os instrumentos de manejo desse patrimônio, utilizar-se desse benefício para uma eventual retomada de seu próprio modelo de desenvolvimento, aí já em novas bases, muito mais avançadas em torno da questão ambiental.

É preciso dizer, como tenho dito, o que estará no livro, que a questão demográfica em países como o Brasil tem enorme importância daqui para frente. Fico com medo de falar —, pois o Senador Henrique Cardoso está ali olhando para a minha cara — e dizer uma bobagem nessa questão demográfica. Meu discurso não é assim especializado, Senador. Peço anistia à ignorância na questão especializada, mas sei, por estar convivendo com as Nações Unidas, que a evolução da população brasileira, apesar das taxas cadentes de crescimento da própria população, continuará sendo um crescimento muito forte e, portanto, que merece uma atenção especial.

Não é de supor, pelo que entendi das Nações Unidas, que a população se estabeleça antes de atingir 400 milhões de habitantes e mais provavelmente se estabilizará em torno de 450 a 500 milhões de habitantes em mais de uma centena de anos daqui para a frente, o que faz com que, se continuado o atual modelo, estejamos assistindo ao início de uma derrubada absoluta do nosso patrimônio ambiental, em nome da sobrevivência das populações afluentes que serão, segundo o atual modelo, concentradas nas partes de mais miséria, concentradas no meio urbano e efetivamente adotando um comportamento informal, não apenas na vida econômica, mas em toda a sua vivência social.

Como isso não é aceitável, tendo em vista a responsabilidade que temos, não apenas com o patrimônio ambiental, mas com as gerações futuras, a nossa contribuição ganha uma importância maior; a nossa, Brasil, a nossa, América Latina. E isso está sendo levado com todas as forças ao ambiente mundial, não apenas ao ambiente empresarial, mas, sobretudo, ao político que ao promover uma conferência das dimensões e da importância como a do ano que vem, dá a todos os seus participantes não apenas a esperança, mas a certeza de que a consecução política decorrente e o processo que se estabelece como um instrumento, como essa conferência, possa ser efetivamente um marco divisor em comportamentos e hábitos sobre a questão ambiental ligada a desenvolvimento.

Essas minhas convicções todas me fazem trabalhar hoje no Rio de Janeiro num pequeníssimo escritório, com a tecnologia que vem da Inglaterra e Suíça, e isso e aquilo, compilando esses documentos, tentar captar da comunidade brasileira e informar, como estou fazendo aqui hoje, para coletar, tanto quanto possível, as contribuições que possam ser úteis para esse foro privilegiadíssimo, que será o ambiente das Nações Unidas, no ano que vem, felizmente realizado no Brasil, o que faz com que o Brasil possa se colocar de forma mais responsável sobre a questão, mas visível e, portanto, privilegiada, e que fará com que a nossa palavra possa ser ouvida e que consigamos ter uma resposta muito mais construtiva e realizadora dos benefícios da nossa população no futuro.

Acho que essa introdução é suficiente para dizer o que estou fazendo, o que o Conselho está fazendo e nos colocar à disposição para quaisquer observações que possam ser úteis para o desenvolvimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Vou passar a palavra para os senadores que aqui estão inscritos, e poderia começar pelo Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Dr. Márcio Fortes, foi um prazer ouvi-lo com toda a capacidade de síntese. Quando nós dissemos que teríamos o dia inteiro já fiquei temeroso, logo depois entendi que V. Ex^a é empresário, e não parlamentar e não abusaria desse...

O SR. MÁRCIO FORTES — V. Ex^a sabe que sou veterano aqui no Senado e na Câmara. Fui objeto de várias CPI. Já entendi que os senadores e deputados não têm muito tempo para ficar parados aqui em Comissões.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Mas gostam de falar... um pouco. Dr. Márcio Fortes, sua participação vai nos ajudar muito pela sua experiência e porque é um elo importante com o meio empresarial. V. Ex^a sabe que há muitas expectativas a respeito da conferência do Rio de Janeiro, muitas delas desencontradas. Vemos aqui nesse foro, tivemos oportunidade de debater em diversas ocasiões, tenho visto manifestações do Plenário do Senado, há especialmente os setores que representam a região amazônica, tem sempre um temor sobre as consequências dessa reunião. Então, eu queria aproveitar a presença de V. S^r aqui para fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, do ângulo empresarial, qual é a expectativa que se tem quanto à conferência da Eco-92? Em segundo, mais especificamente, já existe no Brasil a organização de Interesses empresariais para ajudar na obtenção de uma tecnologia de desenvolvimento auto-sustentável? Quais são os obstáculos que V. S^r vê para que realmente ocorra isso? A sua síntese, inclusive na parte demográfica, foi brilhante. O nosso modelo, sabemos que é distorcido, mas como podemos mudá-lo? Já existe uma consciência empresarial para a superação de obstáculos nessa área? Para que deixemos bem claro, a dúvida não é minha, obviamente, mas setores da imprensa, vez por outra, manifestam, justamente pelo fato de que os empresários estão hoje interessados nisso, dúvidas quanto à sinceridade dessa e levou a tantas distorções. Desta forma, especificamente, como V. S^r se coloca nesse quadro? Por fim, peço que diga algo esclarecedor sobre as consequências da ECO 92 para o que aqui se chama "soberania nacional". Já existe alguma articulação entre o grupo empresarial que V. S^r representa e os interesses empresariais na Amazônia? Recentemente, estive em Manaus e fui para o interior, para Itacoatiara, onde se percebe que é preciso mais informação, mais articulação, para que não venhamos a criar uma luta tremenda contra moinhos de vento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Sr. Presidente, a pergunta do Senador exige uma resposta. Conhecemo-nos há algum tempo, Senador. V. Ex^a sabe que se me perguntarem o que faço na vida, direi que trabalho com desenvolvimento, embora seja engenheiro de profissão.

Sai do Governo do Estado do Rio em 15 de março e engajei-me nesse processo absolutamente convencido de que o modelo de desenvolvimento, daqui para frente, tem diversas vertentes fundamentalmente inovadoras que, necessariamente, devem mexer com estruturas e, portanto, abandonar modelos ultrapassados como o da Velha República, o da década de cinquenta, que acompanhamos bem, sob a formulação do segundo governo de Getúlio Vargas. Devemos abandonar também todo o problema da década de sessenta; a atração de capitais externos que houve ao final da década de sessenta, todo o processo da década de setenta, quando houve um segundo PND concentrador de renda, com algumas palavras de ordem, como a substituição de importações. A década da oitenta também é um modelo ultrapassado, com toda a sua falsidade inicial, a sua capacidade de transformar lendas em verdades nas sucessivas iniciativas nacionais, não apenas governamentais.

Necessariamente, já não há lugar mais para tudo isso. O que a Nação está precisando, de forma muito ampla, é de, ao encontrar o seu próprio modelo, saber corretamente o que pensa do papel do Estado. Essa questão toda a Usiminas, que rouba os senadores e deputados, é parte de um processo de debate e de conclusão do que pensa a sociedade brasileira sobre o papel do Estado, ou seja, para que serve, afinal de contas. O empresariado terá um novo papel, conseqüente do papel como um todo que terá o Estado, a priorização de seus recursos e a forma de utilização do seu patrimônio nacional.

Estou escrevendo um artigo que compara "O petróleo é nosso", da década de cinquenta, com "A Amazônia é nossa" da década de noventa. Certamente, não se criará a "Amazobrás", uma empresa estatal que vai tomar conta, como foi a Petrobrás, na década de cinquenta, mas, adotado um novo modelo — não sei qual, porque isso depende de vontade da sociedade, expressa pelos seus canais de comunicação e seus instrumentos de pressão e de debate de decisão — certamente conceituará o patrimônio nacional como algo mais amplo do que meros rios, florestas e petróleo no fundo do mar, mas conceituará

uma questão que, envolvendo a soberania, não se limite às suas fronteiras, porque a época mundial provavelmente vai determinar que o comportamento empresarial tem que ser orientado e dirigido para uma eficaz ação soberana, responsável, patriótica e competente, de integração do Brasil com as nações mais desenvolvidas. Não tenho a menor dúvida de que esse é o caminho.

Na função que exerço posso ter essas dúvidas, até por conviver paralelamente com empresários brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras e com o pensamento dominante das políticas mundiais, posso ter muitas dúvidas. Como acompanhador do processo, não tenho dúvidas de que o novo modelo, definindo o papel do Estado, as prioridades e a conceitualização do patrimônio nacional, entregará ao empresariado maiores responsabilidades, que não serão apenas aquelas de comprar a Usiminas ou de fazer hidrelétricas de direito privado, mas de, efetivamente, orientar, baseado em leis sólidas, em apoio à opinião pública de forma geral e autoridade vinda dos canais de comunicação da Nação brasileira com as organizações multinacionais e outras coisas, o comportamento empresarial para um comportamento de desenvolvimento, com integração e apego à questão nacional em termos de soberania.

Dito tudo isso, vamos aos fatos práticos. Podemos detalhar cada um desses assuntos. Não estou pretendendo mencionar integração competitiva. Seria não apenas fora de propósito, mas um pouco redundante, num momento em que, através da questão ambiental e de todo o sistema de comunicação e de adoção de tecnologias inovadoras, sobretudo na questão de processos industriais, os países que não se agruparem, não se inserirem num movimento mundial, certamente estarão fora da mão da História. Não quero também, principalmente, na sua presença, referir-me ao Leste Europeu, que serve apenas como exemplo que confirma um pouco um pensamento já nosso há algum tempo. Enfim, o que penso? O que faço aqui fiz em sessões muito grandes: na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército, na Escola de Guerra Naval, na Escola Superior de Guerra, há duas semanas; na Câmara dos Deputados, num simpósio do Fábio Feldeman, que foi agressivo, e nos ambientes empresariais em que isso é possível, é cabível. Estive há três semanas num seminário de excelente nível, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Pará e percebo que está havendo uma rápida mudança. O seminário de Belém do Pará, uma semana antes e uma semana depois, mudou, na minha percepção, quase completamente, o enfoque da questão amazônica, em face do comportamento empresarial, que era um antes e passou a ser outro depois, basicamente despidido de suspeição os agentes encarregados de falar, opinar e agir sobre a questão do trato, do Estado, do empresariado, da integração mundial, do patrimônio nacional e, particularmente, do ambiental, em que ressalta a questão amazônica.

Esse seminário do Rio completou um pouco esse meu quadro ao colocar em painéis densos, longos, extensos, de três horas de duração, sem intervalo, a questão do projeto com responsabilidade ambiental, ao mesmo tempo havia representante de multinacionais, de formuladores de análise de projetos do BID e do BNDES, com representantes dos povos da floresta amazônica. O Paulo Roberto Silva e Souza, dirige a Cooperativa do Sudoeste da Amazônia, perto do Acre, mostra claramente uma solidariedade, uma adesão e uma identidade de propósitos para agregar tecnologias, capitais, recursos humanos, fatores regionais e institucionais nacionais, como a questão militar, soberania, etc., para corretamente utilizar o patrimônio ambiental em benefício das gerações futuras sem predação, mas com utilização. Não tenho dúvida disso. Quem esteve no Rio de Janeiro viu o Governador Gilberto Mestrinho resumir uma palestra clássica e — perdoem-me, eu que já o ouvi falar cinco vezes, nos últimos cinco meses — fundamentalmente diferente daquela de cinco meses atrás. Ele já não está mais dizendo o que dizia, as palavras já são outras. Até os dados estatísticos já mudaram. A importância conceitual de uma conferência do Rio ser no Rio de Janeiro é que o processo vai fazendo com que o engajamento dos participantes vá crescendo, não apenas em volume, mas também em qualidade. E os atores vão sabendo exatamente qual vai ser o seu papel no processo que se inicia e que ainda vai levar dez anos ou uma geração.

Nesse particular, ao meu ver, os modelos passados têm ainda colocação apenas histórica, um pouco saudosista. Em São Paulo, por exemplo, o pessoal é um pouco saudosista, fica reclamando, mas isso não prevalece. O que prevalece é a nova colocação de que o interesse nacional tira a suspeição do empresariado, dos homens encarregados de promover leis, tira a suspeição que recaí sobre o Poder Executivo, dentro de um conceito que vai ganhando corpo de que temos patrimônio, capacidade de nos integrar soberanamente ao resto do mundo, um mercado crescente importante e moderno e capacidade gerencial dentro do País, da parte dos gestores de regras, dos executores de política e dos agentes responsáveis por decisão de investir, de construir um movimento comum. Posso estar dizendo algo meio poético. Alguns dizem que isso é romance da minha vida, mas não é, não.

Sexta-feira passada estive num seminário. Como não pude vir aqui quinta-feira, pedi para transferirem minha exposição para hoje. Na própria quinta à tarde fui ao Chile para uma reunião interessantíssima, na Cepal, na qual se faziam um debate no estilo do Primeiro Mundo, numa mesa-redonda em dois níveis, todos com o nome na frente, como tem que ser. Então, havia a dificuldade de, por exemplo, discutir mercado, como conceituar na cabeça da Cepal as dificuldades de cooperação tecnológica. Tenho que dizer o que eu disse lá: Isso não existe. Cooperação tecnológica vem naturalmente quando — não é o liberalismo — a força de mercado é corretamente adotada por agentes do setor privado. Quer dizer, quando o empresário consegue dizer que vai vender caixa de óculos no Brasil, mas não sabe fazê-la e oferece um bom negócio sem perda de soberania porque é o próprio empresário quem vai gerar a alguém que sabe fazer lá fora para ele ganhar o dinheiro dele em paz. Não apenas ganhar dinheiro no primeiro momento, mas conquistar parcelas de importância de mercado, conquistar parcelas importantes do curso de um processo de desenvolvimento tecnológico, de mercado, de articulação.

Isso tudo que estou dizendo vai ao encontro do patrimônio ambiental brasileiro amazônico. O potencial que existe na biodiversidade, não apenas da fauna e da flora, dita como tal, mas também da utilização de madeiras, da capacidade já existente, da tecnologia já desenvolvida, e do conhecimento, que é quase universal do que se tem que fazer, que não é mais derrubar, não é mais queimar, mas também não é deixar do jeito que está, como um santuário, porque não vai ficar, em termos da questão social brasileira, faz com que todos consigam, vendendo a mesma idéia, saber que dali podem tirar novidades no setor da química fina, no setor do turismo, do desenvolvimento industrial com matérias-primas ainda hoje — embora a maior parte delas seja conhecida — sem utilização prática porque não foram objeto de pesquisa mais detalhada, enfim, a utilização de todo o potencial já existente hoje no Instituto de Pesquisas da Amazônia — fantástico o que lá existe mas ninguém até hoje utilizou porque não conseguiu definir o modelo — tudo isso, quando definido o modelo, vai ser efetivamente a chave para a nossa utilização desse patrimônio e uma nova ferramenta para o desenvolvimento.

Fora da Amazônia, quando conseguimos saber o que está acontecendo, por exemplo, com a energia decorrente de biomassa — estou citando um exemplo apenas, como posso citar outros, mas vamos a esse o custo do álcool combustível brasileiro, por barril equivalente de petróleo era, há 15 anos, 65 dólares; hoje é 43. Há um resultado de pesquisa de utilização, sem mencionar utilização correta de subprodutos como o vinho, da utilização correta de efluente, sem falar de todo o avanço da questão legislativa e conceitual brasileira, em que a moça da Paraíba, na Câmara dos Deputados, não gostou. Quer dizer, não se faz fábrica no Brasil sem atender integralmente à legislação ambiental, que é nova, moderna e bem aplicada. Não há fábrica no Brasil sem rima. Isso é uma mudança de conceito radical.

Quando entrei no BNDES em 1987, a queixa dos empresários era de que esses malucos estavam atrapalhando, não se podia mais fazer fábrica. Isso não tem quatro anos. De quatro anos para cá está já está todo mundo achando que não apenas tem que haver rima, que é um cuidado mínimo burocrático, mas que é fundamental. Os industriais sabem e dizem isso. E o tal custo adicional de 25% baixou para 15%, passou por 10% e hoje é nenhum, porque o custo do elemento de preservação ambiental e de enriquecimento ambiental, para implantação de indústrias, é, hoje, paralelo ao custo de aumento de competitividade.

O custo adicional, com o cuidado da questão ambiental, transformou-se num investimento adicional para a redução de custos e reaproveitamento de efluentes, com rentabilidade econômica, e, portanto, é uma decisão adotada, mesmo que não fosse obrigatória por ação de polícia.

Não sei se respondi à pergunta de V. Ex^a, Senador.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. S^a faz mais do que responder à minha pergunta. As suas explicações são extremamente úteis e interessantes, e, além disso, há o otimismo que vejo por trás de suas palavras.

O SR. MÁRCIO FORTES — Isso é um defeito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não é defeito, não. O Brasil está precisando um pouco disso. Creio que as coisas não são tão desastrosas quanto se imagina, e, quanto a essa modificação que houve e está havendo a respeito da questão do meio ambiente e do novo estilo de desenvolvimento, concordo com V. S^a, vai indo mais depressa do que se pensava. Acredito que a ECO-92 vai ser um passo adiante enorme, porque aumenta, aguçá, o grau de consciência social sobre esses problemas.

Também tenho notado, talvez não tão de perto quanto V. S^a, a modificação de pontos de vista de pessoas que tinham uma visão absolutamente equivocada sobre o que significaria tanto essa conferência quanto o desenvolvimento auto-sustentado, que agora se aproximam do conceito correto.

Quero crer que nas Forças Armadas vamos ter que caminhar um pouco mais, porque, de vez enquanto, há umas declarações que assustam, dando a impressão de que realmente...

O SR. MÁRCIO FORTES — Há um processo, Senador. Temos que conseguir adesões, temos que brigar, falar. Não se pode é se esconder e nem criticar; ficar jogando pedra não funciona. Temos que tentar, esclarecer.

Tenho tido a satisfação de presenciar, nesse curtíssimo período de tempo, de poucos meses, mudanças efetivas de postura de visão da questão ambiental ligada ao desenvolvimento.

Quero dar duas informações adicionais: a primeira é recomendar a todos os presentes que leiam a entrevista nas páginas amarelas que a revista *Veja* apresenta essa semana com o Dr. Eliezer Batista da Silva; foi uma entrevista "cavada feito capeta", menos pela imprensa, que é fácil, mais por ele que não gosta de falar; segundo, para responder ao final da pergunta de V. Ex^a sobre o que os empresários andam fazendo: estamos constituindo uma fundação brasileira para o desenvolvimento sustentável. Essa fundação já hoje tem adesão de 27 empresas brasileiras sediadas no Brasil, algumas brasileiras e outras estrangeiras, e que responde a um fato que está acontecendo nos países mais desenvolvidos. Quer dizer, vi no Banco Mundial, no BID, numa reunião no GEF, o seguinte: há recursos dispostos a contribuir para o enriquecimento ambiental das questões ambientais do mundo como um todo. O governo da Noruega e o da Alemanha os tem. Não conseguimos ter no Brasil até agora um instrumento hábil, não apenas para apresentar projetos competentes, que de resto também não temos, mas pela suspeição básica, nesses ambientes, sobre a questão de governo. Quer dizer, desconfia-se que o Governo desperdiça recursos. Recebe-os e não o utiliza com finalidade a que se propôs por diversas razões. E também não existe cabimento em se entregar recursos públicos de outros países a projetos privados de objetivo lucrativo simplesmente. Então, está se inventando um instrumento que possa avaliar e avaliar projetos quanto a sua qualidade ambiental, quanto a sua capacidade de contribuir para a melhoria do ambiente, mundialmente falando. Isso vai acontecendo e vai muito bem. Quer dizer, contribuir para que empresas mineradoras tenham condição de regenerar o ambiente natural após a exploração da terra, inclusive o ambiente natural vegetal e animal, o que significa um custo adicional, sem que para isso tenham que sacrificar sua própria rentabilidade. Que a utilização, por exemplo, de carvão vegetal não seja feita sem o conseqüente replantio com o devido cuidado ambiental. Enfim, diversas questões ligadas à auto-sustentação de recursos naturais, sejam minerais, sejam vegetais, que podem ser feitas, certamente podem e vão ser feitas, com a regeneração dos ambientes naturais originais, ou minimamente com o cuidado de que não se prede o ambiente natural nativo em benefício apenas da exploração de curto prazo de bens econômicos.

Depois, se V. Ex^a quiser, dou-lhe o folheto e outros dados.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Encontrei-me com Israel Klabim em Nova Iorque, no fim de semana, e ele me contou a respeito.

Agradeço mais vez a V. S^a. Desculpe-me, vieram buscar-me para outra reunião, mas a explanação foi muito esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Telmo Vieira.

O SR. TELMO VIEIRA — Quero primeiro dizer da satisfação de escutar o Dr. Márcio Fortes com a visão empresarial moderna empresarial sobre a questão do desenvolvimento auto-sustentável.

Eu queria fazer algumas perguntas. Entre elas algumas respostas *en passant* já satisfizeram. Qual o modelo empresarial para a Amazônia? Sabemos que há mais de três séculos a cobertura florestal da Amazônia teve o desmatamento em torno de 1.6%; o Acre, com um século de existência, tem um desmatamento equivalente a 5% da totalidade da cobertura florestal. Qual o conceito empresarial para o problema "Ecologia não tem fronteira"? Significa a internacionalização da Amazônia, ou o quê? Quais benefícios os países que não têm cobertura florestal poderiam trazer, neste momento, para a discussão do desenvolvimento auto-sustentável?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Farei algumas incursões no capítulo da internacionalização para início da nossa conversa sobre essas questões que V. Ex^a colocou.

Depois que, em meados do século XX, todos os colonos foram expulsos da África, a questão da soberania do imperialismo, na tomada da internacionalização de nações, deixou de ser válida. Isso tenho dito, como estou dizendo aqui. Percebe-se que, em ambientes militares, por exemplo, ao se comparar a ocupação que o Brasil fez do Acre, roubando-o da Bolívia e a ocupação de pedaços da Venezuela, há séculos passados — alguns mais recentes, no começo do presente século —, perdeu a atualidade quando todo o colonialismo africano deixou de existir. Ou melhor, a ocupação de territórios, de 1990 em diante,

não será feita apenas colocando-se a bandeira da França em um pedaço da Amazônia, trazendo-se tropas. Isso não funciona mais no Marrocos, na Argélia. Foram expulsos. Ocupação militar não existe. E a ocupação meramente territorial também não tem mais lugar nessas populações.

Discutindo-se essa questão na Associação dos Empresários da Amazônia em São Paulo, há cerca de dois meses, — espero ser bem compreendido pela plateia —, a afirmação de que o PIB da Amazônia cresceu cinco vezes, nos últimos 20 anos contrapõe-se ao fato de a população ter subido 9 vezes. Que quer dizer que a população amazônica tem uma renda *per capita* igual à metade do que tinha há vinte anos. Isso, sinceramente, não é ocupação, é ocupação; por miséria. Não se trata de uma ocupação com visão de agregação do território ao interesse nacional.

Pode-se evoluir mais nessa questão da ocupação, da soberania, da questão de utilização de territórios como a Amazônia.

Mas, se continuarmos insistindo em fechar parte do território brasileiro à adoção de tecnologias, colaboração financeira, recursos humanos e utilização de pesquisas feitas por brasileiros em condições brasileiras, como, por exemplo, são, há décadas, feitas essas pesquisas na Amazônia, por razões de suspeições, com relação a outros interesses, estaremos condenando essa enorme região a ser, daqui a 20, 30, 40, 50, 100 anos, apenas o lugar para onde se dirigirão as massas de milhões de novos brasileiros miseráveis, que vão para lá pelos recursos naturais que os possibilitarão viver, pelos cortes de árvores, pela exploração mineral predatória e pela mera sobrevivência pela caça e pela pesca.

Parece-me que isso responde um pouco ao conceito empresarial para a internacionalização... V. S^{re} falou sobre ocupação, questão de soberania...

O SR. TELMO VIEIRA — Sobre o problema ecológico não ter fronteiras.

O SR. MÁRCIO FORTES — Pois bem. Sobre o problema ecológico não ter fronteiras problemas é o seguinte: o mundo inteiro, em 1989, era um pouco mais grave. Quando não teve neve na Suíça, em fevereiro de 1989, a culpa era da Amazônia: *Burning Forest*. Quer dizer, todo mundo sabia disso. Hoje, já se sabe que não é assim. Sabe-se, com clareza, que o aquecimento da camada da terra é decorrente, sobretudo, da queima de combustíveis fósseis, em que se ressaltam a queima de derivados de petróleo. O CO₂ é gerado pela queima de combustíveis fósseis — madeira, carvão, petróleo e seus derivados — e o maior derivado de petróleo contribui para isso é a gasolina, que faz com que a média mundial de uma tonelada de CO₂ por habitante/ano, que é a média brasileira, seja comparada — vale a pena falar um pouquinho sobre isso — a do mundo inteiro, uma tonelada de CO₂ por habitante/ano. Por respirarmos, por nos locomovermos, por nos alimentarmos, por nos aquecermos, ou nos resfriarmos no calor, — geramos, uns pelos outros, uma tonelada de CO₂ por habitante/ano.

A África, por ser muito pouco desenvolvida e utilizar muito pouca energia, gera apenas 1/4 de tonelada por habitante/ano, portanto, a quarta parte disso. Mas, paradoxalmente, o Japão, que é o país mais desenvolvido, em termos de desenvolvimento humano e não de renda *per capita*, gera apenas 65% de uma tonelada, muito abaixo da média.

Em compensação, os Estados Unidos da América do Norte, que são o país de renda *per capita* maior do mundo, geram 4 toneladas de CO₂ por habitante/ano, ou seja, 4 vezes a média mundial, considerando-se, de longe, como campeão do mau uso de recursos naturais, de energéticos, de sistemas de transporte, da utilização incorreta de combustíveis derivados de petróleo, basicamente gasolina, e de produção de energia a partir de carvão e derivados de petróleo através da termoeletricidade.

Esse quadro todo, já hoje bem conhecido publicado no *National Geographic Magazine*, na revista *Time*, e em outras faz com que a opinião pública mundial não se preocupe mais, como já o fez, com a questão da queima da floresta úmida amazônica. Tenho a certeza absoluta do que estou dizendo. O que, no entanto, não nos exime, a nós brasileiros, e a outros 8 países detentores de floresta de floresta amazônica de estarmos enfrentando restrições muito graves a processos de desenvolvimento nessas regiões por razões ambientais. Não é mais exatamente por causa da queima. A sua primeira pergunta, Sr. Senador, foi sobre mencionar um percentual de queima que, de resto, me perdoo, diverge um pouco das estatísticas do Gilberto Mestrinho, pois nunca se sabe que percentual irá sair dali.

Mas o fato é que a queima da floresta amazônica não é mais a razão ambiental fundamental enquanto obstáculo à adoção de recursos e modelos para o desenvolvimento, mas sim a outros fatores envolvidos na questão ambiental amazônica. Ressalto, por exemplo, a biodiversidade. A tal rodovia para o Pacífico, o BID, há três anos, não fez por razões ambientais. À época, pensava-se na derrubada da floresta por queima. Hoje, pensa-se no abandono que isso causaria de uma série enorme de espécimes animais, vegetais e minerais que, desconhecidos

e sem o trato adequado de pesquisa prévia, abandonariam um potencial de desenvolvimento para a humanidade nas próximas décadas muito preciso.

Então, a minha colocação, na questão ambiental global, se limitaria a:

1) Todos já sabem que o aquecimento da terra como um todo, o principal fator ambiental global, é derivado, sobretudo, da queima de combustíveis;

2) Sabe-se que a queima de combustíveis nos Estados Unidos aquece a terra no Pólo Sul;

3) Sabe-se que o buraco da camada de ozônio é localizável sobretudo no Sul, na Antártica, um pouco no Sul da Argentina, do Chile e da Austrália, pegando um pedaço, por razões do efeito de careóis, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, um derivado de fatores de utilização predatória do CFC nos EUA e no hemisfério norte e outros, como a queima dos poços de petróleo do Kuwait, por exemplo. A questão ambiental é global, não tem fronteiras.

Quando Saddam Hussein manda tocar fogo no poço de petróleo do Kuwait, não é ali em cima do Kuwait que irá aumentar a temperatura e o buraco na camada de Ozônio, mas aqui em Punta Del Este, onde as pessoas irão pegar câncer quando forem à praia em janeiro próximo. Nisso a questão ambiental não tem fronteiras, no aspecto físico.

No político, se a questão ambiental não tem fronteiras, os danos à biodiversidade amazônica, causados por erro na aplicação do processo de desenvolvimento, podem relegar à extinção espécies vegetais e animais que, se tratadas convenientemente na contramão, podem ser utilizadas convenientemente para fazer uma série de instrumentos de desenvolvimentos humanos: remédios, química e inclusive, turismo.

Qual o modelo empresarial que entendo correto para a Amazônia? Exatamente aquele que entendo correto para o resto do Brasil. É o que digo há quatro anos, até mais, quando elaboramos, no BNDS, "Os Cenários da Economia Brasileira até o Ano 2000." Não existe mais possibilidade prática de, simplesmente, como o Brasil fez há 20 anos, no começo da década de 70, basear o seu desenvolvimento em exportar mais e importar menos. À época, apenas 15% dos negócios entre as nações eram feitas por empresas do mesmo grupo. Hoje, esse percentual está entre 65% e 70%.

O automóvel Monza, exportado pela *General Motors do Brasil*, é resultado de porta japonesa, ar-condicionado americano, direção alemã. E a *General Motors Brasileira* exporta para a sua própria matriz. A *Fiat brasileira*, a campeã de exportação de veículos automotores, exporta para a sua própria matriz e não para mercados conquistados por ela. Quer dizer, o movimento comercial internacional concentra-se, cada vez mais, em negócios entre empresas dos mesmos grupos. Pode-se achar certo ou errado, pouco importa, assim é que é. Como não era assim na década de 70, o modelo brasileiro da década de 70 sobre instrução de importações, que significou na realidade, uma explosão de crescimento das exportações e uma diminuição — que não foi explosiva — razoável das importações por fabricação dentro do território brasileiro na política de substituição de importação, sobretudo de bens de capital, não é mais aplicável. Entretanto é cada vez mais aplicável a necessidade da geração de divisas, por produção brasileira, que injete recursos na área estrangeira capazes não apenas de possibilitar um correto trato da questão do sistema financeiro internacional, em que ressaltam a dívida externa brasileira, mas sobretudo da capacidade que o País precisa ter de importar sistematicamente, em volumes crescentes, dados essenciais ao seu próprio desenvolvimento por adoção de tecnologia avançada.

Sem qualquer tipo de amarração ideológica ou de pressuposição, isso que estou falando é o resultado de um trabalho de fôlego feito pelas equipes de planejamento do BNDES, em 1987, que gerou três metros de altura de formulário contínuo, de computador setor por setor, avaliação por avaliação, produto por produto e projeto por projeto, apontando claramente que o modelo é o de integração competitiva do Brasil ao resto do mundo no seu processo industrial e pela sua articulação comercial, o que obriga a um aumento radical da competitividade nacional.

Esse é o modelo para o Brasil. Haverá outras teorias, embora não tenham surgido muitas outras. O empresariado brasileiro está se reunindo sistematicamente na chamada Comissão Empresarial de Competitividade. Vai haver uma reunião de novo aqui em Brasília, quinta-feira próxima, em que se falará sobre "Educação para a Competitividade" a 152 líderes empresariais.

Dinjo, nessa Comissão, o Comitê Temático do meio ambiente, o que leva a colocar a questão ambiental como instrumento fundamental do aumento da competitividade brasileira. Mas apenas com essa integração conseguiremos gerar divisas por articulação e troca de mercados, por aumento de competitividade brasileira e por adoção correta da conceitualização da grandeza, da importância do mercado brasileiro.

Na questão amazônica, particularmente, sem diferenciar, em grande termos, da questão da integração competitiva... Competitiva porque não é pedinte, não exige subsídios, não pede proteção alfandegária, mas quer ser competitiva. O que quer dizer não apenas capaz de exportar mas de agüentar, dentro do seu

próprio território, a competição da importação, o que faz com que tenhamos que estimular, cada vez mais, a reaplicação de investimentos em bens de capital, em atividades produtivas, inclusive tecnológicos na produção de bens adicionais de agregação de valor.

É desejável que as pessoas, ao invés de comprar televisão em cores, depois da terceira, segunda ou da primeira, pudessem entender que é melhor comprar uma máquina de costura industrial. É desejável que, ao invés de comprar automóvel de luxo, ou sem ser de luxo mas em número excessivo, se pudesse estimular as pessoas a comprar trator. É desejável estimular as pessoas, ao invés de ter cachorro de raça em casa, comprar vaca de raça. São exemplos que significariam uma brutal modificação de conceito, só adotável se percebêssemos que a política global é uma política de integração competitiva e de adoção de um padrão de competitividade, que é uma tarefa nacional.

A Coréia do Sul é um país grande, importante, com 65 milhões de habitantes. Não se compara ao Brasil até porque o Presidente da República é o mesmo há 32 anos. Mas aquele país pensa competitivamente enquanto nação. Todos pensam o tempo todo em ser mais competitivos, gerando ganho de dados de qualidade econômica e, em consequência, de qualidade humana invejáveis.

O que quer dizer isso? Ouve-se falar muito, aqui no Brasil, que a nossa indústria têxtil não é competitiva porque não se permite importar um tear alemão. A competitividade no setor têxtil, por exemplo, não é dotar as indústrias têxteis brasileiras da melhor máquina, é tratar da semente do algodão, do fio do algodão, da homogeneidade, da espessura ser a mesma, e que o produto fabricado seja aquele da moda de quem compra. E há de se dizer: enfim o que irá acontecer com os designers de moda brasileira? Irão morrer de fome? Não. A tarefa da competitividade, em um país com a nossa dimensão e cujo mercado tem a sua importância, significa conseguirmos impor o nosso designer à moda mundial. Influenciar de tal forma os mercados mundiais, tendo em vista a nossa importância, o nosso mercado, que, na Itália, o designer brasileiro seja tão importante quanto o francês. Não que se precise produzir exatamente o que estão fazendo lá, mas que se consiga ter articulação de mercado capaz de fazer esse tipo de coisa. Dizem que sonho demais. Não sonho não! É assim. Foi assim que se fez, nas últimas décadas, nos países que apresentam hoje indicadores de desenvolvimento claros e temos, para isso, extraordinário ferralmental, que cai na Amazônia, o nosso patrimônio ambiental.

Esse patrimônio ambiental é o principal instrumento de atração de interesse de desenvolvimento para o Brasil *uolud wide*. Qualquer visitante, como turista, ao Hemisfério Norte percebe a importância dessa questão. Se vai aos Estados Unidos, na primeira página de um jornal, tem sempre uma notícia pequena ou grande sobre a questão ambiental com dados de toda a natureza.

Há três semanas, o *U.S. Today*: "Notas para o Presidente Bush de A até E". A é alta e E é baixa. Ele recebeu D, por ter autorizado a construção de uma usina hidrelétrica que inundou uma área que não podia. Recusou-se a autorizar um novo código de utilização de gasolina nos Estados Unidos e ganhou E em tudo.

A questão é esta: se a Nação como um todo, o Brasil, adotar, no segmento do seu debate, o modelo de desenvolvimento de integração soberania e competitiva, a questão amazônica fica fácil, porque teremos um bem a mais a colocar na nossa mesa da soberania. Detemos não apenas espaço territorial como patrimônio ambiental, como as chaves da pesquisa passada e da correta utilização desse patrimônio em benefício da humanidade com um todo e não apenas a nossa brasileira.

Sabemos como operar. Precisamos de cooperação certamente. Mas não vamos abrir mão do nosso domínio nessa matéria. Esse é o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Mais alguma coisa?

O SR. TELMO VIEIRA — É que ele comentou a saída para o Pacífico *em passaru*. Sonhamos, durante décadas, com uma saída para o Pacífico, porque dele nos localizamos a 430 km e 4.200 km do Atlântico, que nos vira as costas, uma forma de tentar encontrar mercados que nos trouxessem desenvolvimento e trocássemos integração.

Há uns quatro anos, estivemos com a possibilidade de financiamento do BID; o Japão estava interessado em nos financiar. E não queríamos a construção da rodovia; com os nossos esforços e sacrifícios, com a visão de que tínhamos que encontrar uma saída a 430 km para um Atlântico, que ficava a 4.200, um País que nos voltava as costas e um Poder Público que não fazia a interligação da Amazônia com o seu próprio País, com os centros desenvolvidos, pleiteávamos apenas a pavimentação asfáltica da BR-317, que nos ligaria ao Pacífico. Isso nos foi negado, sob a alegação de que iríamos queimar as nossas florestas, de que traríamos um impacto ambiental ao mundo sem retorno. Uma série alegações que, hoje, nos parece que era apenas uma tentativa de forçar a abertura para os capitais estrangeiros e a facilidade dessas potências de se instalarem dentro da Amazônia.

Hoje já se nos acena novamente com a possibilidade da pavimentação da BR-317, que nos levará, efetivamente, ao Pacífico. Há uma inter-relação.

O SR. MÁRCIO FORTES — Senador, não comungo dessa sua intuição. À época dessa discussão, fui parte ativa, era Presidente do BNDES. Estive pessoalmente no BID, tratando de alguns assuntos entre eles esse, e estou convencido de que a opinião pública mundial, na oportunidade, pressionou, por razões puramente ambientais, a não concessão desse financiamento. É minha convicção. Posso estar enganado.

Daqui para frente, embora perfeitamente passível de reavaliação a questão da pavimentação, entendo que, na conferência do Rio a respeito do meio ambiente, do próximo ano, é capaz de, no curso de um processo, possa até sair a pavimentação. Meu pensamento é que deveria sair, mas, eventualmente pode ser que se adote, daqui para frente, conceitos diferenciados em sistemas de transportes.

Talvez não se construa mais uma rodovia nem uma pavimentação, não fosse esse modelo a ser adotado daqui para frente. Mas, enfim, talvez fosse uma rodovia sem paradas no meio, em que a via de transporte não significasse, necessariamente, uma "ocupação desordenada".

Tenho certeza de que se trata de um processo em evolução, positivo, construtivo, em que o patrimônio ambiental deixará de ser conceituado, como foi à época, passível de congelamento preservacionista, coisa que não cabe mais no mundo como um todo, mas sim de utilização racional, econômica e tecnologicamente adequada em benefício da humanidade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Dr. Márcio Fortes, quero dar um depoimento aqui da sua preocupação com a questão ambiental como presidente do BNDES, porque como prefeito da minha cidade obtive um financiamento para a construção de uma usina de reciclagem de lixo, que foi inclusive uma das pioneiras.

Mas, quero perguntar o seguinte: se esse conselho empresarial para o desenvolvimento sustentável está contando com a participação, com o envolvimento de entidades ligadas ao meio empresarial, como é o caso da CNI, da FIESP. Qual é o envolvimento dessas entidades?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Esse conselho empresarial existe apenas para externar o pensamento empresarial em relação à Conferência do Rio. Ela é exatamente isso que está aqui; são cinquenta indivíduos, presidentes das suas respectivas organizações, que se reunirão apenas quatro vezes. Esse conselho se encerrará em junho do ano que vem. Entretanto, no curso da sua ação, para ter autoridade de falar, como o está fazendo, em nome do empresariado como um todo, tenho procurado no ambiente brasileiro, como outros representantes em outros países espero que estejam fazendo o mesmo, agregar o pensamento das lideranças efetivas, formais, legais e todas contribuições de quem já detinham tecnologias adequadas.

Acho um exemplo claro disso que estou falando é o simpósio que fizemos semana passada no Rio de Janeiro, em que a participação, se não ativa, mas pelo menos consentida, foi de toda a estrutura de representação empresarial brasileira. Quer dizer, desde a CNI, passando pela FIESP, na presença de seu presidente, Mário Amato, Confederação Nacional Comércio, dos Transportes, da Agricultura e dos outros países, das organizações ligadas à pequena e média empresas, à Fundação Getúlio Vargas, ao Movimento Pró-Rio, representando toda a movimentação de ONG no Rio de Janeiro, para que pudéssemos, como estou fazendo hoje, dizer que o empresariado brasileiro pensa assim.

Ainda que passivamente, espero estar cumprindo esta tarefa ao colocar aqui, no prospecto, autorizadamente, toda a simbologia das instituições patronais responsáveis pela representação empresarial brasileira. E assim está sendo feito em todos os países.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dr. Márcio Fortes, considerando que está encerrada a lista de inscritos, quero lembrar a V. Sª que hoje encerramos a primeira etapa desta comissão no que diz respeito às audiências em Brasília. A partir das próximas reuniões, vamos descer ao nível regional, a começar pela Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste e Sul, em que iremos ouvir, não só as forças políticas, mas também as ONG de cada região, enfim, todos aqueles que têm uma contribuição a dar a esse grande encontro no Rio de Janeiro.

O papel do Senado é exatamente o de acompanhar, avaliar todo o processo de postura brasileira frente à esse grande encontro mundial, para que, no momento preciso, possamos até intervir em algum equívoco, vamos dizer, do Governo Federal em relação ao posicionamento nacional.

Sabemos que ainda não existe hoje um documento final do Governo Federal em relação à proposta brasileira: estamos nessa fase do processo de discussão.

e V. S^o colocou muito bem que na área empresarial a questão evolui dia a dia. Creio que a nível de governo também; pelo que vimos aqui os membros do governo que não têm um entendimento unânime, comum, em relação ao assunto. Mas o processo é esse de erros e acertos. Vamos chegar até maio, portanto, antes da conferência. Acredito que, em Nova Iorque, em março, tenhamos uma posição clara dos governos.

Sei que não é comum o presidente de uma comissão fazer questionamento. Mas vamos aproveitar essa oportunidade para formular questões a respeito de dois assuntos: V. S^o falou sobre o livro mundial...

O SR. MÁRCIO FORTES — O livro se chamará *Changing Encourse*, quer dizer, "Mundando de Rumo" é uma tradução literal. Temos que procurar um nome brasileiro para ele.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Uma tendência a estimular uma mudança de estrutura de um modo em geral do empresariado.

O SR. MÁRCIO FORTES — É. Poderia ser "Rumos vão Mudar". Não pode ser "Novos Rumos", pois é o nome de um jornal comunista em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Então será publicado em janeiro, e em cinco de maio, em Genebra, deverá ter a versão final.

V. S^o também falou da apresentação de um livro dedicado à América Latina, no dia 29 de maio.

Esses documentos ficarão prontos praticamente na véspera do grande encontro. Se os empresários estão também discutindo com o Governo, para que o Governo, no fundo, apresente a sua proposta — pois vamos ter documentos assinados, que é a Carta da Terra, Carta de Princípios, e a estratégia para viabilizar esses princípios através da Agenda 21 — como os Senhores, empresários, estão tentando interferir nesta mudança de comportamento, da própria visão do Governo? Porque, no fundo, vai haver uma conferência oficial, com documentos oficiais, acordados nas reuniões preparatórias. Por exemplo, já tivemos reuniões em Genebra, vamos tê-las em Nova Iorque, e que vão refletir no documento final, que deverá ser assinado por todos os países: evidentemente muitos desses documentos deverão ser discutidos e homologados aqui no Senado Federal.

Quero saber como os Senhores estão se comportando nesse sentido. Não estão tentando fazer um trabalho paralelo, dissociado dessa realidade nacional? Porque, aí, vocês vão participar, digamos, do encontro paralelo, e a visão do empresário passa a ser a visão das ONG, porque no fundo é isso. Quero saber como os Senhores separam isto. Vocês se comportam como ONG ou não? Que participação os Senhores estão dando ao documento oficial?

Essa é a nossa preocupação, pois, no fundo, vamos aprovar um documento aqui no Senado Federal. Essa é a questão básica que quero colocar, exatamente em função dos dois documentos que os Senhores vão apresentar na véspera do encontro. É essa a questão que me preocupou entre outras aqui apresentadas.

O SR. MÁRCIO FORTES — Vamos tentar responder a essas perguntas. Senador, uma primeira observação sobre a forma e o time. O livro brasileiro *Changing Encourse* vai ser finalizado em novembro e lançado em janeiro, e não na véspera do encontro. É um livro grande, com gráficos, com documentação, com referências etc. Essa coleção de papéis que está aqui, trouxe-a como exemplo para não trazer a papelada toda, são os sumários de alguns dos capítulos.

O livro se divide em três grandes blocos: políticas públicas, políticas empresariais e assuntos regionais. Então este é um livro. Este livro, *Changing Encourse*, fará parte dos documentos oficiais das Nações Unidas. Isto está definido. O empresário Stephan Smith Hayner, presidente do conselho, vai fazer um pronunciamento no plenário da Conferência do Meio Ambiente. Ele fará um discurso, de 2 horas e meia, falando em nome do empresariado mundial.

Portanto, o Conselho Empresarial para Desenvolvimento Sustentável e, segundo, porque não terá vida futura, pois a sua existência limita-se a isto: a preparar um discurso e um documento oficial do empresariado, com a responsabilidade de ter recebido um mandato das Nações Unidas para assim agir. Portanto, não é uma ONG — inventei essa expressão que vou dizer — mas sim um braço auxiliar das Nações Unidas para auscultar o empresariado, por causa da componente desenvolvimento que ocorreu. Isso é algo inédito nas reuniões das Nações Unidas.

Os cuidados que estão sendo tomados são não apenas de agregar CNI, instrumentos formais, como no caso brasileiro, mas também de ouvir especialistas onde há dúvida e reunir em grupos de trabalhos específicos, como mencionei antes, para cada um dos capítulos, todas as questões que estejam sendo postas.

Não existem governos mundiais, não há um presidente do mundo, nem um rei do mundo. Mas em não existindo um governo mundial, a tarefa de uma conferência das Nações Unidas é a de influenciar politicamente pela sua autoridade de mantenedora da paz, pela sua autoridade da paz, pela sua autoridade de ter a capacidade de reunir consultorias, de reunir autoridades, de

reunir, enfim, o pensamento competente em determinados assuntos e influenciar, de tal forma, as opiniões públicas e as elites das respectivas nações, que façam com que os seus governos, os seus modismos, os seus responsáveis, inclusive os do setor privado, adótem, daí pra frente, comportamentos consentâneos com aquilo que se entenda como o resultado de uma conferência, resultado de natureza política, portanto coercitiva de uma conferência como esta. O que poderá fazer também com que os organismos internacionais de operação, como o GATT, CEPAL, Banco Mundial etc. passem a adotar um comportamento mais ou menos orientado na mesma direção.

Todo o nosso esforço é para que isto aí adote as propostas do empresariado como um todo. Algumas delas são simples e outras extremamente duras. Por exemplo, a atribuição de valor ao recurso ambiental.

A proposta do empresariado que está aqui no capítulo II: *Full Cost Price in the Market Signals*. Isto propõe que se conceitue como custo efetivo, em processo industrial, a totalidade dos insumos abrangidos, inclusive os insumos ambientais; que deixe de ser considerada gratuita a utilização de água potável. O que vale mais; água ou petróleo? Essa é uma questão interessante, pois pode-se viver sem petróleo mas não sem água. Essa é uma primeira aproximação primária. Aí se diz: "Mas para pegar água, basta colocar baldinho no rio e, para pegar petróleo, tem-se que fazer um poço; é mais complicado".

Muito bem, mas será que isso é verdade num novo conceito de desenvolvimento sustentável, em que se considera o petróleo um predador potencial, inclusive impeditivo de tecnologia, em que se pretende cobrar imposto daqueles que mais utilizam petróleo por recomendação das Nações Unidas, que é uma outra proposta que está aqui, em modelo de energia?

Enfim, basicamente, o empresariado pretende propor e particularmente propor na sua visão latino-americana que o recurso ambiental tenha valor porque está claro que a utilização de recursos sem valor ou com valor subsidiado faz com que ele seja utilizado de forma irracional, de forma menos eficiente, de forma predatória. Então, esse é um primeiro conceito; está aqui, há diversos subcapítulos, *self-regulation* e tal.

Mas temos que atuar sobre o mercado de capitais — *capital market* em inglês não é bolsa de valores, é o coletivo de movimentos financeiros, significa empréstimos também — fazer com que os mercados financeiros, *capital markets*, consigam gerar recursos, oferecer capacidade financeira a atividades ambientalmente saudáveis, ainda que não recuperáveis no curto prazo e na remuneração elevada que hoje tem os recursos de empréstimos internacionais.

É fundamental, evidentemente, plantar uma floresta como mera regeneração, que não tem retorno, mas é fundamental pelo aspecto ambiental global; não é porque achamos bonito não. É bonito também, mas a principal razão é a importância ambiental para as gerações futuras no mundo como um todo.

Enfim, esse tipo de atitudes, que classificamos no bloco "políticas públicas" não são fáceis, são objetos de intenso debate no corpo do próprio Conselho. Imagine um debate do presidente mundial da Shell com os presidentes da Volkswagen, da Dupont, da Africano da Nigéria e de uma empresa de seguros holandesa, procurando saber quanto vale, por exemplo, um imposto sobre utilização de petróleo. Não é uma discussão fácil, mas ela chegará, vai ser posta no papel, vai ser assinada e sugerida à Conferência das Nações Unidas como proposta empresarial. Sem falar dos aspectos do ambiente empresarial em si, de mercados de compra e venda, de formação de recursos humanos, de adoção de cooperação tecnológica de forma mais aberta e outras tais que caem no terceiro bloco das questões regionais como uma uva para a América Latina que tem, enquanto região, o maior patrimônio ambiental: tanto por área, como por habitante e por renda de toda a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dr. Márcio Fortes, vou encerrar a reunião agora. Gostaria, em nome da Comissão, de agradecer a sua participação que foi importantíssima e nos deu uma visão muito clara da participação do empresariado num encontro tão importante como esse. Evidentemente, vamos encontrar-nos em outras ocasiões, talvez nesses encontros regionais no Rio de Janeiro ou na Amazônia.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, e, em nome da Comissão, declaro encerrada a nossa reunião.

2.7 — Palestrante-Convitado: Governador Gilberto Mestrinho
Cargo: Governador do Estado do Amazonas
Data: 18-3-92
Tema: Interesse Econômico e Ecologia na Amazônia

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, está aberta a reunião.

É com grande satisfação que, hoje, a Comissão do Senado que acompanha a programação da chamada Conferência Rio ou ECO-92, traz um dos mais ardorosos defensores de uma nova visão do meio ambiente do Brasil, particularmente para a Amazônia.

O nosso caro Governador Gilberto Mestrinho, com sua experiência, visão e conhecimento profundo e pessoal irá brindar esta Comissão com seu depoimento, que será muito importante para o relatório final desta Comissão.

Lembro apenas que já ouvimos os segmentos do Governo Federal: IBAMA, Ministério das Relações Exteriores, todos os responsáveis pelas propostas que o Brasil encaminhará ao grande encontro do Rio de Janeiro. Já ouvimos o segmento empresarial; estamos ouvindo, agora, as expressões políticas importantes de cada Região, hoje começando com os governadores.

O primeiro escolhido, pela sua postura, pela sua posição em relação a esse assunto tão relevante — meio ambiente — sugerido e aprovado por unanimidade pela Comissão é o Governador Gilberto Mestrinho. Evidentemente outros governadores, não só da Amazônia mas de outras regiões, também virão, é o nosso caro Governador Gilberto Mestrinho quem vai iniciar essa série de depoimentos de governadores, que virão trazer suas contribuições à Comissão, informando-nos o que cada um pensa a respeito da grande Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento.

Após estas considerações, vamos passar a palavra ao Governador, considerando que o mesmo tem, hoje, encontro com o Presidente da República. Portanto, uma agenda bastante rigorosa a ser cumprida.

Passo, sem maiores delongas, a palavra a S. Ex^a, desejando que fique à vontade para fazer sua exposição a respeito do que pensa, do que sente, do que vê em relação à grande Conferência Mundial ECO-92.

Após a exposição, nossos ilustres Senadores e Deputados poderão fazer os questionamentos que julgarem oportunos.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Governador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Eminente Senador Coutinho Jorge, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados: Inicialmente, quero expressar o meu agradecimento pela honra de ser partícipe desta discussão no Senado, sobre a opinião da sociedade brasileira, por intermédio de seus segmentos, acerca da conferência Rio 92.

Minha posição inicial sempre foi conhecida, porque acompanho esse movimento, que se diz ecológico, mas é mais fundamentado em interesses econômicos, porque o que está em jogo, e a conferência vai provar, é o interesse econômico das grandes potências. Eu, que acompanho com interesse esse assunto, busquei seguir a opinião externa e os seus reflexos na opinião interna.

Desde a primeira reunião do Grupo dos 7, os grandes, e desde a primeira reunião do Grupo dos 77, que são os pequenos, que se estabeleceu uma divergência: os países desenvolvidos querem permanecer com os padrões de desenvolvimento e de conforto de que desfrutam e culpar ou, mediante a culpa, impedir o desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo, especialmente das zonas chamadas *rain forest*, florestas úmidas, a pretexto de que nós, que até hoje temos funcionado como filtro, somos responsáveis pela fumaça das chaminés. Quer dizer, eles produzem a poluição ambiental — somente os veículos automotores são responsáveis por 56% do dióxido de carbono que há na atmosfera, além da emissão de outros gases.

As experiências atômicas que se sucedem no mundo desenvolvido comprometem, com consequências ainda desconhecidas, até que ponto chegarão? Os gases, especialmente o CFC, que não é produzido no Terceiro Mundo, e é um dos responsáveis, segundo alguns cientistas, pela destruição das células e das moléculas de parte da camada de ozônio.

Enfim, para que haja o progresso e seja sustentado nesses países, eles procuraram inverter a opinião pública mundial e culpar o Terceiro Mundo por essa degradação.

Conhecendo as condições do Terceiro e do Primeiro Mundo, desde o início, defendemos o ponto de vista de que a Conferência do Rio não alcançaria resultados diferentes da Conferência de Estocolmo, há quase 20 anos, que resultou em nada.

Por que isso acontece? Porque os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, recusam-se terminantemente a discutir a poluição ambiental, a emissão de gases tóxicos, a queima de combustíveis fósseis, a redução das usinas atômicas. Enfim, toda uma gama de equipamentos e atividades poluem terrivelmente, não só a atmosfera, mas os oceanos, porque o lixo atômico está sendo jogado nos oceanos e não sabemos por quanto tempo aquelas caixas de chumbo vão resistir.

Uma política vem sendo tentada, no sentido de desviar esse lixo para os países do Terceiro Mundo — até junto ao Brasil, já fizeram tentativas.

Se a Conferência, que até hoje não definiu ainda o nome certo, porque começou como Cúpula da Terra, depois ECO-92 e agora já é Rio-92, se dispõe a discutir o meio ambiente, entendendo meio ambiente como um todo e não somente em relação à floresta amazônica.

De início, a finalidade dessa reunião seria a discussão da floresta amazônica bem como a colocação do Brasil como vilão da ecologia, o que não é verdadeiro. Diante disso, se não discutir poluição ambiental na Rio-92, não se terá o que debater, porque o meio ambiente naturalmente é sadio; ele só poderá ser assunto de discussão se houver poluição em qualquer das várias formas possíveis. E ninguém se dispõe a discutir, também, a causa maior da poluição, que é a pobreza do Terceiro Mundo. E ao abordar esse assunto, poluição da pobreza, temos que discutir o custo do conforto de que eles desfrutam, porque sabemos que, pelos estudos feitos, com a inversão, durante 10 anos, de 125 bilhões de dólares no Terceiro e no Primeiro Mundo, destinados à recuperação ambiental, ou seja, 1% do PIB do Grupo dos 7, teríamos em 10 anos o meio ambiente recuperado. Mas eles acham esse tempo muito longo, entretanto, a Comunidade Econômica Europeia dá de subsídio à agricultura e ao criatório, por ano, 300 bilhões de dólares.

Por isso que a França — não é preciso nem explicar as condições daquele país que são admiráveis — é um grande exportador de carnes. Se olharmos que o custo de uma vaca francesa é cerca de 2 mil e 600 dólares, como é que eles podem vender carne para nós mais barata do que a que produzimos aqui? Quer dizer, isso é o que causa poluição, porque vai trazer miséria ao Terceiro Mundo; vai trazer miséria a todos nós. Mas isso ninguém quer discutir, o que a eles interessa, por exemplo, é a questão da floresta amazônica. Por que discutí-la? Porque há um grande negócio no mundo, que é o madeireiro, dominado pelos cartéis do Canadá, Estados Unidos, Suécia e Finlândia.

Se analisarmos o mapa divulgado, até pela Fundação Geigy, que é suspeita, verificaremos que o mercado madeireiro nos Estados Unidos é suprimido pelo Canadá, por exemplo, o Estado do Oregon, a Europa e o Japão. Retiram da África Equatorial madeiras para a Europa. E o Sudeste Asiático, especialmente Bornéu e Sarawak, na Malásia, Indonésia e Filipinas, suprem parte do mercado japonês e europeu. A Suécia e a Finlândia, especialmente com o pinho, na questão do produtores florestais, para celulose e madeira. Então, esse é um mercado fechado. E América do Sul, que tem metade das florestas do mundo não participa desse mercado de produtos madeireiros, com mais do que 2%.

É preciso que a discussão, portanto, seja essa, que se encontre uma maneira de não tocar na Região Amazônica, porque vamos concorrer com os mercados internacionais e os preços vão baixar; ou vamos tirar fatias de mercado ou os preços vão baixar. É preciso conservar tudo intacto por puro interesse econômico.

Já fizeram um projeto, há coisa de vinte e poucos anos, querendo inundá-la, transformá-la num grande lago amazônico, e isso não traria prejuízo ambiental algum. Quer dizer, afogariam a floresta e o mundo bateria palmas. Hoje, se é feita uma cacimba ou se derruba uma árvore já vem uma reclamação. Porque o satélite passou por cima da Amazônia e além da descoberta de que a Amazônia é a grande província mineral existente sobre a terra, a Amazônia, apesar da heterogeneidade da floresta tem segmentos homogêneos que permitem a exploração econômica. Então, é preciso que não se explore e que se bloqueie a atividade madeireira na região. Com isso, eles induzem até autoridades brasileiras a adotar essa política.

O que aconteceu? Por exemplo, agora, estão fazendo uma campanha de bloqueio de produtos oriundos de florestas tropicais. Com isso os consórcios do Canadá e Estados Unidos aumentaram em 22% os seus negócios e 20% nos preços e nós continuamos aqui querendo bater palmas pelo meio ambiente, pela conservação intacta da Amazônia. É impossível a destruição da Amazônia, porque o poder de regeneração da floresta é tamanho que na relação homem/trabalho/floresta o homem perde. Só quem conhece a Amazônia — cada árvore daquelas tem dezenas de filhos à sua volta, que não podem crescer porque o processo de fotossíntese não se realiza sob a cobertura das copas. É possível fazer o aproveitamento florestal de maneira correta, cortando a árvore de 80 centímetros a 1 metro do solo.

O que faz mal na Amazônia é derrubar a árvore, destocar, passar o trator, gradear, porque aí temos uma quantidade muito grande de chuvas e uma insolação muito forte e a nossa camada humosa é muito pequena. O solo da Amazônia é apenas apoio da árvore; as raízes das árvores amazônicas são diferentes das demais raízes das árvores do resto do País. Elas não são pivotantes, elas se espalham na superfície. É um problema de engenharia; quanto maior a árvore, mais espalhada a raiz em cima da terra, e ali ela rebrota, naturalmente, sem nenhum esforço do homem.

Hoje, já há tecnologias, há conhecimentos, e havendo interesse econômico maior e liberdade de trabalho regulamentado, o homem poderá melhorar a

floresta, porque já está comprovado que se pode fazer plantações de espécies na Região Amazônica. Dizem: "Não se pode mexer porque produzirá danos ao ecossistema e ao banco genético". Não! Não produz dano. O fato de tirar uma árvore qualquer e adensar uma seringueira, castanheira, mogno, cedro, copaíba, que são espécies da mesma região, se quisermos apenas melhorar a qualidade da floresta, o ecossistema poderá ser mantido perfeitamente produtivo e igual.

Outro objetivo dessa política de congelamento da Amazônia, que era a idéia inicial para ser levada a essa conferência, seria congelar a Amazônia por dez anos, congelar no sentido de não se fazer nada na região durante esse período, até que a ciência encontrasse o caminho para a Amazônia. Isso não será necessário, porque o nosso caboclo tem muita experiência, e os meios científicos têm conhecimentos tecnológicos. Podemos juntar os dois e fazer o desenvolvimento da região de maneira correta, sadia, conservando todo aquele potencial genético, madeireiro e mineral.

Esses problemas deveriam ser apresentados pelo Governo brasileiro. Nesse meio há países que realmente, de maneira sincera, estão interessados em ajudar o chamado desenvolvimento sustentado da Região Amazônica e encontrar caminhos para melhorar a qualidade de vida da região. Por exemplo, um dos mais desinformados homens de Estado, na época, pelas notícias que corriam, era o Ministro Helmut Kohl, da Alemanha. Depois da ida do Ministro Helmut Kohl a Manaus, das longas conversas que mantivemos, da viagem que empreendeu pelo interior, quando voou a 990 quilômetros por hora, por duas horas e quinze minutos, sobre a floresta amazônica e não viu outra coisa senão copas de árvores, e ali e acolá um rio ou lago. S. Ex. disse: "Tenho uma impressão totalmente diferente da que me venderam na Alemanha. Estão, aí fora, vendendo muito a Amazônia".

Tenho balanços de muitas fundações beneméritas, filantrópicas, em benefício do homem da Amazônia, do homem da floresta, onde se constata o seguinte: compram cem mil dólares de castanha do Acre, gastam duzentos com a embalagem nos Estados Unidos e levam em doações dois milhões. Lá é obrigatória a publicação desses dados — temos esses informes todos. Existem outras fundações que levantam recursos fantásticos e gastam tudo em viagens e administração com o pagamento de pessoal. Não fazem nada.

Mandel comprar nos Estados Unidos um título de terra de projeção da Amazônia. Vendem também, esses títulos lá — o jornal *The Guardian* que é um jornal sério, publica anúncios dessas vendas. O interessante é que o cartório é na Costa Rica.

Há muita gente bem-intencionada no Mundo, preocupada, pensando que estão acabando com a Amazônia mesmo, que a estão destruindo, que a estão queimando, e essas pessoas querem dar uma colaboração. E esses sabidos do meio ambiental tiram proveito disso. A mim mesmo já vieram moços, na França, vender bandeirinhas, adesivos de automóvel, cartões para chopp, cuja renda se destinaria a defender a Amazônia. Perguntei-lhes: defender a Amazônia de quê? Não pode estar acabando a Amazônia. Sei disso porque sou de lá, sou Governador do Amazonas. Eles confundem muito o Amazonas com a Amazônia. Tomaram um susto e foram embora.

A verdade é que a discussão do meio ambiente poderia ser muito positiva para o Brasil. O importante é que o Governo brasileiro coloque bem a questão. O Brasil não é o vilão da ecologia; o Brasil é um país do Mundo com a maior tecnologia no plantio de árvores e na formação de florestas plantadas. Começou com a ACESITA; daí foi adquirida a grande tecnologia. Hoje conhecemos mais do eucalipto do que a Austrália; os técnicos da ACESITA chegaram a combater pragas com o próprio eucalipto, sem usar nenhum defensivo, quer dizer, uma tecnologia avançadíssima.

Isso se espalhou pelo Brasil. Temos florestas da ARACRUZ Celulose, da Vale do Rio Doce, do Jari. Temos um sem número de florestas, coisa que nenhum país fez com tecnologia. Temos, também, depois de corrigidas as confusões feitas por cientistas brasileiros e espalhadas pelo Mundo, 500 milhões de hectares da Amazônia, em que, nos 500 anos de existência do Brasil, somente 8,1% da floresta original foi afetada. Mas não quer dizer que foi desertificada. Essa área, ou é cidade — é estrada, ou é cobertura verde, com culturas novas.

Naquela fase de penetração da Belém — Brasília, dos projetos agropecuários ao sul do Pará, todos eles, na época, foram aplaudidos pelo Mundo, porque eram de multinacionais. Depois, a construção da Cuiabá — Porto Velho, Acre, a marcha para Rondônia, coincidiu com a política de que a soja era a solução. As multinacionais, os grandes plantadores resolveram investir em soja. Economicamente, teriam de usar a mecanização e, para isso, precisavam de grandes extensões de terras. Então compraram pequenas áreas para transformá-las em grandes propriedades, o pequeno proprietário foi para Rondônia onde, com pouco dinheiro, pôde comprar grandes propriedades. E não conhecendo a região, não sendo homem da região, sonhou em fazer uma grande fazenda.

E começou a derrubar, e afetou efetivamente 12% do antigo Território, hoje Estado de Rondônia. Só isso.

Mas somando esses erros todos — é sobre isso se o fez plantio de cacau, café, seringueira, de uma série de espécies, castanheiras — apesar de tudo, somente 8,1% da floresta amazônica original foi afetada. E podemos fazer o replantio, o reaproveitamento, o adensamento, com espécies da própria região.

Hoje um projeto muito combatido na Região Amazônica, mas que foi um laboratório — o Projeto Jari. Essa foi a grande experiência que se fez na Amazônia, para saber o que era certo ou não, e a causa nós não incluímos, porque a causa daquilo é que foi um homem muito rico que vivia em outro mundo e sonhou em fazer aquele grande projeto. E quando ele contratou o que havia de melhor no mundo na especialidade: botânicos, pedólogos, levou-os para lá. E essa gente levou, ao lado de outras, também, uma espécie vegetal que achavam que seria melhor para aquela região, a gmelina. Levaram os *sliders* mais poderosos possíveis, quando o nosso solo não suportava determinado peso de máquinas e de instrumentos, sobretudo os *sliders*, que são superiores aos 30cm de camada humosa.

Então, tudo isso aconteceu e está sendo observado. Eles plantaram a gmelina, que no primeiro ano floresceu, cresceu bem, depois ela começou a definhir. Foi aí que eles pegaram outra espécie que conheciam, que embora não fosse da região, mas a ela se adaptava, e a associaram à gmelina. E com a associação se desenvolveram. Mas eles descobriram que na floresta havia dezenove espécies de vegetais naturais da Amazônia, que dão o mesmo resultado para a celulose e que até hoje funcionam por lá, com resultados positivos.

A fábrica de celulose lá é altamente lucrativa. Podemos conservar a floresta natural com o plantio pelo homem não botando lá eucalipto ou pinho, mas sim espécies da própria floresta, como estão fazendo no Pará com o mogno e com o frejó. Naquele Estado, acredito que daqui a oito anos, só uma plantação de mogno no Pará produzirá mais do que toda a Amazônia, porque eles associaram o mogno, o frejó e mais uma outra espécie qualquer, com bom resultado. Não se pode plantar uma espécie só, mas, associada.

Agora, o que há é a pressão internacional para não entrarmos no mercado e assim nos prejudicarmos. Por exemplo, o Oregon gasta em publicidade para a sua madeira mais do que a produção madeireira brasileira.

Vejam como é importante o mercado de madeira para o Oregon. Há pouco tempo houve uma questão no Oregon, no ano passado, porque um grupo de radicais estava lá realizando um movimento muito grande em defesa da coruja pintada, dizendo que aquele trabalho de extração florestal prejudicava a sobrevivência daquela ave. Esse movimento foi tão grande que o Presidente George Bush viajou ao Oregon e se reuniu com todos os segmentos. E foi muito curto e grosso: "É uma questão de escolha: ou a coruja pintada ou os empregos. Se querem acabar com o Oregon, vamos deixar a coruja pintada". E continuaram a exploração madeireira. Isso que eles fazem lá, por exemplo, conversei, há meses, com dezenove proprietários de jornais norte-americanos que foram a Manaus e disse-lhes: Vocês têm a mesma idade que nós, vocês tinham quase a mesma floresta que nós. Vocês hoje, enquanto nós temos quase 92% da floresta original, intocada, não têm 20% da floresta original. Eles disseram: "Tiramos a nossa floresta, mas geramos conforto, trabalho e bem-estar do povo americano". Respondi: e vocês não querem que nós façamos o mesmo com a nossa gente aqui. Esse é o problema.

Agora, para surpresa minha, conversando, domingo, demoradamente, com o Duque de Edimburgo, que achou estranho que as leis brasileiras não permitissem a caça, não houvesse temporada de caça no Brasil, ele que é presidente da *World Wild Life Foundation*, Fundação Mundial para a Preservação da Vida Selvagem. Ele achou estranho, também, que não tivéssemos uma indústria madeireira pujante na Região Amazônica. E isso me chamou a atenção um fato que eu sabia, mas que as pessoas, às vezes, não gostam de falar, porque que não se normaliza a questão do comércio de aves silvestres, que é um grande negócio.

Quem acompanha a revista *Forbes*, por exemplo, sabe que os Estados Unidos têm mais aves silvestres nas residências do que gatos. Cada cada daquela ou tem uma arara, um papagaio, um periquito ou tem uma jacarã. Somente nos Estados Unidos, esse negócio rende de mais de 300 milhões de dólares anuais. Esses problemas não serão discutidos na ECO-92, na RIO-92 ou na chamada Cúpula da Terra.

O Brasil, no meu ponto de vista, o Brasil teria que entrar com um projeto para ser discutido. Que projeto seria esse? Um projeto que contemplasse, efetivamente, um zoneamento econômico-ecológico do País, vamos dizer, uma sistemática legal de apoio a esse desenvolvimento, dentro da nova ótica do desenvolvimento sustentado; a instrumentação executiva desse sistema e os objetivos finais: turismo, exploração madeireira e mineral, saneamento; atividades básicas em projetos efetivos, porque, no fim, se discute, se discute, mas o governo alemão colocou 250 milhões de marcos, há muito tempo, e, até hoje, não vêm porque não há projeto e eles querem um projeto efetivo de desenvolvimento

ambiental na Região Amazônica, mas querem uma coisa efetiva — eles são muito pragmáticos, ninguém os engana com conversa. Já fizemos muitas cartas para o FMI, para esses órgãos todos, temos até uma espécie de "Pero Vaz de Caminha" oficial escrevendo cartas para o FMI e as coisas não resolvem.

A simples discussão, o simples discurso, não vai trazer resultados na RIO-92, e ela poderia se transformar numa alavanca poderosa.

Hoje temos a consciência tranquila de que não seremos os vilões do meio ambiente, porque não temos produção atômica. O nosso sistema de veículos automotores é muito pequeno — temos, no Brasil Intelto, menos automóveis do que Nova Iorque, só uma cidade americana —, não queimamos carvão e a nossa geração de energia elétrica tem base hidrelétrica, somente temos geração a diesel, e eles geram quase tudo a diesel ou energia atômica; não fazemos CPC no Brasil, e não estamos querendo desenvolver o cloro-fluor-carbono.

O próprio mercúrio usado pelos garimpeiros, coltados, que são tratados como bandidos e não como cidadãos brasileiros, quem o vende não são os produtores de mercúrio, mas os defensores da ecologia: Holanda, Inglaterra, Alemanha — são esses países que nos vendem o mercúrio, que não é produzido por eles —, quando se trata de negócio não importa se faz mal ou bem, eles mandam para cá. Esta é a realidade.

Essas colocações, porque sabemos da disposição do Primeiro Mundo, da quase totalidade dos sete, de não sacrificar o seu desenvolvimento em benefício do meio ambiente. Por isso, peremptoriamente, não aceitam a discussão sobre poluição ambiental, programa de redução, a curto prazo, da emissão de gases etc.

Então, a Conferência do Rio será mais um encontro festivo, o Parque do Flamengo destruído e o Riocentro não será concluído.

Era isto que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Vamos passar, agora, à segunda parte, que se refere aos questionamentos dos Srs. Senadores e Deputados. Passo logo a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Meu estimado amigo, Governador Gilberto Mestrinho, eu não faria ao Governador do Amazonas nenhuma pergunta, porque acabo de ouvir, aqui, uma exposição detalhada, tranqüila, séria, correta, do mais legítimo representante do caboclo amazonense.

Comungo, sem dúvida, do princípio básico da tese de V. Ex., de que a questão ecológica — e isso eu já disse em vários pronunciamentos e artigos na imprensa — é, sem dúvida, um problema econômico.

Comungo, sem dúvida, do princípio básico da tese de V. Ex., de que a questão ecológica — e isso eu já disse em vários pronunciamentos e artigos na imprensa — é, sem dúvida, um problema econômico.

Quando isso esteve o Embaixador Azambuja tive a oportunidade de dizer a S. Ex. que não me preocupava, quando observava a ação do Itamarati, com a organização da Rio-92, porque o interesse turístico levaria, sem dúvida, a que tivéssemos razoável organização para esse evento, em benefício de todos que comparecessem ao Rio de Janeiro por ocasião daquela Conferência, o que me assustava era o comportamento político do Governo brasileiro.

Achava, como ainda continuo achando, que as autoridades brasileiras que não conhecem a Amazônia estão mais preocupadas em se mostrar simpáticas aos meios que divulgam a mídia internacional sobre a ecologia, e temia que, embora o previsto para a Rio-92 fosse uma convenção sobre o Planeta Terra, evidentemente, uma Agenda 21, ou coisa que o valha, não iria impor certas obrigações ao Governo brasileiro, que no futuro viessem a representar motivo de pressão para que nós, da Amazônia, continuássemos desesperados diante de tantas riquezas potenciais e de tanta miséria real.

V. Ex. fez aqui profunda reflexão sobre a questão ecológica e indígena nacional. Tenho a certeza de que nós da Amazônia, pela reação que tivemos, liderada, sem dúvida, pelo Governador do Amazonas, já conseguimos modificar muito daquilo que se pretendia fazer, em termos, usando uma expressão de V. Ex., "congelar a Amazônia por 10 anos".

Não perguntaria nada e elogiar a V. Ex. pela maneira correta como expôs o problema e, logo a seguir, pediria desculpas, pois tenho que me retirar; uma vez que sou relator de um projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Muito obrigado, Senador Oziel Carneiro, pela bondade de um velho amigo, e também de um estudioso, que fez a opção de trabalhar na região, com produto da região. O Pará deve muito à sua inteligência, iniciativa e dedicação. O importante é exatamente isso, Senador. Lá, os países pobres com o povo rico. E lá países riquíssimos com um povo pobre. É o nosso caso, o outro é o Japão.

Então, se tivermos uma postura de altivez na busca de tecnologias, de formação de quadros regionais, de competência, aquela região se transformará — e sem danos ambientais —, porque a natureza mesma mostra que quem

vive na Amazônia sente a renascer com pujança cada vez maior. Toda essa baleia que se conta por aí, de oxigênio, de gás carbônico etc., nada tem a ver com a Amazônia. Ao contrário. Está comprovado cientificamente que dos 5 bilhões de toneladas de gás carbônico que o mundo desenvolvido joga na atmosfera, por ano, parte é eliminado pelo processo natural de renovação da floresta amazônica. Constantemente, na floresta, árvores velhas caem e novas sobem. Esse é o processo natural de renovação, porque a árvore é uma bateria de gás carbônico, que retira o gás e o transforma em madeira durante o seu crescimento; ela retira 1 bilhão e meio de toneladas de dióxido de carbono da atmosfera.

Assim, contribuímos para a limpeza. E a melhor forma de tornar superiores as condições da atmosfera seria o manejo constante da floresta, que beneficiaria o homem e o meio ambiente. Entretanto, isso prejudicaria os interesses econômicos dos madeireiros do Canadá, Estados Unidos, Suécia e Finlândia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Presidente, Sr. Governador Gilberto Mestrinho, acredito que a ECO-92 vai procurar informar ao mundo todo, mais especialmente ao povo brasileiro, e, além de informar, imputar determinadas posições contra a soberania nacional. Isso, fazendo um estudo. Há mais ou menos 10 anos vivo na Região Amazônica, e desde aquela época observo movimentos de missões religiosas do exterior, falando na criação da nação lanomami. Esses objetivos paulatinamente vêm sendo conseguidos. Primeiro foi o avanço na Constituinte, quando conseguiu, a inserção dos arts. 232 e 233 referindo-se à intocabilidade da região em que habita a população indígena; agora, um decreto esdrúxulo, inconstitucional, incompetente, que não atende à antropologia indígena da demarcação da área lanomami. Temos que definir duas posições na ECO-92, se queremos mais meio ambiente e menos desenvolvimento ou vice-versa.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Permita-me, Sr. Senador, temos que definir se daremos preferência pelo homem, pelas áreas ou pelos animais; e penso que o fundamento é o homem.

O SR. CÉSAR DIAS — Exatamente, mas meio ambiente e menos desenvolvimento e vice-versa; a posição brasileira diante da dívida externa, a pressão da miséria sobre o povo brasileiro, a necessidade de um acordo internacional em rezer na carilha do mercado aberto etc. Devemos escolher uma posição no meio, com o desenvolvimento auto-sustentado e imprimi-lo na ECO-92.

Gostaria de perguntar a V. Ex. qual é a posição dos Governadores da Amazônia? Não estou vendo nenhuma documentação formal e, inclusive, deveríamos — faço a sugestão — usar a mídia brasileira para informar ao povo do nosso País qual a posição dos Governadores da Amazônia. Não vejo realmente nenhum zoneamento de desenvolvimento econômico e ecológico para a Região Amazônica.

A Subcomissão que criamos, e sempre aplaudi o Senador Coutinho Jorge, determina a nossa posição: o Congresso Nacional aliado aos Governadores, para fazer frente ao Grupo dos 7, aos Impostores internacionais com relação a essa ecofobia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Governador Gilberto Mestrinho.

O SR. GOVERNADOR (Gilberto Mestrinho) — Sr. Senador, a reunião do Rio será de Chefes de Estado; no Brasil, infelizmente, apesar de termos uma Federação, o Estado federal nessas decisões age unitariamente; toma as decisões e os Estados não são consultados.

Tenho feito uma campanha muito grande, e todos sabem disso, colocando a posição, pelo menos, do meu Estado e aquilo que penso da Amazônia, aqui no País e fora dele, com isso alcançando até bons resultados. Figuras que eram contrárias às idéias que pregávamos, hoje, chegaram à evidência de que é possível desenvolver a harmonia com o meio ambiente, como estamos fazendo na Amazônia. Somos o maior exemplo de como se pode manter uma floresta praticamente intacta, porque 8,5% em 500 anos não representa nada, quando em quase cem anos toda a nossa energia elétrica ou motora era tirada da floresta, da lenha. Hoje duvido que alguém note de onde se tirou a lenha, a floresta se reconstituiu.

Essa nossa experiência deveria ser utilizada pelo Governo Federal para a discussão do projeto brasileiro. Há grupos interessados em encontrar efetivamente soluções ambientais, não só aqui como nos Estados Unidos e em outros países. Porque o problema é lá e não no Brasil. Eles querem melhorar as suas condições. Há grupos que estão interessados em um meio ambiente sadio, como todos estamos; há grupos que fazem profissão, meio de vida para ambientalismo; e grupos que têm os seus interesses econômicos, por exemplo, os Tin Brothers, os "irmãos do estanho", que financiam qualquer campanha contra

a exploração do estanho na Amazônia, porque as nossas condições são excessivamente vantajosas em relação às que eles têm lá. Se derrubarmos o preço do titânio, eles perdem mercado, fecham minas. Portanto, eles não querem a exploração da Amazônia. Quando falo no titânio, refiro-me, também, ao ouro.

A internacionalização da Amazônia seria feita não por ocupação militar, mas pela presença física deles aqui. O plano inicial pretendia, quando foi imaginada a Rio-92, uma espécie de alta da Amazônia. Iriam dividir a Amazônia em partes a serem protegidas. Por meio dessa balconização da Amazônia, criariam imensas reservas indígenas, imensas reservas florestais e ecológicas e o homem ficaria impedido de viver. O caso, por exemplo, do seu Estado — o ex-Território de Roraima — é terrível. Agora, foram os Ianomami; amanhã, serão os Macuxi. O território ficará reduzido a 28% da sua superfície, quase 4% da população do outro lado. Isso não está certo. Os Ianomami sempre existiram, eles estão lá há mais de mil anos. Por que descobriram os Ianomami somente depois que o satélite passou em cima da Amazônia e fez o levantamento da riqueza mineral daquela região? Para que os estudos de colocação dos Ianomami nas 90 aldeias ocupadas — os quatro grupos Ianomami existentes falam língua diferente — demarcando as áreas deles? Por que aceitamos a imposição? Se lermos a história da Funai, os estudos da reserva Ianomami, verificaremos que eles ficariam com 1 milhão de hectares, o que seria terra demais para eles. Por que, ao final, a imposição da Drª Aníu, que é sueca, prevaleceu? Revogaram tudo o que havia sido decidido para prevalecer a imposição dela. Por quê? Por causa da imposição internacional. Por quê? Porque exatamente naquela região está a maior riqueza mineral da Amazônia, constituída somente de minérios nobres. Um Ianomami — pelos cálculos que fizemos —, para percorrer a sua reserva, se ele fosse capaz de andar 24 horas por dia, não parando nem para urinar ou beber água, ele levaria 640 anos. Conversando com o Presidente, Sua Excelência disse: "Não entendo; se eles são andarilhos, nessa altura, já deveriam estar, pelo menos, cheios de bernes. Se estão há mil anos naquele lugar, não precisariam de toda essa região".

Aquilo é um enclave. O Presidente Andrés Pérez, que é conhecido por sua simpatia pelos grupos de fora, temendo a reação, propriamente não criou a reserva Ianomami — ele criou a chamada "reserva de biosfera na região Ianomami". Então, agora, ligaram os dois lados. Antigamente, quando estudávamos, eles eram tribos; hoje, são nações, têm línguas e território próprios. Está tudo preparado para a montagem do enclave, como há dez anos foi projetado numa região, na Venezuela, pelo mundo desenvolvido. Estão aqui por quê? Não pensam que eles querem retirar a riqueza mineral da Amazônia, eles não querem que se explore essa riqueza, porque já o fazem com os mesmos minerais em outras partes do mundo, há muito tempo, e os custos econômicos já são altos. Se os explorarmos aqui, derrubaremos o mercado, e eles não poderão concorrer conosco. É preciso, então, que não se explore aqui. Esse, o problema da internacionalização. Observem que, no início, os chamados missionários usavam contador geiger, porque não havia satélite. Hoje não precisam mais. Hoje eles são agitadores, chegam no meio indígena para jogar o índio contra o branco, importunando o índio, dizendo que os inimigos somos nós. Essa é a indução que os funcionários fazem hoje, porque até os salesianos, que fizeram um trabalho correto no rio Negro, a favor do índio, efetivamente, foram acusados por eles, na Corte de Haia, como genocidas; e praticamente abandonaram o rio Negro.

Eles acusam os verdadeiros missionários, aqueles que querem fazer um trabalho de melhor qualidade. E o índio não quer isso. Em Tabatinga e Benjamin Constant, os índios fazem passeata contra a demarcação das áreas — e aqui se quer impor a demarcação. Essa é a realidade.

Outro dia, um Ministro me acompanhava em Tabatinga e ficou admirado, porque os Tuxauas, vieram me abraçar. Eles são meus amigos; o índio é meu amigo. O índio entra na minha casa e eu vou à casa dele. Agora, o protetor do índio, não é aquele que está aqui cumprindo missão, muitas vezes regamente pago. Isso daí tem um objetivo político a cumprir. E estão fazendo. A situação de Roraima vai ser muito difícil, porque o que eles querem é a reação; é sabido que há fazendeiros naquela região que vivem bem com os índios. Tanto vivem bem que minha avó era índia. Então, o que eles querem é criar conflito. Já tentaram alguns. Mas, em breve, não vai demorar dois anos vão haver conflitos ali. Vão inventar conflitos e vão dizer que está havendo genocídio da nação Ianomami, ou dos Macuxis, e vão pedir a proteção da ONU. E a proteção vai ser dada. Esse é o objetivo final. Creio que respondi à colocação.

O SR. CÉSAR DIAS — Acho que esse projeto para os Ianomami é segregatório. Já fui àquelas regiões por várias vezes, peguei malária e outras verminoses.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Eles querem implantar o *apartheid* na Amazônia.

O SR. CÉSAR DIAS — Mas, informado com isso, fiz um decreto legislativo tentando sustar essa portaria. Só que devido à pouca experiência aqui, sugeriram que não tivéssemos formalmente esse projeto de decreto legislativo antes da

Eco-92; que deveríamos esperar para ver qual seria a posição da Eco-92 e depois falaríamos sobre a soberania desse projeto. Ele é inconstitucional, tem uma clareza evidente de inconstitucionalidade, além de segregatório, porque os índios Ianomami falam línguas diferentes, dialetos diferentes, guerream entre si, matam crianças do sexo feminino, não aceitam propriedade imediata. E tudo isso que se está fazendo com a população indígena é uma autodizimação oficializada. Nós não queremos isso. Não sou contra a população indígena, sou favorável. Tem que haver uma demarcação, porém com uma política mais definida e não como o Brasil está fazendo. Deve haver mais responsabilidade. Fala-se tanto em dólar, eu não vejo um cent de dólar chegar para a população indígena. Vejo, sim, os índios morrerem por desnutrição, doenças etc.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge). — Passo a palavra ao terceiro Senador inscrito, Fernando Henrique Cardoso, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Senadores e Srª Senadoras:

É com muito interesse que assisto a este debate. Tive que me ausentar, por uma razão funcional, mas ao que pude assistir, o fiz com prazer, porque dou especial atenção às questões da Amazônia e do meio ambiente. Permitam-me dizer por que e em seguida passarei às minhas considerações.

Na questão do meio ambiente, eu já disse isso nesta Comissão, há muitos anos, depois da Conferência de Estocolmo, houve várias reuniões na Suécia, com o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas; nos anos 70 participei dessas reuniões. Existe uma publicação a respeito do assunto chamada *Development Dialog* — Diálogo do Desenvolvimento —, talvez o primeiro texto em que se focalizou a questão do desenvolvimento, hoje chamado auto-sustentado, texto que elaboramos e participei da sua redação. Tratava-se de mudar o enfoque da Conferência de Estocolmo, que era basicamente esse grito de alerta em cima do Terceiro Mundo. Os países do Primeiro Mundo, de uma forma, jogavam a responsabilidade da poluição e da degradação do meio ambiente no Terceiro Mundo. Infelizmente, no Terceiro Mundo, havia quem achasse isso bom. Ao ex-Ministro Delfim Netto, hoje Deputado, atribuiu-se a frase "bendita poluição". Ele é um homem muito inteligente e não creio que a tenha dito. Ficou, então, o impasse. Bendita poluição, dita pelo Terceiro Mundo e maldita poluição, dita pelo Primeiro Mundo, como se a poluição fosse nossa.

Nos esforços feitos em Estocolmo, nos anos 70, procurava-se mudar um pouco essa visão. Havia um cientista indiano chamado Cotari, um homem muito respeitável, antropólogo de formação; um polaco-francês chamado Inácio Sacks e Maurice Strong, que hoje é Secretário-Geral da Conferência. Naquela época, creio que foi Sacks quem inventou a expressão ecodesenvolvimento, mudou-se um pouco o enfoque.

Há muitos anos tenho preocupação com essa questão e com um enfoque que me pareça razoável. Evidentemente, a cultura é alguma coisa que se faz sobre a natureza, mas até certo ponto há uma antinomia entre cultura e natureza. O mundo natural não é o mundo da cultura, da civilização, é algo que se faz sobre a natureza, que modifica essa natureza, cria-se alguma coisa em cima da natureza. Uma das oposições clássicas, Claude Lévi-Strauss, um grande antropólogo, que trabalhou muito com isso dizia que a oposição entre natureza e cultura é clássica nos estudos de antropologia.

Não se pode imaginar, portanto, que exista uma relação estável: boa é a natureza, ruim é a cultura; boa é a visão do homem que idilicamente foi primitivo; e ruim é tudo aquilo que modifica. Essa é uma visão popular, mas errada. Não se trata disso. A própria cultura não é estática, ela muda. O modo como ela se apropria da natureza, tanto a natureza muda por causa da cultura, como a cultura muda em função da natureza.

Para mim, a Eco-92 terá sentido na medida em que firmarmos pilares nessa direção, ou seja, termos uma concepção que entenda que a questão do meio ambiente, que é fundamental, não pode ser separada da questão do homem, que é parte do meio ambiente, e da questão da cultura e da civilização, que são instrumentos que trabalham a natureza. Esse deve ser o pano de fundo, a idéia da discussão na Eco-92.

Isso vem dentro, ainda, de um ambiente em que os gritos anteriores permanecem. Muita gente acha que tem que preservar. Outros dizem: "não, tem que destruir". Não é uma coisa nem outra. Nem a natureza está aí para nunca ser tocada, porque isso impediria a própria existência da espécie humana, que é uma espécie que na evolução acabou por depender de produtos que ela inventa, que não são da natureza, nem se pode imaginar que vá se destruir toda a natureza, porque ela continua sendo a base da própria cultura e da existência do gênero humano. Temos que ter outra compreensão desse processo. Adicione-se a isso o que disse o Governador. Não se pode encarar esse processo como se os países subdesenvolvidos fossem os responsáveis pela degradação do meio ambiente, porque não é assim. O efeito estufa, todo o mundo sabe disso, não depende do que se queima aqui, mas do que se queima lá. Se

não se mudar a matriz energética do Primeiro Mundo, evidentemente não haverá desenvolvimento auto-sustentado nem equilibrado, porque a matriz energética supõe, lá, uma enorme destruição de combustível fóssil, por exemplo, que é altamente poluidor.

Essa questão tem que ser abordada junto com a outra, que é a poluição da pobreza. Não é só a riqueza que polui. A pobreza polui, porque ela não tem condições de não poluir. A questão de melhorar o nível de vida da população tem que ser parte integrante de uma nova visão a respeito do que seja a preservação do meio ambiente.

Penso que essas são posições fortes que o Brasil deve sustentar na Eco-92, sabendo que vem muita gritaria antiquada e preservacionista. Mas também, como disse o Governador, no Primeiro Mundo, há pessoas que também querem melhorar as coisas e às vezes não sabem como fazê-lo.

Participo muito de reuniões internacionais; juntamente com o Deputado Fábio Feldmann, estive nos Estados Unidos, recentemente, participando de uma reunião preparatória à Conferência do Meio Ambiente com um grupo de aproximadamente 40 pessoas do Hemisfério, que efetivamente querem melhorar as coisas; não sabem muito bem como fazê-lo, mas temos que obter uma condição política razoável: não aceitar aquilo que se diz sobre o Brasil nem deixar de reconhecer que a preservação do meio ambiente, nessa perspectiva que estamos abordando é fundamental para nós. E aí passo à minha segunda experiência sobre a Amazônia.

Também nos anos 70 fiz um pequeno estudo, publiquei um livro sobre a Amazônia; sobre o sul do Pará. Foi até muito interessante, porque fui para lá com Severo Gomes, meu amigo, que tinha uma fazenda no sul do Pará, em Santana do Araguaia. Fomos com um outro sociólogo chamado Juarez Brandão Lopes e andamos por lá, onde hoje há uma cidade chamada Redenção. Naquele tempo não havia a cidade; só algumas casinhas. E não sabíamos que estávamos no meio da guerrilha — e havia guerrilha.

Descobrimos a guerrilha lá e ficamos assustadíssimos. Quem nos contou foi o bispo, que, aliás, era muito solidário com o que estava acontecendo.

E constatei isso que o Governador criticou: a destruição da floresta, efetivamente. Por quê? Porque daquela altura os incentivos para a derrubada da mata existiam. As fazendas da Pirelli e Volkswagen, eu as vi. O mecanismo de derrubada era o mesmo usado hoje no cerrado: pegam o trator e a corrente e derrubam tudo. Não podemos consentir com esse tipo de ocupação!

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Senador, nem precisamos. Temos 70 milhões de hectares de campos naturais na Amazônia.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não há falta de campo natural. Isso é que não podemos deixar acontecer: destruir a floresta para plantar pasto é um atraso, não resolve. Com o pisotelo do gado sobre o campim, o pasto não vai durar.

Então, não podemos aceitar nem 8, nem 80. Não compactuar com a destruição e saber que é possível haver a utilização racional da floresta, porque é possível a conservação — ah! lá na floresta e vi.

O mogno, por exemplo, é uma árvore que nasce muito distante uma da outra na maioria das regiões da Amazônia. Obviamente, conseguir concentrar a plantação de mogno é um bem, não é um mal. Por outro lado, também é certo, como disse o Governador, que há árvores que não podem crescer, porque não têm acesso ao solo, e que, cortando de maneira adequada, vão crescer.

Acho que o ponto de vista racional é o de que temos que cuidar das nossas riquezas naturais, não só da Amazônia.

Falei do cerrado, também. Cuidar não significa não tocar na riqueza natural, mas simplesmente tocar de maneira razoável, equilibrada e inteligente. Há recursos e tecnologia para isso. Temos que utilizar essa tecnologia de maneira adequada.

Não conheço, infelizmente, mas já fui convidado para visitar a zona do Jari, e sei que estão fazendo um aproveitamento racional nessa região.

Conheço o Amazonas e o Pará — até porque minha mãe era amazonense e meu pai esteve exilado em Óbidos, durante a Revolução de 24, onde passou dois anos exilado ali. Então conheço essas histórias do Amazonas desde menino. Sei que a região que foi destruída é pequena, proporcionalmente. Isso não nos desobriga de termos cuidados com ela, porque é uma riqueza enorme, não para ficar preservada, mas para ser explorada de maneira racional. É uma riqueza enorme. E essa base genética é realmente algo impressionante e vai ter um papel enorme no futuro.

Não acho que devemos conciliar com qualquer idéia internacionalizadora. Acho que a preservação da Amazônia deve ser feita com a utilização racional.

O Príncipe andou por lá, hoje já está aqui conosco. Possivelmente, já aconteceu com o Chanceler da Alemanha; acontecerá com ele, também, ao ver a

realidade. A caça é uma questão de regulamentação. Não se pode deixar que se destrua, que haja projeto sem elaboração. É uma questão de regulamentação. Em todo o mundo é assim, há que regulamentar, não se pode deixar de fazê-lo. O que não se pode permitir é a caça predatória.

Na África, não estão querendo matar elefantes, porque a população de elefantes cresce demais após a preservação?

Agora, temos que definir uma política adequada às nossas riquezas, aos nossos interesses e que preserve a natureza, nesse sentido, das condições de preservar a base que permite a reprodução da cultura.

Aí entra a questão indígena que é bastante delicada. Por quê? Porque há um lado nessa questão que é quase museológico. Minha mulher é antropóloga, e para não brigar em casa eu esqueci a antropologia. Mas alguma coisa aprendi com a antropologia.

Há muito poucas regiões do mundo que têm essa riqueza de diferenciação de cultura original, como tem o Brasil, a Colômbia, a Venezuela. Creio que não há paralelo, porque havia na Austrália, na Nova Zelândia, mas a degeneração foi maior do que aqui.

Assim como há um banco genético, há um banco cultural, e essa diversidade cultural, mesmo tão pouca, é muito importante, do ponto de vista científico. Por exemplo, os lanomami falam quatro línguas sendo vários grupos. Às vezes há grupos com poucas pessoas e que nos estudos antropológicos guardam memórias de milhares de anos. Um antropólogo quando vai estudar um grupo com trinta pessoas, elas representam um patrimônio cultural para a humanidade.

Temos que conciliar isso; a preservação desse patrimônio cultural ou os interesses da sociedade mais global, que não têm nada a ver com internacionalização. Não conheço detalhes, mas acredito no que estão dizendo, que as áreas demarcadas muito grandes. É uma questão de bom senso. Vamos chegar a um entendimento sobre a área necessária. A demarcação é necessária, porque senão acabaremos com o patrimônio cultural e essa diferenciação. Não adianta o argumento de que são somente 30 pessoas, porque esses 30 são únicos, do ponto de vista da história da humanidade. Não há outros iguais a esses 30, eles têm que ser tratados como um diamante e colocados num cofre, geneticamente. Esse cofre tem uma espessura enorme, proporcional, mas o cofre não precisa ocupar o espaço todo.

Acredito que o Governador, ao dar a inflexão que está dando às suas observações, está fazendo um contraponto que é útil. Podemos chegar a um termo conveniente para todos, nada de internacionalização, nós mesmos definiremos a nossa política e a idéia de preservar tantas culturas indígenas quanto a natureza como peça fundamental; mas a preservação não implica em intangibilidade.

Um certo grupo de indígenas, na questão dos grupos negros e alemães que são grupos com contatos antigos e, de alguma maneira, sem as mesmas características de preservação como os lanomami e outros grupos têm que ter o bom senso de se unir e de se chegar a um acordo razoável.

Vamos ver o que vai acontecer com a Eco-92. Naturalmente um *show off*, uma grande demonstração, um filme, um *happening*. O mundo moderno gosta de espetáculo. Até na política, tudo se transforma em espetáculo, e não podemos cair no espetáculo. Mesmo que isso ocorra, nós, que somos uma sociedade política, temos que definir as nossas linhas de ação independentemente de espetáculo, negociando, conversando, respeitando as diversidades, entendendo que no mundo lá fora existe muita ignorância sobre o que acontece aqui, e que cabe a nós lutar. Acho que o Presidente Collor, nessa matéria deu uma cambalhota. Como a situação estava muito difícil ele também tem *show off*, criou condições para que começemos a ter um diálogo racional e não radicalizemos posições. Nunca fui do PSB mas há uma certa sabedoria política no Brasil, porque não concordo com as pessoas que estão sempre contra o espírito conciliador do brasileiro. Não pode ser só isso, mas tem suas vantagens também. Vamos chegar à posição de um diálogo mais racional.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Acredito que o Senador colocou muito bem essa questão. Lembro-me até de um artigo, há muito tempo, na revista *Civilização Brasileira*, de sua autoria, já abordando essa questão ambiental, inclusive a Amazônia. As colônias são racionais.

Em primeiro lugar, queremos o direito de o homem amazônico desfrutar, com inteligência, dos recursos que tem e, através disso, eliminar a pobreza em que vive.

Em segundo lugar, a experiência cabocla, com a tecnologia, e a experiência científica, organizada, acadêmica, do mundo desenvolvido, casando-se essas duas forças, para melhorar o aproveitamento da região.

Em terceiro lugar, o problema da área indígena. Defendemos a demarcação das áreas indígenas, mas sempre compatível com a necessidade efetiva do índio. O índio sabe o que quer; o verdadeiro índio sabe o que quer. E há tempos, exemplos.

Temos Belém do Solimões, que foi demarcada, onde não há problema. O único problema em Belém do Solimões é que me pediram uma vez um

motor de luz, e eu mandei construir uma usina hidrelétrica e urbanizar toda a localidade. O resultado é que hoje tem quase 4 mil índios vivendo lá. Tem luz, telefone, televisão. É uma área pequena. Vivem bem, não há conflito; há escola funcionando.

E falo com tranquilidade, porque, pelo menos, eu fui o primeiro, não sei se fui o único, mas o primeiro Governador da História do Brasil que editou cartilhas em ticuna, em tucano, em lanomami, para que esses índios, que só tinham tradição oral, pudessem registrar na sua língua as suas tradições. Mandei fazer cartilhas; foi um trabalho grande de lingüística.

O convívio que tivemos com o índio sempre foi muito bom, e querem, como colocou o Senador César Dias, mudar essa política e criar um *apartheid* no Amazonas, porque somos proibidos de entrar numa reserva indígena.

Não sei se o inverso também vai acontecer.

E o que é pior, quando acontece uma epidemia na Região Amazônica, porque o índio também está sujeito a doença, não culpam a Funai, culpam o Governo.

Queríamos executar um programa de educação indígena, já com um modelo de escola discutido amplamente. Durante três meses, estivemos lá, em Manaus, discutindo com eles, mas não pudemos implantar porque esse problema indígena da Funai, não é do Governo.

Essas contradições da história brasileira é que levam a situações assim.

Mas, sou muito agradecido à colocação do Senador. Acredito que o Brasil, agora, e o mundo estão despertando.

A Sr^a Brutland — que já teve uma posição mais radical no passado, ainda ontem tive uma conversa fantástica com ela, em Manaus — está de acordo com o nosso ponto de vista. Já havíamos conversado, em 1985, quando ela esteve em Manaus e eu era Governador na época. Havia muita desinformação. Quando se andava na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo na Ásia, a impressão que se tinha era que a Amazônia ia acabar no dia seguinte.

Temos até uma autoridade do Governo, hoje, que fez uma conferência em 1983, no Canadá, dizendo que em 1990 não haveria mais nenhuma árvore no Pará, na Amazônia, no Acre, em Roraima, e que no ano 2000 o Amazonas se acabaria.

Hoje essa autoridade é Secretário do Meio Ambiente do País.

Nós mesmos criamos problemas aí fora, como colocou o Senador, e somos um pouco responsáveis por esta imagem negativa.

O nosso problema ambiental não é o mesmo que existe nos países desenvolvidos; é totalmente diferente. A degradação do nosso meio ambiente é consequência exclusiva da pobreza.

Infelizmente, não temos um desenvolvimento industrial.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados; o Governador Gilberto Mestrinho, de início, comunicou que tem um compromisso com o Presidente da República. Estão inscritos ainda vários companheiros. Temos, portanto, o compromisso de liberar S. Ex^a.

Poderíamos fazer o seguinte: para os companheiros Senadores que tiverem interesse, prepararíamos um questionamento por escrito, encaminharíamos aos governadores, que poderiam devolver oportunamente, porque esta Comissão tem um papel importante. Ouviríamos não só o Governador Gilberto Mestrinho, mas outros governadores do Brasil. Possivelmente, teremos um encontro global com os governadores interessados no assunto para que, durante a reunião do Rio de Janeiro, o Senado e o Congresso Nacional tenham posição clara do que pensam a respeito dessa conferência.

Eu apelaria aos Srs. Senadores para que, atendendo a esse pedido do Governador, em face ao seu compromisso com o Presidente da República, encaminhassem à Comissão os seus questionamentos e oportunamente o Governador os responderia.

Agradeço, sensibilizado, a presença do Governador Gilberto Mestrinho, a sua participação importante em relação ao que nos disse e que ficará registrado nos Anais do Congresso Nacional, sobretudo no relatório que será elaborado nesta Comissão e que será a posição do Senado Federal frente a esse grande encontro no Rio de Janeiro.

O próprio Presidente tem uma série de questionamentos importantes a serem colocados, entretanto, não poderá formulá-los neste momento.

Mas uma vez agradeço a presença do Governador Gilberto Mestrinho e fique certo, Governador, que a sua contribuição foi muito importante para o êxito desta Comissão, que visa, em última análise, acompanhar o que o Brasil fará na Rio-92. (Palmas.)

2.8 — Palestrante-Convocado: Governador Jader Fontenelle Barbalho
Cargo: Governador do Estado do Pará
Data: 9-4-92

Tema: Os Países Pobres e a Conservação do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: aqui estamos reunidos, mais uma vez, na Comissão que acompanha a programação da grande Conferência Rio-92, também chamada Eco-92. Este órgão do Senado Federal vem exatadamente, ao longo deste período, ouvindo em audiência pública, personalidades da vida brasileira que possam trazer sua contribuição, sua visão a respeito da importância da Rio-92, sobretudo trazer idéias e sugestões de relevância para o sucesso daquela Conferência.

Nós iniciamos, há quinze dias, a fase do comparecimento dos Governadores. Tivemos, na última reunião, a presença do Governador Gilberto Mestrinho e hoje temos a do Governador do Pará, Jader Barbalho, que, com sua experiência, sua visão, seu conhecimento de Amazônia e da problemática paraense e brasileira, por certo irá brindar-nos com informações importantíssimas.

Além disso, o Governador Jader Barbalho foi responsável pelo grande encontro realizado em Belém do Pará, o Sindamazônia, que faz parte dos vários eventos preparatórios da grande Conferência Rio-92. Por esta razão, nossa Comissão tem o prazer de contar entre nós com o Governador Jader Barbalho, para que ele traga não só sua visão pessoal sobre aquele importante encontro que se realizará no Rio de Janeiro, mas também os resultados do simpósio ocorrido em Belém e que trouxe, por certo, subsídios de alta relevância para a nossa reunião do Rio de Janeiro, a ser realizada no próximo mês de junho.

Sem mais delongas, passo a palavra ao nosso caro Governador Jader Barbalho, que disporá de 30 minutos para sua exposição.

O SR. JADER BARBALHO — Exm^o Sr. Senador Coutinho Jorge, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senado Federal e particularmente a esta Comissão o privilégio dispensado ao Governo do Estado do Pará de ter a oportunidade de dar sua contribuição, sua opinião sobre esta questão tão importante, que é a realização da Rio-92, ou Eco-92, no próximo mês de junho. Quero agradecer, especialmente, a presença não só do Senador Coutinho Jorge, mas a do Senador Jarbas Passarinho e dos Deputados que integram a bancada federal do Pará no Congresso Nacional, os quais muito nos honram com o prestígio de sua presença neste encontro.

Quero, ainda, congratular-me com o Senado pela realização desses debates e que demonstram a preocupação do Parlamento brasileiro com a séria questão da conciliação dos problemas ecológicos, do meio ambiente, com o desenvolvimento. Creio, Senhores, que a reunião do Rio de Janeiro será uma grande oportunidade não só para o Brasil mas para os países pobres do mundo, que têm o dever de manifestar solidariedade, que deve ser universal, com relação à preservação e conservação do meio ambiente.

Não nos filiamos àqueles que acham que o desenvolvimento deve ser alcançado a qualquer preço. Acreditamos que mais do que nunca a questão da preservação e da conservação do meio ambiente deve ser uma preocupação de toda a humanidade. Por isso mesmo o Brasil deve filiar-se à corrente daqueles que se preocupam com a natureza. Mas creio que essa Conferência, que pretende discutir também o desenvolvimento, deve ser a grande oportunidade para que países como o Brasil demonstrem que ao lado da preocupação com o meio ambiente há necessidade de se entender que a pobreza também é uma questão universal. Se a questão da preservação e conservação do meio ambiente é de interesse de toda a humanidade, também deve ser de interesse de toda a humanidade a questão da pobreza. Mesmo porque entendemos que o homem, nas regiões pobres, inevitavelmente acaba se transformando num predador, para sobreviver. Ademais, não conseguimos entender como defender o ecossistema abstraindo-se a figura do homem.

Creio, portanto, que o Brasil deve preparar-se, juntamente com os países pobres de todo o mundo, para participar dessa conferência apresentando sua solidariedade com relação à questão do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, exigindo dos países ricos solidariedade também no combate à pobreza. Entendemos que só desta forma a Conferência e a Carta 21 poderão efetivamente apresentar uma proposta séria, conciliadora das questões relacionadas com a preservação e com a conservação do meio ambiente, bem como da elevação da qualidade de vida e do desenvolvimento a que as regiões mais pobres do mundo têm direito.

Assim, quero mais uma vez reafirmar as minhas congratulações ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, pela preocupação, que se materializa nesta Comissão, de ouvir não só administradores públicos, mas empresários, organizações voltadas para a questão ecológica, a fim de que o Congresso Nacional acompanhe de perto e se prepare para o que irá acontecer na Rio-92.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não viria eu a esta Comissão para assumir uma postura professoral e falar aqui das riquezas da Amazônia. Aqui estão representantes, tanto do Senado quanto da Câmara, que conhecem

muito bem a região e há até representantes de outros Estados não inseridos na Amazônia que igualmente conhecem a Região Amazônica. Mas devo registrar a importância mundial de que se reveste a Amazônia na Eco-92. Creio que em qualquer debate, particularmente neste, a Amazônia não será de forma alguma, omitida. E a Amazônia representa um terço da floresta tropical úmida do planeta. A Amazônia possui uma quinta parte da água doce que chega aos oceanos do mundo. E a sua biodiversidade é fantástica. Temos um terço das espécies vivas da Terra, em termos de fauna e de flora. Inevitavelmente, portanto, a Amazônia é tema obrigatório em qualquer discussão que diga respeito à conservação e à preservação ecológicas.

Não desejo que esta minha vinda ao Senado seja interpretada como a de alguém que vem falar sobre toda a Amazônia. A Amazônia corresponde a dois terços do território nacional. A diversidade regional é flagrante, inclusive na própria Amazônia, inclusive no meu próprio Estado. A realidade do arquipélago de Marajó é distinta da do sul do Pará, como a realidade da Zona Bragantina, ou do Salgado, é distinta da do Baixo Amazonas. Por isso mesmo, em algum momento o nosso discurso não pode ser idêntico ao do nosso querido e estimado amigo o Governador Gilberto Mestrinho, do Estado do Amazonas. Porque a realidade do Pará é diferente da do Amazonas. Inclusive o processo de ocupação recente é muito distinto. No Estado do Pará é que foram construídas as grandes rodovias federais na Amazônia, a partir da Belém-Brasília. Depois da Belém-Brasília, a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá. O processo de ocupação e o processo migratório foram mais acentuados no Estado do Pará e, posteriormente, em Rondônia, do outro lado da Amazônia. A intervenção dos grandes projetos econômicos ocorreu de forma muito acentuada no meu Estado, patrocinada pela política de incentivos fiscais. As ocorrências de desmatamento acentuado tiveram lugar exatamente no Pará, num primeiro momento, como a norte de Mato Grosso e, posteriormente, em Rondônia. Ao lado de uma migração estimulada, como foi o caso da ocupação da Transamazônica, nós tivemos e temos tido uma migração espontânea, através dessas rodovias e da travessia do Araguaia e do Tocantins. Nosso processo de ocupação é, portanto, diferente. São os sem-terra de outras regiões que vão para o meu Estado, tangidos pela concentração da terra no Nordeste, tangidos por uma concentração da terra em outras regiões do País. Antes vieram os empresários, estimulados pela política de incentivos fiscais, na época em que a terra valia quase nada — se é que posso fazer esta afirmação — depois vieram os pequenos agricultores, ainda estimulados pelo Governo, de certa forma. Foi em 1971 — salvo engano de minha parte — que o ex-Governador e ex-Ministro da Agricultura, na oportunidade, Presidente do Incra, Moura Cavalcanti, convocou os sem-terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia. E o Bico do Papagaio não nasceu por acaso. O Bico do Papagaio, aquela região conflagrada, que abrange o sul do Pará, o oeste do Maranhão e o norte do hoje Estado do Tocantins, nasceu, de certa forma, de um erro de política econômica. Porque, primeiro, vieram os empresários, com incentivos fiscais, e concentraram a terra, estimulados por um gesto de política econômica; posteriormente, vieram os agricultores, ainda estimulados pelo Governo. Inevitavelmente, com as dificuldades de uma região sem infraestrutura, houve o confronto entre proprietários, posseiros e agricultores sem-terra. São os sem-terra do meu Estado, que fazem parte também da nossa paisagem. São os garimpeiros, que também demandam de outras regiões, fundamentalmente do Nordeste, com o sonho do enriquecimento fácil e que sem tecnologia adequada utilizam o mercúrio na obtenção do ouro e causam a poluição química dos nossos rios, com a utilização das dragas que fazem a poluição física dos nossos rios.

Desse modo, a Amazônia, particularmente o meu Estado, tem sido o teatro desta exploração das contradições nacionais. É muito fácil verificar que, no conflito fundiário ou no campo da mineração, seguramente os envolvidos são pessoas que não têm sua origem na Amazônia. E o Pará chega a ser o campeão do conflito fundiário, mas em razão das contradições de outras regiões do País, de pessoas que se encaminharam para aquela área em decorrência da concentração da terra e de outros desvios de natureza econômica e social. As queimadas na região, em grande parte, existem, primeiro, estimuladas pelos grandes projetos de pecuária. Registra-se agora uma queda acentuada dessas queimadas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registrou, no ano passado, uma redução considerável das queimadas na região. Creio que se deve levar em consideração que houve uma fiscalização maior por parte do Governo Federal e também uma conscientização maior da sociedade brasileira e, por isso mesmo, uma pressão de natureza política acentuada. Houve também uma redução no que diz respeito a investimentos para a pecuária na região, o que, sem dúvida, acabou redundando numa redução.

Mas, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o trabalho do INPE, entretanto, registrou ter havido um maior número de pontos de fogo na região. Se o espaço de queimadas se reduziu, o número de registros se ampliou. Por quê? Porque a migração continua para a Região Amazônica, particularmente para o meu

Estado. Além disso, há a ausência de tecnologia adequada, em favor dos pequenos agricultores. Eles continuam queimando para o plantio das suas culturas de subsistência.

Então, essa questão da transferência de tecnologia e essa questão da pobreza são dados importantes no momento em que se debate o problema da conciliação do meio ambiente com o desenvolvimento. A propósito, a ONU, em um dos seus relatórios, registra: "A preservação ecológica não pode ser realizada à custa do agravamento dos níveis de pobreza das populações".

Eu indago a V. Ex.^a: é possível, no meu Estado, se considerarmos que os garimpeiros utilizam o mercúrio de forma inadequada, é possível simplesmente fechar, neste momento, os garimpos no Estado do Pará? (*Trecho inaudível.*)

O Governo do Pará não se permite ficar apenas no discurso. Mesmo porque não teríamos a veleidade de tentar concorrer, no discurso, nesta questão. De forma prática e objetiva, o Governo do Estado do Pará realiza, através do seu Instituto de Desenvolvimento, o IDESP, um programa que quer a parceria do Governo Federal — e que tem a expectativa desta parceria, particularmente — e que se consubstancia no programa de zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará. Trata-se de projeto que irá demandar cerca de quatro anos, já que não é de fácil execução, e que também demandará cerca de 20 bilhões de dólares, que o Estado, apesar de rico economicamente, mas pobre financeiramente, não tem condições de bancar, em face de outros projetos também considerados prioritários.

Nós esperamos que com este projeto, que deveria também ser a preocupação dos outros Estados amazônicos e que deveria ser motivo de preocupação também a nível nacional, porque não é possível estabelecer nenhum programa de ocupação econômica em bases sólidas sem que se tenha o zoneamento econômico e ecológico, particularmente numa região como a Amazônia... É preciso saber, em cada pedaço da Amazônia, o que se deve fazer. E, mais do que isto, o Governo deve estar consciente de onde deve investir, onde deve financiar, onde deve jogar o dinheiro público, e não como lamentavelmente foi feito ao longo do tempo, quando tínhamos agências de desenvolvimento que se comportavam como meros balcões para a política credulícia, já que, sem um zoneamento econômico e ecológico, o que interessava era saber se o empresário tinha ou não capacidade de conseguir recursos provenientes de incentivos fiscais, mas sem que o Governo, através de sua agência de desenvolvimento, fosse capaz de estabelecer: "Não, nós aceitamos o investimento empresarial, mas o investimento empresarial dirigido por uma política de Governo". O qual, no meu entendimento, só poderá ser implementado se houver um zoneamento econômico e ecológico capaz de dar direção segura a qualquer política de ocupação na região.

Então, o Governo do Pará, desde que assumi, no primeiro momento, a determinação tem sido esta. E nós estamos com a seleção de todas as áreas, procurando transformar em realidade este projeto de zoneamento econômico e ecológico.

Outra contribuição que o Governo do Estado do Pará não deixou de dar foi a de realizar um simpósio de caráter internacional, com base científica e tecnológica, para caracterizar a sua contribuição, a contribuição da Amazônia, com um debate realizado em Belém, para a Eco-92 ou Rio-92. E fizemos realizar, há cerca de um mês e meio, o Sindamazônia — Simpósio Internacional da Amazônia, no qual reunimos mais de 3.100 participantes — cientistas, técnicos, empresários, trabalhadores e políticos — para, com dez grandes temas selecionados e 61 subtemas, discutirmos os projetos alternativos para a Região Amazônica. Para que não fôssemos só no discurso.

E é o que trago hoje a esta Comissão, como contribuição ao Congresso Nacional: os anais do Sindamazônia. Neles estão registrados todos os debates, todas as sugestões oferecidas naquele encontro, de alternativas em todos os campos: qual a alternativa para a mineração na Amazônia, qual a alternativa para os projetos agrícolas na Amazônia, enfim, todas as potencialidades econômicas que a região tem, com projetos que sejam conciliadores no que se refere à questão ambiental e ao direito que nós temos ao desenvolvimento. Afinal de contas, somos milhões de brasileiros, somos milhões de seres humanos que ocupamos a região amazônica e que cremos possível estabelecer um programa de ocupação que concilie o meio ambiente com o combate à pobreza. Daí esse simpósio internacional que realizamos com base científica e técnica, cujos anais eu deixo aqui, para que os Senhores Congressistas possam examinar os debates e as contribuições ali oferecidas.

Desse simpósio o Estado do Pará considerada prioritário, como considera prioritário que os demais Estados o façam, se ainda não o fizeram — se o fizeram, as minhas escusas — a sua lei ambiental. Porque a Constituição Federal permite a competência concorrente com a União no tratamento da questão

ambiental. Mas os Estados precisam de instrumentos para esta ação concorrente, estabelecendo uma co-responsabilidade com o Governo Federal, por ser de responsabilidade das autoridades locais também, junto à opinião pública, dar resposta à questão da conciliação do meio ambiente com o desenvolvimento. Assim, logo após o Sîndamazônia, com as conclusões daquele simpósio, nomeamos uma comissão para elaborar o anteprojeto de lei ambiente do Estado, que espero esteja concluído até meados deste ano, para ser enviado à Assembléia Legislativa do Estado. Isto, para que se evitem distorções. Em primeiro lugar, uma intervenção incabível, por parte de órgãos do Governo Federal, à revelia da autoridade local, da sociedade local, e, depois, para estabelecer, repito, esta co-responsabilidade, que entendemos necessária, entre o Governo da União e os Governos estaduais.

Houve um episódio no meu Estado, para lhes dar apenas um exemplo, que passo a relatar. Havia o interesse de uma empresa de instalar-se em Trombetas, a região do Baixo Amazonas, mais especificamente no Município de Orizimintá, para exploração de uma jazida de bauxita, num investimento da ordem de 250 milhões de dólares e que geraria cerca de 8 mil empregos diretos. Nessa região, ao lado, já se encontra a nossa multinacional, a Vale do Rio Doce, através da Mineração Rio do Norte, também industrializando bauxita numa mina ao lado. Que aconteceu? O IBAMA e algumas organizações ditas não-governamentais fizeram uma movimentação de tal ordem que, depois de tudo acertado para a implantação dessa indústria, acabou o Estado do Pará perdendo esse empreendimento. Fui surpreendido, depois de todo o nosso interesse de um Estado pobre que precisa verticalizar o seu desenvolvimento, que precisa gerar empregos, que se recusa a assistir a suas matérias-primas apenas serem exportadas, sem nenhum valor agregado a mais em favor da sociedade paraense, com a perda da indústria, numa região pobre como o Baixo Amazonas. Depois de todos os esforços do Governo do Estado para a implementação da indústria, fomos surpreendidos, já que o IBAMA havia causado dificuldades. De certa forma, até achei que havia alguma coisa a mais por trás disso. Cheguei até a manifestar essa opinião a alguns dos meus auxiliares. Eu cheguei pensar que a nossa Vale Rio Doce, a Mineração Rio do Norte, não tinha interesse nesta outra empresa a seu lado. E fui surpreendido com uma comunicação da empresa, que agradecia as atenções do Governo do Estado, mas, dadas as dificuldades encontradas, havia se incorporado ao capital da Mineração do Rio Norte, materializando tal incorporação com as reservas de bauxita. E compuseram um outro projeto multinacional no Maranhão, também de seu interesse. Resultado: a nossa multinacional e a multinacional estrangeira se compuseram e quem perdeu foi o Estado do Pará, que perdeu a oportunidade de ter mais 8 mil empregos gerados e seguramente mais ICMS para a sua combatida arrecadação estadual.

São fatos desta natureza que nos obrigam transmitir-lhes a nossa preocupação em dispormos de uma lei ambiental no Estado e assumimos o papel concorrente que a Constituição Federal estabelece no que tange à questão do meio ambiente. Além disso, o Estado do Pará, preocupado com que se fique só no discurso... E eu, no meu discurso de posse — e dos Senadores e Deputados aqui presentes, a maior parte de meu a honra de comparecer à minha posse, inclusive o Ministro Jarbas Passarinho ali compareceu na condição de Ministro da Justiça e representando o Sr. Presidente da República — em meu discurso de posse eu usei certa expressão quanto a esta questão: "O Estado do Pará não aceita discursos sem recursos". Discutir a questão ecológica sem, ao mesmo tempo, dar contribuição, para nós é totalmente dispensável.

Mas, não querendo ficar só no discurso, resolvi materializar aquilo que eu chamaria de uma espécie de provocação: elaboramos um projeto de conversão de dívida externa para conservação e para preservação. Separamos, no Estado, uma área de um milhão de hectares, no centro do Estado, em área considerada virgem, isto é, de flora e fauna intocadas, sem a presença de índios e de posseiros. Elaboramos este projeto, que levei ao Sr. Presidente da República e, posteriormente, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, para oferecer a esses organismos e aos países do Primeiro Mundo interessados na questão do meio ambiente uma proposta do Governo do Estado do Pará. Qual era a nossa proposta? Trocar a nossa dívida externa futura pela preservação dessa área de 1 milhão de hectares no centro do Estado.

V. Ex.^a indagariam: e a soberania nacional? Não, não seria trocar esse território brasileiro com ninguém, mas colocá-lo à disposição de uma instituição que possui 125 anos de existência e que é uma honra para o Estado do Pará e que deve ser uma honra para o Brasil: o Instituto Emílio Goeldi. Trata-se de instituição situada no meu Estado e que desfruta de credibilidade internacional, dedicando-se à antropologia social, à pesquisa da fauna e da flora, ao longo de todo esse tempo. A ele o Estado cederia essa área, em comodato, para pesquisa da fauna e da flora, ao Instituto Emílio Goeldi, que já mantém convênios com diversas instituições internacionais. Enquanto isto, a nossa dívida externa, que é pequena se comparada à dívida nacional — são 130 milhões de dólares, portanto muito pequena... O Estado do Pará, apesar de pobre, está hoje com

suas contas em dia, sem problemas com relação a credores internacionais. Então, o que nós queríamos era simplesmente que os governos dos países ricos, que as organizações não-governamentais das sociedades ricas adequirissem a nossa dívida externa no mercado formal, a qual chega a 25 ou 30% do valor de face, e a colocassem à disposição do Estado do Pará. Para que? Exatamente para conciliar meio ambiente com desenvolvimento, para um projeto agrícola no Estado, de culturas de ciclo longo, como dendê, seringueira, castanha, cacau, em áreas consideradas degradadas. Estaríamos, assim, reforestando o Estado com culturas de ciclo longo, viabilizando mão-de-obra para o setor agrícola, gerando produção, gerando tributação, gerando desenvolvimento, conciliando, de um lado, o projeto de preservação ecológica e, de outro, o projeto de combate à pobreza e, ainda, oferecendo uma grande oportunidade para aqueles que ficaram até aqui só no discurso de entrarem com os recursos. Falar de nós, só falar de nós, sem contribuir conosco, sem reconhecer a nossa pobreza, sem reconhecer o quanto é predatória a vida da maioria das pessoas da minha região!...

Não! Era a oportunidade que o Estado do Pará oferecia a esses grupos e a esses governos de materializarem a sua preocupação com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento e o combate à pobreza! Mesmo porque deve ser fácil falar em ecologia em cidades onde se abre a torneira e a água que cai no copo é água já tratada. Isto ocorre em Paris, isto ocorre em New York, isto ocorre em Londres, isto ocorre em Tóquio. Mas é difícil falar só em preservação do meio ambiente num Estado como o meu, onde apenas em 50% das sedes dos municípios se bebe água tratada.

E o País todo fica escandalizado. E o mundo todo fica escandalizado por causa do cólera!!! O cólera é apenas um aspecto da miséria nacional, do nosso subdesenvolvimento! E o cólera espanta.

A nós o cólera não espanta. O cólera, no Estado do Pará, na sua passagem por lá, já quase sob controle — algo que eu espero que o Nordeste consiga — fez, lamentavelmente, pouco mais de uma dezena de vítimas fatais, dada a dimensão do Estado, dada a dificuldade de locomoção daquelas populações que vivem na beira dos rios, nas margens dos igarapés. E tivemos pouco mais de 1.500 pessoas acometidas e rapidamente tratadas. Mas os registros de saúde pública no Brasil dizem que, antes do cólera, no meu Estado, no primeiro semestre do ano passado, 1991, ocorreram cerca de 36 mil casos de doença da diarreia, sendo que destes cerca de 16 mil tiveram atendimento hospitalar; o restante, atendimento ambulatorial, sem que se tenha condições de registrar os casos em que não se procurou a assistência médico-hospitalar. Trinta e seis mil casos! E morreram 91 pessoas! E isto não foi notícia de jornal, porque os pobres morrem, em nosso cotidiano, nesses casos, sem direito a notícia. E as pessoas se escandalizam com o cólera, como se o cólera não fosse apenas um diagnóstico dos baixos níveis em que vive a população brasileira, particularmente na Amazônia, em face de nossas condições geográficas.

Teço estas considerações, que podem ser consideradas laterais pelos Senhores, apenas para dizer que é muito fácil falar só na questão ecológica tomando-se água tratada na torneira. Mas no meu Estado não é fácil se dedicar a este tema — charmoso para alguns. É muito difícil, quase irrecusável, discutir a questão do meio ambiente sem discutir a questão da pobreza. Por isto, quero insistir, no privilégio desta vinda ao Senado Federal, nesta questão relativa à inevitável contraposição de países como o Brasil, no sentido de que a pobreza deve ser um tema fundamental na Conferência ECO-92. Finalmente... (trabalha muito!) ... mas, para dizer, com firmeza, aos países ricos, às sociedades ricas, que, se a questão do meio ambiente é universal e deve ser respeitada por todos, inclusive por nós, a da pobreza é também universal e deve ganhar prevalência neste debate.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Após a brilhante exposição do Governador Jader Barbalho, passaremos à segunda parte da reunião, com os questionamentos e dúvidas dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Aproveito para agradecer ao Sr. Governador este documento, que sintetiza tudo aquilo que foi realizado no grande encontro do Sîndamazônia, portanto de fundamental importância para os trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Mansueto de Lavour.

O SR. MANSUETO DE LAVOUR — Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Pará, Srs. Senadores, Srs. Deputados: embora não sendo da Amazônia — sou do Nordeste — quero dizer que calou profundamente em todos nós a referência feita por V. Ex.^a, Sr. Governador, à questão fundamental em que consiste a poluição da pobreza. Sabemos que os problemas da preservação do meio ambiente são prementes, universais; é uma questão brasileira, é uma questão de todos os povos. E V. Ex.^a tocou na questão central, ou seja, não se superam, simplesmente, problemas ambientais físicos sem que se superem os problemas ambientais humanos, dentre eles, o da pobreza.

Para não tomar o tempo dos colegas mais ligados aos problemas do Pará e da Amazônia, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Acompanhei atentamente a proposta de V. Ex^a a respeito de se preservar uma área do Estado do Pará, digamos, com o resgate dos títulos da dívida externa. Sei que V. Ex^a a apresentou pessoalmente ao Governo Federal. Eu gostaria de saber em que estágio se encontra esta proposta, se houve um "sim", se houve um "não", se houve indiferença, se está engavetada.

Alguns países, como a Bolívia e outros, estão com experiências parecidas. Não se trata exatamente da proposta de V. Ex^a. Em alguns casos, houve até mesmo administrações ferindo, de certo modo, parcialmente, a soberania de alguns países. Talvez por isto mesmo a proposta de V. Ex^a não tenha sido entendida pela opinião pública nacional como altamente positiva, como uma proposta inovadora.

Eu gostaria, então, de saber, ainda mais: quando V. Ex^a informa que a coordenação científica estaria a cargo do Instituto Emílio Goeldi, que eu conheci pessoalmente — estive várias vezes em Belém do Pará e quando tinha tempo eu o visitava... Considero aquele Instituto mas das mais importantes instituições científicas do mundo. Portanto, basta saber que a coordenação desse programa ficaria a cargo do Instituto Emílio Goeldi para ficarmos tranqüilos quanto à proposta de V. Ex^a. Eu gostaria apenas de saber como ficou esse projeto.

Antes da resposta de V. Ex^a, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento. Vejo nesta discussão de hoje, principalmente no pronunciamento de V. Ex^a, uma prévia daquilo que deverá ser a ECO-92. Parabenizo igualmente o Senador Coutinho Jorge, nosso representante nacional e internacional, acredito para toda essa movimentação... *(restante não gravado)*...

O SR. JADER BARBALHO — Senador Mansueto de Lavor, em primeiro lugar quero agradecer a V. Ex^a suas considerações a respeito do nosso pronunciamento e o testemunho que V. Ex^a dá acerca do Instituto Emílio Goeldi.

Quanto à proposta, eu a apresentei ao Sr. Presidente da República, que na oportunidade manifestou o maior interesse e me disse que a remeteria à Secretaria de assuntos estratégicos. Fui, posteriormente, ao Ministério das Relações Exteriores e pedi, inclusive, que fosse feita pelo próprio Itamaraty a remessa às embaixadas brasileiras, a fim de ser dada divulgação no âmbito internacional. Recebi, depois, daquele Ministro a informação de que o Ministério das Relações Exteriores achava a proposta muito interessante, mas que a remeteria ao Ministério da Economia e que o tratamento, ali, era de que o assunto não poderia ser discutido de forma isolada, que a questão da conversão da dívida externa brasileira teria ser tratada em conjunto e que o Governo do Pará deveria aguardar o tratamento a ser dado à questão da dívida externa, para que nosso projeto pudesse merecer a aprovação por parte do Ministério da Economia. Portanto, nós estancamos exatamente no momento em que nosso projeto passou a ser incluído na questão da condução da dívida externa como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — Quero apenas constatar, Sr. Governador Jader Barbalho, com base na minha longa experiência na vida pública — são 63 anos de vida pública — que vejo na esperança de V. Ex^a certa ingenuidade. Mesmo porque, se o Governo quisesse resolver esses problemas, já o teria feito. Isso de jogar a bola de um para o outro é a prova de que não vai sair coisa alguma. Acho que V. Ex^a deve manter a esperança, já que é muito moço, mas não deve confiar tanto em que haverá solução.

A segunda observação é que eu sinto na brilhante e calorosa e documentada exposição de V. Ex^a o temor de usar a palavra correta. Só uma vez V. Ex^a falou em miséria; falou sempre em pobreza. Pobreza é um nível em que muita gente vive hoje, no País; a grande massa, porém, vive é na miséria. E V. Ex^a, Governador do Pará, a exemplo de todos os demais Governadores, sabem a conhecem bem este problema. A propósito, lembro-me de Otávio Mangabeira, que, após ter exercido o governo da Bahia, me disse, certa feita: "Nelson, eu não tenho pena dos que recebem salário mínimo; tenho pena dos que não recebem salários mínimo."

E é para essa gente miserável que devemos voltar os nossos olhos. O povo vive; o miserável não tem como viver.

Era apenas a reutilização que desejava passar a V. Ex^a, para que a incorpore ao seu discurso. Não fale em populações pobres, mas nas populações miseráveis, aquelas que um dia, se o Governo não tiver olhos e ouvidos para suas reivindicações, irão às ruas e derrubarão este e os governos que se sucederem.

O SR. JADER BARBALHO — Sr. Senador Nelson Carneiro, quando uso a palavra "pobreza" eu o faço porque antes do processo de ocupação recente da Amazônia nós éramos pobres. O homem da Amazônia, o da beira dos igarapés, o da beira dos rios, era o homem pobre da Amazônia, mas que sobrevivia graças à conciliação que sempre tivera com a natureza, com certa dignidade,

com pobreza. Miseráveis são os nossos novos irmãos, que adentraram pela Belém-Brasília, que atravessaram o Araguaia, que vieram do Nordeste e do Centro-Oeste e que formam hoje aquilo que não existia na Amazônia: a grande legião dos miseráveis. Por isso mesmo é que, como caboclo da Amazônia, eu prefiro usar o termo "pobreza", para recordar o tempo em que éramos pobres, mas não tínhamos grande projetos — tínhamos como sobreviver com dignidade.

E quanto à esperança, Senador, eu tenho que ter, porque após constatar 63 anos de vida pública em V. Ex^a, que comparece a esta reunião e continua a defender como todo o entusiasmo novos rumos para o Brasil, quem sou eu, que tenho a metade da idade de V. Ex^a, para perder a esperança? Eu não tenho este direito. *(Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Sr. Senador Garibaldi Filho.

O SR. GARIBALDI FILHO — Sr. Governador, quero, inicialmente, cumprimentar V. Ex^a pela lucidez da sua exposição. E minha pergunta decorre de uma afirmação de V. Ex^a, de que, diante da diversidade das situações encontradas na Amazônia, nem sempre os seus governos poderiam falar de maneira mais afinada, de um modo mais coerente. Eu perguntaria a V. Ex^a se de fato existe alguma divergência na visão dos governadores da Amazônia, a respeito da sua problemática, uma divergência de fundo, não apenas em função dessa diversidade existente tanto Amazônia quanto no Nordeste.

Minha segunda pergunta diz respeito ao papel da Sudam. É a pergunta de um Senador nordestino desencantado com a Sudene, com a perspectiva que se abre para o nosso órgão de desenvolvimento regional. Diante da apatia que existe hoje na Sudene, eu perguntaria: será que a Sudam convive com os mesmos problemas, padece do mesmo mal? O que é que V. Ex^a poderia informar a respeito disso?

O SR. JADER BARBALHO — *(Início não gravado)*... éramos Deputados.

Quero registrar a alegria do reencontro e dizer que a divergência que possa existir entre os governadores da Região Amazônica me parece apenas a da forma — o objetivo é um só, o de buscar conciliar o respeito ao meio ambiente com o direito ao desenvolvimento. Ou seja, há divergências apenas quanto à forma, quanto ao tratamento a ser dado à questão, às vezes mais apaixonado ou menos apaixonado.

Por exemplo, quando eu falo que há diversidade entre os Estados do Pará e do Amazonas, quero dizer que o processo de ocupação foi maior no meu Estado. O Amazonas é, de fato, um imenso vazio demográfico, à exceção de Manaus e de alguns registros urbanos no interior do Estado. Creio que 70% da população amazonense vivem na sua Capital. No caso do Pará — de certa forma, ainda bem para o Pará — 25% habitam a Capital e 75% estão distribuídos no interior do Estado. Até certo ponto, muito bem distribuídos, com pólos distintos, como é o caso do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, do pólo da Transamazônica e do Xingu, com sede em Altamira, do pólo Araguaia-Tocantins, com sede em Marabá, do arquipélago de Marajó, da Zona Bragantina, que é a Zona do Salgado também... Então, a nossa visão é distinta nesta questão.

Nós respeitamos a questão ecológica porque tivemos alguns projetos pecuários, particularmente no sul do Estado, que causaram alguns desmatamento naquela área e que se mostraram inadequados até em termos de aproveitamento. Talvez, se algumas pessoas tivessem aquilo de que eu falo, ou seja, um projeto de zoneamento econômico e ecológico, em lugar de terem ido para a pecuária, teriam, ido para o aproveitamento madeireiro de forma racional. O mogno que se queimou no sul do Estado, seguramente, valia muito mais do que o boi que se conseguiu criar no sul do Estado e em algumas outras regiões. Por isso mesmo, nossa visão é uma visão cautelosa em relação à questão do meio ambiente. Entendemos que a questão do meio ambiente deve ser levada em consideração. Nós não queremos o desenvolvimento a qualquer preço no Estado do Pará! Queremos o desenvolvimento, mas não a qualquer preço! Daí defendermos a questão do zoneamento econômico e ecológico. Talvez, na Amazônia, somente o Estado de Rondônia tenha sofrido um processo de ocupação parecido com o nosso. Mas os grandes projetos foram implantados onde? Exatamente no Pará. Os grandes projetos pecuários, a grande hidrelétrica de Tucuruí, construída no meu Estado, o grande Projeto Carajás, no meu Estado, o Projeto Jari...

Temos, portanto, uma visão de ocupação. E é de forma equilibrada que o Estado do Pará se comporta nisto. Achamos, inclusive, que a paixão não nos favorece. Porque aí se estabelece um diálogo de surdos. Se eu dissesse aos "verdes" que eu não quero conversa com eles, que a conversa dos "verdes" não interessa, nós radicalizaríamos o discurso, o que não nos leva absolutamente a lugar nenhum. Procuramos respeitar aqueles que defendem a preservação e a conservação, chamando-os para um diálogo, a fim de que eles compreendam

que o ser humano deve ser inserido na paisagem ecológica, que não pode haver aquilo que o Professor Nelson Ribeiro, meu Secretário de Meio Ambiente e ex-Ministro da Reforma Agrária, refere como uma nova ciência: o "ecocentrismo".

O que desejamos é isto, um chamamento para, de forma serena, equilibrada, fazer este debate. E o homem, onde fica nisto tudo? Vamos respeitar a natureza, mas vamos respeitar, primeiramente, o direito do homem de sobreviver.

Esta talvez seja a divergência existente entre a nossa postura e a de outros companheiros que integram a Região: é a de não passionalizar, mas, sim, racionalizar. O máximo essa questão, pois achamos que é possível, num debate racional, chegar a um melhor denominador, que não seja o charme. O que me preocupa nesse debate é o charme. Há muita gente preocupada em fazer charme com a questão ecológica. Acho que o Brasil não pode comparecer a essa Conferência... Se somos subdesenvolvidos, não o somos na nossa inteligência, na nossa capacidade de articulação política para absorver o que é possível absorver favoravelmente ao País na ECO-92.

Dai o Estado do Pará não se filiar a nenhuma postura radical. Não queremos a Amazônia ocupada a qualquer preço nem queremos a Amazônia um santuário intocável.

Esta é a postura do Governo do Estado do Pará nesta questão.

2.9 — Palestrante-Convvidados: João Paulo Capobianco

Cargo: Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica — **Dr. Ary Pararrais**

Cargo: Presidente do Jornal Ecológico "Vida Alternativa" — **Dr. Almir Bressan Júnior**

Cargo: Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente

Tema: O Papel das Organizações Não Governamentais e o Meio Ambiente

Data: 30-4-92

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, ilustres conferencistas, vamos iniciar mais uma reunião da Comissão do Senado que acompanha o Encontro Rio-92.

Hoje, teremos o privilégio de ouvir três grandes nomes relacionados ao trabalho das ONG e das entidades estaduais que atuam no meio ambiente.

Vamos ouvir, agora, o Superintendente da Fundação SOS — Mata Atlântica, de São Paulo, Sr. João Paulo Capobianco; o Presidente do jornal ecológico *Vida Alternativa*, de Brasília, Sr. Ary Pararrais e o Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, Sr. Almir Bressan Júnior, que nos trarão a visão de cada um a respeito desse grande encontro que vai ser realizado no Rio, no próximo mês de junho. Portanto, é a visão crítica de cada um deles a respeito desse encontro ECO-92, e nós tínhamos que trazê-los para enriquecer o nosso relatório final, o relatório que o Senado, realmente, irá preparar em relação à visão da sociedade brasileira em termos desse grande encontro do Rio-92. Eu, também, já expliquei aos conferencistas que, hoje, é um dia especial com uma série de dificuldades, com votações em várias Comissões e, sobretudo, uma convocação extraordinária do Senado Federal, no mesmo horário da Comissão. Mesmo assim, o que é importante é a participação dos conferencistas, aquilo que eles disseram aqui, o seu depoimento que será gravado e registrado e, posteriormente, encaminhado ao conhecimento de todo o Senado Federal.

Estão presentes os ilustres Senadores, e tenho a certeza de que S. Ex^{as} terão, também, no momento azado, saírem para a respectiva votação. Mas, sem maiores delongas, eu passo a palavra ao primeiro conferencista, definindo que teremos as três apresentações, de forma resumida, com 10 minutos para cada um deles. Sendo necessário algum debate entre os três, poderemos, posteriormente, ampliar o tempo.

Começarei, logo com o Dr. João Capobianco, Superintendente da Fundação "SOS, Mata Atlântica", a quem concedo a palavra para a sua apresentação inicial.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO — Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer o convite da Comissão Especial da ECO-92, no Senado. Acho de grande importância esse tipo de aproximação, apesar de que todos nós reconhecemos que é muito prático. A Comissão vem trabalhando há várias reuniões mas, por diversos fatores, com uma maior aproximação entre as ONG e o Poder Legislativo, não ocorreu, em tempo, para que isto pudesse criar uma aproximação maior entre as ONG e o Congresso Nacional e, também, com as Assembléias Legislativas nos Estados e, em algumas Câmaras de Vereadores onde, inclusive,

nós já havíamos pedido e tentado uma maior aproximação ou até para a Assembléia Legislativa de São Paulo. Há, também, uma Comissão criada especialmente para isto, por proposta, inclusive, do Fórum das ONG brasileiras, mas, por vários motivos, esta integração não ocorreu com a intensidade adequada. Isto fez com que a participação do Brasil na Conferência fosse definida, praticamente, apenas pelo Poder Executivo. A avaliação do Fórum das ONG brasileiras com relação a isto é de que essa exclusividade do Poder Executivo prejudicou a participação brasileira, na medida em que o Brasil não conseguiu levar nas suas negociações uma posição que fosse mais consensual. As ONG interferiram no processo, buscaram variações e interferências, mas a interferência sempre foi muito limitada, sem dúvida nenhuma, uma parceria entre as ONG e o Poder Legislativo teria dado mais força para que essa interferência fosse mais efetiva e nós tivéssemos uma posição mais avançada e mais de acordo com os interesses da sociedade brasileira nas defesas que o Brasil fez nos PREPICON, nas reuniões preparatórias.

Tratar da Conferência Rio-92 em 10 minutos, mesmo que seja de forma introdutória, é algo impossível eu, também, diria que tratar da Conferência Rio-92, sem ter um eixo criando essa discussão, também é impossível, porque é uma Conferência que envolve questões de enorme importância, nas mais diversas áreas e, aqui, eu estou listando o que iria tratar nesses meus 10 minutos. E, aqui, eu lixei 8 tópicos e, cada um deles, exigiria, no mínimo, 10 minutos. Então, neste primeiro momento, vou me ater a tratar uma questão que tem sido muito ventilada pela imprensa e até por pessoas formadoras de opinião, que é a história do sucesso ou fracasso da Conferência. A imprensa brasileira — e, não só a brasileira, no caso, aqui, nós conhecemos melhor — não acompanhou o processo, nada noticiou da Conferência. Até o 4º Prepicon, realizado, agora, em março, em Nova Iorque, de repente passou a encher as páginas dos jornais com notícias com verdências a vincular essa história de sucesso ou fracasso — se Presidente Bush vier, é sucesso; se ele não vier, é fracasso. Se liberar 1 bilhão de dólares, é sucesso; se não liberar, é fracasso, ou seja, numa visão muito reducionista da importância da Conferência, tentando passar para a sociedade brasileira uma imagem de que uma Conferência, seja ou não seja ela dessa magnitude, poderia resolver os gravíssimos problemas que o planeta enfrenta como, também, enfrenta o nosso País na área do meio ambiente e na área do desenvolvimento. De repente, os formadores de opinião, pessoas da mais alta capacidade intelectual e a imprensa brasileira, passam a postular que se a Conferência não salvar o planeta ou não resolver os problemas financeiros, ou não resolver a questão da Amazônia, ela será um fracasso. Este é o erro mais grave que eu considero no processo preparatório da Conferência, e isto, de fato, pode levar a uma decepção da sociedade — não só brasileira mas internacional — com relação ao resultado da Conferência. Desde o início do processo preparatório em que o fórum das ONG brasileiras, que foi criado nesse processo, percebendo a seriedade da questão, a importância de uma interferência, criaram, pela primeira vez na história do Brasil, um fórum nacional que extrapolou os limites daquelas organizações ambientalistas, que tinham algum trabalho junto, ou seja, pela primeira vez, organizou-se um grande grupo de discussão permanente, com metodologia, com cronogramas, com comunicação — muito deficiente — em torno de uma questão de interesse nacional, e que buscou trazer para dentro desse grupo, organizações representativas da sociedade, nas diversas partes do País e de diversos segmentos, ou seja, defendendo de diferentes interesses. Pela primeira vez, se tem sindicatos, movimentos de negros, movimentos indígenas, movimento ambientalista, movimento de mulheres, movimento de jovens e de professores — que é muito ligado a sindicatos mas, aí, especificamente, os professores — articularam-se para discutir, entender, debater e apresentar temas da Conferência e tentar formular propostas.

Se me perguntarem se isso foi muito bom, se está tudo perfeito, eu evidentemente, diria que não. Num processo de dois anos, num País com essa complexidade e diversidade social, ecológica e econômica, é impossível você avançar e chegar ao produto final mas foi um movimento de enorme importância na medida em que fez com que algumas questões importantíssimas saíssem das mãos de um grupo reduzido de pessoas que vinham debatendo e se começasse a discutir por um segmento muito amplo da sociedade.

O meio ambiente, hoje, ou a Ecologia, como tanto se fala, ambientalismo, não é mais privilégio de ambientalista, e não é mais reserva de mercado de entidade ecológica. A questão ambiental, hoje, está sendo discutida nos diversos segmentos. Hoje, por exemplo, o movimento dos sem-terra, como é o momento dos sem-terra, em São Paulo, que, ao longo de muitos anos, promoveu invasão em áreas de mananciais, porque consideravam que a única questão importante era o espaço de hoje, na sua discussão valia o impacto ambiental da sua invasão. Discute-se com seus membros, com seus pares e a questão da área, a fragilidade ambiental da área, hoje, é um critério de decisão e, inclusive, se esse movimento deve ou não invadir uma área, mesmo que esteja sendo pressionado pela falta de espaço urbano de ocupação. Isso é um ganho enorme.

Recentemente, também, um acordo entre trabalhadores e patrões de uma indústria do ABC em São Paulo incluiu no acordo, pela primeira vez — uma coisa inédita — uma resolução que a empresa se obrigava a instalar filtros de controle de poluição em suas chaminés, o que não tinha nada a ver com o ambiente de trabalho, era uma poluição externa. E, no entanto, graças a um trabalho de articulação e de compreensão da importância da questão ambiental, esses operários, naquela indústria, falaram: "Olha, tudo bem. Já resolvemos nossa questão de salário, mas tem uma coisa aí que é uma vergonha para nós. É uma vergonha a gente trabalhar numa indústria que polui o meio ambiente dessa forma. Então, que a empresa assuma esse compromisso". E ela assumiu.

Então esses são pequenos exemplos desse ganho.

Estou vendo que os meus minutos estão acabando, mas queria dizer que o grande esforço que o fórum fez, e que a gente reconhece que não atingi sequer os 10% considerados adequados. Mas o nosso grande esforço é no sentido de disseminar informação, de democratizar o debate em torno da conferência, ou seja, tirar das mãos de um grupo restrito de profissionais, de funcionários do Itamarati, a prerrogativa de formular propostas a serem defendidas nas demonstrações internacionais.

Um dos ganhos desse processo foi a publicação do relatório nacional brasileiro no *Diário Oficial*, na sua versão preliminar. Evidentemente que foi uma grande decepção para todos, porque quando pressionamos o Governo para publicar aquele documento, estávamos pensando que o documento seria produzido dentro das diretrizes da ONU, que na resolução que definiu que os Estados deveriam apresentar relatórios nacionais, dizia que os relatórios eram documentos que continham um diagnóstico pequeno e um prognóstico, ou seja, que os países iriam apresentar os seus problemas, mas, muito mais do que isso, iriam apresentar as formas que os países consideravam importante para solucionar os seus problemas, o que seria prioritário a ser resolvido e o que a cooperação internacional poderia ajudar para isso. Então, quando pressionamos o Governo Federal a publicar isso, esperávamos que então teríamos finalmente uma proposta de ação do Governo que a sociedade poderia discutir, interferir e dizer se concorda ou não concorda. Mas o Governo publicou apenas o diagnóstico. Foi uma grande frustração, infelizmente não serviu para democratizar a interferência da sociedade nas propostas, mas serviu, pelo menos, para disseminar um gravíssimo diagnóstico que o próprio Governo fez, mostrando a gravíssima situação ambiental e social do País.

No segundo momento, passamos a pressionar o Governo Federal, inclusive chegamos a colocar que nós sairíamos — o Fórum brasileiro é observador na Comissão Interministerial preparatória para a conferência — e sairíamos da comissão se não houvesse a possibilidade de discutir as questões conceituais de conteúdo, porque as reuniões eram muito bonitas, eram lindas, políticas, eram abertas com honras e pompas, com o Ministro das Relações Exteriores, mas não se discutia o conteúdo, ou seja, não tínhamos contribuição nenhuma a dar, a não ser assistir a essas reuniões. Então dissemos que não participaríamos mais se as reuniões não fossem para discutir conteúdo. E não só isso, evidentemente, mas uma pressão muito grande de diversos setores, fez com que o Governo, pela primeira vez, publicasse com antecedência o que ele iria defender no IV PREPCOM. Em 1º de fevereiro deste ano obtivemos pela primeira vez na história do País, um documento que dizia claramente o que o Itamarati pensava de florestas e o que ele iria defender: biodiversidade, agenda 21, mudanças climáticas, ou seja, o que o Brasil estaria defendendo. Isso permitiu, então, que distribuíssemos esse documento, reagíssemos a esse documento e elaborássemos uma estratégia de pressão junto à delegação brasileira no PREPCOM, em Nova Iorque. Isso se deu. Tivemos no PREPCOM de Nova Iorque cerca de 30 brasileiros, sendo que desses 30 brasileiros 16 foram pelo Fórum de ONG brasileiras, 16, 8 foram financiados pelo fórum de ONG brasileiras, no sentido de garantir uma pressão junto à delegação brasileira para avançar em algumas questões que considerávamos importantes.

Para concluir — o que é impossível, concluir essa questão, mas apenas para encerrar o meu tempo — eu gostaria de frisar que o Fórum de ONG brasileiras sempre teve a consciência e sempre informou aos diversos segmentos da sociedade que as Nações Unidas não possuem capacidade de realizar mudanças profundas na situação ambiental e social do planeta. Não possuem porque as Nações Unidas, na verdade, são uma reunião de governos, de delegações de governos que estão participando do processo, defendendo interesses estratégicos próprios. As delegações, quando vão para uma negociação, seja ela brasileira, americana ou tailandesa, elas defendem interesses do seu país. E, portanto, não aceitam nenhuma resolução que possa interferir nos interesses do seu país. Mesmo que essa resolução, essa decisão, seja da ampla maioria, ou seja, não há votação, não é como no Congresso, que se vota. Se a maioria acha que isso é bom, está aprovado. E todos têm que obedecer. Isso não acontece, infelizmente — ou felizmente, não sei — nas Nações Unidas. Se não há consenso, não se aprova. Isso, portanto, torna tão difícil, por exemplo, aprovar uma obrigato-

riedade na redução de gás carbônico, porque os Estados Unidos não aceitam isso.

Então, essa compreensão da fragilidade do processo foi o que motivou o Fórum de ONG brasileiras a promover uma articulação internacional com ONG internacionais. Nós temos plena consciência de que se não mudarmos internamente no País, de forma a ter uma delegação com idéias mais avançadas, abertas a ceder, não se avança em nada. Então, o grande papel das ONG tem sido, e foi concentrado nisso, de forçar as suas delegações a avançarem em questões importantes, para que se chegasse a soluções consensuais, de interesse da sociedade como um todo. Isso foi muito difícil, e temos plena consciência de que o trabalho só está no começo. A conferência é um marco importante, é um ponto alto nesse processo, evidentemente, tem uma grande importância, mas o grande trabalho vai se dar depois da conferência. Esse trabalho vai se dar em duas direções, principalmente.

Primeiro, para garantir que os governos cumpram aquilo que assinaram, o pouco que vão assinar — naturalmente não teremos nenhuma grande resolução, mas teremos algumas resoluções. E corremos o risco de os governos não cumprirem nem aquelas. Então é importante que a sociedade civil pressione o Governo para cumprir aquilo que foi acordado. E, mais do que isso, pressione o Governo e as Nações Unidas para continuar o processo, para buscar negociações, no sentido de tentar obter ganhos naquilo que não foi possível no Rio. Esse é o grande papel das ONG. E para resolver isso, a nossa estratégia é de organizar um grande fórum internacional de ONG, que vai ocorrer Rio de Janeiro, onde as ONG, pela primeira vez na história, assinarão tratados entre si, ou seja, encontros de governos assinam tratados entre governos, as ONG assinarão tratados entre si, comprometendo ONG do Norte, do Sul, do Leste, do Oeste a lutarem conjuntamente para obter aqueles ganhos ou aqueles avanços que a gente considera que são importantes a partir do Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra, agora, ao segundo depoente, que é Presidente do jornal ecológico *Vida Alternativa*, Ary Pararais.

O SR. ARY PARARRAIS — Obrigado.

Algumas considerações podemos ter a respeito, inclusive, do funcionamento desta comissão. Tivemos oportunidade de conversar rapidamente com o Senador Coutinho Jorge.

É uma pena, como já disse o Capobianco, que não se tenha tempo para tratar melhor das coisas que dizem respeito à Conferência da ONU.

Parece-me, nesse trabalho que se desenvolveu por dois anos na organização do Fórum Nacional de ONG, a experiência — que me parece ser inédita no Brasil — da sociedade civil se organizar em quantidade e com razoável qualidade, para discutir assuntos de interesse nacional e internacional com respeito ao meio ambiente, demonstrou-nos a possibilidade do trabalho ser muito mais bem aproveitado se conseguíssemos ter uma comissão mista no Congresso. Quer dizer, esta comissão, inicialmente, pronunciou-se com possibilidade de se tornar uma comissão mista, se não me engano. E nós estivemos atentos e disponíveis, e infelizmente não conseguimos, apesar de alguns aliados que a gente tem dentro do Senado, tradicionalmente, como o Senador Júlio Campos, que na Comissão de Meio Ambiente foi sempre um aliado do movimento. O movimento esteve sempre disposto e sempre precisando dessa inter-relação com o Senado e com a Câmara. Infelizmente isso não aconteceu. Espero que possamos conseguir fazer algo juntos daqui para a frente. Na verdade, a questão ambiental no Brasil está começando, e a conferência vai apenas possibilitar um enfoque um pouco mais sério. A informação, de um modo geral, e eu gostaria de falar um pouco sobre informação, porque todos nós questionamos que a informação no Brasil é deficiente em todas as questões, porque somos um País de analfabetos, porém, mais acentuadamente ainda na questão ambiental, que, por um lado, tinha uma vertente social, que era o ecologismo e um vertente científica, que era a Ecologia em si, como ciência. Essa aproximação, me parece que pela primeira vez, o Fórum Brasileiro de ONG conseguiu fazer, não só no âmbito nacional como no âmbito internacional. A representação brasileira era sempre referendada pelo Itamarati, por mais ninguém, ou então entre redes internacionais de interesse próprio, com as quais algumas organizações brasileiras tinham trânsito e influência para discussão. Acredito que esse seja o problema mais grave, não mais para se resolver, a tempo de se fazer qualquer coisa, de interferir na conferência, mas me parece que esse será o grande tema, o grande desafio a enfrentarmos daqui para a frente. Acho que o trabalho de uma comissão mista poderia possibilitar que trabalhássemos melhor com o que se chama de bases sociais, quer dizer, com os eleitores, com as pessoas que têm as suas relações distritais, locais, e passar as informações que dizem respeito ao meio ambiente e justiça social, que são coisas que, até pouco tempo, eram muito distintas, muito separadas.

O fórum em si nos trouxe uma lição muito importante: a de que podemos, apesar das dificuldades, das desigualdades, das possibilidades diferentes, dos recursos diferentes, mesmo entre as ONG, que são muito diferentes, dá para se conceituar de zero a mil diferenças muito grandes entre uma e outra, trabalhar com os institutos de pesquisa, de assessoria e os movimentos sociais também juntos.

Não conseguimos entender por que não tivemos essa interlocução a tempo com o Congresso. Penso que é algo que poderíamos, depois, tentar descobrir onde é que erramos, onde é que se podem corrigir os rumos, para conseguirmos essa interação com o Congresso, que seria muito importante. A sociedade civil organizada nas Organizações Não-Governamentais, o fórum brasileiro, tem um reconhecimento muito grande, nacional e internacional, porque conseguiu reunir cerca de 1.500 entidades, o que, considerando a necessidade e o potencial que temos, é pouco e, considerando o que tínhamos para fazer, é muito, é um bom número.

Os parlamentares se preocuparam demais com o PREPCOM, com as grandes tomadas de posição com relação às políticas oficiais e se esqueceram de que a sociedade civil estava sendo organizada nesse sentido também. Ficamos sempre numa posição mais ou menos folclórica, e isso persistiu por algum tempo. O Senado Federal, por exemplo, esteve presente nos PREPCOM e não conseguiu estar presente nas nossas reuniões, nas reuniões internas, aqui dentro do Brasil e nem nas reuniões que tivemos fora daqui, como a Conferência da Sociedade Civil, em Paris. Penso que teria sido de grande valor para nós e para o Parlamento termos podido conversar a respeito desses nossos encontros, principalmente os encontros nacionais. Não que esses encontros tenham tido a importância, talvez, que quiséssemos, mas ele possibilitou uma interlocução muito grande entre as ONG no País e fora dele.

Esse trabalho de dois anos do fórum nos levou a uma possibilidade anteriormente nem sonhada, que é a de chegar nos tratados e, independente dos tratados que os países vão assinar, das convenções etc., as ONG vão assinar esses tratados temáticos em âmbito nacional, quer dizer, trabalhando todos os ecossistemas brasileiros e as possibilidades sociais também nesses ecossistemas, as questões urbanas etc., e também os tratados de cooperação internacional assinados. Isso me parece uma coisa importante, onde se poderia ter uma atuação mais acentuada, porque, no caso da América Latina, por exemplo, está demonstrado que se os parlamentos tivessem trabalhado um pouco mais com a sociedade civil, teríamos um melhor resultado nessa conferência que está acontecendo em São Paulo.

Não sei se essa crítica que fazemos é um *mea culpa*, é uma crítica a nós mesmos. Logicamente que nos queixamos muito da possibilidade não aproveitada de inter-relação, de comunicação, e a culpa recai sobre nós mesmos, porque não seria culpa só dos outros setores, porque uma interação se faz com, pelo menos, dois dados. Então, não seria o caso de tecermos críticas só para terceiros e não assumirmos a culpa nisso. A nossa sugestão seria que se aproveitasse, talvez daqui para a frente, a possibilidade desse trabalho nos tratados temáticos e que essa inter-relação se fizesse em questões substantivas, porque esses tratados são importantes, conceituados nas necessidades brasileiras regionais, principalmente locais, distritais, e o fórum nem sempre pode cobrir. No caso específico aqui do Centro-Oeste, Senador, temos dificuldades imensas. V. Ex. sabe, porque também tem as mesmas dificuldades no âmbito do seu mandato, são distâncias muito grandes e ainda há um patamar de desenvolvimento de relações muito ainda incipientes e acho que nos caberia um trabalho maior de divulgação desses temas, e, depois, de toda política ambiental, enfim, da sociedade civil e da oficial também, porque há uma grande confusão. Quando as pessoas falam em Eco-92, elas não sabem do que se trata e talvez muitos entre nós mesmos não saibamos a diferença entre uma e outra coisa. O que dá para assegurar é que a sociedade civil conseguiu se organizar a uma altura acima do razoável e considerando as possibilidades muito acima, muito ainda incipiente para o nosso trabalho, mas, como sociedade civil, muito profícua.

O fórum cortou alguns critérios biônicos de representação no exterior, abriu canais próprios, abriu uma interlocução, e isso é uma coisa que vai desembocar na conferência do Rio de Janeiro. Por incrível que pareça, já temos um mínimo de metodologia própria de trabalho, de cronogramas etc., que podem possibilitar uma interação maior, uma possibilidade maior desta comissão saber o que se passa no seio da sociedade civil organizada, e isso me parece uma coisa importante. Podemos oferecer esse mínimo de informações a respeito do que nós, como sociedade civil, estamos fazendo e a respeito até do que a sociedade em si, ainda não organizada, almeja e tem possibilidade de fazer com o mínimo de contato, pois não é algo que exija muitos recursos e sim muitos mais vontade política.

Lançaria esse apelo no sentido de ainda tentarmos fazer algum trabalho juntos, apesar do tempo exigido, acreditando na possibilidade de replantar esse entusiasmo pelo País, que pode ressurgir a partir desse mapeamento ambiental e social do Brasil, com novas características, sem separar essas vertentes.

Essas vertentes foram tratadas sempre como se fossem coisas separadas, assim como o próprio desenvolvimento. Entendo que desenvolvimento, justiça social, direitos humanos e meio ambiente estão entrelaçados e essa conferência vai servir para que determinemos um novo caminho onde procurar novos paradigmas, uma nova ordem e uma nova ética, sob o que o ser humano certamente será muito melhor atendido no seu direito de ser feliz.

O tempo é ressurto para falarmos do que realmente o fórum conseguiu e o que ele pretende conseguir. Mas é sempre importante reconhecer onde erramos — porque erramos — e, considerando os erros, conseguir trabalhar juntos e em frente. Seria muito importante que esse canal fosse aberto. Inclusive, este próprio depoimento só terá sentido — dado o curto tempo — se, a partir dele, começarmos a abrir as possibilidades de trabalharmos juntos com o Congresso.

Então, gostaria de deixar aqui o apelo para que se formasse, sobre a questão ambiental, uma comissão mista do Senado e da Câmara. Sabemos das dificuldades da Casa, pois já tentamos isso antes, mas é justamente de coisas difíceis que se trata mapear o Brasil, para ver como podemos, conjugando os interesses sociais, de direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente, chegar a bom termo e começar uma nova fase, uma nova cartilha de alfabetização, na qual se incluam os direitos da vida como um direito democrático de todos.

O relatório alternativo dos tratados brasileiros é uma literatura que considero importante ser distribuída aos assessores dos Srs. Senadores para que tenham conhecimento o mapeamento feito com todas as frentes da sociedade civil. Ele tem suas falhas, mas é legítimo, não foi feito em gabinetes, mas em campo, nas reuniões em que o Fórum Brasileiro de ONG realizou no Brasil inteiro, no decorrer desses dois anos, tentando assim, heroicamente, estabelecer algum parâmetro. Esses parâmetros estão estabelecidos tanto nos diagnósticos quanto nas possibilidades; quer dizer, eliminando dessas aspirações o que havia de sonho e deixando o lugar para a utopia, mas tratando o sonho a partir do conhecimento científico.

É um bom trabalho e gostaria muito de poder discuti-lo com essa Comissão.

Agradeço a oportunidade e continuamos aqui em Brasília — o Senador Valmir Campelo sabe — à disposição, a qualquer hora, para uma convocação desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra, agora, ao Dr. Almir Bresson Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente.

O SR. ALMIR BRESSON JÚNIOR — Sr. Presidente da Comissão, Senador Coutinho Jorge, é com prazer que a entidade que congrega os órgãos estaduais governamentais de meio ambiente traz aqui uma rápida visão da realização da Conferência Rio-92, conforme solicitado.

Creio ser importante começarmos essa análise pela Conferência de Estocolmo e o que ela representou para a consciência mundial.

A Conferência de 1972 foi o início de um processo mundial de reflexão sobre a questão ambiental, começando muito a partir do desenvolvimento e dos problemas de poluição que existiam nos países desenvolvidos. O que percebemos é que, após essa Conferência, que teve um enfoque muito mais para o controle da poluição, principalmente no Primeiro Mundo, houve uma repercussão muito grande na política mundial e um reflexo muito grande, não só nas nações desenvolvidas mas também nas nações em desenvolvimento, nos países do Terceiro Mundo.

O que percebemos é que, naquela ocasião, o Brasil teve uma posição bastante arcaica ao colocar que a poluição seria bem vinda ao Brasil. Essa é uma questão que talvez seja uma das principais justificativas para que o Brasil, hoje, seja a sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O que se colocou na época e que prevalece ainda na mentalidade de muitos políticos e da grande maioria dos administradores públicos é que a questão ambiental ainda merece um segundo ou terceiro plano, porque o maior problema no nosso País é a miséria. Realmente temos que reconhecer que a miséria é um dos maiores problemas a que a espécie humana pode ser submetida, mas não se pode concordar que o processo de desenvolvimento possa ocorrer sem o tratamento da questão ambiental, matéria-prima básica para o desenvolvimento sustentável, ou seja, para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A posição do Brasil resultou num processo de desenvolvimento industrial, questões econômicas e da miséria.

Não poderemos continuar com essa posição de que a questão ambiental é secundária ou terciária. Essa é uma das principais reflexões que devem ser defendidas por toda a sociedade brasileira para que não reste nenhuma dívida, porque ainda existe muita falácia motivada por um movimento internacional de conscientização sobre a questão ambiental. Essa questão, entretanto, ainda não está na consciência da maioria dos administradores públicos e dos políticos brasileiros.

Os temas desenvolvimento e meio ambiente têm se mostrado intimamente relacionados, o que ficou muito claro com o Relatório Brundtland, que não pode deixar de ser citado em nenhuma das discussões sobre meio ambiente pois, sem dúvida alguma, foi um marco importantíssimo para a evolução da política ambiental mundial.

Gostariamos de falar um pouco sobre a participação do Brasil. É importante citar — e já foi citado pela maioria dos políticos brasileiros que estavam tratando da questão, principalmente pela diplomacia brasileira — que o evento é Internacional e que os estados, municípios e a sociedade não teriam uma participação direta e sim uma negociação diplomática. Isso não ficou bem entendido, bem colocado, porque a participação da diplomacia brasileira tem que refletir o pensamento a mobilização da sociedade brasileira.

Vimos que esse tipo de divulgação, não foi feito de maneira eficiente por parte do Governo brasileiro. Nem mesmo os governos estaduais, através de suas Secretarias de Estado de Meio Ambiente, foram chamados à participação. A partir daí, a Associação Brasileira de Meio Ambiente resolveu abrir um espaço de mobilização social, após ter sido proposto, em outubro de 1990, à Secretaria Nacional de Meio Ambiente, ao Dr. José Lutzenberger, a elaboração de um diagnóstico nacional que tivesse a participação dos segmentos mais representativos da sociedade brasileira. Esse trabalho foi, então, iniciado pela Associação e desenvolvido a partir dos Estados, com a coordenação dos órgãos estaduais, e aberto à participação de todos os segmentos da sociedade.

Esse, Sr. Presidente, acredito tenha sido um dos documentos que tenha efetivamente aberto o maior espaço de participação para a sociedade brasileira. Os resultados desse documento estão expressos em relatórios estaduais, e regionais — elaborados a partir dos documentos estaduais —, que, agora, se encerram num documento divulgado pela Associação, chamado "Brasil 1992, Perfil Ambiental e Estratégia". Esse documento será apresentado no dia 6 de junho, no Fórum das ONG, no estande reservado para a Associação Brasileira de Meio Ambiente de que todos estão convidados a participar.

Um documento importante que foi retirado, também sobre esse processo, foi "Posições Brasileiras para Agenda 21", retirada na Conferência de Vitória, realizada em fevereiro deste ano, documento esse foi encaminhado ao Presidente da República antes da Convenção de Canelas, a pedido da própria Presidência da República, e encaminhada ao Precom de Nova Iorque, por solicitação da Associação Brasileira de Meio Ambiente, que conseguiu um espaço na delegação brasileira como observador.

Sr. Presidente, participação da população brasileira, de agora para frente, será pequena, a não ser através de manifestações de suas posições antes e durante a Conferência, no sentido de impulsionar a ação do Governo e de sua diplomacia a brigar por posições com maior convicção e respaldo popular. É importante que se possa, como colocaram os dois primeiros conferencistas, explorar, de uma maneira responsável, a cobertura da mídia nacional e internacional, para que se coloquem os assuntos ambientais de interesse nacional, relacionados com os problemas de desigualdades entre as nações, a dívida externa, a relação comercial perversa entre os países de Primeiro e Terceiro Mundo; sem, com isso, hostilizar os países ricos, de maneira a criar um confronto desnecessário.

Esse tipo de trabalho vai ter uma influência muito grande nas delegações internacionais que aqui estarão, e essa é uma das formas de melhor participação que poderemos ter, principalmente porque os Chefes de Estado estarão reunidos em torno do dia 8 a 10, se não foi mudada a data, em função do adiamento da conferência. Dos assuntos de maior relevância que poderiam ser tratados, não poderíamos deixar de citar a questão da biodiversidade, a produção de CO₂, o efeito estufa, uma das grandes reações feitas pelos países de Primeiro Mundo, principalmente os Estados Unidos.

A questão da biodiversidade merece um empenho maior de toda a população e diplomatas brasileiros, principalmente porque se pretende patentear o que temos de mais rico e importante, que é a questão dos recursos genéticos que existem nas nossas florestas, a biodiversidade existente nas nossas florestas tropicais.

Vale também o comentário, Sr. Presidente, a respeito de uma posição firmada no Conselho Nacional do Meio Ambiente, na reunião de ontem, dia 29, em que pedimos fosse solicitada ao Congresso Nacional a paralisação das discussões em torno do Projeto de Lei das Patentes ou, pelo menos, do capítulo relacionado ao patenteamento dos microorganismos.

Era importante fazermos uma análise de como o projeto estava sendo tratado. Tivemos um processo de divulgação internacional, em que a mídia internacional estava colocando os países do Terceiro Mundo como os grandes vilões da história ambiental mundial. E a Conferência do rio estava sendo voltada para crucificar os países de Terceiro Mundo, principalmente o Brasil, nesse processo. O que vimos foi uma grande reação, não só do Brasil, mas de outros países do Terceiro Mundo, em relação à posição dos países ricos que não queriam tratar de proble-

mas relacionados com a pobreza. Eles estavam orientando a Conferência no sentido de tratar de problemas estritamente ecológicos, sem analisar a questão de uma maneira mais global, como se pretende seja discutida e acordada na Conferência do Rio.

Em virtude da mudança de comportamento da imprensa mundial, devido a diversas exigências que não puderam ser escondidas e das reuniões preparatórias, houve alguns posicionamentos de países do Primeiro Mundo, principalmente dos Estados Unidos, numa tentativa clara de se tentar esvaziar a Conferência. E acho que merece um comentário a respeito do fracasso ou sucesso da Conferência levantado pelo Capobianco. Não podemos tratar esse assunto assim. Temos que fazer nossa parte e sairmos para uma Conferência com a certeza de que vamos obter sucesso; aproveitar bem os espaços que nos são dados, para podermos, de alguma forma, contribuir para esse processo.

São essas as considerações que gostaríamos de fazer nesse pouco tempo que nos é permitido, dentro deste debate. Agradecemos a oportunidade de nossa participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Vamos agora passar para a segunda parte da reunião, que seriam as intervenções dos Srs. Senadores. Presentes os Senadores Júlio Campos, Valmir Campelo, João França, que tiveram que sair do plenário do Senado para prestigiar esta reunião. Por isso mesmo, vou passar a palavra para o Senador Valmir Campelo, que será o primeiro a fazer intervenção, podendo dirigir-se aos três ou a um deles, fica a critério do Senador. Com a palavra o Senador Valmir Campelo, que também é o Vice-Presidente da nossa Comissão.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, Srs. Senadores, não seria bem uma indagação, mas uma colocação o que eu gostaria de fazer. Em primeiro lugar, não poderíamos deixar de agradecer a presença dos ilustres conferencistas. Esta nossa Comissão tem como principal atribuição acompanhar e analisar as atividades da Eco-92.

Estamos ouvindo vários segmentos da sociedade como um todo e temos também procurado nos encontrar até mesmo fora de Brasília, na busca de sugestões muito mais objetivas do que substantivas. Recentemente, nosso Presidente esteve fora do País, ouvindo e acompanhando o que poderá acontecer na Eco-92; esteve no Pará, e, ainda na segunda, terça e quarta-feira, os Senadores Júlio Campos e Coutinho Jorge e eu mesmo estivemos em São Paulo num encontro que houve de parlamentares da América Latina; e estamos sempre aqui e ouvindo as sugestões dos nossos conferencistas.

O que procuramos, senhores, é um diagnóstico da situação do nosso País, isso no campo do meio ambiente. O que se procura é uma proposta de ação para a preservação. O que mais precisamos saber é o que defendemos. Perdoem-me, o tempo é muito exíguo, mas deixo uma sugestão no sentido de que os conferencistas encaminhem, através de um documento, para que possa integrar os Anais da nossa Comissão, a complementação das suas conferências, para ver se buscamos alguma coisa mais objetiva nesse sentido. Queremos levar o Rio de Janeiro, e também fazer nossas sugestões através desta Comissão, o que estamos procurando fazer e o que vem realmente atender aos objetivos da nossa Nação.

Ouvem-me muito, palavras como avanço, progresso, movimento, manifestações, mas muito pouca coisa concreta do tipo: "O que necessitamos para a preservação do meio ambiente do nosso País é isto, isto e isto. O que defendemos e o que queremos é exatamente isto aqui; o ponto 1 é isto, o ponto 2, o ponto 3. O que precisamos é exatamente isso".

Vimos aqui o Dr. Almir Bressan Júnior levantar o problema do tão falado efeito estufa, mas precisamos de alguma coisa mais. Os senhores lidam e convivem dia a dia com as entidades do meio ambiente. Conheço bem o Ary Pararrais, que é editor e proprietário de um jornal ecológico no Distrito Federal. Ninguém melhor do que os senhores pode realmente fazer propostas através desta Comissão, que pode ser o porta-voz da sociedade e das entidades relacionadas com o meio ambiente. Temos condições de levar à ECO-92 essas proposições. Porque, como disse o Ary, os senhores não foram chamados a participar dos debates com a sociedade e com o Governo, para que pudessem propor essas alternativas.

Então, a minha sugestão é neste sentido, Sr. Presidente: que as entidades envolvidas com o problema do meio ambiente possam apresentar sugestões não substantivas, mas objetivas que poderemos defender e levar à ECO-92.

Parabenizo os Srs. conferencistas e peço, mais uma vez, sejam encaminhadas a esta Comissão as sugestões complementares, que, tenho absoluta certeza, serão úteis para todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Eu queria só lembrar ao nosso ilustre Senador Valmir Campelo que eu já havia conversado com os conferencistas aqui. Concorro com a posição de S. Ex^a: a documentação citada, por exemplo, pelo Ary Pararrais, sobre relatório alternativo é importantíssima.

Já isso, já estamos cobrando essa e as informações dos outros conferencistas também. O relatório que vai ser apresentado no caso já está sendo entregue

aqui pelas entidades do meio ambiente dos Estados. Esses são subsídios fundamentais para a nossa Comissão.

Eu só queria dizer uma coisa aos Srs. conferencistas: estamos assumindo o compromisso de que a comissão mista vai ser implantada. Fiquem tranquilos, essa matéria deve ser votada em breve no Senado. Só quero informar — e posso falar, porque vários líderes estão lá, não podem estar presentes — que, de fato, o nosso grande trabalho só vai começar depois da ECO-92. Disso estamos conscientes.

Passo a palavra ao Senador Júlio Campos, que tem algumas sugestões ou inquirições a fazer.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Não é uma sugestão; gostaria apenas de referendar as palavras do Senador Valmir Campelo. É uma pena: poderia ser um debate bastante amplo. Gosto do assunto, participo dele desde o início da minha atividade como Deputado Federal e depois como Governador de Mato Grosso. Fui o primeiro Governador a criar uma lei do meio ambiente no meu Estado, criei a Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso, que, hoje, realmente tem funcionado e que, graças a Deus, ajudou muito na parte ambiental do nosso Estado, o ecossistema. Fico triste por esta reunião se realizar um dia muito difícil para nós, Senadores, porque estamos votando o salário mínimo, que é importante para o brasileiro, essa votação do novo salário daqui há pouco no plenário e, gostaria, realmente, de pedir que as palestras fossem não só registradas nos Anais como também que me fossem encaminhadas, pessoalmente, se possível, para que eu possa ler, debater e dizer aos conferencistas que sou o aliado número um da sua luta, participei lá em São Paulo, o Memorial da reunião do grupo Parlamentar brasileiro com a América Latina e estaremos lutando e acompanhando de perto o trabalho do valoroso Presidente da nossa Comissão. Contem conosco, aqui no Senado, para a implantação dessa Comissão Mista, de Senadores e Deputados, para defender o meio ambiente no Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que já começou a votação no plenário, eu queria, em nome da Comissão e no de nossos Companheiros que têm que votar, assumir alguns compromissos com os conferencistas e exigir deles também, e novamente, alguns o compromisso em relação a nós: primeiro, que os documentos venham até nós; segundo, que esse relacionamento de intensifique a partir de agora, considerando que outras reuniões serão efetivadas aqui; terceiro, que, a partir disto, estejamos juntos no Encontro no Rio de Janeiro em que o Congresso estará presente. Deveremos ter lá encontros paralelos, inclusive em reuniões. Mas concordo com os senhores: o mais importante é o que vai ser acordado e implementado. Concordo que houve uma omissão do Parlamento Brasileiro e Latino-Americano, disse isto ontem em São Paulo. Houve omissão por parte dos governos estaduais e municipais, não tanto por culpa deles, mas pelo exclusivismo na condução do problema pelo Governo Federal. O Almir mostrou que o esforço da Associação minimizou o problema, mas não resolveu. De qualquer maneira, essa Conferência vai ser o início de um grande trabalho que começa no Brasil, mas que se refere ao mundo inteiro. Não tenho dúvida de que ela é o marco.

Não creio no insucesso da Conferência. Apesar do problema dos gases tóxicos, do clima, do financiamento estarem configurados como os dois grandes impasses, no meu entender, já houve um avanço no que diz respeito à Declaração de Tóquio, que os senhores devem conhecer. Há, inclusive, alguns pontos que achamos positivos, em favor dos países subdesenvolvidos, que devem ser defendidos pelos Paramentos, como eu disse em São Paulo, como o problema da dívida externa e outros tipos de prioridades. Mas, como disseram os três conferencistas, estamos começando um processo. Importante não é só a reunião; é o que virá *a posteriori* a essa reunião.

A nossa idéia, aqui no Congresso, é criar essa Comissão Mista, cujo projeto já está tramitando. Essa Comissão terá um papel de acompanhamento permanente, de grande fórum do Parlamento brasileiro. A Comissão no Senado já está apta, preparada e com o número certo para participar da Comissão Mista. Na Câmara, há uma Comissão Permanente que trata de meio ambiente, mas também de outros assuntos, como minorias, etc. Mas, nessa Comissão de Meio Ambiente, ou de Desenvolvimento Sustentado ou como queiram chamar, temos que tentar promover a integração do meio ambiente com o desenvolvimento, esta é a postura que estamos defendendo. Será uma Comissão específica que vai acompanhar o processo de implantação, a nível de Brasil, das decisões das Nações Unidas. Concordo com o que foi dito: temos que, a partir de agora, começar um trabalho de estimular a discussão daquelas decisões que não foram aprovadas na ECO-92 e continuar o processo a nível mundial. O Congresso despertou, talvez um pouco tardiamente, para este assunto. Mas vamos mudar esse quadro. O Congresso vai participar intensamente, fiquem certos. Como Presidente da Comissão, assumo esse compromisso e posso falar em nome das Lideranças, porque é uma Comissão em que praticamente a maioria dos líderes participa, tem interesse e empenho em mudar esse quadro. Fiquem certos de que a participação dos três Srs. conferencistas foi importantíssima,

apesar de restrita no tempo, pela circunstância de, hoje, nós, Parlamentares, termos uma votação importante. A documentação que os senhores encaminharão posteriormente vai enriquecer o relatório da nossa Comissão.

A reunião preliminar de hoje vai gerar frutos sazonados, inquestionavelmente, para o futuro. Isso eu garanto, com tranquilidade, pelo Senado Federal e tenho certeza de que a Câmara pensa da mesma forma. Se os senhores desejarem agregar alguma coisa, será um prazer; senão sou obrigado a dizer que, daqui a pouco, terel que ir para o plenário votar.

Concedo a palavra ao companheiro Almir Bressan Júnior.

O SR. BRESSAN JÚNIOR — Só queria fazer uma observação a respeito do comentário feito pelo Senador Valmir Campelo sobre o que colocamos aqui, neste momento em que fomos convidados para expor a nossa visão sobre a realização da Rio-92. Não fomos convidados a trazer propostas para resolver os problemas ambientais do Brasil, e sim dar uma visão do cenário da Rio-92, que trata de problemas internacionais, que têm repercussões, sem dúvida de grande importância e magnitude dentro do País. Então, não podemos somente pensar na política nacional. Neste momento, estamos pensando na política internacional, que tem reflexos no nosso País.

Temos também, uma série de recomendações e posições, dentro desse documento em que fazemos a análise da política nacional do meio ambiente, e, aí temos muita coisa a trabalhar, e temos certeza de que estaremos estreitando ainda mais o nosso contacto, para que possamos, realmente, implementar no País uma política nacional do meio ambiente, com base no desenvolvimento sustentável.

Agradeço a oportunidade de participação neste debate, e que tenha a possibilidade de registrar essas preocupações, inclusive como um processo de início dessa integração Senado e órgãos de meio ambiente e sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — A palavra está franqueada

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO — Eu acho que seria necessário aprofundar o debate em torno da questão. Gostaria de pedir como algo que deveria ser explorado, mas não foi possível em virtude da exiguidade do tempo, que além do envolvimento do Senado na discussão substantiva da conferência posterior a isso, que também o Senado colabore no esclarecimento, junto ao Governo Federal e à sociedade em geral, sobre a importância das organizações da sociedade civil no processo de discussão do desenvolvimento de meio ambiente no País.

Recentemente, algumas polêmicas em torno de participação das ONG tem surgido, o Governo brasileiro tem tido uma posição historicamente contrária à participação das ONG, o Senador esteve no PREPCOM e pôde constatar que muitas delegações oficiais de muitos países incluem as ONG, ao contrário da delegação brasileira, que tem sido contrária a qualquer abertura das ONG. No último PREPCOM houve uma tentativa de limitar a abrangência de proposta não governamentais, nos processo pós-conferência.

Então, tendo em vista que o Senado se constitui numa Casa de enorme importância, no sentido de lutar pela democratização do processo de decisão no País o Senador e esta comissão fizessem um empenho especial no sentido de esclarecer ao Governo Federal, sobre o processo de discussão e solução ligados aos problemas ambientais do País, não poderá se dar sem a participação efetiva das ONG.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Tenho absoluta consciência disso. Talvez eu seja um dos Parlamentares, aqui no Congresso Nacional, que mais tem defendido a participação das ONG.

Cheguei hoje na reunião de São Paulo e disse: Lamentável que o Parlamento não tenha, pelo menos, chegado aos pés do nível da participação das ONG a nível nacional.

Bem ou mal, elas cumprem um papel de conscientização, de alerta, do problema, realmente, fundamental, que é a problemática do meio ambiente *versus* desenvolvimento.

Isso coloquiel e tenho colocado em plenário, porque, praticamente toda semana faço um pronunciamento a respeito desse assunto. Agora, a cada semana em função da proximidade, insistirei. E essas colocações dos Senhores, fiquem certos, que levarei ao plenário, e, realmente, vou fazer uma síntese, independente do que vai ser relatado aqui, das colocações dos Senhores.

Essas colocações são pertinentes, nós vamos nos entender muito bem a partir de agora, sobretudo, após o evento da Eco-92.

Vamos estar juntos nesse evento, e vamos estar juntos em muitas decisões importantes de nível nacional sem o apoio da sociedade civil não acredito na possibilidade. Como político tenho consciência disso, e todos nós políticos o sabemos. Se a sociedade civil organizada não participar, esse processo não se viabiliza, e não se pode tomar a decisão mais acertada. Porque a decisão das elites interessa a alguns grupos, e a decisão da sociedade civil pode nos

ajudar, é muito mais importante, mais democrática, mais racional. Não tenho dúvida nenhuma.

Fiquem certos de que apesar de eu não participar oficialmente de nenhuma ONG, sou um membro da Amazônia, um apaixonado por aquele problema regional, conheço um pouco aquela realidade, conheço o sofrimento das nossas ONG pequenas, singelas, da Amazônia, e sei do papel que a ONG representa num processo de nova consciência coletiva mundial quando se trata do meio ambiente.

A nova ética mundial, o novo conceito, a nova cultura ambiental, isso realmente é a grande mudança do mundo. Temos que realmente lutar para buscar a felicidade global, mas isso vai custar muito.

O SR. ARY PARARRAIOS — Eu só queria agradecer e dizer que vamos pedir à Secretaria do Fórum, da qual faz parte o Paulo Capobianco, que implemente esta documentação — temos muita documentação — e encaminhe todo esse prognóstico e diagnóstico e todo o trabalho feito durante esses anos, a respeito de propostas, dos temas, dos tratados temáticos, pois são mais de 30 os ecossistemas brasileiros.

Será melhor do que o nosso depoimento que a Secretaria mande esses documentos e que eles sejam referenciados aqui dentro para poder depois sabermos onde podemos colaborar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Em nome da Comissão, que agora está votando, agradeço ao companheiro João Paulo Capobianco, Superintendente da Fundação SOS-Mata Atlântica; Ary Pararrais, Presidente do *Jornal Ecológico de Vida Alternativa*, de Brasília, e do Dr. Almir Bresson Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente — Espírito Santo —, que participaram deste encontro, e, em nome da comissão agradeço a importante participação e contribuição dos senhores.

2.10 — Palestrante-Convitado: Governador Leonel Brizola

Cargo: Governador do Estado do Rio de Janeiro

Data: 14-5-92

Tema: A Cidade do Rio de Janeiro como Anfitriã da Conferência ECO-92

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Meus caros Senadores, Deputados Federais, Prefeito Jaime Lerner, que nos honram com suas presenças, minhas senhoras e meus Senhores: Esta reunião marca mais uma etapa dos trabalhos da Comissão implantada no Senado Federal que visa acompanhar a programação da conferência Rio-92.

Desde o ano passado, esta Comissão vem ouvindo as autoridades oficiais do país e todos os segmentos do Senado Federal ligados ao encontro da Rio-92. Ouvimos a área empresarial, bem como as chamadas ONG — Organizações Não Governamentais, que terão papel importante neste grande encontro do Rio de Janeiro.

Também esta Comissão, através de seu Presidente, participou das duas mais importantes reuniões preparatórias das Nações Unidas, as chamadas reuniões do PREPCOM, realizadas em 1991, em Genebra e, em 92, em Nova Iorque. Esta Comissão acompanha, *pari passu*, todas as decisões, não só do nosso País, como também todas aquelas perlangas existentes entre os países que têm participado dos encontros preparatórios.

Esta fase da reunião é importantíssima, por ser a fase final, em que estamos ouvindo alguns governadores e ministros para a conclusão dos trabalhos. Esta Comissão também estará presente, acompanhando, dia a dia, o grande encontro da Rio-92 para a sua conclusão final. A partir daí, será implantada uma Comissão Mista, composta de membros da Câmara e do Senado, a fim de acompanhar os resultados da Conferência e, sobretudo, sua implementação no País.

Entretanto, esta Comissão não teria sucesso em seus objetivos sem a presença do Governador Leonel Brizola, que é, na verdade, o anfitrião deste grande encontro. O Brasil é o anfitrião das Nações Unidas, muito embora sejam as Nações Unidas quem comanda o encontro. Mas, no Brasil, evidentemente, é o Rio de Janeiro, na pessoa do Governador Leonel Brizola, que tem uma grande responsabilidade, juntamente com o Governo Federal, de viabilizar este encontro que, no nosso entender, é um megaencontro mundial que, apesar das críticas, vai trazer uma mudança radical do conceito mundial de meio ambiente e desenvolvimento.

Nós, que acompanhamos, *pari passu*, podemos afirmar que a história do nosso Planeta deve ser outra a partir desse grande encontro Rio-92. Antes de

conceder a palavra ao Ilustre Governador, ficou decidido, em Nova Iorque, que o grande documento, que seria a "Carta da Terra", deixa de ser "Carta da Terra" para ser a "Carta de Princípios Globais"; que irá nortear o mundo a partir desse encontro. Essa declaração de princípios, já definida em vinte e sete grandes princípios, terá o nome de "Declaração do Rio". Portanto, é um marco na história do Brasil e do mundo. Por isso, a presença do Governador Leonel Brizola é fundamental para enriquecer tudo aquilo que a Comissão tem absorvido durante um ano e meio de sua implantação.

Governador, sua presença é fundamental, não só por aquilo que V. Exª vai trazer em sua visão da importância desse Encontro para o Brasil e para o mundo, mas por todas as providências de V. Exª, juntamente com o Governo Federal. Aqui está o nosso Ministro Carlos Garcia, um dos coordenadores do Governo Federal deste evento. Assim sendo, Governador, estamos gratificados com sua presença e queremos passar a palavra a V. Exª para sua exposição a respeito desse assunto palpitante e, posteriormente, os Senadores e Deputados poderão inquiri-lo acerca de qualquer dúvida sobre o seu pronunciamento.

Portanto, com grande satisfação, concedo a palavra ao Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Eminente Senador Coutinho Jorge, Srs. Senadores, Srs. Deputados, jornalistas, Ministro Carlos Garcia, prezados amigos, Senhoras e Senhores, é com grande prazer que venho a esta Comissão e acorro e seu chamamento para contribuir, modestamente, para que este órgão do Senado da República, atuando em nome do povo brasileiro, possa dar curso a sua presença e colaboração nesse acontecimento tão importante, que é a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realiza agora no mês de junho, no Rio de Janeiro.

O Sr. Presidente encareceu aquilo que é a realidade. Essa conferência, se alcançar o mínimo de sucesso, uma parte que seja dos seus objetivos, talvez venha constituir-se num marco da história humana. Quem sabe, a história da humanidade venha a ser escrita, a partir de agora, considerando-se essas duas etapas: antes e depois desse Encontro Mundial em que a humanidade decidiu reunir-se para uma reflexão.

Creio no sucesso da Conferência, particularmente pelo que senti nos últimos dias. De uma semana para cá, passou-se a notar que a Conferência está adquirindo contornos, está nos dando uma impressão concreta. São as comunicações de instituições, as comunicações dos diversos países, a certeza de que os Chefes de Estado vão acorrer à reunião, a presença dos seus representantes, de toda uma comunidade das Nações Unidas; assim como a fase conclusiva dos nossos esforços, no plano estadual, municipal, Federal, sem nos livrarmos totalmente daquela característica muito nossa de que é sempre na última hora que tratamos de solucionar as coisas; aquela vocação para o improviso.

É exatamente nesse período que se nota esse conjunto de providências, tudo se encaminhando para o seu lugar, dando-nos uma idéia de que a Conferência será realmente um grande acontecimento.

Deus queira que as suas resoluções representem aquele clarão de que a humanidade necessita para equacionar a convivência de todos, o nosso futuro, o futuro do próprio planeta. Realmente, só o fato de essa conferência se realizar é um acontecimento de dimensões históricas. Todos nós sabemos que essas questões, não tanto o desenvolvimento, mas a vinculação do desenvolvimento ao meio ambiente e, essencialmente, as questões do meio ambiente são realmente emergentes.

Os da minha geração, por exemplo, viram nascer, viram dotar esses questionamentos. Quando que nós, há pouco tempo, poderíamos imaginar que os rios poderiam desaparecer, se degradar, se extinguir? Até pouco tempo tudo que se jogasse nos rios desaparecia, era levado pelas águas, era o esgotamento natural de tudo que quiséssemos. E o mar, quando é que podíamos imaginar que ele ia ser poluído, que essa imensidão das águas dos oceanos poder-se-ia degradar?

E o ar? Quando víamos, até pouco tempo, um avião desses, com suas enormes turbinas, claro, estávamos vendo a maravilha da criação humana, da técnica, da ciência, o mais pesado que o ar transportando aquela imensa quantidade de pessoas ou de carga, com aquela velocidade, transpondo distâncias como as que vemos hoje, nem nos ocorria que naquelas pequenas barreiras, as turbinas, se estava queimando o nosso oxigênio, que vamos precisar para dormir, para viver. Passamos a considerar o quanto queimamos de oxigênio uma turbina, uma única turbina dessas de um grande avião de transporte. E os aviões de guerra? E passamos a imaginar quantos aviões voam por dia, quantos permanentemente estão queimando oxigênio.

Passamos a nos preocupar com o fato de que esse oxigênio pode desaparecer. E logo cogitamos que queimam as florestas e o oxigênio vem das florestas. Surge o Jacques Cousteau e diz que o oxigênio não vem da floresta, o oxigênio vem do mar, quer dizer, toda essa ordem de problemas.

Dai a pouco, os agricultores a se preocuparem com o fato de que é destrutivo arar a terra. Como usar a aiveca, que custamos tanto a inventar? E depois os

discos, ao revirar a terra estamos destruindo aquela camada biológica e lá se vai o solo. Como? Quase que voltando ao pica-pau, ao arado de madeira, passamos a ter logo outros tipos de máquinas para tentar, como os arados de sisal. Enfim, fomos nos deparando com essa ordem de problemas, e a caça foi desaparecendo. Agora, faço uma consideração, Sr. Presidente, porque parece que é uma mensagem sobrenatural, pois ocorrem tantas coisas que não conseguimos explicar. Por que é que essa questão surgiu praticamente pelas mãos dos adolescentes e dos jovens?

Estamos aqui, de cabelos brancos, cuidando dessa questão no mundo inteiro porque os jovens, os adolescentes romperam aquele convencionalismo, foram eles que fizeram os primeiros protestos, os primeiros movimentos e que deram o alarme. Recordo-me, era estudante ainda, estava na escola de engenharia quando me deparei com um episódio que até hoje não esqueci: a prefeitura, a municipalidade, culpava de urbanizar uma área, o centro, e havia acácias enormes, antigas, ali numa daquelas ruas e a prefeitura estava naturalmente cortando aquelas árvores porque necessitava alargar aquela rua e num determinado momento, quando os funcionários da prefeitura começaram a cortar aquelas árvores, uma multidão de adolescentes de um ginásio próximo subiram nas árvores e não permitiram que as cortassem. Os jornais na época os chamaram de abusados, dizendo que deviam estar nas aulas e não impedindo que a prefeitura urbanizasse e embelezasse a cidade. Mas havia outros que acharam que aquelas crianças tinham razão. Por que aquelas crianças subiram nas árvores e não deixaram cortar? E eles não puderam cortar. Eu próprio não entendi bem aquilo. E assim todo o mundo. Levantem a história desses movimentos em defesa da natureza, os fundamentos, os primórdios dos movimentos ecológicos, lá estão os adolescentes, lá estão os jovens.

Eu, pessoalmente, gostava de caçar, sempre tinha a minha 12, a minha 16 bem engraxadinha, bem azeitada e de vez em quando ia caçar uma perdiz aqui e ali, os meus garotos eram adolescentes e esses movimentos já estavam caminhando, eles progrediram de uma forma que as minhas armas acabaram, tenho-nas de recordação. Palavra que não consegui mais vencer aquilo que eles me incutiram, que ao matar aquelas perdizes eu estava rompendo o equilíbrio ecológico daqueles campos. Foram eles que me despertaram para isso. É um detalhe que valia a pena acentuar porque isso mostra como a humanidade rapidamente assimilou isso. Essa questão veio pela mão dos nossos filhos, dos nossos netos e creio que estamos chegando a um estado de maturação.

Se essa conferência alcançar um mínimo de sucesso, um mínimo de êxito, iremos assistir a um acontecimento espetacular. Claro que a partir daí sentiremos a presença de muitos pensadores de muitos lugares do mundo que ligaram, coerentemente, o futuro da humanidade com o desenvolvimento, não apenas com as condições naturais, aquelas básicas da vida, como chegaram facilmente à conclusão de que só há sentido quando a humanidade se desenvolver com a observância desses princípios. E aí vêm as contribuições. Eu, por exemplo, me filio a uma corrente, creio que tudo está no ser humano, se ele não for preparado, não haverá preservação do meio ambiente, não haverá desenvolvimento, muito menos desenvolvimento sustentável, como hoje se pretende tão procladamente mostrar.

Então, já colocamos a questão educacional, que a humanidade, de certa forma, em muitas áreas, já entendeu que aí estava a grande prioridade, que o desenvolvimento é obra humana e agora um desenvolvimento coerente. Esse desenvolvimento exige mais ainda pessoas preparadas para conduzi-lo, criá-lo, sustentá-lo e desenvolvê-lo, depois para aperfeiçoá-lo. Nós, por exemplo, colocamos logo a Educação como uma espécie de prioridade máxima, parte fundamental de todas essas concepções, acordos e entendimentos que de uma conferência dessas pode surgir.

Enfim, gostaria de dizer que foi realmente uma grande vitória da diplomacia brasileira. Eu, que volta e meia tenho os meus questionamentos com o Itamaraty, às vezes acho o muito finesse para o meu gosto, mas tenho que render essa homenagem que ele merece pelo seu trabalho, criando condições para que essa conferência se realizasse no Rio de Janeiro. Uma grande vitória da nossa diplomacia e do Governo brasileiro, um acontecimento. Quanta gente daria justamente tudo de si para que essa conferência se realizasse em outro lugar. Agora, o processo social é rico, é realmente insondável. Talvez, se a humanidade quisesse, não iria, procurando por todo o universo, encontrar um país mais adequado para a realização dessa Conferência. Essa imensa natureza, esse potencial que não conseguimos abarcar, com a nossa compreensão, como potencial natural do País, como banco genético da vida universal, que é o Brasil — o solo, a natureza — e também o que pode ocorrer com um desenvolvimento predatório, com as atividades econômicas predatórias, com a condução por elites que finalmente deixaram seu povo na situação em que está. Enfim, todo esse conjunto de coisas que podemos mostrar.

O meio ambiente, quanto à tese do desenvolvimento, o Brasil é um cenário. E aí refiro-me ao Rio de Janeiro. Talvez também no Brasil não exista um cenário tão completo, tão coerente para que a humanidade possa colocar ali os seus

olhos em tudo quanto ao bom quanto ao que nos deve preocupar e também quanto aos erros humanos. O Rio de Janeiro é um cenário completo. Os visitantes que vêm de todo o mundo vão se deparar com essa espécie de amostragem, seja da humanidade, seja do que pode ocorrer com a natureza quando tratada de uma forma irracional, inadequada e também o que pode acontecer quando as coisas são bem-feitas.

Podem crer que os que virão nos visitar, se tiverem que sobrevoar a Floresta da Tijuca, acharão impossível termos recriado e conservado essa enorme área de uma cidade com tantos problemas como o Rio de Janeiro. Eles realmente vão se admirar.

Tanto que, como Governador, Sr. Presidente, tenho uma preocupação que agora há pouco externava aos amigos que foram me esperar no aeroporto. Pela primeira vez, o nosso País abre o seu ventre para a humanidade. Não é para um movimento de turistas ou para alguém que venha assistir ao carnaval. Não. Pela primeira vez, o Brasil vai se abrir sem nenhuma restrição, os nossos visitantes vão poder se deslocar livremente, não vai haver nenhum membro da nomenclatura segurando no braço, mostrando o que quer. Se quiser pegar um avião e ir à Amazônia, não há problema. Quer ir ao Rio Grande do Sul, ao Nordeste, à Bahia — isso se o Antônio Carlos Magalhães permitir poderá ir livremente.

E que visitantes são esses? Visitantes que vêm de todo o mundo, com todas as culturas, todos os níveis, de toda parte, visitantes questionadores. São pessoas aos milhares, que vêm com a sua consciência queimando pelo desacordo em que estão em relação a muitos problemas. Isso tanto em relação à conferência informal, das Organizações Não-Governamentais quanto à própria conferência oficial. Na conferência oficial, estão as delegações mais formais, o Terceiro e o Quarto Mundos, delegações indispensáveis, que, até na hora de se despedir, vão procurar o Ministro Celso Lafer para lhe pedir que liquide a conta do hotel — não é verdade? — o que não poderemos negar. Afinal de contas, são pessoas muito pobres que não têm sequer como fazer essa viagem senão com grande sacrifício.

Preocupo-me com a diversidade de pessoas que estarão presentes nesse evento — culturas e níveis tão diferentes —, observando todo esse estrago que é o nosso País. O que há de bom todo mundo vai mostrar, como a Floresta da Tijuca. Mas levá-los a uma favela ou a outras áreas, oportunidade também não vai faltar, mas já não serão tantos. O nosso próprio orgulho nos contém, mas vai ser inevitável todo um tumulto, um conjunto de visões sobre a vida brasileira; e, às vezes, essa perspectiva se apresenta muito deformada, difícil de ser entendida em seus fundamentos.

Diante das estatísticas divulgadas pelos jornais inclusive os internacionais, poderão nos questionar como é possível matarmos crianças. E quem está matando crianças? Não temos essas respostas fáceis. Há ou não aqui, no Brasil, discriminação racial? "Não, absolutamente, sempre houve harmonia", todos vão dizer. Historicamente, desenvolvemos aquela idéia do negro bom, do bom sujeito, "do negro de alma branca". Tudo bem. E essa coincidência de que onde há mais pobreza, há mais negros? Nas favelas, são quase todos negros. Pedimos ao Dr. Nilo Batista para visitar umas prisões e a constatação foi de que só há quase negros. Haverá essas perguntas de pessoas muito preparadas, inteligentes e questionadoras.

Preocupo-me com isso porque gostaria que todos os nossos visitantes levassem daqui uma idéia real, tanto quanto possível verdadeira, sem exageros nem para um lado e nem para outro. Acho que esse é um desafio natural para nós, que lá estamos trabalhando.

No meu depoimento aos Srs. Senadores gostaria de dizer que não me recordo de que tenha ocorrido nesses 45, quase 50 anos, período em que acompanho a vida pública brasileira, um ambiente de tanta cooperação, tanta boa vontade, tanto trabalho comum para um evento internacional da dimensão deste. E bem que essa conferência poderá ser a maior da história humana. Em número de chefes de Estado, vai ser a maior, mas as suas resoluções vão respaldar essa importância física, diríamos.

Diante desse grande evento, desenvolveu-se um clima de cooperação: Governo Federal, com seus funcionários, juntamente com os Governos estadual e municipal, trabalhando num perfeito entendimento, sem que nenhum dos três setores esteja ali traçando normas uns para os outros; tem havido um ambiente de discussão, cada um assumindo e conferindo as suas responsabilidades.

Quanto à questão da segurança, que é uma questão fundamental e básica, em nenhum momento nos passou pela cabeça a pretensão de dizer que, constitucionalmente, é competência do Estado e que sozinhos vamos dar conta. Não. Começa que, pela nossa compreensão desse problema. Sempre entendemos que a união real, devido ao próprio pacto federativo, implicitamente tem uma certa função reitoria em matéria de segurança, em todos os aspectos, em alguns com maior presença, em outros mais a distância.

A Federação só conseguirá funcionar, sob meu ponto de vista, nessas bases. Então, na hora em que se realiza um evento Internacional dessa grandeza, cumpre o reconhecimento do Estado de que essa cooperação tem que se desenvolver baseada em uma coordenação federal. Então, fizemos logo um convênio, como é da boa doutrina, entre União e Estado, e ali estabelecemos todas as normas.

Na hora dos entendimentos, até foi uma sugestão nossa, criamos o convênio. Acreditávamos que nele estabeleceríamos tudo: o seu começo, o seu fim, e tudo funcionaria de acordo com um entendimento explícito.

A coordenação de todo o sistema, que cada setor já tratava de avançar em seus estudos, em seus planos, caberia ao general-comandante do Leste, do Exército, através de uma espécie de estado-maior, do qual participariam a Marinha, a Aeronáutica, a Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Enfim, aquele estado-maior, com seus órgãos técnicos, funcionaria como um conjunto.

Na parte que nos toca, estamos reservando o que temos de melhor em matéria de efetivos; o Estado fez uma inversão apreciável no setor; não tivemos maiores recursos, por exemplo, para contar com mais veículos. Essa é uma questão que ainda hoje pretendo colocar ao Presidente.

Se pudessemos contar com um bom número de novos veículos, haveria uma situação muito mais favorável. Se se pudesse tomar um providência especial, de emergência, conjunta, no sentido de dotar o Estado de novos veículos, pequenos veículos, para que os nossos agentes pudessem deslocar-se o mais rapidamente possível, seria importante.

Mesmo assim, fizemos uma inversão de 14 milhões de dólares no sistema de comunicações, de controle eletrônico por microondas, que evidentemente é um sistema que permanecerá, mas que só fomos levados a realizar devido à conferência. Quem nos dá essa tecnologia e respectiva assistência técnica são os franceses. Enviei uma carta ao Presidente François Mitterrand pedindo os seus bons ofícios para a concessão desse empréstimo e a colocação à nossa disposição dos serviços da França, que adquiriu um certo *know-how*, pois com a comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa eles receberam chefes de Estados, delegações estrangeiras, e puderam encarar o problema de todos se moverem quase que ao mesmo tempo em trajetos adequados, sem que surgissem problemas e bloqueios.

Então, os franceses realmente estão habilitados e concordaram. Os equipamentos já estão chegando e sendo montados. A assistência técnica já está também sendo ministrada ao nosso pessoal.

A coordenação, sob esse aspecto e em todos os demais, desenvolve-se muito bem.

É natural — nunca tenho deixado de frisar esse aspecto — que a missão coordenadora geral, a responsabilidade sobre as posições do nosso País em relação ao contacto com as delegações, enfim, que a condução, no que concerne ao Brasil junto à ONU e às delegações é atribuição federal.

A nós cabe uma presença subsidiária e, em alguns aspectos, até principal. Tratando-se de uma determinada obra de infra-estrutura, assumimos aquela responsabilidade e procuramos dar conta, por ser essa uma atribuição nossa. Mas quero dizer que no seu conjunto, as nossas atribuições não deixam de ser subsidiárias.

O Estado e o Município do Rio de Janeiro, este último até por ser uma capital com expressão, por se tratar de uma cidade de tradição, têm uma presença administrativa importante.

Mas isso não quer dizer que não sejamos nós os carregadores do plano. Somos, sim, em relação a muitas questões, principalmente quanto aos aspectos que nos exigem gastos e inversões, que, a rigor, estão além das nossas possibilidades. Mas sentimos que de nenhuma forma essa conferência poderia realizar-se sem que fizessemos certas obras, certos empreendimentos.

Sobre a Linha Vermelha, por exemplo. O Governo Federal entendeu que precisava criar condições para que o Estado realizasse aquela obra. Deu-se então a ele a possibilidade de contar com um empréstimo, o que aumentou o seu endividamento. Vamos pagar a nossa dívida através de um sistema de pedágio, cobrado indiretamente, através de um pequeno adicional na taxa de embarque — é claro, na saída. Na hora de comprar a passagem, nem se sabe quanto se paga pela taxa! Então, ali está a contribuição para a Linha Vermelha, partindo de uma concepção de que se tratava do aeródromo e de que aquele sistema era o complexo viário do aeródromo, era o acesso ao aeródromo.

Tivemos algumas dificuldades, que, enfim, foram superadas, e está em curso esse sistema de cobrança de um adicional, que vai financiar o conjunto da obra, resgatando o empréstimo no BNDES, tanto para a primeira como para a segunda etapa, até a intersecção da Via Dutra, previsto de 17 milhões de dólares. Eles farão um orçamento aceito por todos, União, Estado, por todos os setores técnicos; o clube de engenharia vai lançar o custo da obra e conseguimos, na hora de executar. Economia daqui economiza dali, conseguimos essa redução de 17 milhões de dólares.

Então, o caso da Linha Vermelha é um caso especial. Mas, existiram outras obras como, por exemplo, todo o sistema viário ao redor do Riocentro. Claro, eram vias já utilizadas até construídas para outra capacidade de carga e, a simples inspeção nos mostrava a necessidade de um tratamento adequado. Lá, o Estado está invertendo 10, 12 milhões de dólares. O mínimo, porque possivelmente irão surgir algumas questões que tenham que dar um tratamento obrigatoriamente.

Estamos realizando, também, uma outra obra — claro que é importante para a cidade — mas, se não fora a realização da conferência, estaríamos não só dando esse ritmo como também até cogitando de realizar esses melhoramentos, é o caso do Viaduto do Joá que, ali, havia uma dúvida, chegava a ocorrer um laudo técnico rigoroso, uma dúvida em matéria de estabilidade que nos levou a uma obra de reforço, bastante onerosa, entre o Estado e o Município. Estamos ali invertendo cerca de 25 milhões de dólares.

E, nos bancos, até aqui nos foi possível enfrentar essa ordem de problemas. Acharmos que, de nenhuma forma, podíamos deixar o Rio de Janeiro sem essas providências, pelo menos para melhorar um pouco aspectos, serviços e infra-estruturas que tínhamos o dever de oferecer à conferência.

Por outro lado, a uma certa altura, passamos a nos preocupar com aquilo que costumam chamar de conferência informal. Porque, a rigor são duas conferências: a formal, a oficial, das Nações Unidas com as delegações de chefes de Estado e a informal, que é das organizações não-governamentais. É um movimento um pouco inorgânico. Não é cada coisa em seu lugar como é a conferência oficial. Porque o nosso Itamaraty, os seus quadros focalizam, estudam, coordenam. Não, essa outra tem problemas específicos, às vezes, bastante convencionais e, muitas vezes, pouco acessíveis a nós. Assumimos uma política de deixá-los sempre que nos procuravam, procurávamos, enfim, ensinar a nossa parte, soluções.

Este conjunto de organizações, que passou a denominar-se Fórum Global, contava com a presença de empresas privadas, de muitos governos pelo mundo e, quem sabe lá a nossa própria, de tal modo para se desenvolver com grande eficácia e nas dimensões que imaginamos. A partir de um certo momento, pude verificar uma situação que passou a partir daí a contar com uma colaboração especial nossa porque, realmente, foi com preocupação que sentimos uma espécie de ameaça, de deterioração de todo aquele programa devido à falta de recursos e de apoio. Porque a iniciativa privada recuou, os outros países também, e eles ficaram praticamente ali ajudados, não limitadamente pelas Nações Unidas e seus funcionários, mas, sem uma perspectiva maior. Ali trocamos idéias, muitas vezes, com o Ministro Garcia, com outros funcionários federais de lá e tomei a iniciativa de trazer o assunto ao Presidente Collor. Uma vez, duas vezes e, creio que se criou, finalmente, um clima favorável à realização, e minha tese foi a seguinte: realizar a outra informal, livre expressão, a favor ou contra as nossas posições, seja o que for, mas uma expressão humana, espontânea, que vem de toda parte. E que bom seria que nós no Brasil pudessemos ensinar a essas instituições um ambiente em que pudessem deliberar com liberdade, com segurança, um ambiente favorável às decisões coerentes.

Isso foi aprendido muito bem pelo Presidente Collor que incumbiu, em caráter muito especial, o Ministro Goldemberg, juntamente conosco, lá, com todos nós, de fazer um exame da situação e ensinarmos os recursos, dentro das nossas limitações, que pudessem garantir a infra-estrutura que estavam lá organizando. O próprio Governo do Estado, partimos com o auxílio direto, não de dinheiro mas através dos nossos órgãos técnicos, do pagamento das próprias faturas dessas despesas. O ambiente de trabalho nos deu a melhor impressão, eles estão respaldados por um controle da Price Waterhouse, que é uma instituição internacional de grande credibilidade e respeito no mundo inteiro.

Enfim, têm-se a melhor impressão do esforço que estão realizando. Ali tivemos logo contribuições federais, reforçamos também a nossa. O Município, por sua vez, também está respaldando com outra forma de assistência. Há uma iniciativa do governo britânico e do governo holandês, de respaldo ao esforço do Governo junto a esses países.

Assim, foi-se desenvolvendo ali o esforço que, é claro, sempre anda com uma velocidade menor do que a expectativa deles, mas, creio que, com um pouquinho de esforço a mais, conseguiremos entrar em paralelo com a organização que eles estão montando no Rio de Janeiro.

Em suma, transportes: estamos todos trabalhando, os órgãos federais por sua parte e nós por outra, vamos inaugurar um sistema de ônibus a gás. Pela primeira vez no Brasil haverá um sistema de ônibus abastecido a gás, quer dizer, não poluente.

Quanto aos problemas sociais do Rio de Janeiro, quanto à questão da violência nas ruas, há possibilidade de agressões, gostaria de dar uma palavra ao concluir este meu depoimento à Comissão, dizendo o seguinte: que hoje possuímos uma visão mais ou menos clara sobre a violência que assola o Rio de

Janeiro e São Paulo — porque hoje não se sabe qual a cidade que tem índices de violência maiores, se São Paulo ou Rio. Às vezes, num setor é uma e noutro setor é outra. Porque as duas são megalópoles que nos traz esses problemas, embora esteja nascendo uma idéia fascinante que é a de procurarmos tirar proveito dessa situação, única no mundo, que é a de termos duas megalópoles praticamente juntas. Ao invés de estarmos aí, paulistas, cariocas e fluminenses, puxando um para um lado e outro para o outro, competindo, dando de cotovelo, há a idéia de que podemos somar esforços no sentido de tirar proveito dessa situação. Já há idéias muito concretas a esse respeito, acenando para um futuro de cooperação, de entrosamento de potencialidades.

Hoje, se tem uma idéia, já bastante clara, sobre esse quadro de violência e criminalidade que, no meu modo de ver, na minha concepção, vai aumentar.

Não há indício algum que esteja nos mostrando que, daqui por diante, haverá menos violência. Não, haverá mais violência, mais criminalidade, mais meninos de rua, mais menores abandonados, mais pobreza e mais mendigos na rua.

Esse é o futuro próximo dos centros urbanos do nosso País. Para onde a população se dirige e se concentra. A criminalidade no Rio de Janeiro é essencialmente juvenil. Gostaria que os presentes fixassem bem esse conceito. Nada tem a ver com o que ocorria ou ocorre nas grandes cidades americanas, como Chicago; nada tem a ver com a máfia, que tem as suas bases lá no sul da Itália. É um quadro de violência e criminalidade juvenil. Lá estão aos milhares, adolescentes, crianças, passando pelo meio das nossas pernas, fazendo arrastões, vão se desencaminhando, excluídos do sistema escolar e do sistema educacional. Recentemente estamos nos dando conta da perversidade do nosso sistema educacional ao eliminar mais de 50% de nossas crianças, sem cumprir o primeiro ano primário. Repetir um ano, dois anos, três anos: "Olha, vão lá; ajudar o pai e a mãe de vocês. Vocês não vão aprender". Não! Crianças famintas, desnutridas, cheias de lombrigas, parasitas e focos dentários, que não têm como aprender mesmo. Uma escola que não é uma escola, onde ficam durante uma hora e meia, duas horas, comem um angu e vão embora. Não passam e são excluídas. As crianças com 8, 9, 10, 11 anos, nem sabem porque foram excluídas. São jogadas assim e cai o sistema de televisão em cima, destruindo aquele pouquinho, em matéria de valores, de estabilidade que aquelas crianças trouxeram da sua mãe e de seu pai.

Pronto, está ali a alimentação constante de ondas e ondas de crianças que, gozando da sua imunidade natural, é uma criança, que mete a mão no bolso ali, e pegou algo. Mas como é que vamos agarrar com violência aquela criança? As outras pessoas nem vão compreender! Até se deixa fugir. E aí vão indo, aprendendo com os outros, alguns vão deixando aquela vida, mas vai ficando uma corrente forte, aquelas crianças, dentro de muito pouco tempo estão com seus 15, 16 anos, adultos, muito mais do que nossos filhos, nossos netos, aos 22. Porque são filhos da adversidade, são filhos do intemperismo. Logo em seguida, aos 16, já sabem manejar armas, já praticaram muitos atos graves, já quase não têm mais retorno. Então formam quadrilhas, assaltam as casas, assaltam bancos, assaltam hotéis, assaltam em grupos aos 18, 19 anos.

A sociedade foi reagindo contra isso da maneira mais irracional que se pode imaginar, porque como eles agrediam lá em baixo, aquele lúmpem empresário da área, com a sua polícia particular foram reagindo na base de hostilizar, primeiro, depois matar. E foi se desenvolvendo a matança. Com gente expulsa da polícia, um sistema que se foi estruturando, quase que formando uma cultura, porque aquilo estava se dando aos milhares, ao ponto que, nos últimos anos, mataram, lá no Rio de Janeiro, cerca de 30 mil jovens. Idade média: 20 anos. Quem eram esses jovens? Eram aqueles que há seis anos atrás eram crianças que estavam ali daquela forma, porque rapidamente se tornam adultos. Tanto é que eu costumava dizer: bom, agora, aqueles que estão lá são da safra do Moreira, que os tirou dos CIEP, porque ele fechou os CIEP.

Então, eles na verdade, são adultos. Têm 18, 20 anos. Quer dizer: violência juvenil. Este que é o dado da questão. É um dado da questão. É um dado que nos assombra, mas também nos desafia. Não é uma sociedade de adultos, que se perverteu, em relação à qual nem se pode conceber como corrigir. Não, isso está aí, na nossa frente; nós estamos vendo como solucionar, isso está no problema educacional, antes de tudo. É claro que há um outro fundo, porque se o nosso povo tivesse outro padrão de vida, as nossas crianças também não se teriam perdido. Claro! Mas dentro do quadro geral da vida brasileira, se nós tivéssemos o sacrifício, a prioridade de, ao menos, ensinar uma escola digna, de tempo integral, que segurasse estas crianças no colégio por algum tempo, dando-lhes uma escolaridade adequada, mesmo que as condições sociais fossem adversas, que tivessem que buscar trabalho modesto e humilde, eu não tenho a menor dúvida de que não cairiam nos desvios da criminalidade e da violência.

Bem, nós não pretendemos esconder isso dos nossos visitantes ao Rio de Janeiro, porque seria inconcebível colocar isso debaixo do tapete. Vamos

tratar de cuidar, vamos zelar pela segurança dessas áreas todas; vamos, naturalmente, intensificar um pouco o nosso esforço de rotina em relação aos mendigos, em relação aos desocupados, em relação, por exemplo, a ondas de camelôs que sejam abusados, porque esse vendedor ambulante, que há por toda a parte, em todas as cidades do mundo, principalmente nas nossas, mais pobres, nós temos que entender que é o último degrau, o último estágio. Eu, quando vejo os camelôs ali, na sua agitação, ali, palavra, parece que estou ouvindo apelos daquela gente: não nos deixem cair! Se querem nos tirar daqui, nos dêem um trabalho, nos dêem uma atividade digna, não nos deixem cair, porque eles estão no último estágio da vida honesta. Dali por diante, acabou.

Então, não vamos esconder nada disso. Naturalmente, vamos caprichar um pouco mais, como sempre fazemos quando recebemos uma visita em casa. Às vezes, a casa está, um pouco suja, um pouco desarrumada, mas quando recebemos a visita de amigos, nós tratamos de varrer o chão, de limpar a casa, até passar um pouco de cal. Vamos fazer tudo isso em consideração e respeito. Naturalmente, vamos zelar para que não tenhamos tantos mendigos naqueles lugares, tomando banho ali, que não haja tantas crianças nas ruas, estamos desenvolvendo um grande esforço no sentido de ensinar trabalho para os meninos.

Estamos, agora, com a campanha do *boy*. *Boy* nos serviços públicos, no serviço privado, nos bancos, em toda a parte. O serviço público vai admitir uma percentagem do funcionalismo de menores, para ir absorvendo nos diversos serviços. Bem, vamos tratar de ensinar a eles um lugar para dormir. De tal modo que se alguém estiver dormindo, nós temos a autoridade de dizer: menino, você não pode ficar aqui. Não, mas eu não tenho aonde ir! "Tem, sim! Está aqui, que tenham para onde ir dormir, que possa, lá à noite, ter uma sopa, uma refeição, um café da manhã, e pronto. E, aos poucos, não temos a ilusão de que, de repente, vamos solucionar este problema. Não cultivamos esse idealismo. É preciso trabalhar muito neste campo, mas acontece que nós temos a certeza de que isso é todo um processo que está sendo alimentado de uma forma intensa, cada vez maior, e que vem da situação social.

Em suma, o meu depoimento em relação a esta Conferência, sob todos os aspectos, Sr. Presidente, é impregnado de esperança. Acho que o nosso País vai ter um bom desempenho. Tudo o que nós do Estado pudermos, fazer para que o governo federal tenha um desempenho como o nosso País, o nosso povo espera, nós faremos. A começar pelo Palácio Laranjeiras, que colocamos à disposição do Presidente. Sua Excelência vai ocupar o Palácio Laranjeiras pelo tempo que quiser, para todas as conferências que queira fazer, para todos seus serviços, assim como, também, tudo o que temos lá está à disposição dos serviços federais, para que se desempenhe, como necessita se desempenhar com eficiência.

Tudo o que pudermos fazer para que os nossos visitantes, seja da conferência oficial, seja da informal, conte com garantias, com segurança, com a nossa hospitalidade, a nossa assistência, tudo será feito, também. Tudo o que for necessário para complementar os serviços do governo federal, seja até no recebimento dos chefes de Estado, sem estarmos aqui separando as suas posições, porque são conservadores, porque são progressistas, porque são socialistas, não importa. O que importa é que temos que recebê-los, a todos, muito bem. O nosso País precisa, tem necessidade de sair bem dessa conferência, especialmente o meu Estado do Rio de Janeiro. O Rio necessita sair de uma fase de pessimismo, de depressão, muito própria, muito específica, uma fase de esvaziamento de sua economia, nós precisamos tomar esse ambiente que aí vem. Estamos realmente preocupados com o que os estrangeiros vão pensar de tudo isso. Possivelmente, vamos tratar de desenvolver algumas iniciativas para que eles, sem exagero, nem para um lado e nem para outro, possam conhecer o porquê das favelas do Rio de Janeiro, de muitas crianças nesta situação, porque há mendigos, porque há uma diferença tão grande entre os ricos e os pobres, enfim, vamos fornecer os elementos acessíveis para que eles possam compreender e levar daqui uma interpretação adequada e justa da realidade. E, certamente, do Congresso, mas, especialmente, do Senado sei que haverá uma presença muito forte na Conferência. A Câmara alta acompanhou desde o início, desde os primórdios deste Encontro todas as suas atividades, e sei que fará uma presença muito forte. Queremos dizer ao Senado que conte conosco em tudo que pudermos ser úteis a esta sua participação na conferência. Podem contar conosco.

Ao lado das nossas misérias, dos nossos problemas, temos muitas coisas bonitas para mostrar. O Governo do Rio de Janeiro editou um livro a cores chamado "Rio-92", que vamos entregar a todos os nossos visitantes, levando uma idéia das coisas bonitas do Rio de Janeiro. As feias, deixamos para a nossa consciência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Após a apresentação do Governador Brizola, vamos passar à segunda parte da nossa reunião, que será o questionamento de Senadores e Deputados.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Governador Leonel Brizola, Srs. Ministros, companheiros Senadores, Senhoras e Senhores:

Por gentileza do Presidente desta Comissão, foi-me concedida a palavra em primeiro lugar, embora não estivesse inscrito nesta ordem, mas é porque S. Ex^a sabe que, somente pelo respeito que tenho, primeiro pela Conferência, pelo Senado e pelo Governador Brizola, é que pude estar aqui sentado — o Governador Brizola, sabe que estou com um problema grande de ciática e não é fácil sentar numa cadeira. Agradeço a gentileza do Presidente de me ter concedido a palavra em primeiro lugar; e peço desculpas aos demais.

Acho que assistimos, nesta manhã, uma exposição que dá todo o sentido, não só a nossa Comissão, mas ao significado dessa Conferência, além do significado escrito que ela tem do ponto de vista do meio ambiente. Recordo-me que no início dos nossos trabalhos havia muito ceticismo na Comissão. Ouvimos várias pessoas, o Ministro Carlos Garcia foi um dos que já participou aqui dos nossos encontros. O Governador da Amazônia participou dos nossos encontros; os vários representantes do Governo Federal estiveram aqui expondo e, pouco a pouco, o Senado foi tomando consciência do significado dessa Conferência e foi se tranquilizando. Foi se tranquilizando porque fomos sentindo que realmente o Brasil — com todas as críticas que se possa fazer, e são muitas — é um país que amadureceu.

Vou dizer algo que o Governador sabe que é de coração, mas que é também da razão, o Brasil amadureceu e teve a sorte de ter um Governador que é a expressão desse amadurecimento. As palavras que ouvimos esta manhã aqui sobre o entendimento que o Governador Brizola tem da relação do Governo do Rio de Janeiro com o Governo da República, com o Governo da Prefeitura, do significado dessa Conferência, são absolutamente tranquilizadora. Não tenho nenhuma preocupação com relação aos aspectos organizacionais desse momento. Temos alguns costumes — muitos de nós aqui (falha na gravação) em reuniões, sempre haverá uma falha aqui e outra ali etc., mas a filosofia fundamental está compreendida e está sendo bem exercitada.

Acho que essa Conferência para nós, brasileiros, tem um outro significado, sobre o qual falarei brevemente. Mas, para nós, brasileiros, ela é principalmente um exercício de liberdade, e foi o que acabamos de ouvir, um exercício de liberdade.

Se tivéssemos a preocupação de calar a boca dos outros estaríamos num caminho rendidamente equivocado. As nossas mazelas existem, e quem fala delas pode falar por qualquer que seja a intenção, mas toca no real. E a pior política é a avestruz, é a de querer esconder o real. O Governador Brizola mostrou que não está preocupado em esconder a realidade, está preocupado com que se entenda o porquê da realidade.

Vamos sofrer críticas intensas. Gostei da expressão dura, direta, rude, base: "Essa Conferência abre o nosso ventre, nos expõe". Serão milhares de jornalistas que não vêm aqui para elogiar — não é o papel da imprensa, nem a nossa, quanto mais a do exterior — vêm aqui para ver o que está errado, eventualmente, no rodapé, dizem alguma coisa boa, mas vêm para ver o que está errado.

É assim no mundo todo, não é uma conspiração contra o Brasil, não. Isso é normal. É bom que seja assim, e é bom que compreendamos que temos que mudar as coisas que estão erradas. E que eles compreendam também que não dá para mudar da noite para o dia, e que parte dos "erros", a "culpa" não é nossa, é geral, é global, e, às vezes, não é nem global, é específica, é dos mais ricos, que estão lá fora, é dos credores, que estão lá fora. Esse é o processo que temos que viver, e é um exercício de maturidade e de liberdade. Acho que o Governador Brizola colocou, com toda a clareza, em vários níveis, esse mesmo problema, e, isso vamos enfrentar com galhardia.

Há outros aspectos. A preocupação do Senado era muito grande com relação propriamente ao enfoque da Conferência. Já dei vários depoimentos aqui a respeito do que sei dessa matéria, manifestei que logo depois da Conferência de Estocolmo participei de um grupo de trabalho na Suécia, em Uspala, que talvez o primeiro relatório sobre o chamado "desenvolvimento auto-sustentado" tenha tido a nossa participação com outros cientistas sociais e homens ligados à questão do meio ambiente — um é quase brasileiro, que é o Inácio Sakcs — e o mundo mudou em matéria de concepção de desenvolvimento. Essa que é a verdade. Da Conferência de Estocolmo para hoje a diferença é enorme, e a nossa atitude também é diferente.

Em Estocolmo atribui-se a nós uma frase terrível: "Bendita poluição!" Hoje, que brasileiro medianamente ilustrado vai dizer "Benedita poluição"? Vai dizer é outra coisa. Não basta pensar na poluição, porque a poluição é altamente ligada à miséria. Então, queremos um desenvolvimento que não polua nas várias dimensões: na física e na social. Isso, hoje do ponto de vista dos formadores de opinião mundial é uma idéia aceita. É uma idéia aceita que vejo incorporada também até aqui, internamente, no nosso empresariado, pelo menos no setor

mais avançado dele, que já organizou até uma fundação para discutir a questão do meio ambiente, composto por representante de indústrias que são normalmente poluidoras.

Ouvi o depoimento do Governador do Amazonas aqui, discuti com S. Ex^a, que também mudou — e mudar não é feito, ruim na vida é quando as pessoas não são capazes de mudar diante da evidência. Quem não muda diante da evidência, atrapalha o processo. Mudar sem razão de ser não tem sentido. Mas mudar porque é uma evidência é prova de talento. Todos mudamos, e mudamos no processo de compreender esta realidade que vamos enfrentar. Claro que o Senado terá suas preocupações, e as tem. Tem preocupações até mesmo com, talvez, o alcance do acordo que já foi feito lá fora, sobre a questão do aquecimento. Sabemos também que é um primeiro passo. Ninguém pode querer que interesses tão poderosos que estão em jogo de repente se desarticulem, se entreguem à evidência. A evidência existe, mas as pessoas vão mudando devagarzinho, até porque há lá, não só interesses mas também noção de autopreservação, até de vaidade, mas estão mudando. Esse primeiro passo é tímido do ponto de vista das expectativas que nós poderíamos alimentar, sobre qual seria o resultado, o acordo com a Conferência do Rio de Janeiro, no sentido que os países, que realmente são os maiores responsáveis na questão do aquecimento global, tomassem medidas mais duras de controle dos seus próprios gastos de energia. Mas cederam, porque reconheceram que eles próprios são responsáveis. Aquela obsessão de que queima a Amazônia e por isso o mundo vai acabar, hoje é ridícula, como a outra obsessão, não há que tocar na Amazônia, porque, se não, se preserva nada, também é ridícula. Há que se tocar com jeito e há jeito de se tocar, e há hoje de se levar a bom termo um desenvolvimento que cuide do ser humano e que preserve as condições da humanidade, no que concerne à reprodução das condições de vida.

Sr. Governador, não tenho nenhum questionamento. Quero apenas expressar a minha alegria de ter ouvido e de ter visto na exposição de V. Ex^a aquilo que acabei e comeci por dizer, a expressão de que o Brasil amadureceu, vai ter um exercício de liberdade, vai enfrentar as dificuldades, vai mostrar as mazelas, vamos-nos irritar de vez em quando, mas vamos continuar avançando e, juntos, como brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Lembro os Srs. Deputados aqui presentes que há vários inscritos.

Considerando que temos também que votar no Congresso agora, pediria a objetividade dos questionamentos dos Deputados aqui inscritos para que o Governador possa responder também de forma objetiva.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Mascarenhas.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS — Sr. Presidente, Sr. Governador, Senadores, Deputados, Senhoras e Senhores:

Sr. Governador, ao escutá-lo, percebi que o Senhor descreveu mais a questão dos investimentos que o Estado, o Município e o poder público, nas suas três instâncias, vêm realizando em torno desses episódios.

Agora, queria saber do Senhor o que o Senhor espera receber em termos do Estado do Rio de Janeiro, da Baía de Guanabara, em perdas, quem sabe de uma mudança em termos na política do Primeiro Mundo em relação ao Terceiro Mundo, até por perceber que uma parte importante da poluição é fruto das ordens de miseráveis, e uma situação de injustiça mundial que isso gera a cada ano. Gostaria de ouvir de V. Ex^a alguma coisa sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Governador Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Deputado Eduardo Mascarenhas, V. Ex^a focalizou esse aspecto da nossa esperança, do nosso otimismo de que, ou melhor, do nosso idealismo, de que sempre esperamos que o Primeiro Mundo mude nas suas concepções, nos seus métodos, de tal modo que nós possamos aliviar, pelo menos, toda essa carga, todo esse aperto que o sistema econômico, em geral, nos traz.

A verdade, creio que não devemos esperar maiores benemerências, embora devem ocorrer situações bastante importantes e significativas, porque quando acontece um evento dessa ordem, sempre as Nações fazem a sua competição. Isso é uma grande passarela, e na sua passagem por ela cada qual procura marcar conforme pode, de tal modo que venha a se constituir o evento em sim mesmo numa afirmação desse País. Assim, também com relação a certas instituições, creio que o Banco Mundial, que já está lá realizando algumas obras no Rio de Janeiro de contenção de enchentes, obras, na verdade, de muito mérito, tanto no âmbito estadual, quanto no municipal, é claro, passa a sentir, neste momento, uma satisfação especial por já estar ali. A Conferência vai se

realizar no Rio, quer dizer, o Banco Mundial está ali, vai ser confortador para a Instituição mostrar que está trabalhando na área.

A nossa velha aspiração de despoluir a baía, as nossas praias, no fundo quer dizer obras de saneamento, reabastecimento de água, tratamento do lixo em toda uma extensa bacia que deságua, que contribuiu para a baía, cuja situação acabou afetando as nossas praias, como é o caso de Copacabana, Ipanema e todas as praias interiores da baía. Enfim, toda a vida praticamente de uma comunidade de milhões de pessoas, o próprio potencial de pesca desapareceu, praticamente, e assim por diante.

Foi uma aspiração que temos estudado e debatido.

Finalmente, a expectativa da Conferência ajudou bastante, criou um bom ambiente para que chegássemos junto a esses organismos que têm o respaldo dos seus governos, no caso do BID, por exemplo. Não só uma expectativa e cooperação também dos Governos latino-americanos, mas existe o Governo americano atrás, como grande sócio daquela Instituição, que também está vendo a presença do BID numa obra como essa, como algo confortador na hora de se realizar a Conferência. Criou-se esse ambiente e nós estamos praticamente com os entendimentos, já na sua fase final, para a concretização desses financiamentos.

O BID vai cooperar com financiamentos importantes para a despoluição da baía, quer dizer, com obras para esgotos sanitários, tratamentos de lixos, obras importantes na baixada, na área de São Gonçalo e Niterói. Também o Governo do Japão que, finalmente se decidiu a cooperar incisivamente nesse empreendimento, reforçar as possibilidades do BID. O Brasil já deu uma "tallhada" maior, partindo daí, do nosso movimento pela despoluição da baía, com aquele impulso da Conferência, ensejamos a São Paulo o ingresso e aí, como o projeto da despoluição do Tietê, uma obra também de mais alta prioridade, para o nosso País. Também, quanto aos gaúchos, com a questão da despoluição do Guaíba, que tem uma carga assombrosa de dejetos industriais a montante, que está realmente criando uma situação realmente insuportável, criticam. Esses três projetos ingressaram aí um pouco também dentro do ambiente da Conferência. Isso é muito bom para todas as demais regiões, porque é o começo de todo um programa de despoluição que vai se seguir, porque a humanidade, à medida que vai entrando nessa frente de trabalho em relação aos problemas da poluição, verificará que aí está exatamente o caminho, e não vai parar.

Ao lado disso, naturalmente, que todo o Rio de Janeiro se mobiliza, suas empresas, os órgãos técnicos, há o desenvolvimento de uma mentalidade que atinge, inclusive, a área educacional. Até as crianças estão se mobilizando, fazendo desenhos, criações, escrevendo, organizando programas. Quer dizer, a realização da Conferência vai ter um efeito de dinamização muito importante sobre todos os aspectos da vida do Rio de Janeiro, especialmente para esta.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Deputado Carrion Júnior.

O SR. CARRION JÚNIOR — Senador Coutinho Jorge, quero cumprimentar a Comissão, cumprimentar a V. Ex.^a Acho que essa iniciativa foi excepcional. Sem dúvida alguma, o Senador Fernando Henrique Cardoso colocou bem, o Governador Brizola trouxe para nós a sua experiência administrativa, o seu bom senso, e nos mostrou que nós brasileiros, seguramente, vamos ter um grande evento pelo seu sucessor, até mostrarmos as nossas fraquezas. Acho que isso faz parte do que nós temos que mostrar ao mundo.

Quero cumprimentar o nosso Ministro Carlos Garcia, representando o Governo Federal, que tem apoiado o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para que ele realmente possa realizar bem esse evento. Quero ainda cumprimentar os demais membros da Mesa, o Vice-Governador Nilo Batista, o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Salviano, enfim, a todos aqueles Senadores e Deputados que estão aqui e as demais pessoas.

Quero dizer que num primeiro momento, todos nós, brasileiros, nos preocupamos, porque a idéia do Primeiro Mundo era transformar a Rio-92 em um fórum de julgamento dos países do Terceiro Mundo. Essa era a intenção do mundo desenvolvido, ou seja, eles vinham aqui para nos julgar. A situação mudou e, mais recentemente, passou-se a correr um outro risco: o do Primeiro Mundo ser julgado pelos pobres e pelo Terceiro Mundo.

Não foi por nada que o Presidente americano até titubeou em vir, porque os propósitos iniciais do Primeiro Mundo mudaram e nós, do Terceiro Mundo, tornamo-nos quem sabe, juízes do Primeiro Mundo, que é o maior causador da poluição mundial. Temos as nossas contas em cartório, mas as grandes contas pertencem ao mundo desenvolvido.

Felizmente, acredito que hoje, nesse rápido amadurecimento, o mundo, está menos predisposto a ser um julgamento de uma parte ou de outro hemisfério. Tentamos, juntos, traçar essa caminhada desses últimos doze meses favorece a um amadurecimento entre o Primeiro e Terceiro Mundo.

V. Ex.^a trouxe, Dr. Brizola, da juventude, uma lembrança que talvez esteja na origem de tudo isso: em João Pessoa, certa vez, subiram nas árvores em frente à Faculdade de Direito, impedindo a derrubada das mesmas naquele momento.

Mas quero, Governador, reforçar uma idéia de V. Ex.^a, que deve ser feita, ainda que o tempo seja curto. Esse o propósito da minha intervenção. V. Ex.^a nos falou do documento Rio-92 que será distribuído a todos. Creio que ainda há tempo de realizar a idéia de V. Ex.^a de que quem chegar ao Brasil, não só a imprensa mas também as pessoas mais simples, as mais estruturadas intelectualmente, a impressão que levarão do nosso país será a primeira que enxergarem. Seguramente, poderá ser até positiva, mas será superficial, porque o tempo em que estarão aqui será para discutir o mundo e não o Brasil.

Acho fundamental que todos aqueles que aqui chegarem recebam do Governo do Estado, do Governo Federal — quem sabe junto — um documento explicando um pouco disso que o Senhor nos falou: Por que existem jovens que assaltam? Por que são mortos em um momento subsequente muitas vezes? Sei que isso não é fácil, mas é fundamental que o Governo do Rio de Janeiro faça um esforço, com a nossa intelectualidade, com os homens de bom senso, para elaborar um documento singelo, em várias línguas, para que quem chegue ao Brasil, além de ver todo esse esforço físico, financeiro, tenha alguma explicação o nosso subdesenvolvimento, mesmo que com alguns erros e dele venhamos a discordar em algum aspecto. O importante é que esclareça aos que aqui vierem.

Trata-se de um desafio de curto prazo, mas que justificará, até em parte, todo esse esforço dos Governos Federal, Estadual e Municipal, a fim de que possamos viabilizar o caminho do entendimento sobre o Brasil àqueles que estão chegando, através de um documento curto, singelo mas esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Quero agradecer os comentários do Deputado Carrion e, muito particularmente, as referências do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Creio que a nossa preocupação tenha realmente uma grande procedência, pois seria importante que pudéssemos dar aos nossos visitantes pelo menos alguns caminhos, ensinar a eles algumas sendas de tal modo que eles pudessem tirar certas conclusões, compreenderem a nossa realidade. Acho que falar com franqueza, sem levar a um desentendimento, ir até aqueles limites onde podemos juntos e depois cada um dar a sua interpretação. O nosso País seria uma maravilha, se todos pensassem da mesma maneira. E as razões das nossas divergências são porque nos situamos em campos diversos. Acho que dar alguma interpretação para eles é uma necessidade. Ficamos sem dizer nada é o que não podemos.

Essa é uma matéria que especialmente nos pressiona na medida em que nos aproximamos da Conferência. O que toda essa gente vai pensar de nós? São pessoas diferentes, não homogêneas, vindos de todas as partes, de diversos níveis culturais. Quais as interpretações que eles terão? Acho que podendo ajudá-las a interpretar nossa realidade estaríamos prestando um grande papel, mesmo em relação às finalidades da Conferência.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. Ministro, Presidente da Câmara Legislativa, Vice-Governador de Estado e demais Senadores e Deputados:

Tenho a impressão de que diante da simplicidade com que foi apresentado o propósito do Governo do Estado do Rio, com ampla colaboração do Governo Federal, sem subterfúgios, revela um aspecto muito interessante. Lembro-me que, ao se realizar a Olimpíada do México, o governo mexicano resolveu pintar as favelas. Em Manilha houve um acontecimento internacional e resolveram cercar as favelas com arame farpado. E o Governo do Estado do Rio apresenta um quadro muito revelador.

Faço essa observação inicial porque nesta mesma sala, Governador Leonel Brizola, foi criada uma comissão mista — de Deputados e Senadores — para verificar as possibilidades de manobras internacionais para invasão da Amazônia. Era uma balela, fomentada por companhias mineradoras que queriam, evidentemente, explorar a terra dos Ianomami. Por acaso faziam parte dessa companhia mineradora dois conhecidos integrantes de grandes jornais brasileiros, sendo que um desses jornais não é dos favoritos do Governador do Estado do Rio.

Mas chamo a atenção pelo seguinte. Na verdade, em nível internacional, vai haver uma tentativa desse gênero — e a pergunta é dirigida também ao Ministro Carlos Garcia —, no sentido de nos transformar, como disse muito bem, o

Deputado Carrion, de sermos julgados e possibilitar essas medidas contra as nossas reservas minerais, a nossa ecologia

Sr. Governador, há um aspecto interessante. Anteontem V. Ex.^a disse — e repetiu hoje — que as pessoas marginalizadas do Rio de Janeiro não serão varridas para debaixo do tapete. Aparentemente, o Governo do Estado do Rio foi valado na sexta-feira. E, ao invés de ficar irritado — e todos sabem que S. Ex.^a é epidêmico em suas reações — com essa vaia, evidentemente orquestrada, chamou o partido a uma reflexão como o fez agora também para a Conferência Internacional. O Governador não pretende varrer as mazelas do Estado do Rio para debaixo do tapete.

Dizem que temos 30.000 jovens em idade média de 20 anos que foram assassinados, não vai varrer os camelôs para debaixo do tapete, nem os mendigos e a marginalidade. A minha pergunta, já que essa exposição do Governador do Rio é tão clara que poderia chamar de "transparência da atitude do Governo do Estado do Rio", pergunto qual seria a reação diante dessas manobras orquestradas a pretexto de defender a ecologia e a qualidade de vida, que vão servir de pastos a manobras internacionais para a exploração das terras brasileiras, para exploração das nossas reservas minerais, a pretexto de defender a ecologia, a pretexto de defender as invasões externas em um falso sentimento de brasilidade. A pergunta é também dirigida ao Ministro Carlos Garcia.

Ambos devem ter o conhecimento de que nesta sala será criada uma comissão inteiramente sem fundamento para defender a Amazônia contra a invasão de jovens austríacos, que nela estariam dispostos a se estabelecerem.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Ministro Carlos Garcia para responder à pergunta.

O SR. CARLOS GARCIA — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Governador Leonel Brizola:

Creio que o objetivo desta Conferência foi resumido, magistralmente, pelo Presidente da Comissão, no seu discurso de abertura, quando disse que o que se pretende aqui é rever dois conceitos: o de desenvolvimento e o do meio ambiente.

São dois conceitos que precisam de revisão e de todo esse exercício pelo que estamos passando, nesses dois anos de trabalho e mais a Conferência, todo o trabalho é centrado nisso. Não há em nenhuma parte do trabalho da Conferência e de preparação, e de todos os documentos que estão sendo preparados, nenhuma referência a nenhum país individual, ou a nenhum problema individual de nenhum país. Não há, portanto, na preparação dessa Conferência nenhuma menção a um tratamento excepcional que possa ser dado à Amazônia ou às suas reservas minerais. O que se discute é a necessidade de crescimento de países como o nosso não poder abrir mão. Não podemos abrir mão do nosso crescimento econômico; não podemos aceitar que a preservação ambiental prejudique o crescimento, mas isso tem uma contrapartida imediata; não podemos, também aceitar que o desenvolvimento se faça em prejuízo do meio ambiente e da proteção ambiental.

Queria apenas trazer esse depoimento de quem viu os documentos, de quem assistiu à preparação desta Conferência, de que não houve em nenhum momento, senão a preocupação com esse dois conceitos fundamentais do desenvolvimento e do meio ambiente, sem referências particulares a qualquer país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Na verdade, o companheiro Lisnéas Maciel focaliza essa preocupação que, no fundo, atinge a todos nós, brasileiros, quando conservamos certos movimentos mundiais que, claramente, abrem margem para a exploração de nossas riquezas por parte dos interesses internacionais, pelo domínio de outras nações, enfim, pelos aspectos que nesses tempos são considerados superados, velhos, dando a impressão de que não há nenhum motivo para que nos preocupemos com isso.

O mundo, de repente, tornou-se uma maravilha. Não há por que estarmos preocupados em defender interesses específicos do nosso País, do povo brasileiro, tanto em relação às riquezas naturais quanto aos temas do nosso desenvolvimento. Vivemos um pouco esse torpor. A meu ver, é o efeito da televisão que acabou isolando a todos nós.

Tal é presença da televisão, que não precisamos mais nos reunir para formarmos um juízo, um processo de formação de consciência. Ela nos leva tudo todos os dias e vamos dando um sentido de consciência formada devido àquelas informações. No fundo, estamos sendo trabalhados por uma máquina gigantesca que nos coopta todos os dias, seja diretamente ou através de outras pessoas. Assimilamos o comportamento daquelas pessoas com as quais convivemos.

A televisão criou esse ambiente. Será definitivo, vai durar muito ou não? São respostas que virão rapidamente. A meu ver, não vai perdurar. Haverá

uma reação nacional contra esse sistema que está asfixiando o povo brasileiro, em prejuízo dos nossos próprios sentimentos de defesa.

O mundo não mudou; ele se aprimorou. Hoje, está muito mais favorável à exploração dos mais fracos pelos mais fortes. Há pouco tempo, os navios eram pequenos. Uma carta demorava ir e voltar; as comunicações eram precárias. Hoje, não. Tudo é na base do satélite, do computador; os navios são enormes. Estamos devendo antes de produzir. Tudo é muito mais fácil, o domínio, a exploração.

O Brasil é hoje um País muito mais explorado do que há cinquenta, quarenta, trinta, vinte, dez anos pelo próprio sistema internacional. É claro que as mesmas posições de quarenta, trinta anos atrás não podem servir exatamente para hoje. Precisamos sofisticar essa nossa luta pela defesa dos interesses nacionais.

Tudo era realmente complexo. A meu ver, a mais legítima defesa do interesse nacional é uma questão de mais liberdade. Isso que é realmente fascinante para nós, mais liberdade e mais democracia. Podemos ser livres para decidir o que nos convém, porque, em princípio, tudo deve ser livre, tanto internamente quanto nas nossas relações externas. Em princípio, sim, mas até ao ponto em que não seja reposta dentro do galinheiro. Isso significa que o nosso relacionamento tem que ser seletivo; temos que ter consciência, inteligência, cabeça para conduzir os nossos assuntos com discernimento, mas nunca abrir mão desses princípios.

Para mim, sempre há algo atrás dessas ondas internacionais.

Lembro-me de certa época em que vinham ondas e ondas em defesa da democracia para o nosso continente. Quantas pessoas idealistas se iludiram. Diziam, democracia é isso mesmo. Democracia! Democracia!

Aqui, temos Getúlio Vargas que passou a ser o ditador. Linha dura. Formalmente é. Mas aquela onda democrática nada mais era do que um torpedo para substituir a outra ditadura. Queriam mesmo era fazer uma ditadura.

Essa onda de privatização pelo mundo, de liberalismo, a mim, não me engana. Nunca se fez tanta intervenção no domínio econômico como nesses tempos. Que liberalismo é esse? É que agora passaram a usar o Estado, quando é necessário segurar na garganta do Estado, para que se faça o atendimento de certos interesses e se segura. Quando é necessário agarrar o Estado, intervir, colocam-no em defesa dos interesses. É uma questão de mais liberdade em razão legitimamente também desses interesses. A meu ver, isso é que fascina.

No fundo, estamos submetidos a um sistema econômico caracterizado. Não há mercado democrático; não há uma economia democrática de mercado; há uma economia caracterizada de mercado. Estamos dentro desse mundo. Na minha opinião, saber conviver neste mundo é que é o nosso desafio. Não nos deixemos levar pelas ondas. Quando os países do Primeiro Mundo impulsionam certas ondas, a coisa mais lógica, mais primária que essas ondas é que elas nunca podem ser contra eles, e sim a favor. Temos que ver dessas ondas o que nos convém. Geralmente, os nossos interesses não coincidem. Portanto, essa visão inteligente — alguns chamam-na de pragmática, o que seja — é impregnada de liberdade e de democracia. Está aí o ambiente em que precisamos defender o interesse nacional. Concepção, testes estrangeiros, capital estrangeiro, o Estado, livre iniciativa. Princípio é a liberdade, é a livre iniciativa. Até a exceção na vida humana é a presença do Estado ou a restrição em relação ao internacional. Mas é que a vida humana está-se tornando tão complexa, que cada vez mais é necessária a presença reguladora do Estado, como também a nossa decisão de dizer: "Bem, a nossa fronteira é aqui. Dali não pode passar".

Então, essa visão inteligente, impregnada de liberdade, é que temos que cultivar e saber definir onde é que começa e onde é que termina a liberdade de todo mundo, porque ali começa o poder da raposa dentro do galinheiro. Aí é que está a questão. Essa visão lúcida é que precisamos cultivar.

Eu, por exemplo, francamente, tenho as minhas dúvidas sobre essa decisão em relação ao território dos Ianomami. Esse mundo é muito complicado, e desde que os sandinistas da Nicarágua me relataram bem aquela história toda que lá tem ocorrido em relação aos Índios Miskitos, fiquei profundamente impressionado. As manipulações que aquilo acabaram gerando me causou uma impressão muito profunda e me fez repensar, muito especificamente, esse caso dos Ianomami.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Antes de passar ao último inscrito, que é o Deputado Miro Teixeira, quero informar que está entre nós o coordenador do Fórum Global, aquele que vai coordenar todo o trabalho das organizações não-governamentais, e que esteve agora na Câmara dos Deputados, nos honrando com sua presença neste final de encontro.

Antes de passar a palavra ao nosso Deputado Miro Teixeira, só queria lembrar ao Deputado Lisnéas Maciel que, como membro da comissão aqui do Senado que acompanha a Rio-92, posso informar a V. Ex.^a que em todas as reuniões preparatórias os temas defendidos nas Nações Unidas foram temas globais. Por exemplo, florestas: discutiam-se florestas tropicais, sem a denominação de país, como disse o Ministro, nem de regiões específicas.

O que importa, Sr. Deputado, são os documentos — no caso, a Carta de Princípios, até agora chamada de recuperação do Rio — e os meios — instrumentos para viabilizar isso, que são a Agenda 21. Já temos mais de setecentas e cinquenta páginas escritas; temos vários documentos já preparados e acordados por todos os países, e posso dizer o seguinte: o resultado da Agenda 21 não é o resultado dos nossos sonhos, mas é um princípio de um processo mundial que começa no Rio de Janeiro. Por isso mesmo é que, no início, disse que a comissão permanente que vai ser implantada no Congresso, para acompanhar as decisões do Rio de Janeiro, no nosso entender, é muito mais importante, porque, a partir do encontro no Rio de Janeiro, vamos mudar, de certa forma, a consciência, o entendimento mundial a respeito do meio ambiente e desenvolvimento.

Nós, Senadores e Deputados, vamos ter um papel importante. Acho que vamos ter que estudar exaustivamente a Agenda 21, pois é onde estão detalhadas as estratégias, as metas e os programas que deverão ser aprovados na reunião oficial. O importante — e aqui está o Coordenador do Fórum Global — são as decisões paralelas que o Fórum trará ao Rio, trará aos congressos do mundo, trará realmente à humanidade.

Não tenho dúvida de que os resultados vão ser positivos e nós, do Congresso, vamos ter um trabalho redobrado a partir dos efeitos dessa grande reunião do Rio de Janeiro. Mas como Presidente não deve falar muito, vou passar a palavra ao último inquiridor, o nosso caro Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não é propriamente para uma inquirição, mas, basicamente, para um sugestão. Teremos, a rigor, na Rio-92 dois foros: um, formal, constituído pelas delegações dos chefes de Estado; o outro, das organizações não-governamentais.

Recentemente, o Departamento de Economia do MIT, fazendo uma análise sobre o Brasil, indica que não sofremos alterações nos nossos ativos desde 1950. Temos os mesmos ativos, as mesmas riquezas naturais, a mesma unidade territorial, a mesma unidade de idioma, não temos grandes conflitos étnicos. Então, o que mudou daquele Brasil da década de cinquenta, quando havia uma inflação contida no padrão internacional, para este Brasil de hoje, que tem uma inflação descontrolada e cada vez mais dependente das negociações internacionais? A minha sugestão é para que esta comissão, quer seja pelos seus membros, quer seja se valendo dos convênios que o Congresso Nacional tem com as universidades, quer seja convocando outros membros do Congresso Nacional que não integram esta comissão, faça um exame retrospectivo do que mudou nessa relação. O que mudou, a rigor, foi a relação financeira internacional do País, são as chamadas perdas internacionais. É uma dívida externa que já foi muitas vezes paga. A rigor, a ECO-92 talvez não seja o fórum adequado para essa discussão, mas é ali que estará concentrada a grande atenção internacional, ali que estará concentrada a mídia, quer seja na reunião das organizações não-governamentais, quer seja nas reuniões formais.

Então, a produção de um documento, que pode ser simplesmente obtido com a colaboração do Banco Central fará um retrato disso, que é a causa da nossa infância abandonada, das nossas meninas prostituídas, da impossibilidade desse desenvolvimento, que cada vez mais está sendo esmagado pelos países que detêm mais tecnologia, mais conhecimento e mais poder econômico. É uma sugestão que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Muito bem. O Governador vai responder às duas questões. Com os Srs. Deputados, encerramos agora. Vamos ter um último Senador, que é o Senador Amir Lando.

Deputado Miro Teixeira, a sugestão de V. Ex^a é correta, porém digo uma coisa: a questão de países ricos e pobres é a questão básica, que está por trás de tudo isso. Quero dizer a V. Ex^a que o maior problema do impasse da quarta reunião em Nova Iorque foi exatamente o problema de financiamento, é a luta dos países ricos e pobres. As eleições presidenciais americanas impediram uma decisão realmente do financiamento da problemática do meio ambiente versus desenvolvimento — um impasse que vai ser resolvido aqui, apesar da declaração de Tóquio ter aprimorado — e do problema do efeito estufa, ou seja, a emissão de gases tóxicos. Os Estados Unidos têm responsabilidade de, na Agenda 21, não termos metas claras, porque há interesses econômicos claros dos americanos. Daí, a postura, não só dos Parlamentares, mas de todas as ONG, de estar contra o documento ligado ao problema de gases tóxicos. Podemos concordar em outros segmentos, outras temáticas, mas esses dois temas são temas sérios, que envolvem o problema do poder econômico mundial, o problema da dívida externa, que está muito bem colocado na Declaração de Tóquio, que foi um avanço do Governo japonês com uma provocação ao Governo americano.

Caberia, em relação a isso, uma discussão muito ampla. Mas digo que a nossa grande discussão não vai ser só na Rio-92, vai ser a posteriori, porque

decisões fundamentais evidentemente vão mudar o mundo, e a dívida externa para nós tem um papel crucial nessa mudança.

Não tenho dúvida, concordo em gênero, número e grau, daí termos proposto — já foi aprovada na Câmara dos Deputados — a comissão mista — que também vai ser aprovada no Senado — para que, a partir desse evento, possamos trabalhar *pari passu* em favor dos interesses brasileiros. Sem dúvida, a colocação de V. Ex^a é pertinente, correta e a endossamos totalmente.

Passo a palavra ao último inquiridor do Senado e da reunião, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO — Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado da Guanabara, ou melhor, do Rio de Janeiro — é que nós sempre ficamos com aquela imagem da Guanabara, que encantou este País, mas o Rio de Janeiro é maior que a Guanabara —, Ex^a Sr. Ministro Carlos Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Srs. Senadores, Srs. Deputados e demais autoridades que se encontram presentes. Como representante da Amazônia, região a que me acostumei a amar, porque nesses vinte anos que lá resido, além de uma certa curiosidade quanto à literatura, procurei conhecer a Amazônia que talvez muitos desconhecem, a Amazônia por debaixo da cortina verde da floresta; a Amazônia que ainda é desconhecida por este País, ainda é um capítulo exótico do nosso território e da nossa geografia.

Mas vejo com muita preocupação a ECO-92, porque a gente que mora na Amazônia ficou de fora dessa discussão em grande parte. O documento básico foi discutido ora em Nova Iorque, ora em Londres, mas não passou — ao menos em termos de Estado de Rondônia, que é representativo, sobretudo quanto à população — nem ao largo, para que se tivesse conhecimento do seu conteúdo. E não tenho dúvida que a Amazônia vai estar em julgamento na ECO-92. Não tenho dúvidas, porque viajei — não sou um viajante, nem um viajante — no ano passado pela Europa. Em Bonn tivemos um contato oficial com o Ministro para Assuntos da América Latina, e as indagações e colocações do Primeiro Mundo são posições que realmente contestam a ocupação brasileira da Amazônia, mas o fazem com dados que talvez muitos dos senhores não tenham à mão, e até de forma agressiva quanto à nossa soberania.

O Governador Leonel Brizola citou muito bem aqui que, quando se levanta uma idéia dessa, temos que desconfiar. Pois quero aqui dar um depoimento: Como advogado, tive oportunidade de ser apenas consultado para prestar serviços profissionais para a *British Petroleum*. Sabemos que a BP é uma das maiores empresas do mundo, na área, não só de petróleo, como de mineração, e que tem interesses sobretudo em Rondônia, como também na Amazônia. Suprem-me, Srs. Senadores, Srs. Deputados — isso há cerca de dez anos — que o discurso ecológico, que até de certo ponto me cooptou, porque quando se falava em ecologia neste País eles tinham um discurso pronto e acabado como esse que hoje se vê pelo mundo inteiro. Achei até fascinante essa tese e essa proposta. Mas o que queriam? Desejavam que nossas reservas (inaudível). Queriam que se descobrissem os territórios mineralizados, queria-se encobrir, com a floresta, sim, as minas, como é de bom futuro, que nosso colono descobriu lá em Ariquemes, e que está dando todo esse problema, quando Rondônia hoje é condenada no mundo, e sobretudo no Brasil, pela mídia eletrônica, como um grande Estado onde o narcotráfico encontra todas as condições para a sua realização.

Não, o narcotráfico realiza-se pela Amazônia inteira, pelo vazio demográfico que é. O narcotráfico tem caminhos próprios. Rondônia não é nem o Estado que mais serve a esse comércio ilegal, mas levamos essa fama, estamos enodados, humilhados pelo fato vergonhoso que aconteceu com o Estado. Em verdade, pagamos por causa dessa mina de cassiterita, porque o que se queria era fechar essa mina de Bom Futuro — e acabaram fechando. Estão aí — desrespeitando, inclusive, o direito dos garimpeiros, que lá estavam com o direito de preferência, na forma do art. 174 da Constituição Federal — as Portarias nº 307 e 308 do Ministério da Infra-Estrutura, concedendo para uma mineração, onde está por trás, também, alguém interessado da mídia eletrônica.

O que desejo dizer é que a Amazônia será julgada, e o será porque há um interesse indistigável, internacional, no sentido de preservar a floresta, não pela floresta, não pela fauna nem pela flora, mas para esconder nossas riquezas minerais. Digo isso com o conhecimento de quem vive, de quem conhece os meandros, de quem andou milhares e milhares de quilômetros à pé pela floresta. Digo isso como um andarilho da Amazônia, porque já fomos condenados a efetivamente abandonar a região. O homem da Amazônia está relegado ao abandono perpétuo, e sem possibilidade de salvação. O homem de lá não encontra mais condições de sobrevivência. Peço desculpas por essa breve exposição, pois não poderia deixar de fazer essas colocações preliminares, porque este é a voz dos homens dos confins, que não têm como falar; esta é a voz que ouço e que está contida nas cartas que recebo, onde os colonos de Rondônia pedem para que transmita, com uma linguagem simples, para que ao menos seja a eles aplicada a Lei de Defesa dos Animais, porque até

o animal tem o seu privilégio, mas ninguém se preocupa em preservar o homem da Amazônia.

Tenho recebido cartas, apelos patéticos, que traduzo aqui na forma que me chegam, porque esta é a voz do concreto, é a voz do cotidiano, é a voz da vida do homem que se exaure a cada dia, condenado a morrer à míngua na Amazônia, ou a traçar seu caminho de volta. O que se quer realmente é uma desocupação e, de lá, estamos muito preocupados com a ECO-92.

Minha pergunta dirige-se mais — mas pode haver alguns comentários eventuais do Exmº Governador Leonel Brizola — ao Ministro Carlos Garcia: o que há realmente de compromisso, o que o Brasil está disposto a ceder a essa pressão internacional no que se refere à Amazônia e, sobretudo, à ocupação da Amazônia, à sua colonização? Minha pergunta é nesse sentido: nesse documento básico, o que se diz a respeito, por exemplo, da colonização do nosso Estado de Rondônia?

Essa história de desenvolvimento sustentado em última análise, significa a preservação da floresta. V. Exº disse muito bem: "é um ciclo vicioso". Queremos desenvolver, porque penso que crescer é um conceito insuficiente; precisamos nos desenvolver, mas não podemos nos desenvolver sem prejuízo ao meio ambiente. Quem está lá tem que derrubar a floresta, tem que usar o fogo como um aliado necessário. Ninguém consegue afastar — não adianta iludirmos o mundo — o homem que faz o roçado do fogo, ele tem que queimar ao menos essa massa biológica, pois não há uma política racional de aproveitamento das nossas florestas. Hoje, temos uma pressão sem precedentes, que faz com que não possamos aproveitar um pedaço de pau abandonado no roçado ou nos pastos, porque entende-se que isso cria uma série de dificuldades, precisa-se de uma autorização prévia. É um absurdo! É ilógico! Mas isso está acontecendo. É o dia-a-dia da Amazônia, o resto é conversa.

O que me interessa é o cotidiano, a realidade, o concreto, porque é nele que os instantes se sucedem e os eventos também, e é nele que se dissipa a vida, e é essa realidade concreta. Não podemos explorar a nossa parte da floresta etc. Então, essa é a realidade. Gostaria de saber o que se vai dizer para o mundo sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passarei a palavra ao Ministro Carlos Garcia e, posteriormente, o Governador Leonel Brizola fará as conclusões do seu pronunciamento.

Lembraria ao Senador Amíl Lando que esta Comissão, na próxima semana, terá a presença do Ministro Goldemberg, que virá trazer de forma detalhada a proposta brasileira à ECO-92, onde os temas como Amazônia e suas florestas serão considerados. Apenas lembro, a V. Exº sobre essa Comissão da próxima semana.

Concedo a palavra ao Ministro Carlos Garcia.

O SR. CARLOS GARCIA — Rapidamente, pois não quero tomar o tempo do Governador, que é, enfim, a pessoa que comparece a esta Comissão. Estou apenas como assistente.

Primeiro, V. Exº tem toda a razão sobre os excessos, os excessos de preservacionismo são ruins para a população e para quem defende a idéia do desenvolvimento sustentado. Os excessos, de certa forma, maculam esse conceito do desenvolvimento sustentado. O exemplo citado de que não se pode queimar um pau caído na mata, isso é uma bobagem! O uso racional da floresta, que a preserve, que seja muito mais o seu desfrute que o seu consumo, esse uso não pode ser proibido. Essa proibição é ruim para quem vive na floresta e para quem quer passar a idéia do desenvolvimento sustentado. É um abuso do conceito do preservacionismo.

V. Exº também tem razão em relação a esse ponto levantado anteriormente pelo Sr. Governador, de que não há uma inocência total quanto a certos conceitos que nos são passados. Eles têm segundas intenções. Mas, o que posso trazer a V. Exº, juntando-me ao Senador Coutinho Jorge é que nessas setecentas e tantas páginas da Agenda 21, que estão divididas em 36 capítulos, tratando de todos os aspectos relacionados com a Conferência, são documentos que enfim estão à disposição, se for necessário posso-lhes enviar, não há em nenhum momento nenhuma referência à Amazônia. Esse ponto é claro e definitivo. Não me estendo, porque estamos a ouvir o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Governador Leonel Brizola para concluir sua importante participação nesta Comissão.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Na verdade, sempre que invocamos os interesses do nosso País, quando falamos em meio ambiente, nosso pensamento logo se transporta para a Amazônia, que é toda uma problemática muito especial. É claro que aí centramos a nossa preocupação de brasileiros. Muitas vezes, nós nos deparamos com certos comentários, certos conceitos, que para nós soam ridículos, quando alguém aí fora acha que devemos preservar a Amazônia como se fora um parque, quem sabe para que o Primeiro Mundo vir a passar.

Se fôssemos atrás de outros comentários, tocávamos fogo em toda a Amazônia, para transformá-la em pasto, em deserto. A Amazônia, para nós, é um grande desafio. Precisamos ter uma grande consciência, olhar o nosso passado, tirar daí lições e sempre estar atentos. Este mundo é um mundo de interesses. Apenas uma pequena parte da humanidade atua generosamente. Em regra, especialmente no campo econômico, é uma luta selvagem. Se pudessem, alguns grupos econômicos, ou até mesmo algumas comunidades, que se caracterizam historicamente como ambiciosas, expansionistas, se pudessem, de uma forma ou de outra... se não pudessem pela imposição, nos ofereceriam até dinheiro para ficar com uma parte da Amazônia.

Não tenho a menor dúvida de que muitos homens de negócio deste mundo, diante da dívida brasileira e da crise que se nos impõe, muitas vezes já pensaram em nos oferecer dinheiro por um pedaço da Amazônia. Eu mesmo já ouvi algumas coisas aí fora. O exílio é muito ilustrativo a esse respeito. O exilado é uma espécie de apátrida, de quem os nossos amigos no exterior falam sem maior contenção, até mesmo aqueles que nos acolheram generosamente por algum tempo, no fundo desejam... bom, tem que voltar! Eles ficam satisfeitos quando voltamos. O ser humano é assim. Se ocorresse conosco, seria também a mesma coisa. Acolheríamos exilados da África por algum tempo. Depois... Bom! Se pudessem voltar, melhor. Lá fora, não somos turistas, não somos imigrantes, não somos homens de negócios, não somos universitários nem diplomatas; somos coisa nenhuma. E eles, então, falam com muito maior franqueza. Eu ouvi coisas por esse mundo que eu duvido que o nosso pessoal do Itamarati, os homens de negócio, os militares, os turistas consigam ouvir por aí. São coisas a nosso favor e contra, opiniões abertas, sinceras mesmo. Abrem o peito para nós, exilados.

Fiz o meu conceito do mundo. O mundo é o que sempre foi, caminhando para o melhor; mas isso tem um ritmo. Não crejam que vai ser uma simples: onda ou uma ideologia que mude a Humanidade de um hora para a outra. Nas minhas reflexões, eu me senti chocado, quando vi um povo como o soviético tomar o marxismo como se fosse a própria salvação; ali do lado, os chineses, que depois de revoluções sangrentas tomaram-se de ideologias como se tivesse havido uma modificação radical. Senti-me tão decepcionado, quando, dali a uns anos, os chineses históricos e os russos históricos prevaleceram, confrontando-se como há mil anos, por terra, pela fronteira! Há algo de permanente que a História nos dá em matéria de lições, a que devemos estar sempre atentos.

No caso da Amazônia, temos que nos nutrir muito sobre o que aconteceu neste País. Em nome das idéias liberais, em nome da vida e do progresso do nosso povo, do desenvolvimento, fez-se a mais gigantesca destruição. E eu culpo o empresariado brasileiro. Não estou acusando os atuais, mas o empresário capitalista histórico do nosso País. Recordo que, quando criança, criei-me no meio dos pinheiros, das araucárias. Na minha região havia florestas imensas, que, a cavalo, passava-se dias para atravessar. Era a única floresta homogênea que o Brasil possuía. A floresta das araucárias começava lá no sul, se estende um pouco pela Argentina, Paraguai, mas essencialmente pelo norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e por uma parte de Mato Grosso. Há também alguma incidência aqui no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na floresta homogênea gigantesca, havia árvores que três pessoas não abarcavam. Eu me recordo de tudo isso.

Ser progressista, ser desenvolvimentista, era ser cortador de pinheiros. Havia centros enormes de exportação. Eu mesmo me criei, pequeno, trabalhando. A madeira tinha uma placa de metal, marcada em inglês, que eu nem sabia o que significava. Aquilo ia para a Inglaterra, que era um pouco centro da distribuição mundial daquela matéria. Foi tudo comido, destruído! Havia legislação naquela época. Quem cortasse uma árvore era obrigado a plantar outras tantas, dez, parece. No começo, que nada! Ninguém obedecia, ninguém cumpria. O próprio Governo ia dando concessões à exportação, uma atrás da outra. Trens e navios saíam abarrotados de madeira. Acabaram com a *araucária brasileira*. Tudo era em nome do progresso, em nome do desenvolvimento.

Assim também está se fazendo com o húmus. Em regra, as nossas lavouras mecanizadas, e eu sou insuspeito, porque estou um pouco na raiz do desenvolvimento da lavoura mecanizada. O desenvolvimento da soja nasceu nas minhas mãos, tenho a honra de dizer isso. Sou insuspeito para condenar essa caça do húmus que se faz ao longo do território brasileiro. Rasparam o território brasileiro, destruíram-lhe a capa vegetal com uma agricultura predatória, desertificando áreas imensas, numa verdadeira caça do húmus, como fizeram a caça dos pinheiros. Quem procede pior? Acho que o empresário brasileiro precisava ter outra mentalidade. Vamos trabalhar por isso. É claro que faltou direção, faltou Governo, faltou visão, faltou a criação de uma mentalidade neste País. Tudo isso são lições que temos de aplicar na Amazônia.

Voltei do exílio, saí por aí com a preocupação de reorganizar o Partido. Foi o conselho que eu trouxe de Willy Brandt, do Felipe González: Brizola, ao voltar, procura reconstruir o partido. Vá procurar a memória. Todo esse

tempo, lá está a memória, foi o que aconteceu conosco aqui na Espanha. E eu fui à procura da memória por aí. Eu tinha umas comunidades, em que até parentes eu possuía, que haviam colonizado áreas por aí. Recordo uma vez em que fui a Mato Grosso. Fiquei assombrado com as queimadas. Então, fizemos uma reunião do Partido, dos simpáticos à organização do Partido, num determinado lugar. Lá havia um sujeito muito bem conservado e considerado por todos; era uma espécie de grande progressista do lugar. Ele falou — "Estou trazendo o progresso para este deserto, para este sertão. Sr. Brizola, o senhor sabe quantas motosserras tenho trabalhado na minha propriedade?" Eu, que não conhecia a motosserra, disse: "Deve haver umas duas ou três no máximo". E era um número como 110 ou 120. Eu disse: "Cento e vinte motosserras?" — "Sim, senhor, para o senhor ver como estou investindo!" — "O que é que o senhor faz com essas 120 motosserras?" — "Estamos cortando para fazer pasto". Não sei quantos 1000 hectares de, pastos ele disse. — "O senhor tem motosserra, sua?" — "Não, eu contrato. Vêm grupos com trilha, 10, 12, 15; outro grupo marca tantos hectares para cortar. São contratos que faço com pequenas empresas que cortam. Estou fazendo tanto progresso que concentrei aqui esse número de empresas para desenvolver a região".

Tudo aquilo me pareceu um escândalo. Depois, de avião, fui ver: havia lugares que já estavam queimando há vinte dias; sem se aproveitar nenhuma madeira daquelas, porque a distância era tão grande que não comportava transporte.

Sai dali me questionado: O que podemos fazer? Isto está certo ou errado? Toda uma região sendo destruída, sendo cortada? Será isto conveniente neste momento? Sai de lá convencido de que a motosserra, que é uma grande invenção, devia ter uma matrícula num livro, assim como quem tem o porte de arma. Ela é tão destrutiva, colocou tanto potencial na mão do homem para destruir a natureza, que precisava ter uma matrícula, ter licença de porte da motosserra. Depois, viria um projeto de lei de um legislador, com base nessa sugestão.

Acho que todas essas lições fizeram com que se parasse um pouco com as queimadas e com a destruição, para pensar um pouco. É certo que o caminho também não é o de deixar tudo como está: temos que estudar as áreas, fazer um estudo para desenvolvê-las, principalmente tratando de assistir as comunidades existentes, pobres, abandonadas, doentes, miseráveis, as populações ribeirinhas da Amazônia. Isto, o Brasil pode fazer, deve fazer, principalmente assistir as crianças.

É certo que devemos concentrar nossa preocupação nessas bases, mas devemos nos preocupar mesmo neste País é em recuperar o que depredamos. Toda essa região nossa que foi usada no cultivo de cana e do café, desmatada, destruída, depredada, aí devemos tratar de concentrar os nossos esforços no sentido de recuperá-la, seja com planos de reflorestamento, seja com outros tipos de culturas, aí devemos concentrar os nossos esforços.

Quanto ao húmus natural, devemos ter cuidado; vamos devagar em relação ao húmus natural, que está preservado. Na Amazônia, há muitas áreas de campos, áreas abertas, onde não há floresta, ou onde a floresta é secundária, não oferece condições de aproveitamento econômico, e nem é ponto importante no equilíbrio ecológico, que bem podiam ser motivos de exploração e de trabalho. Agora, temos que ter cautela com o uso do húmus natural. O nosso desafio é recuperar o que está depredado, degradado. São terras topograficamente maravilhosas, com água nas proximidades. Aí sim, devemos concentrar os nossos esforços. Aí devíamos ver o nosso desafio, e não prosseguir dando andamento a uma atividade histórica que nos levou a um quadro realmente desolador.

O Brasil até hoje oferece ao mundo uma situação muito triste. Quem voa pelo mundo teria facilidade de identificar o território brasileiro: ele parece um corpo cheio de feridas. Aqui, cultivamos erros que vêm de vícios da nossa forma de trabalhar e de atuar. Muitas vezes fazemos desmonte de terras sem necessidade, seja na atividade privada, fazendo um simples loteamento.

Visando outros países, vocês encontram a topografia preservada, a mata natural preservada. Aquilo que sobrou de outros períodos mais irracionais ali está preservado, não se mexe especialmente na topografia, enquanto que aqui quem quer fazer um loteamento moderno faz um arrasamento de toda a topografia natural do solo, que a natureza levou milênios para organizar. Todo esse serviço de terraplanagem é interesse dos empreiteiros. Criou-se essa mentalidade de que quem quer fazer alguma coisa tem que colocar empreiteiro para trabalhar.

Acho que essas lições possuímos aqui dentro. Se quisermos fazer uma exame de consciência, uma espécie de autocritica, aqui temos muitos elementos, e as questões nos levam para o problema fundiário, que acabou nos conduzindo a essa urbanização desordenada, gigantesca, impedindo praticamente que o Brasil se desenvolvesse no seu interior, com pequenas cidades, pequenos agrupamentos urbanos, como ocorre com outros países.

As mudanças dependem muito mais de autocritica das nossas classes dirigentes, das nossas elites históricas, que detêm o poder da propriedade, o poder

de decisão; até mesmo na hora de impulsionar o voto para cá, voto para lá, têm o dinheiro, têm os meios de comunicação.

Então, a responsabilidade no Brasil pelo quadro e pelos impasses que estão aí pertence às elites, às classes dirigentes históricas. Na hora em que se exalta tanto o capitalismo, é preciso dizer: é o capitalismo brasileiro o responsável por tudo isso que está aí. Pode ser que o nosso capitalismo acabe pegando vergonha e se transforme noutra, mais palatável, mais social, mais humano, mais ecológico. Mas, até agora, o capitalismo brasileiro só destruiu. Dizem que o socialismo não tem mais lugar, que acabou. Mas aqui não houve socialismo. Poder-se-ia dizer que houve um pouco de estatismo, alguma tendência. Então, aqui não há destruição socialista, por exemplo; ninguém invoque isso, porque não tem razão de ser. Aqui há, sem nenhuma preocupação ideológica, a constatação: foram os métodos capitalistas, as praxes, as práticas de um capitalismo duro e cruel. Selvagem não dá para dizer, porque muitos iriam protestar aqui; o Juruna, por exemplo, não pode ouvir isso: — "Selvagem não: civilizado". Então, esse capitalismo duro, cruel, sem entrinhas foi que fez essa destruição. Não se pode negar que fez coisas boas. Fez, mas acho que o balanço é desfavorável: mais destruição dos nossos bens, riquezas naturais, das nossas potencialidades, mais perda do que ganho, tanto que o nosso País é um país que ainda não deu certo.

Sr. Presidente, muito obrigado. V. Ex.^a foi paciente, muito eficaz. Saio daqui muito contente. Espero ter sido útil a esta alta missão da Comissão presidida por V. Ex.^a no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Oribinho Jorge) — Sr. Governador, fiquei certo de que a sua participação foi importantíssima para esta Comissão do Senado. Muito obrigado, em nome do Senado Federal. (Palmas.)

Agradeço, também, a participação do Ministro Carlos Garcia, que, neste ato, representou o Governo Federal; ao Deputado Salviano Guimarães; ao Vice-Governador Nilo Batista; ao Coordenador do Fórum Globo, que nos prestigiou neste evento, a todos os Srs. Deputados e Senadores que aqui estiveram presentes.

3 — RECOMENDAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL PARA ACOMPANHAMENTO DA ECO-92

Proclamação do Presidente da Comissão no Plenário do Senado Federal em 1º de junho de 1992.

Em 5 de junho de 1991, reuniu-se pela primeira vez no Senado Federal a Comissão Temporária para Acompanhamento da ECO-92. Criada com o propósito de abrir um espaço institucional destinado a promover uma ampla discussão entre os membros desta Casa e a sociedade por eles representada, tendo em vista a magnitude do evento a realizar-se a partir desta semana, no Rio de Janeiro.

Ao término dos trabalhos, reafirmamos nosso compromisso com o povo brasileiro, nosso referencial maior em quaisquer encaminhamentos que sejam dados em nível nacional ou mundial, ao ingente desafio da compatibilização entre o processo de desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos naturais.

Ao longo desses meses de funcionamento colhemos depoimentos, informações analisamos abordagens técnicas e políticas partidas dos setores governamentais e não-governamentais envolvidos na realização da Conferência e na implementação de suas decisões. Do expressivo aporte resultante dos trabalhos extraímos profundas reflexões, tanto sobre a urgência de mudanças significativas no atual estilo de desenvolvimento quanto sobre o caráter e os princípios de que elas devem se revestir.

Firmamos, assim, nossa convicção de que:

1) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento reflete, mais do que questões pontuais, o reconhecimento mundial sobre o esgotamento do crescimento material, que marcou este século com uma história de degradação ambiental, empobrecimento de populações e relações internacionais baseadas na iniquidade e na exclusão.

2) Como anfitrião dessa assembléia nosso País tem deveres e responsabilidades a cumprir em termos mundiais, não apenas pelas dimensões e multifacetas geoeconômicas que o situam ecologicamente numa posição destacada mas, principalmente, pela sua condição hierárquica no cenário do mundo desenvolvido, onde aspira, no menor tempo possível, ocupar um lugar em comum com as grandes sociedades.

3) O meio ambiente é, hoje, não apenas o foco das ações, propostas e ideais de defesa da natureza, mas, prioritariamente, o eixo de novas negociações sobre a organização econômica e social das nações e da comunidade mundial. Está ultrapassada a fase em que se acreditava possível contrapor a proteção ecológica ao bem estar social ou ao desempenho econômico. O Brasil deve

se capacitar para uma era na qual o sentido estrito da competição entre nações deverá ser permeado por uma necessária solidariedade, em face aos riscos comuns, derivados da pressão excessiva exercida até aqui sobre os ecossistemas terrestres. Se há unanimidade sobre a imperiosa desaceleração dessa pressão, é preciso atentarmos para nosso posicionamento no correspondente quadro institucional e econômico que deverá desenhar-se, paulatinamente, no pós-Rio 92. Espera-se que o mundo seja outro a partir dessa mega reunião mundial.

4) No debate internacional sobre a viabilidade de um estilo de desenvolvimento sustentável, cabe ao Brasil a responsabilidade de assumir compromissos compatíveis com os interesses maiores de sua sociedade atual e de suas gerações vindouras e de fazer valer sua condição privilegiada de detentor de um dos mais formidáveis conjuntos de ambientes naturais no mundo e de recursos estratégicos. O nosso País, como já afirmamos, possui uma dinâmica de condicionamentos que o credencia, para uma integração definitiva e consolidada entre as nações desenvolvidas. Isso nos impõe a todos, igualmente severos compromissos na procura do aperfeiçoamento democrático, fortalecimento e estabilidade institucionais para que possamos garantir solidez econômica, legitimidade social e competência técnica às nossas opções para o futuro. Essas condições são imprescindíveis à defesa inequívoca, serena e respaldada na vontade consciente de nosso povo, da soberania nacional frente a interesses que se pretendem hegemônicos.

5) A pobreza que atinge a maioria da população da Terra e segmentos crescentes da sociedade brasileira é o maior desafio para a construção de novos padrões de desenvolvimento ecologicamente equilibrados. Reconhecemos que degradação ambiental e miséria humana são faces de um mesmo problema e a solução de uma não está no agravamento da outra. Onde o meio ambiente foi mais agredido, os pobres foram as primeiras vítimas, de vez que viram desaparecer suas fontes tradicionais de suprimentos sem que tivessem sido incorporados a quaisquer novos ganhos em condições mínimas de dignidade. Ali estão as periferias das grandes cidades latino-americanas, os rios mortos por assoreamento e poluição, as doenças de veiculação hídrica, as florestas destruídas, os solos férteis perdidos para provar que a defesa do uso sustentável dos recursos naturais é interesse primeiro e inquestionável dos pobres. Em nome deles, especialmente da sofrida população brasileira que amarga um lugar destacado nas estatísticas da tragédia humana no planeta, reafirmamos que nenhuma prioridade pode se sobrepor à de promover caminhos alternativos de desenvolvimento que, de maneira inequívoca, recuperem o valor da vida e da justiça social.

6) A soberania nacional sobre os recursos naturais é posição inquestionável. O Brasil tem o direito soberano de utilizar seus recursos naturais segundo seu próprio modelo de desenvolvimento, assumindo a responsabilidade sobre o controle das atividades realizadas em seu território de forma a garantir a proteção ao meio ambiente, não permitindo, em hipótese alguma, a ingerência ou monitoramento de outras nações, sob qualquer pretexto.

É imprescindível que o nosso País mantenha o domínio absoluto dos meios e dos fins que conciliem, antes de mais nada, uma política racional de exploração. Ecologia e economia deverão ter identidade comum na formulação das regras de ordenação e de disciplina das causas e efeitos que atuam nesse segmento econômico.

Ressaltamos que o Brasil deve participar de acordos de cooperação internacional para proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema do planeta e colaborar com a nova ordem mundial que deverá surgir.

7) O Brasil deve definir uma política ambiental específica para a Amazônia — considerando a prioridade que ela representa a nível nacional e internacional — integrada a uma política econômico-social, reconhecendo a existência de uma estreita relação entre o meio ambiente e a pobreza local, evidenciando a necessidade de conciliar a preservação e o desenvolvimento daquela região. Tal política deve ter por base o conhecimento científico sobre a região, alicerçada em um zoneamento econômico-ecológico.

8) O Brasil deve reforçar as posições contidas na recente Declaração de Tóquio sobre o financiamento do meio ambiente no sentido da criação de fundos para o desenvolvimento sustentável para financiar a implementação do programa de ação da Agenda 21, a qual inclui um amplo leque de medidas destinadas a efetivar a transição para o referido desenvolvimento.

A principal parte das despesas nos países em desenvolvimento para implementar a Agenda 21 virá deles próprios, os quais irão exigir um ambiente de apoio econômico internacional e nacional para capacitá-los a mobilizarem mais recursos internos.

Foi reconhecido na Declaração que é de importância primária para esses países a ampliação do acesso aos mercados dos Países Industrializados; o aumento da entrada de investimentos privados e transferências de tecnologias modernas e ambientalmente sadias e sobretudo soluções duráveis para o problema da

dívida externa, o que será um pré-requisito para a sua transição ao desenvolvimento sustentável; além de um apoio externo substancial, indispensável para complementar estes esforços.

O Secretariado da UnCED estima que uma concessão financeira internacional na ordem de 125 bilhões de dólares, em favor dos países em desenvolvimento será necessária anualmente. As despesas para os Países desenvolvidos e em desenvolvimento pode parecer alta mas, na verdade, elas são modestas quando comparadas às despesas militares no mundo que chegam a 1 trilhão de dólares por ano ao lado de expressivos gastos com concessão de taxas e subsídios, através dos quais os governos encorajam e apoiam políticas e atividades que muitas vezes prejudicam o meio ambiente. Assim, o financiamento para um desenvolvimento sustentável não deve ser visto como "ajuda estrangeira" nos termos tradicionais, pois é um investimento na segurança global do meio ambiente do planeta.

Tendo em vista tais assertivas e consciente de que nosso trabalho representou, para o Senado Federal, a sua inserção qualificada em tema de relevante interesse nacional, recomendamos que:

1) O Senado Federal e o Congresso Nacional assumam maiores responsabilidades na condução de um processo de avaliação crítica das teses sobre o desenvolvimento sustentado, processo esse a ser empreendido a curto, médio e longo prazos, formando um conjunto de metas destinadas a dar suporte às posições nacionais nos foros mundiais e ao planejamento sócio-econômico interno.

2) De acordo com os mandamentos constitucionais, o Senado Federal e o Congresso Nacional promovam, efetivamente, a participação social em suas decisões, com vistas à construção de mecanismos democráticos compatíveis com os desafios colocados pelos reposicionamentos na ordem internacional e pelos novos temas a serem enfrentados por nossa sociedade, entre os quais avulta a questão ambiental.

3) O Senado Federal e o Congresso Nacional reconheçam o crescimento e a importância das organizações não-governamentais como interlocutores para a multiplicidade de questões implícitas na mudança de padrões de desenvolvimento e, coerentemente, reforcem seus laços com elas, num trabalho sistemático de trocas de experiências e avaliações conjuntas.

4) O Senado Federal e o Congresso Nacional acelerem seus esforços para dotarem-se de modernidade administrativa e capacidade técnica, sem as quais será impossível dar conta, com a seriedade e a consistência indispensáveis, das tarefas que se acumulam, no âmbito da compreensão e do encaminhamento das medidas requeridas pelas tendências de mudanças que se desenham no panorama nacional e internacional. Que seja adequada a legislação interna relativa ao meio ambiente de forma a incorporar os resultados da Conferência, naquilo que convier ao País.

5) O Senado Federal e o Congresso Nacional reconheçam a sua pequena participação e contribuição para o avanço, até aqui, no País, dos debates referentes aos relevantes temas tratados na Rio-92 e criem mecanismos que resgatem seu papel no período estratégico de implementação que se inicia ao final da Conferência. Enfatizamos, assim, a necessidade de ser criada uma comissão mista, para coordenar as ações do Poder Legislativo Federal pertinentes a todas as demais recomendações aqui feitas, tendo em vista o interesse nacional, presente e futuro.

Brasília, 1º de junho de 1992.

Senador Coutinho Jorge, Presidente da Comissão ECO-92 do Senado Federal

4 — PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À CONFERÊNCIA RIO-92

4.1 — III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade de Genebra — III PREPCON — 26-8 a 9-9-91.

A Comissão se fez representar pelo Presidente, Senador Coutinho Jorge, que foi designado observador, através do Decreto Presidencial de 22-8-91, integrando a delegação brasileira.

4.2 — Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia — SIMDAMAZÔNIA — Belém (PA) 16 a 19-2-91.

A Comissão foi representada pelo Presidente, Senador Coutinho Jorge, convidado pelo Governo do Pará para debater o tema: Ciência e Tecnologia: papel das instituições governamentais e não-governamentais de ciência, tecnologia e desenvolvimento na questão ambiental.

4.3 — IV Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade de Nova Iorque — 27-3 a 3-4-92.

A Comissão se fez representar pelo Presidente, Senador Coutinho Jorge, que foi designado observador, através do Decreto Presidencial de 17-3-92, integrando a Delegação Brasileira.

4.4 — IV Congresso Brasileiro de Integração Municipal — Belém (PA) — 26 a 28-4-92.

O Presidente da Comissão participou do evento como debatedor do tema relativo à Conferência da Rio-92.

4.5 — Reunião de Parlamentares Latino-Americanos sobre UnCED-92 — São Paulo (SP) — 26 a 29-4-92.

A Comissão se fez representar pelo Presidente, Senador Coutinho Jorge Vice-Presidente, Senador Waldir Campelo, e pelo Senador Nelson Carneiro.

4.6 — Forest-Ecours'92 — evento realizado no Rio de Janeiro no período de 24 a 29-5-92 — O Senador Nelson Carneiro participou representando a Comissão.

4.7 — Encontro de Cúpula de Parlamentares sobre Terra/Parliamentary Earth Summit — Rio de Janeiro (RJ) — 5 a 7-6-92.

O Senador Coutinho Jorge participou do evento, representando a Comissão e o Presidente do Senado Federal.

4.8 — Conferência Rio-92 — Rio de Janeiro — 3 a 14-6-92.

O Senador Coutinho Jorge participou do evento, representando a Comissão e o Presidente do Senado Federal.

5 — CARTA DE AGRADECIMENTO DO EXMº SR. CELSO LAFER MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Aviso nº 20/SRC/DEMA-MRE/SMAM-UNCED-L00

Brasília, 22 de julho de 1992

A Sua Excelência o Senhor
Senador Coutinho Jorge
Senado Federal.

Estimado Senador,

Li, com grande satisfação, a transcrição do pronunciamento de Vossa Excelência no último dia 16 de junho, no plenário do Senado Federal, a respeito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Gostaria, particularmente, de agradecer as referências elogiosas que Vossa Excelência fez à capacidade de realização da diplomacia brasileira, por ocasião deste evento histórico para as relações internacionais contemporâneas.

O Itamaraty, cioso da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, aprecia o interesse e a dedicação que demonstram os representantes do Congresso Nacional pela condução das questões que dizem respeito à inserção internacional do País. Sei da seriedade, do zelo e da competência com que Vossa Excelência acompanhou todo o processo negociador que antecedeu a Rio-92, como também pude testemunhar pessoalmente sua presença ativa e inspiradora como observador das deliberações da própria Conferência.

Desejo, assim, parabenizar Vossa Excelência pelo êxito de sua atuação à frente da Comissão Especial que para essa finalidade havia sido instituída pelo Senado Federal.

Atenciosamente,

Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores